



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL  
LINHA DE PESQUISA: MEMÓRIA, CULTURA e MODERNIDADE

**A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE (1771-1928):  
LIMITES E CONTRADIÇÕES DA ROMANIZAÇÃO**

CLAUDEFRANKLIN MONTEIRO SANTOS

ORIENTADOR: PROF. DR. SEVERINO VICENTE DA SILVA

RECIFE  
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL  
LINHA DE PESQUISA: MEMÓRIA, CULTURA e MODERNIDADE

TESE DE DOUTORADO

**A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE (1771-1928)**  
**Limites e Contradições da Romanização**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em História.

CLAUDEFRANKLIN MONTEIRO SANTOS

ORIENTADOR: PROF. DR. SEVERINO VICENTE DA SILVA

RECIFE  
2013

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S237f Santos, Claudefranklin Monteiro.

A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização / Claudefranklin Monteiro Santos. – Recife: O autor, 2013.

356 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Inclui referência.

1. História. 2. Festas religiosas – Lagarto(SE). 3. Religiosidade. I. Silva, Severino Vicente da. (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2013-58)



## **ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO CLAUDEFRANKLIN MONTEIRO SANTOS**

Às 9h. do dia 21 (vinte e um) de novembro de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Claudefranklin Monteiro Santos** intitulada “**A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE (1771-1928): LIMITES E CONTRADIÇÕES DA ROMANIZAÇÃO**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Severino Vicente da Silva (Orientador), Antônio Jorge de Siqueira, Newton Darwin de Andrade Cabral, Antonio Lindvaldo Sousa e Cândido da Costa e Silva. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 21 de novembro de 2013.

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

Em memória de ***José Cláudio Monteiro Santos*** (meu irmão e padrinho) – 1954-2005.

## AGRADECIMENTOS

Embora possa soar estranho, ou contraproducente, para alguns dos meus colegas, doutos homens da ciência, assentados sobre seus agnosticismos e ateísmos, me permitam iniciar esse momento fazendo, a meu ver, um justo agradecimento a Deus, sem o qual não me seriam possíveis tantas e tantas superações, bem como, a graça da saúde, da perseverança e da benção de gozar das presenças e da colaboração de tanta gente querida e amada, outras nem tão amadas assim, mas que cruzaram até então a minha carreira acadêmica.

Nessa caminhada, inúmeras pessoas e instituições se tornaram caríssimas para mim. Como a gratidão é a expressão mais verdadeira de quem recebe amor, na concepção do Padre José Fernando Ávila<sup>1</sup>, eu quero tecer as próximas linhas retribuindo todo o amor recebido ao longo de meses e anos que se estenderam desde a minha primeira seleção de doutorado, em 2006, até o presente momento, em que tento brindar a todos com o resultado de meus esforçados labutados ao custo de muito suor, mas também de cerveja, velha companheira das válvulas de escape, e que me rendeu uma saliente barriga por alguns meses, agora esgotada, sobretudo por medo de não terminar esse trabalho, ficando para trás com um famigerado infarto ou acidente vascular cerebral, que acometeram a alguns ausentes e a quem devo também, efusivamente agradecer, a exemplo de José Almeida Monteiro (meu pai) e José Cláudio Monteiro Santos (meu irmão). Também entre os ausentes, cuja falta me foi muito cara e sentida, rendo minhas homenagens a minha saudosa genitora, Maria Claudemira dos Santos Monteiro. Não deixando de mencionar, o amigo fraterno Luiz Antonio Barreto.

Uma caminhada nebulosa, cheia de percalços e até mesmo algumas injustiças já devidamente esquecidas e perdoadas, não fosse a dica do colega Prof. Dr. Dilton Cândido Maynard. Ele apontou para mim que a mina de ouro estava em Pernambuco e que meus sonhos poderiam ser concretizados na terra do frevo. Coube a ele a apresentação e indicação do Prof. Dr. Severino Vicente da Silva como meu possível orientador, no que se tornou em breve. A ele, Biu Vicente, todo meu apreço e consideração. Sujeito que me cativou e que habita meu coração e minha mente como a

---

<sup>1</sup> SOARES, Pe. José Fernando Ávila. **A Vivência do Divino na Tradição de um Povo**. Petrópolis, Vozes: 1986. p. 19.

um pai, como a um amigo muito amado. Dele, aprendi as mais valiosas lições da vida e pude nutrir de sua sabedoria nos encontros regulares que tivemos, sempre brindados com muito companheirismo e solidariedade, inclusive, ao lado de sua esposa Manoela e de seus filhos, particularmente, do seu mais novo rebento: Isaac. Biu, certamente, é um sujeito que levarei em minha memória para todo o sempre; nas melhores e mais significativas lembranças.

Em Recife, construí sólidas amizades, algumas delas de há algum tempo já iniciadas na terra do Lagarto. Refiro-me, de modo, especial, à Professora Maria dos Prazeres Domingos. Ela que me recebeu em sua casa, juntamente com seu esposo Francisco e seus dois filhos, sempre atenta a cada detalhe de minha caminhada na capital pernambucana. Pessoas para as quais rendo todas as homenagens desse mundo. Com Prazeres, tive a honra de iniciar uma significativa carreira acadêmica, sonhado juntos, acreditando juntos, realizando juntos.

Aos colegas do Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe. Ao Prof. Lourival Santana Santos, sujeito humano, colega e amigo que me deu uma enorme ajuda, me proporcionando tempo para me dedicar à pesquisa e concilia-la com a docência e com a extensão, sempre presente e atento, disposto a ouvir e incentivar. Ao Prof. Carlos Franco Liberato, pelas dicas de leitura e explicações a respeito do tráfico de escravos na Europa Moderna, no Brasil e em Sergipe. Ao Prof. Antônio Fernando de Araújo Sá, sempre atencioso, procurando saber de meu desenvolvimento no Doutorado. E por fim, ao amigo Antonio Lindvaldo Sousa, a quem tenho como irmão. Ele que me inseriu no campo dos estudos das religiosidades. Sou grato a ele pela lealdade e companheirismo, pelo estímulo e pela força, por acreditar que poderia contribuir com o Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades. Amigo que nunca me faltou nas horas mais difíceis da caminhada, mas também, sempre pronto para rir comigo e brindar as conquistas e avanços.

Em 2009, quando ingressei no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, pude contar com o carinho e a atenção de diversos alunos e de alunas na disponibilidade de seu tempo e de sua ajuda na busca por fontes e referências para meu trabalho. Nesse sentido, Anne Caroline Santos Lima foi uma grata surpresa. Naquele mesmo ano, ela produziu um trabalho monográfico de edição do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto, sob a

orientação do Prof. Dr. Francisco José Alves. Ao me disponibilizar os originais digitalizados e transcritos, pude levar adiante uma análise contida no terceiro capítulo de minha tese a respeito do caráter de empresa religiosa daquela irmandade. Como não posso lembrar e mencionar tanta gente boa, eu quero estender meu mais sincero agradecimento a todos e a todas, nas pessoas de Renato Araújo Chagas, Eduardo Augusto Santos Silva e Josineide Luciano Almeida Santos.

Ao Arquivo Público de Sergipe (APES), notadamente nas pessoas de Gilson Sérgio e de Seu Milton.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, particularmente nas pessoas de seu Presidente, meu dileto amigo, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, e jovem Nayara Santos.

À Paróquia Nossa Senhora da Piedade. Meu carinho e meu apreço ao Padre José Raimundo Soares Diniz, grande incentivador e apoiador de minha pesquisa. Muito obrigado pela confiança. Ao Secretário Paroquial, o jovem Rafael Batista, pela disposição e pela amizade. Ele não mediu esforços para me ajudar na busca pelas fontes. Agradecimentos estendidos às Secretárias e ao Sacristão Ederlan, bem como ao artista plástico Nenê Prata.

À Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Aracaju e à Arquidiocese de Aracaju, particularmente ao amigo e ex-aluno Everson Fontes, Seminarista. Sempre disponível e atencioso, esteve comigo nas investidas aos documentos e lugares de memória da Igreja Católica da Capital Sergipana. Foi uma grande benção tê-lo tido ao meu lado na pesquisa. Agradecimento estendido, de modo muito particular, a Dona Tânia Maria dos Santos, Secretária da Cúria Metropolitana e da Câmara Diocesana, sobretudo, por sua atenção e carinho com que me recebeu e me disponibilizou as fontes de que precisava.

À cidade de Simão Dias, terra natal de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, onde fui acolhido com muito apreço. Inúmeras pessoas me são caras por suas disponibilidades e ajudas, a exemplo do Prof. Dênisson Deda, à época Prefeito. Recebeu-me em sua casa com humildade e colocou a minha disposição o seu acervo pessoal, a grande maioria do primeiro biógrafo de Daltro, Dr. Gervásio Prata. Agradeço também a jovem Jéssica Messias, que dedicou uma manhã inteira a me acompanhar pela cidade, além dos contatos e do conhecimento. Também à Paróquia Nossa Senhora

Santana. Ao Prof. Marcelo Domingos, então Secretário de Educação. A minha ex-colega de Curso, Edjan Alencar, Diretora do Memorial da Cidade, que me ajudou na busca pela Fazenda Baixão, além de me disponibilizar seu acervo e seu conhecimento. Finalmente, aos Senhores Renato Salustiano, e de modo particular, João Eduardo Barreto de Carvalho, por sua atenção, humildade e gentileza em me dá autorização e comigo visitar a Fazenda Baixão e a Fazenda Mercador. Aos amigos de Simão Dias, todo meu apreço e gratidão eternos.

Em Salvador, quando estive em busca de pistas sobre a história religiosa de Lagarto e sobre os três principais padres aqui estudados, quero agradecer a eficiência e a atenção de Renata Soraya Bahia de Oliveira, do Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga, um belíssimo trabalho de pesquisa e de salvaguarda histórica da Faculdade Católica de Salvador. De igual modo, agradeço e rendo minhas homenagens ao Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva, que me recebeu em sua residência, em Salvador, para tratar de minhas primeiras investidas num projeto futuro de doutoramento em história. No Arquivo dos Capuchinhos, localizado no Convento de Nossa Senhora da Piedade, fui recebido de forma afetuosa e prestativa pelo Frei Ulisses Bandeira, quem rendo também minhas homenagens.

Em São Paulo, na cidade de Lins, na companhia de meu colega Antônio Lindvaldo, fui extraordinariamente bem recebido e tive uma estada promissora, no que se refere aos dados colhidos sobre a estada do Cônego Vicente Francisco de Jesus por lá, entre os anos 1936 e 1960. Quero agradecer penhoradamente, a Mirian Gonçalves Dias Ferreira da Silva (Secretária da Paróquia de Lins); a Sra. Ana Maria Beozo Junqueira de Andrade, Mina Beozzo (irmã do Padre Oscar Beozzo); a Senhorita Cássia Regina Serra (Gerente do Espaço Cultural José Carlos de Oliveira – Biblioteca de Memória História de Lins); ao Padre Reginaldo Marcolino e, de modo especial, ao Padre Washington Lair Urbano Alves, ambos da Diocese de Lins, sendo o último estudioso do Padre Vicente e responsável por seu arquivo.

Também em São Paulo, onde pudemos complementar informações sobre a passagem do Cônego Vicente pelo Estado, estive no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, a quem agradeço a prestimosa atenção e colaboração do Sr. Jair Mongelli Júnior (Diretor Técnico). Para a tese, não foi todo importante o conjunto das

informações coletadas, mas serviu para apontar caminhos futuros no que se refere a novas pesquisas sobre o Vigário, notadamente em sua biografia e trajetória sacerdotal.

Ao Prof. Hinaldo Lima, da Universidade Federal de Sergipe (Geografia-Campus de Itabaiana), ex-colega e co-fundador da Faculdade José Augusto Vieira, pela confecção dos mapas que ilustram a tese.

A minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco me ampliaram os horizontes e abriu as janelas de meu entendimento, pois a convivência com a teoria não foi de toda desconfortante e castradora, ainda mais quando foi possível experimentar isso com professores da estirpe de Severino Vicente da Silva, Regina Beatriz, Antônio Paulo Rezende, Isabel Guillen, Tânia Brandão e Flávio Westein, sem falar dos conterrâneos, Marcelo Eanes e Péricles Moraes, da Universidade Federal de Sergipe. Seus ensinamentos e orientações lapidaram minha capacidade crítica e renovaram minha perspectiva em relação ao conhecimento histórico e à historiografia, e, de modo especial, a fazer parte disso. Sem falar naquela que considero alguém muito especial para aquele programa e cuja função torna o curso ainda mais grandioso. Refiro-me a sua Secretária, Sandra Regina, sempre de bem com a vida, muito competente e atenciosa, a nos presentear com seu sorriso vivo e rejuvenescedor, e, notadamente seus inesquecíveis e-mails, dignos de nossa gratidão e homenagem.

Também aos meus colegas queridos, sobretudo aqueles de quem me tornei mais próximo e a quem posso chamar de amigos, a exemplo de Rosário e Márcio Ananias, e os conterrâneos Waldefrankly Rolim de Almeida, Igor Fonseca de Oliveira e Valéria Maria Santana de Oliveira. E por falar em amigos, quantos eu tive a graça de conhecer e compartilhar nessa caminhada de quase quatro anos, a exemplo de Emerson da Silva Carvalho, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, o casal Ane Mecnas e Magno Francisco. Estes, sempre muito prestativos, companheiros e solidários. Sou muito grato a vocês e sinto-me horando por tê-los como amigos fraternos.

Encerro meus agradecimentos, reservando um momento especial à minha família. Aos meus irmãos: Claudemir, Claudineide, Claudiane, Claudicleide e Claudimarx. Estendido ao meu cunhado, Antônio, e cunhadas, Sônia e Socorro; aos meus sobrinhos e sobrinhas: Alejandro, Joseph, Patrícia, Daniel, Antônio Bruno, Rita

Lorena, Maria Cláudia, Luan Henrique, Caíque, Rafaela. A minha sogra Lindete e ao meu sogro Ranulfo. Minhas cunhadas Gabriela e Perla. Ao meu compadre Marcos Paulo. Às minhas demais sobrinhas, Laura e Nathalie. Todos sempre preocupados, atentos, torcendo, orando. Ao meu amado filho Pedro Franklin, pode ter sido paciente com as ausências do pai e, apesar de tão pouca idade, poder entender e ajudar para que eu tivesse a tranquilidade necessária para estudar e escrever. Ele foi meu suporte para seguir adiante. Meu esteio, meu norte, meu porto seguro. A minha amada esposa, Patrícia Monteiro, qualquer palavra que possa render-lhe será inútil e diminuta frente a sua grandeza, seu amor, sua dedicação, seu companheirismo. Não teria conseguido, sem seu abraço, sua paciência, seu estímulo, sua compreensão. Agradeço a Deus, em todos os dias de minha vida, por você existir e por estar ao meu lado, chorando comigo, sorrindo comigo, lamentando, acreditando, torcendo, ouvindo, cedendo e vibrando.

## RESUMO

Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Sergipe, janeiro, Largo do Rosário. Pessoas de diversas condições sociais e etnias se reúnem em torno de uma humilde capela para celebrar a memória de um dos santos mais populares da Igreja Católica: São Benedito. A festa bem que podia ser de preto, mas também foi de branco, de pardos, e roubou a cena das vivências de fé que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desde o século XVIII realizava na vila. Este foi o cenário que dominou por mais de um século e meio o cotidiano católico e a vida social das terras de Sílvio Romero, o primeiro a registrá-la em seus muitos escritos. Com a recatolização do Brasil e, aqui, de modo particular de Sergipe, gradativamente, e não necessariamente uniforme, a romanização foi ganhando novos rumos, novas tendências, à mercê não só das questões que o próprio tecido histórico oferecia, mas também de acordo com a techedura verificada nas tensões e acomodações entre seus agentes religiosos: devotos e clero. Da condescendência do Padre João Batista de Carvalho Daltro, passando pela indiferença do Padre Vicente Francisco de Jesus, à completa antipatia do Padre José Geminiano de Freitas, a Festa de São Benedito, em Lagarto, se transformou numa memória silenciosa e silenciada, que se não se revelou, em um todo, numa vitória do projeto romanizador em Sergipe, também dá a certeza de que a Igreja esteve longe de ser una, revelando e confirmando, também, um catolicismo brasileiro multifacetado que se recria, ora como autoridade religiosa, ora como empresa religiosa que se sustenta frente às resistências e recriações das tradições religiosas populares.

**Palavras-chave:** Festa – São Benedito - Romanização

## **ABSTRACT**

Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, January Rosary Square. People from diverse ethnic and social conditions gather around a humble chapel to celebrate the memory of one of the most popular saints of the Catholic Church: St. Benedict. The party might as well be black, but was also of white, brown, and stole the show from the experiences of faith that the Brotherhood of Our Lady of the Rosary from the eighteenth century performed in village. This was the scene that dominated for more than a century and a half the daily Catholic and social life of the land of Romero, the first to register it in his many writings. With re-catholicization of Brazil and here in particular of Sergipe, gradually, and not necessarily uniform, Romanization was gaining new directions, new trends, not only at the mercy of the issues that the very historic fabric offered, but also according to weaving observed between tensions and accommodations between their religious agents: devotees and clergy. The condescension of the Father João Batista de Carvalho Daltro, through indifference of Father Vicente Francisco de Jesus, the complete antipathy Father José Geminiano de Freitas, the Feast of St. Benedict, in Lizard, became a memory silent and silenced, which if not revealed in a whole project a victory in Sergipe romanizador also makes sure that the Church was far from one, revealing and confirming also a Brazilian Catholicism multifaceted that recreates, sometimes as a religious authority, or as religious enterprise that is sustained in the face of resistance and recreations of popular religious traditions.

**Keywords:** Feast - St. Benedict - Romanization

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Capela de Santo Antônio (1930).....	66
2. Capela de Santo Antônio (2013).....	67
3. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade - Início do Século XX.....	80
4. Imagem de Nossa Senhora da Piedade (2012) .....	84
5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1965) .....	103
6. Detalhe Frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2009) .....	105
7. Imagem de Nossa Senhora do Rosário .....	112
8. Litografia de Sílvio Romero.....	131
9 Litografia de Melo Moraes Filho.....	132
10. Detalhe da Imagem de São Benedito da Vila de Lagarto .....	143
11. Imagem de São Benedito da Vila de Lagarto .....	144
12. Fotografia de Monsenhor Daltro.....	178
13. Cemitério Senhor do Bomfim – Lagarto (Início do Século XX).....	183
14. Prefeitura de Lagarto - Álbum de Sergipe (1927).....	183
15. As Rainhas.....	196
16. Os Congos.....	196
17. Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2013) .....	205
18. Retrato de Tinta a Óleo de Monsenhor Daltro (1910).....	229
19. Pedro Garcia Moreno.....	231
20. João Batista Perez Garcia Moreno.....	232
21. Retrato de Tinta a Óleo de Monsenhor Daltro (1948).....	234
22. Deodolina Ester Matos.....	235

23. Fotografia de Vicente Francisco.....	251
24 e 25. Medalha do Apostolado da Oração – 2009.....	254
26. Foto de Enterro de Don Ana Dantas Romero.....	256
27. O Cônego Vicente em foto com o Apostolado da Oração de Lins-SP.....	257
28. Fotografia de Geminiano de Freitas.....	273
29. Festa do Senhor do Bomfim – Crasto.....	277
30. Medalha da Confraria do Rosário.....	286
31. Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2013).....	290
32. Grupo Escolar Sílvio Romero (2013) .....	313
33. As Taieras (Anos 60).....	325

## **LISTA DE TABELAS E MAPAS**

1. Lagarto 1757 (Mapa 01).....	93
2. Resumo Financeiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Tabela 01).....	161
3. Mapa Indicativo do Roteiro da Procissão de São Benedito (Mapa 02) .....	200
4. Diocese de Aracaju em 1920 (Tabela 02) .....	293

## **LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIACÕES**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (Portugal)

ANNT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APJSE - Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe

BANESE – Banco do Estado de Sergipe

DHI-UFS – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia

EDUFRN – Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

EDUFS – Editora da Universidade Federal de Sergipe

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

NPGED – Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

PDPH - Programa de Documentação e Pesquisa Histórica

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
1. História, Religiosidade e Festa.....	20
2. Três Padres, Três Tempos, Uma só Igreja? A Gênese de uma Tese.....	28
3. Por uma Cultura Religiosa na Análise Histórica (Acomodações e Tensões).....	41
4. Fontes para a Pesquisa e Organização dos Capítulos.....	45
<b>CAPÍTULO I - DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA PIEDADE À INSTALAÇÃO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS (1669-1771)</b> .....	50
1.1. Uma História Local, Uma História do Lugar: por uma História Cultural de Lagarto sob a Ótica da Religiosidade.....	50
1.2. Formação e Fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.....	52
1.3. Fundação da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.....	86
1.4. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Lagarto.....	94
<b>CAPÍTULO II - DAS FRONTEIRAS E DOS LIMITES DE UM UNIVERSO MULTIFACETADO DE DEVOÇÃO E DE EMPREENDEDORISMO RELIGIOSO (1771-1874)</b> .....	106
2.1. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1771).....	106
2.2. Vida Social e Cultural da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto – Século XIX.....	113
2.3. Mudanças no Seio da Igreja Católica.....	123
2.4. Devoções e cultos populares em Sergipe no Século XIX: São Benedito em Cena.....	127
2.5. Empreendedorismo Religioso – Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1856-1877).....	156

<b>CAPÍTULO III - MARGEANDO A SANTA SÉ EM FESTA DE PRETO E DE BRANCO – UMA ROMANIZAÇÃO EM PROCESSO? (1874-1890)</b> .....	162
3.1. De Olhos e Ouvidos Voltados para Roma.....	162
3.2. O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto (1874) e a Chegada do Padre Daltro.....	171
3.3. O Padre Daltro e o Auge da Festa de São Benedito em Lagarto.....	185
3.4. A Sociologia Agrária de Daltro.....	210
<b>CAPÍTULO IV - RECATOLIZAÇÃO DE SERGIPE: UMA FESTA ESVAZIADA EM AGONIA, SILENCIAMENTO E INVISIBILIDADE (1890-1913)</b> .....	214
4.1. Daltro - Um homem de transição.....	214
4.2. De Daltro a Vicente Francisco de Jesus: O Crepúsculo de uma Tradição.....	223
4.3. Uma Diocese para Sergipe sob os Auspícios Romanizadores – A Ação Diocesana e Pastoral de Dom José Tomaz.....	237
4.4. Cônego Vicente Francisco de Jesus.....	250
4.5. Festa Popular e Festa Romanizada em Sergipe (Algumas Considerações).....	267
<b>CAPÍTULO V - A FESTA E O TEMPO DE GEMINIANO DE FREITAS: ENTRE RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS, UM VÉU DE ESQUECIMENTO (1913-1928)</b> .....	271
5.1. Cônego José Geminiano de Freitas: um romanizador intransigente.....	271
5.2. Novas Formas de Engajamento Religioso, Novas Devoções e a Importância das Pias Uniões no Processo Romanizador da Administração do Cônego Geminiano de Freitas.....	279
5.3. Proteção para Vida Atribulada – Devoção a Nossa Senhora Auxiliadora e Catolicismo Romanizado em Lagarto-SE.....	297
5.4. Modernização e Romanização: o Grupo Sílvio Romero.....	301
5.5. Entre Resistências e Permanências, um Véu de Esquecimento.....	317
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	328
<b>Fontes</b> .....	333
<b>Referências</b> .....	343

## INTRODUÇÃO

### 1. História, Religiosidade e Festa.

Nos últimos anos, a historiografia vem dando especial atenção ao campo da religiosidade. Tal interesse, antes focado em aspectos institucionais ou normativos, foi redirecionado para situações como a procissão, os ex-votos, as orações e a festa. A mudança de enfoque, antes marcada por uma história dos grandes feitos e nomes, permitiu enxergar em homens e em atitudes comuns a questão da religiosidade como objetos de pesquisa. Acresce-se a isto a ampliação das fontes, capaz de provocar estudos que mergulham fundo no entendimento das ações humanas, que não sejam tão somente a doutrina, a ortodoxia e seus líderes renomados.

Trabalho de referência, *O Sagrado e o Profano*<sup>1</sup>, de Mircea Eliade, aponta alguns aspectos norteadores para diversas pesquisas que têm como questões de fundo os elementos concernentes às vivências religiosas. Chama a atenção, preferencialmente, a sua discussão em torno das temporalidades, as quais envolvem os espaços, que ele conceitua-os como sendo o sagrado e o profano. Nesse sentido, tornam-se as manifestações da fé de um povo, momentos de reatualização do ente mítico, prefigurados no tecido social e na história.

Thales de Azevedo<sup>2</sup>, considerado um dos maiores nomes da antropologia e da sociologia brasileira, nos anos cinquenta, destacava a ausência de estudos mais sistemáticos que fossem além dos esquemas econômicos, salientando a necessidade de superar sua feição fragmentada por uma maior profundidade, sobretudo no que diz respeito ao seu substrato ideológico, como a presença e a importância da religião na formação da sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>2</sup> Cf. AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social** (Coleção Nordeste). Salvador: EDUFBA, 2002.

Em 1985, Severino Vicente da Silva apontava a necessidade do estudo sobre a Igreja no Brasil, focando sua análise nos efeitos da I Primeira Guerra Mundial nas relações entre Igreja e Estado em Recife e Olinda<sup>3</sup>. Ainda no Brasil, os trabalhos de Laura de Mello e Souza<sup>4</sup>, Ronaldo Vainfas<sup>5</sup> e Jacqueline Hermann<sup>6</sup> se apresentam como sedimentares das discussões acadêmicas sobre as vivências religiosas e as demandas que sua discussão provoca. Em comum, tais trabalhos se revestem de uma necessidade de ir buscar outras possibilidades no campo da historiografia brasileira, dedicando especial atenção a temas que giram em torno daquilo que foge à concretude do materialismo histórico, por exemplo, como a magia, as crenças e credences, superstições, representações de fé, marcos de religiosidade, pecado, deus e o diabo, entre outros. Afora isso, é importante lembrar que tais temas estiveram e estão às voltas com o interesse dos pesquisadores por aquilo que é cotidiano e que sempre correu à margem de um registro da história, mormente oficial.

O estudo da religiosidade permite vislumbrar o entendimento acerca da formação do sentimento de pertencimento, ao passo em que questões como singularidade e alteridade tornam a compreensão de manifestações e representações coletivas mais claras e significativas no campo da pesquisa histórica. Elementos como cultura, sociedade e história reacendem as discussões em torno de aspectos pouco ou nem sempre levados em conta, como o cotidiano, mais de perto, da festa.

De tradição que remonta à antiguidade, as festas sempre povoaram o imaginário e as representações das sociedades humanas. De modo geral, além de ser um momento de repouso do trabalho, é preciso destacar que elas sempre tiveram uma conotação religiosa, focada na ideia de divinação do ato de ação de graças aos deuses considerados

---

<sup>3</sup> Cf. SILVA, Severino Vicente da. *A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. p. 23.

<sup>4</sup> Cf. SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>5</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

<sup>6</sup> Cf. HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

pagãos pela fé cristã, numa referência direta aos cultos politeístas de diversas sociedades, tanto da antiguidade como de outras temporalidades e espacialidades.

Ao longo da história, a festa assume papéis e funções diversas capazes de servirem às mais variadas intenções de regulamento ou dominação, notadamente em períodos revolucionários. A partir da Idade Média, as festas se transformam em uma clara oportunidade de evangelização, passando por um processo de doutrinação e normatização, o qual pudessem controlar os instintos profanos da cristandade.

Para tanto, é importante ressaltar a postura do Papa Gregório Magno. Nascido em Roma no ano de 540, tornou-se célebre pela conversão dos bretões, recomendando mais prudência aos missionários, no sentido de acomodar o processo evangelizador aos costumes do lugar, pois entendia que essa estratégia facilitaria a tarefa de converter. Entre os missionários, o então abade Agostinho<sup>7</sup>. Nunca é demais lembrar que foi de São Gregório Magno a introdução do canto nos cultos e celebrações de missa, que se notabilizou pelo nome de *canto gregoriano*. A festa em sua memória é celebrada pela Igreja Católica no dia 12 de março, data de seu falecimento, em 604.

Como resultado, a Igreja Católica deu início à celebração de várias festas que foram comemoradas a partir do medievo, as chamadas festas litúrgicas, como a Páscoa e o Pentecostes, e mais tarde outros tipos de celebrações do clero, a exemplo da festa de *Todos os Santos*. Segundo Dom Jaime de Barros: “Correspondente à suntuosidade das igrejas era a celebração das festas na Idade Média. (...) A poesia popular, em todas as línguas, oferecia motetos à devoção e entretenimento ao espírito<sup>8</sup>”.

Concomitante à criação e implantação das festas religiosas em substituição às chamadas festas pagãs, crescia o número dos santos e de cultos e festas dedicados a eles. Este tipo de preocupação da Igreja Católica, naquele momento, revelava também a necessidade de uniformizar suas ações sobre os convertidos. A partir do século IX, por

---

<sup>7</sup> ROMAG, Frei Dagoberto. **Compêndio de História da Igreja**. Vol 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1950. pp. 26/94-99. Cf. CÂMARA. D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. p. 116.

<sup>8</sup> CÂMARA. D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. p. 225.

exemplo, dá-se um considerável aumento de festas em honra a Nossa Senhora: “A dedicação do sábado a Maria Santíssima e a recitação do rosário trouxe grande impulso ao culto mariano<sup>9</sup>”.

Um novo cenário, marcado pela transformação atual da história das mentalidades, que se deu há pelo menos 30 anos, trouxe consigo teóricos a exemplo de: Daniel Fabre, Georges Duby e Michel Vovelle, notadamente conhecidos como teóricos da festa. Os primeiros trabalhos são escritos sob os efeitos de Maio de 1968: *A Festa Revolucionária – Mona Ozouf* (1976), *Festa e Revolta – Y. M. Bercé* (1976) e *O Carnaval dos Romanos – Emanuel Le Roy Ladurie* (1979).

Entre as repercussões dessa remodelação teórica, três situações se sobressaíram: a festa passou a ocupar um lugar de destaque, pois é através dela que os homens são convertidos em cidadãos; ela despertou um interesse inusitado entre os historiadores. As festas se concentraram, sobretudo, em manifestações populares de aspecto religioso.

Assim, é preciso ver a festa como um objeto de estudo dentro da discussão da cultura popular. Para tanto, o contexto proporcionado pela História Cultural permitirá compreendê-la a partir de uma dinâmica das sociabilidades, as quais fomentam identidades de variados agrupamentos humanos e sociais.

À luz dessa abordagem, é possível entendê-la como parte do imbricamento das “ligas” culturais - os cruzamentos das diversas manifestações culturais, entre as quais estariam, convencionalmente, as formas “erudita” e “popular<sup>10</sup>”. Para Lynn Hunt, parafraseando E. H. Carr, os historiadores devem considerar que “quanto mais culturais se tornarem os estudos históricos, e quanto mais históricos se tornarem os estudos culturais, tanto melhor para ambos<sup>11</sup>”.

O estudo de uma festa religiosa permite a compreensão de diversos elementos constituintes da chamada identidade cultural de um povo. As considerações acima expostas, especialmente no que tange ao seu aspecto socializante, fazem dela um

---

<sup>9</sup> Idem. pp. 157-158.

<sup>10</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

<sup>11</sup> HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 29

fascinante objeto de pesquisa histórica, capaz de desnudar a organização, a formação e as suscetibilidades da vida humana através dos tempos.

No que se refere às fontes, é inevitável a recorrência às técnicas da história oral. Evidente que registros escritos podem e devem circunscrever esse tipo de pesquisa com essa temática, como também a iconografia, a musicalidade e as mais diferentes formas de registro.

No trabalho de Edilece Couto, por exemplo, um dos mais significativos no âmbito da academia nos últimos dez anos, sobre a festa baiana Puxada do Mastro<sup>12</sup>, a autora se utilizou de fontes como: depoimentos dos organizadores e participantes da festa, artigos dos jornais de Ilhéus entre 1940 e 1960, relatos dos viajantes estrangeiros, atas, ofícios e recenseamento da Câmara de Olivença durante o século XIX, entre outros.

Em que pesem tais considerações, festejar sempre foi uma constante na História do Brasil. Por todo o território nacional, diversos eventos, de diversas ordens (civis, militares e religiosas), são realizados reunindo uma variedade de atos, ritos, feitos, que demonstram o espírito celebrativo da cultura brasileira. As festas no Brasil se revestem de uma extravagância que dão a tônica da ideia de espetáculo. Nesse sentido, sobressai-se seu aspecto teatral e o efeito visual que pode causar no público, cuja simbologia e seus significados se escondem nas alegorias, nos movimentos, cantos, danças, como que a hipnotizar e enfeitiçar, arrebatando o brincante ou devoto a um universo de êxtase.

Na festa e no amor a dança é sempre uma guerra feliz. De ritmos. De ordenamento dos sentidos. Um êxtase físico e religioso. Por hipnose da música o tempo se transveste de espaço. Quem baila e brinca se iguala fingindo aos deuses, pois num instante é – crê-se – possível domar o acaso<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> COUTO, Edilece Souza. **A Puxada do Mastro: Transformações Históricas da Festa de São Sebastião em Olivença** (Ilhéus-BA). Tese de Doutorado. UNESP. 1999.

<sup>13</sup> HÉLIO, Mário. Prefácio à Primeira Edição. In: SILVA, Severino Vicente da. **Festa de Caboclo**. 2 ed. Recife: Associação Reviva, 2012. p. 14.

Assim, nas festas que compõem o ciclo religioso brasileiro, especialmente no contexto nordestino, as representações são sempre carregadas de aspectos lúdicos, teatrais e alegóricos, enfatizados pela espontaneidade do popular na formação cultural e histórica de um povo.

O catolicismo popular tem sido uma marca dos estudos sobre festa no Brasil, cujos enfoques permitem ainda navegar nos campos do folclore e principalmente da história. O aspecto popular da festa religiosa muitas vezes está intimamente ligado a aspectos identitários. Nesse sentido, a rua é o espaço privilegiado de realização das ações cênicas que envolvem a festa. As procissões, por exemplo, em algumas situações, se somam aos demais adereços, como os fogos, a banda de música e a pompa para causar um impacto visual fascinante, capaz de mexer profundamente com os comportamentos normais de seus personagens.

Em Sergipe, nos últimos quinze anos, as pesquisas no campo da religiosidade se avolumaram. No ano de 1999, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a historiadora Maria da Glória Santana de Almeida afirmou que, no que se diz respeito ao papel da Igreja Católica em Sergipe, havia muito ainda ou quase tudo por se fazer<sup>14</sup>.

Em geral, os estudos produzidos tematizam em torno das vivências da fé católica<sup>15</sup>, a exemplo de Beatriz Góis Dantas<sup>16</sup>, Francisco José Alves<sup>17</sup>, Verônica Nunes<sup>18</sup>, Antônio Lindvaldo Souza<sup>19</sup>, Péricles Andrade<sup>20</sup> e Raylane Navarro<sup>21</sup>. Entre os

---

<sup>14</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *A Igreja em Sergipe e os “desfavorecidos”: possibilidades de pesquisa*. **Revista do IHGSE**. Aracaju, nº 32, p. 61, 1999.

<sup>15</sup> Exceção feita aos trabalhos de Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento sobre protestantismo em Sergipe. Cf. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **A Escola Americana: Origens da Educação Protestante em Sergipe (1886-1913)**. Aracaju: EDUFS, 2004.

<sup>16</sup> Cf. DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>17</sup> Cf. ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 149. p. 149-157.

<sup>18</sup> Cf. NUNES, Verônica Maria Meneses. *Fontes judiciais para o estudo da Religiosidade*. In: **História, Memória e Justiça – revista eletrônica do Arquivo Judiciário**. Ano 1, N. 1, Mar/Jun 2008.

<sup>19</sup> Cf. SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

trabalhos mais recentes, destaque para pesquisadores como Tatiane Oliveira Cunha<sup>22</sup>, Ane Luíse<sup>23</sup>, Magno Francisco de Jesus Santos<sup>24</sup>. Este último, em especial, tem dedicado um esforço concentrado nos aspectos devocionais e nas romarias em torno da figura do Senhor dos Passos, particularmente na cidade de São Cristóvão, antiga capital do Estado.

Para aqueles que se interessam em estudar a realidade sergipana, a historiadora Verônica Maria Meneses Nunes, no texto *Fontes Judiciais para o Estudo da Religiosidade*<sup>25</sup>, aponta uma série de fontes que pode, substancialmente, colaborar no estudo das festas sergipanas. Trata-se de testamentos, inventários e auto de contas, entre outros, os quais podem subsidiar o trabalho do pesquisador.

Em Sergipe, a maior parte dos estudos sobre festa religiosa concentra-se em celebrações de padroeiros e/ou irmandades religiosas, nas quais prevalece o chamado catolicismo popular. Muitos desses eventos foram organizados por irmandades de negros. Durante o período colonial, eles foram decisivos para a integração do “homem de cor” no convívio social. Além disso, possibilitam apreender como certos costumes africanos foram absorvidos na formação da cultura sergipana, a partir de apropriações culturais verificadas em manifestações como a coroação do Rei Congo.

---

<sup>20</sup> Cf. ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

<sup>21</sup> Cf. BARRETO, Raylane Dias Navarro. **Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004. BARRETO, Raylane Dias Navarro. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFRRN, 2011.

<sup>22</sup> CUNHA, Tatiane Oliveira. **“Práticas e prédicas em nome de Cristo...”: Capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2011.

<sup>23</sup> SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas. **Conquistas da fé na gentilidade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2011.

<sup>24</sup> Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Lágrimas, dor e desolação: sujeitos e representações na solene procissão de São Cristóvão*. In: **Revista Memória História e Justiça**. Vol.1, nº 2, Aracaju, 2009. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *As ovelhas da pastora: as múltiplas facetas de uma peregrinação de Sergipe*. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. nº 7, Aracaju, 2010.

<sup>25</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *Fontes judiciais para o estudo da Religiosidade*. In: **História, Memória e Justiça – revista eletrônica do Arquivo Judiciário**. Ano 1, N. 1, Mar/Jun 2008.

Nesse aspecto, merece destaque o trabalho da antropóloga Beatriz Góis Dantas. Ela começou a se interessar por festas no final dos anos 60. Na década seguinte, publicou, originalmente<sup>26</sup>, o livro *A Taieira em Sergipe* (1972). Naquela ocasião, a pesquisadora já apontava a dinâmica das sociedades locais sergipanas e como isso foi, drasticamente, diminuindo a área de ocorrência das manifestações populares. Nesse sentido, particularmente no que tange ao caso de Lagarto, interessa-nos a tese da autora, ainda muito atual, da transformação histórica daquele tipo de manifestação religiosa em forma folclórica extinta ou quase extinta. Mereceram destaque, em seu estudo, as cidades de São Cristóvão, Lagarto e, principalmente, Laranjeiras.

Ressaltamos, também, o trabalho da Professora Jocineide Cunha, ainda que seu propósito seja o de analisar a experiência de homens e mulheres escravos que viveram na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto entre os anos 1850-1888, tendo como pilares de sua compreensão a respeito três categorias: a cultura, a família e a relação senhor e escravo. A julgar por suas observações, a Vila de Lagarto, no século XIX, era predominante rural e afluía para a cidade, frequentemente, em situações de cunho religioso, como as festas devocionais relativas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito<sup>27</sup>.

Dos temas que vêm ocupando, nos últimos anos, os espaços gerados pelas discussões e trabalhos historiográficos no campo da relação entre história e religiosidade, um, em especial, receberá maior atenção nesta pesquisa: as festas religiosas populares, notadamente a Festa de São Benedito. Compreendendo a diversidade temática e teórico-metodológica dos estudos sobre o fenômeno religioso, o presente trabalho quer discutir o tema sob dois aspectos: o institucional e o devocional.

---

<sup>26</sup> Por ocasião do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912-2012), foi criada a *Coleção Biblioteca Casa de Sergipe*, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, reunindo títulos da historiografia sergipana de grande sucesso editorial e que não estavam mais circulando no mercado. Em agosto de 2013, o IHGSE lançou a segunda edição da obra de Beatriz Góis Dantas. Cf. DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe: uma Dança Folclórica*. 2 ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

<sup>27</sup> Cf. SANTOS, Jocineide Cunha. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.

Da ortodoxia católica, marca registrada da romanização e de sua necessidade de centralização e de regramento, ao singular vivido daquela prática religiosa no que ela teve de específico e particular.

## 2. Três Padres, Três Tempos, Uma só Igreja? A Gênese de uma Tese.

Numa reflexão muito feliz sobre a questão da escolha de nossos objetos, uma afirmação de Gertz chama atenção: “(...) o objeto de estudo é uma coisa e o estudo é outra<sup>28</sup>”. Ao optar por compreender o declínio da Festa de São Benedito em Lagarto entre os séculos XIX e XX, vamos tentar dar conta de “explicar as explicações” de outros sobre ela<sup>29</sup>. Não é o que é, mas o que se mostrou ou pareceu ser ou o que pode ser e ainda vai vir a ser. Nesse sentido, estaremos diante de construções discursivas de nossos objetos. São *fictias*: feitas, elaboradas, tecidas, esgarçadas. Não são e não podem ser os objetos, mas o seu estudo.

A necessidade de nos aventurarmos num estudo mais sistemático sobre a festa de São Benedito, em Lagarto, é resultado de um processo de amadurecimento historiográfico muito particular, mas que não exclui outras intenções, como as de preencher lacunas. Inicialmente, a nossa intenção era a de estudar a formação religiosa do município sergipano pela ótica de Monsenhor João Baptista de Carvalho Daltro<sup>30</sup>, dada a importância da atuação da Igreja Católica no campo e na cidade, não só como construtora, mas também como organizadora da vida cotidiana, via religiosidade e política naquele momento.

Porém, a ida aos arquivos e as leituras feitas nos últimos anos conduziram nossa atenção para um fenômeno de esvaziamento cultural e religioso do evento,

---

<sup>28</sup> GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989. p. 24.

<sup>29</sup> A expressão “explicar as explicações dos outros” é do Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, normalmente utilizada, em sala de aula, em suas reflexões sobre a escrita da história.

<sup>30</sup> Natural da cidade de Simão Dias-SE, 1828, quando esta pertencia às possessões da antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto-SE, Daltro foi pároco desta vila por mais de trinta anos, exercendo forte influência sobre a política e a religiosidade do povo lagartense. Faleceu em 02 de fevereiro de 1910.

popular e tradicional, para o qual a interferência da Igreja foi fator decisivo no espaço de aproximadamente cinquenta anos (1874-1928), perfazendo as administrações de três Vigários, típicos exemplos do processo de romanização católica: João Batista de Carvalho Daltro (1874-1910), Vicente Francisco de Jesus (1910-1913)<sup>31</sup> e José Geminiano de Freitas<sup>32</sup> (1913-1928), este último representando o auge da romanização na região e a mais clara antipatia e má vontade com a referida festa.

Esse fenômeno, que ocorreu não só em Lagarto, mas também em diversas partes do Brasil, é resultado de um amplo processo de clericalização. A esse respeito, vale ressaltar o que afirma Severino Vicente da Silva: “(...) a clericalização das paróquias teve como contrapartida o afastamento do leigo das atividades paroquiais. Aqui se firmou a tendência de ser o cristão apenas um fiel seguidor das orientações do pároco, responsável pela doutrina<sup>33</sup>”.

Tipo ideal<sup>34</sup> de padre para a romanização no Brasil, afirma Severino Vicente:

(...) o pároco é o administrador dos sacramentos, aquele que estabiliza o número de sacramentos ministrados. Além disso, supervisiona as atividades que ocorrem nas capelas que existem em sua paróquia. Nada é feito sem sua anuência e/ou presença<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> Natural da cidade de Lagarto-SE, 1885, foi coadjutor de Monsenhor Daltro até seu falecimento em 1910 quando assume a Paróquia de Lagarto, exercendo essa condição até 1916, quando foi transferido para a Diocese de Aracaju. Com passagem polêmica pela Paróquia de Santo Antônio das Almas, de Itabaiana-SE, ao final da vida notabilizou-se como Cônego na cidade de Lins, interior de São Paulo, onde veio a falecer, em 1960.

<sup>32</sup> Natural da cidade de Propriá, 1878, foi ordenado padre em 1901. Depois de passagens pela Paróquia de Aracaju e de Vila Nova-Se, é transferido para Lagarto, em 1911, tendo sido pároco da cidade entre 1916 e 1928. Assumiu postos importantes na Diocese de Aracaju entre os anos 30 e 50, falecendo em 1957, na capital sergipana.

<sup>33</sup> SILVA, Severino Vicente da. *Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil – Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.)*. São Paulo, 1987. In: **CLIO – Revista do PPGH da UFPE**. Nº 17. Recife, UFPE, 1998. p. 151.

<sup>34</sup> À luz Max Weber, evocamos o conceito de tipo ideal para expressar o que estamos destacando na figura do ser que é o motriz da romanização: “(...) Nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outras pessoas”. Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 14

<sup>35</sup> SILVA, Severino Vicente da. Op. cit. p. 151. p. 153.

A nosso ver, os três personagens da presente tese foram gradações diferentes desse tipo ideal, sobretudo quando o assunto era a festa de São Benedito. E isso se deu num movimento que foi da condescendência à antipatia, prefiguradas por suas atitudes eclesiais e paroquiais<sup>36</sup>. Exemplo típico de unidade na diversidade, ainda que isso, mesmo assim, tivesse merecido de nossa parte um cuidado maior no trato com as fontes e até mesmo na narrativa histórica.

A propósito disso, ilustramos essa assertiva com a seguinte afirmação, muito apropriada para o que pretendemos fazer ao longo da tese:

Atividades dos homens e da igreja, se dão ao longo da história e em certo contexto. Sem considerarmos a historicidade dos homens e das instituições por elas criadas, nossas ações estarão condenadas, senão ao esquecimento, mas ao fracasso<sup>37</sup>.

À maneira da metodologia adotada por Cândido da Costa e Silva, três padres, três “modos de ser e viver<sup>38</sup>” frente a uma romanização, como veremos mais adiante, que pretendeu ser exitosa, porém, limitada e contraditória, em Sergipe, notadamente na antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Por isso mesmo, nos asseveramos da necessidade de conhecer mais de perto o perfil desses agentes religiosos de um catolicismo que pretendia ser romanizado. O professor Calazans considera importante o papel da igreja na formação social de Sergipe e atribui aos padres a construção de parte significativa da História de Sergipe, assim pontuando os tipos de sacerdotes que se lançaram nessa empreitada: 1) o vigário humilde do interior; 2) o sacerdote que brilhou na tribuna sagrada; 3) o religioso

---

<sup>36</sup> Para Severino Vicente o fortalecimento da figura do padre nesse momento histórico do Brasil, tornando-se a figura mais importante na comunidade religiosa, sobre o qual recaía enes responsabilidades, tornou a função das irmandades, como a do Rosário em Lagarto, por exemplo, obsoletas frente ao poder que essas possuíam por séculos.

<sup>37</sup> SILVA, Severino Vicente da. Op. cit. p. 151. p. 155.

<sup>38</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 144.

assistencialista; 4) o padre intelectual que se voltou para a cátedra; 5) o ministro de Deus seduzido pela política<sup>39</sup>.

Notadamente, perscrutaremos suas trajetórias procurando fios, rastros, indícios<sup>40</sup>, “uma massa de fragmentos e de ruínas<sup>41</sup>” de suas ações humanas no tecido social e cultural, cercand-nos do cuidado de não incorrerem no biografismo. Valer-nos-emos, também, do método prosopográfico<sup>42</sup> a partir da atuação histórica desses três padres e sua relação com os devotos e com a devoção a São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade.

Nesse sentido, duas das opções metodológicas de Cândido da Costa e Silva em seu livro *Os Segadores e a Messe*<sup>43</sup> nos parecem muito oportunas para nossos propósitos em torno dessas três figuras do clero sergipano. Primeiramente, a necessidade de estudar os sujeitos dentro da comunidade em que nasceram e em que atuaram. Ver como, numa teia de relações, aqueles clérigos e os leigos se configuraram no tecido histórico. Considerando o fato de os três terem assumido, ao longo de suas vidas sacerdotais, o título de cônegos, portanto, pertencentes a uma elite representativa e privilegiada, verificar, partir dos serviços prestados a um Capítulo ou Cabido da Sé, como se apresentava a chamada “geografia diocesana” de Sergipe. Além disso, num segundo movimento de tentativa de reconstrução da memória histórica de suas vidas, decifrar a identidade coletiva lagartense através de suas individualidades.

Do ponto de vista metodológico, chama-nos a atenção o uso da categoria *tecido histórico* em Le Goff para refletir, por exemplo, sobre São Francisco de Assis em seu

---

<sup>39</sup> Discurso Pronunciado pelo Dr. José Calazans Brandão da Silva (23.10.1946) em nome da Congregação da Escola Normal “Rui Barbosa”, de Aracaju, por ocasião das Festas Jubilares de Dom José Thomaz Gomes da Silva, 1<sup>o</sup> Bispo de Aracaju. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 19, 1945-1949. p. 17.

<sup>40</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>41</sup> GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia da Letras, 2007. p. 40.

<sup>42</sup> Cf. CHARLE, Cristophe. *A Prosopografia ou Biografia Coletiva: Balanço e Perspectiva*. In: HEINZ, Flávio M, (Org.). **Por uma História das Elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

<sup>43</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000.

tempo<sup>44</sup>. Situar, localizar, precisar o objeto à engrenagem de seu tempo é uma estratégia importante na seara e na oficina do historiador. Perceber que a costura nada mais é do que o entrecruzamento de fatores, aspectos e conjunturas que permitem ao historiador compreender melhor aquilo sobre o qual ele se debruça e estuda.

Entendemos que uma boa escrita da história exige do historiador uma dilatação de seu campo de observação. Esta premissa vale também para as chamadas escritas de vida ou narrativas biográficas. Nesse sentido, nos parece ser uma operação historiográfica das mais complicadas, pois além de dar conta da trajetória, interessa-nos também percebê-los enquanto “operadores discursivos<sup>45</sup>”.

Para Le Goff, “situar, fazer compreender, elucidar as palavras dos homens no passado é uma das tarefas mais primordiais do historiador<sup>46</sup>”. Este “vocabulário da ação” nada mais é do que o perscrutamento das palavras que produzem as ações, que transformam a sociedade e seu tempo. Examinar as palavras ajuda a entender não só a engrenagem do texto, mas também o funcionamento delas e suas ressonâncias no real, na história.

O reconhecimento da historicidade dos agentes históricos analisados na presente pesquisa, sejam os membros do clero, sejam os membros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e devotos de São Benedito, nos fornece os elementos que pensamos serem necessários para compreender e explicar os movimentos de divergência, tensão e de acomodação, ou mesmo de reinvenção por que passaram.

Foi, notadamente, uma afirmação firme, precisa, contundente e expressa de proibição da festa de São Benedito em Lagarto, pronunciada pelo Padre José Geminiano

---

<sup>44</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Trad. Marcos de Castro. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

<sup>45</sup> Em um livro onde discute a construção de biografia nos oitocentos, mais de perto na produção do Instituto Histórico e Brasileiro, Maria da Glória de Oliveira apresenta mecanismos que nos ajudam a entender a biografia enquanto problema historiográfico como aporte para entender as operações intelectuais daquela instituição, bem como o mecanismo de elaboração de seus discursos, com vistas a reinventar a tradição brasileira. Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever Vidas, Narrar a História. A Biografia como Problema Historiográfico no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>46</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 12

de Freitas, em 1919, como veremos mais tarde, no quinto capítulo, que gerou o principal problema dessa tese. Nesse sentido, fez-se necessário situar aquela afirmação em seu tempo (romanização), fazê-la compreendida (localizando-a no sentido em que fora produzida e posta) e elucidá-la (no processo de arrefecimento da festa e seus desdobramentos).

Como diria Bourdieu, o qual leva em consideração as funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos:

(...) O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. (...) O porta-voz é um impostor provido do cetro (skeptron)<sup>47</sup>.

Na ânsia de elucidar, foi preciso perscrutar nossos personagens em sua formação sacerdotal e entender como a ideia de uma só Igreja se comportou tão distintamente em relação à festa em três situações.

Assim, por meio do método prosopográfico, é possível compreender o ideário católico sergipano e perceber sua relação com a devoção e festa de São Benedito em Lagarto. Até que ponto os perfis, a formação, as leituras, os escritos, as ideias e as ações dos padres Daltro, Vicente e Geminiano influenciaram aquele tipo de vivência de fé católica do povo? Teria sido isto suficiente para explicar seu esvaziamento cultural e religioso, afora um projeto amplo de romanização do Brasil? Como se posicionaram os devotos de São Benedito diante deles? Em que momento houve tensão ou acomodação entre as partes?

Nesse sentido, vale ressaltar o que afirma Eduardo Hoornaert. Opinião conhecida e respeitada no seio da Igreja Católica e no meio acadêmico, ele entende que toda leitura de história pede a identificação do lugar social em que foi gerada. No que se

---

<sup>47</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 87.

refere ao estudo da história da Igreja Católica no Brasil faz-se necessário saber de onde provêm os discursos: do lugar de quem quer impor uma nova verdade sobre o que se crê (no caso do Brasil Colonial, por exemplo, do sujeito colonizador interessado em converter e catequizar); do lugar dos que sofreram a ação dominadora, seja política, e aqui no nosso caso, também simbólica<sup>48</sup>.

Em seu estudo sobre a Igreja no Brasil Colonial, sua opção metodológica se deu a partir dos que ele considera “vítimas da história”. É bem verdade que esse exercício é tentador do ponto de vista historiográfico e pareceria até mais confortável, mas nos parece também importante ouvir as vozes dos “algozes”. E nesse ínterim, dar conta de entendê-los, “vítima e algoz”, em sua historicidade.

Para compreender o lastro histórico desses agentes religiosos, foram de fundamental importância as observações de Sérgio Miceli. Em linhas gerais, seu trabalho apresenta um quadro que nos ajuda a entender o ambiente da Igreja Católica entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse período foi especialmente marcado por três ações que a Igreja precisava levar adiante frente às investidas do Estado Imperial Brasileiro: 1) “a definição de uma moldura organizacional própria”; 2) “reaver a parcela do patrimônio incorporado pelo poder público”; 3) a “retomada de posse e dos direitos de gestão sobre as irmandades<sup>49</sup>”.

Este último tópico, em especial, é o que nos chama atenção para compreender e procurar explicar o que se verificou em Lagarto com a devoção e festa de São Benedito. Promotora da festa desde o século XVIII, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, durante anos sob a responsabilidade dos leigos que lhe deram notoriedade e expressão, entrou em rota de colisão com as necessidades eclesiais da Igreja Católica sergipana, sob as hostes do Padre José Geminiano de Freitas, particularmente a partir da década de 10 do século XX. Levando-se em conta a tese da concorrência religiosa, era preciso desmoralizar e

---

<sup>48</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 8-9. Cf. CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

<sup>49</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 25.

desmotivar aquele tipo de vivência de fé e mesmo substituí-la por outras cujo controle exclusivo ficasse a cargo da Igreja, leia-se: do clérigo.

Tentativas de reorganização e moralização no seio da Igreja Católica acompanharam sua trajetória histórica enquanto instituição religiosa. Nem sempre foram bem sucedidas, sobretudo enquanto projeto sistêmico e homogêneo. No Brasil, por exemplo, as medidas do *Concílio de Trento*<sup>50</sup> (1545-1563) não surtiram muito efeito, de modo particular nos três primeiros séculos do período colonial. O mesmo pode-se dizer das determinações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), de Dom Sebastião Monteiro da Vide.

Esse quadro revela que, por muitos anos, o catolicismo viveu como um mundo à parte da ortodoxia da Igreja, de seus preceitos e determinações. A esse propósito, assim se refere Péricles Andrade: “(...) o campo católico brasileiro era marcado por indivíduos que andavam quase todos longe de Roma, mais ciosos das autoridades civis que dos ensinamentos da Igreja e convicção das suas doutrinas<sup>51</sup>”.

Como resultado de suas investigações no campo da religiosidade católica em Sergipe, iniciadas em 2002, a pesquisadora Raylane Navarro aponta o que ela considera como “quatro momentos chaves na definição e estruturação da formação sacerdotal no Brasil”: um marcado pelas determinações do Concílio de Trento, sobretudo a criação de seminários, que tinha como meta a preparação formal do padre; um segundo momento, que pôs lado a lado e em oposição dois projetos de Igreja para o Brasil: um liderado pelo Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), Regalista ou Liberal, e outro, liderado por Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), o Movimento Ultramontano; o terceiro momento, que a autora entende como tendo sido de vitória do Ultramontanismo, onde a Igreja teve que se adaptar às novas condições impostas pela implantação da República no Brasil; e, finalmente, um quarto instante, quando a Igreja Católica precisou se

---

<sup>50</sup> Cf. ALBERICO, Giuseppe (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

<sup>51</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 20.

expandir com a criação de novas dioceses, a exemplo da capital sergipana, Diocese de Aracaju (1910)<sup>52</sup>.

Considerando as questões expostas por Raylane Navarro, não concordamos com a ideia de que houve uma vitória do ultramontanismo em Sergipe, pelo menos de imediato. Inclusive em Lagarto, como veremos adiante, essa “vitória” só começa a surtir efeitos no que ela chama de quarto momento, após o ano de 1928; e, em alguns casos, se levarmos em conta a sobrevivência da festa de São Benedito em Laranjeira e Japarutuba, por exemplo, não surtiu os efeitos desejados e necessários em sua plenitude. Além disso, nos parece que os últimos dois momentos são um só, por entendermo-los num mesmo movimento: de sedimentação da romanização<sup>53</sup> na necessidade de expandir os braços da Igreja.

A nosso ver, importa-nos três momentos e não quatro, e é assim que pretendemos demarcar nossa tese, sobretudo no que interessa ao Brasil e a Sergipe: 1º tempo – o Movimento Ultramontano como tentativa de reafirmação das determinações de Trento (primeira metade do século XIX); 2º tempo – crise da Igreja com o Estado, provocando a necessidade do reforço das ações ultramontanas e da retomada ou realocação do espaço político e mesmo de poder com a implantação da República (segunda metade do século XIX); 3º tempo – expansão das dioceses e reafirmação da Igreja por meio dos efeitos romanizadores do século passado e pela educação (primeira metade do século XX).

Entre as preocupações do trabalho de Raylane Navarro está a de procurar perceber que havia uma unicidade no que diz respeito à formação de padres nos seminários brasileiros, como veremos mais adiante. Seguiam eles as mesmas orientações? Agiam de forma organizada e uníssona? Assim, à luz dessa comparação,

---

<sup>52</sup> BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFERN, 2011. Pp. 22-24.

<sup>53</sup> Conceitualmente, optamos pelo termo romanização. Há quem concorde que este conceito esteja gasto, mas nos parece ainda muito apropriado para compreender um processo que equivaleu a uma espécie de triagem ou de depuração das práticas católicas no Brasil.

particularmente entre os seminários de Aracaju e de João Pessoa, a autora produz um importante estudo para compreender a formação de padres no nordeste brasileiro.

Os trabalhos de Raylane Navarro e Péricles Andrade<sup>54</sup>, a nosso ver, embora contribuam de forma decisiva para uma História da Igreja Católica em Sergipe, não permitem o desvelamento de ações do clero sergipano da primeira metade do século XX que contrariem a ideia de unidade e de projeto religioso bem sucedido e vitorioso. O que se pretendeu por restauração e sedimentação do catolicismo em Sergipe não alcançou sua plenitude, embora os reflexos tivessem sido contundentes em alguns aspectos, mas não no todo como em relação às devoções populares, com gradações de um extremo a outro do Estado, inclusive na capital, Aracaju, sede da Diocese, onde ainda funciona uma Irmandade dedicada a São Benedito.

À luz das considerações expostas por Sérgio Miceli, a nossa compreensão dos alcances da romanização em Sergipe, tendo como mote a situação de Lagarto a partir da festa de São Benedito, é possível a revelação de um clero que teve que conviver com o que aquele autor chamou de pontos-chaves da pretensa unidade da Igreja Católica em Sergipe: a falta de coesão, de comunicação e mesmo de liderança<sup>55</sup>. Isso nos leva a crer que na Diocese de Aracaju houve mais um “esforço de sintonia” do que uma unidade por parte do clero e de seus prelados.

Por sua vez, Katia Mattoso entende que a Igreja Católica, sobretudo no afã de se tornar independente do Estado Brasileiro, não conseguiu dar conta de atingir com eficiência sua influência sobre a população, pois ao combater a religiosidade popular e suas devoções criou um clima de desconfiança abrindo espaço para a atuação do protestantismo e dos cultos animistas. Para a autora, o pluralismo religioso acabou por se impor em detrimento do catolicismo<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> ANDRADE, Péricles. Op. Cit.

<sup>55</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 31.

<sup>56</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 300.

Comungamos com o pesquisador Antonio Lindvaldo no que diz respeito a um movimento não homogêneo no processo que tenta dar conta de explicar a história do catolicismo no Brasil<sup>57</sup>. Isso fica mais evidente quando a lente escolhida é o processo de implantação da romanização em Sergipe, mais de perto na Vila, depois cidade, de Lagarto através do estudo da trajetória de três padres e suas acomodações e tensões com uma típica festa do catolicismo popular.

Nesse sentido, vale destacar, também, o que afirma Severino Vicente da Silva em sua Dissertação de Mestrado. Seu trabalho sobre o jornal católico “Tribuna Religiosa” demonstra que ao buscar “esclarecer como uma Igreja local assume seu papel dentro de um processo que, simultaneamente, ocorre em todo continente” é possível perceber confrontos dentro daquela mesma Igreja, uma vez que, diz o historiador pernambucano, “a realidade é não uniforme, como gostaria que fosse aqueles que buscam impor modelos aos povos<sup>58</sup>”.

Entendemos que essa realidade não mudou muito com a romanização (pelo menos tanto quanto se esperava). Embora os indivíduos, de modo particular os clérigos fossem instados a se aproximarem de Roma (e Sergipe não ficaria à margem desse processo), a eficácia ou não dessa operação dependeu muito das trajetórias e da formação dos padres, bem como das vicissitudes de seus tempos, descartando qualquer possibilidade de um todo harmônico.

Como se vê, de tempo em tempos a Igreja Católica foi e é impelida a reagir e se firmar enquanto instituição hegemônica ou não. No século XIX, com o crescimento da onda cientificista são postas em xeque quaisquer posições marcadamente ancoradas em bases não naturais, como a religião. Se a ciência escolhe seu vilão, a Igreja Católica

---

<sup>57</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 28.

<sup>58</sup> SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. p. 3.

reage do mesmo modo voltando seu arsenal teológico e institucional para o catolicismo popular, até então, predominante, de modo particular no Brasil.

A História da Igreja Católica mostra que em momentos de crise de sua autoridade, dois movimentos ela leva a termos: o de curvamento, sem quebra; o de afirmação daquela autoridade a partir do discurso da unidade e da uniformização. Nesse sentido, não seria de todo estranho perceber uma relativa similitude entre o tempo de São Martinho de Dúmio<sup>59</sup> (II Concílio de Braga), em 584, e o tempo da romanização iniciada no século XIX, pois ambos queriam e pretendiam, em nome da unidade dos católicos, “substituir as velhas crenças<sup>60</sup>” e reafirmar a autoridade papal.

Em geral, isto sempre leva a uma ênfase na formação dos padres. No Brasil, isto se fez sentir, de forma mais contundente, a partir do século XIX e, mais ainda nas primeiras décadas do século seguinte. Os padres eram educados a abrir mão dos prazeres do mundo, a separar-se da família e a dedicar-se em horas e a anos de preparação e estudos, os quais exigiam deles disciplina e obediência, exercitando o respeito aos superiores e a humildade.

A vida dos clérigos passou por um reordenamento, de modo especial, no que tange ao celibato, pois o padre deveria ser, a partir de então, o agente primordial nesse movimento que vai centrar fogo na hierarquia eclesiástica e na subordinação dos leigos<sup>61</sup>.

O movimento de clericalização também afastou e suplantou, como se pode verificar em nossa pesquisa sobre Lagarto, as tradições populares. É fato que em outros lugares do Brasil, as paróquias procuraram de outro modo garantir seu espaço na Igreja<sup>62</sup>, o que não teria ocorrido em Lagarto com muita ênfase, pelo menos no período

---

<sup>59</sup> Bispo de Braga e de Dume, de 556 a 579.

<sup>60</sup> NETO, Isnard Câmara. **A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)**. Aparecida: Editora Santuário, 2009. p. 15.

<sup>61</sup> MORAES, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

<sup>62</sup> Cf. SILVA, Severino Vicente da. *Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil – Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.)*, São Paulo, 1987. In: **CLIO – Revista do PPGH da UFPE**. Nº 17. Recife, UFPE, 1998. p. 151.

que se seguiu a 1928, quando aquelas tradições encontraram pouca guarida, excetuando raros e pontuais momentos proporcionados (cuidados com muita habilidade eclesiástica) por alguns dos sucessores do Padre Germiniano de Freitas.

Frente ao exposto, pode-se dizer que a presente tese centra sua questão chave no contexto vivido por três padres entre os anos 1874 e 1928 na antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade e procurou saber que motivos os levaram, embora de formação semelhantes, em épocas semelhantes, durante o período da romanização, a comportamentos tão diversos a respeito da devoção e festa de São Benedito, tradicional por muitos anos, fenômeno não verificado em outras partes do território sergipano entre o regime monárquico e o regime republicano.

Nesse sentido, vale lembrar o que afirma Francisco José Alves a respeito da função social dos clérigos na Igreja. De forma muito precisa, o professor classifica os agentes da Igreja Católica como quaisquer agentes sociais, que, no afã de marcarem posição, condescendente ou não, como foram os casos aqui estudados: Daltro, Vicente e Geminiano, lutaram, ao seu modo e ao seu tempo por seu “quinhão simbólico e político”<sup>63</sup>.

Sujeitos históricos, figuras humanas, nem heróis e nem vilões em relação aos devotos do Santo Preto em Lagarto, mas suscetíveis aos movimentos instáveis das temporalidades, atores sociais em choque com outros atores sociais, cujas acomodações ou tensões resultaram na proeminência de uns em detrimento do eclipse<sup>64</sup> de outros.

---

<sup>63</sup> ALVES, Francisco José. *Prefácio*. In: ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010. p. 12.

<sup>64</sup> Termo tomado de empréstimo ao trabalho de Antônio Lindvaldo Souza sobre a situação do Padre Vicente Francisco de Jesus depois de peleja ocorrida em 1916, da cidade de Itabaiana, com uma figura política importante da cidade sob a indiligência de seu pastor, Dom José Thomaz. Esse assunto será tratado posteriormente na tese.

### 3. Por uma Cultura Religiosa na Análise Histórica (Acomodações e Tensões).

A escolha de conceitos que apoiem uma tese não é uma tarefa fácil e nem sempre é promissora. Partindo da concepção de Koselleck<sup>65</sup>, é necessário instrumentalizar esses conceitos dentro de uma perspectiva histórica e também historiográfica. O mesmo pode ser dito a respeito das instituições. Trabalhando com o termo paróquia, é muito pertinente, nesse sentido, o que afirma Severino Vicente: “As instituições seguem em um determinado momento histórico e, algumas são superadas pelo tempo, perdem sua importância, são esquecidas. Outras tomam rumos diversos, acompanhando as mudanças e a elas se adaptando<sup>66</sup>”.

No texto de Severino Vicente, percebe-se como o conceito de paróquia, por exemplo, vai se transmutando, se recriando e se ressignificando ao longo dos tempos da Igreja cristã, assumindo ora conotação e funções sociais, ora econômicas, ao prazer e sabor das necessidades de contexto. Esse movimento de fluxo e refluxo dos conceitos é que adotamos na escrita da tese, mostrando a plasticidade dos mesmos no tecido histórico.

Afora outras tentativas de classificar o catolicismo, presentes em trabalhos de cunho social e historiográfico, entende-se que a fórmula de Riolando Azzi<sup>67</sup> ainda é a mais confortável e a mais segura para se aventurar sem maiores riscos e perdas na seara da história da Igreja Católica no Brasil. Interessam-nos de perto as noções de catolicismo tradicional (popular) e catolicismo renovado, conceitos capazes de nos auxiliar nesse processo verificado em Lagarto.

A reforma iniciada pelo catolicismo na segunda metade do século XIX chega aos princípios do século XX com algumas coisas bem definidas, como a necessidade de

---

<sup>65</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

<sup>66</sup> SILVA, Severino Vicente da. *Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil – Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.)*, São Paulo, 1987. In: **CLIO – Revista do PPGH da UFPE**. Nº 17. Recife, UFPE, 1998. p. 149.

<sup>67</sup> Cf. AZZI, Riolando. *Elementos para a História do Catolicismo Popular*. **Revista Eclésiástica**, v. 26, fasc. 141, mar. 1976, p. 96-109.

caracterizar o que seria uma fé católica pautada em preceitos romanizadores. Das definições apresentadas por Roger Bastide sobre a romanização verificada na Igreja Católica a partir de meados do século XIX uma, em especial, chama-nos a atenção: “(...) a afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo (folk)<sup>68</sup>”. A ênfase do acesso à cultura letrada como condição para o reconhecimento das verdades da fé, a vida necessariamente ascética e a prática eminentemente sacerdotal foram minando as manifestações da cultura popular lagartense, como a devoção e festa de São Benedito.

Segundo Jekins, é preciso assumir a postura, enquanto pesquisador, de “historicizar a própria história” e chegar à conclusão de que os conceitos são construídos historicamente, não são e nem podem ser alicerces universais, mas expressões localizadas e particularizadas<sup>69</sup>.

A aversão a uma ideia de linearidade e continuidade na história a torna, a nosso ver, mais próxima de sua essência científica. É preciso ficar atento às rupturas e às tensões que as discontinuidades provocam no tecido histórico. Nesse sentido, entendemos que datar seja importante, embora não seja tudo. É só o começo, pois a perenidade das coisas e do homem permite se falar em ritmos diferenciados de realização. É bem verdade, que em termos de delimitação temporal, optamos por um período de 1771 a 1928; porém, numa perspectiva de um tempo de longa duração, o recuar e o avançar nessa temporalidade se fez necessário, evocando as chamadas raízes fundantes e as reminiscências do passado.

Em Lagarto, a adaptação da Igreja Católica aos novos rumos que a modernidade imprimia significou o esquecimento e desaparecimento da festa de São Benedito, coisa não verificada em outros lugares de Sergipe, como Laranjeiras, Japarutuba, Divina

---

<sup>68</sup> BASTIDE, Roger. *Religion and the Church in Brazil*, in SMITH, T. L., MARCHANT, A. (Eds.) *Brazil, portrait of half a Continent*. New York, 1951 apud SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

<sup>69</sup> Cf. JENKIS, Keith. *A História Repensada*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 38.

Pastora e até mesmo São Cristóvão<sup>70</sup>, onde os dois movimentos (fluxo e refluxo) se deram sem maiores alterações, pelo menos no que tange a se manterem ao menos como memória coletiva.

Embora seja uma incursão perigosa e espinhosa, frente aos intermináveis e contraditórios debates a seu respeito, uma discussão sobre cultura popular<sup>71</sup> é inevitável em nosso trabalho. Considerando a festa de São Benedito, no período estudado, como manifestação de uma crença do povo, à luz das questões teóricas de então e por que não dizer de agora, é preciso demarcá-la frente a uma cultura de elite propugnada pelos três tempos e pela Igreja<sup>72</sup>, representadas aqui por seus três padres párocos, e analisados em suas convergências e divergências.

Ainda que se possa por em questão se a devoção e a festa de São Benedito sejam ou não populares, entendemos que precisam ser encaradas como manifestações da memória coletiva. Um caminho confortável é o de se buscar, perscrutar as condições históricas e humanas que permitiram a sua existência e as suas representações.

No que tange à discussão em torno da religiosidade popular, uma reflexão possível é a levada adiante pelo Padre José Fernando Ávila<sup>73</sup>. Trata-se de um estudo bem elaborado a respeito da vivência do divino, frente às chamadas tradições populares. É fato que por se tratar de uma iniciativa de cunho claramente catequético-pastoral, nos cercamos dos cuidados que poderiam desqualificar seu uso na seara científica da

---

<sup>70</sup> Uma briga entre os Franciscanos e os irmãos do Rosário pela posse das alaias da Irmandade, mero pano de fundo, era a tentativa de controle das irmandades pelo vigário local (o mesmo aconteceu com a Irmandade do Amparo dos Homens Pardos), dentro do processo de romanização na antiga capital de Sergipe. Essa briga levou o Arcebispo da Bahia, em 1907, a interditar a Irmandade do Rosário e, mais tarde, a extingui-la. Trataremos disso melhor, mais adiante.

<sup>71</sup> Nunca é demais lembrar que até mesmo a discussão em torno do conceito de cultura tenha lá suas complicações também. Para tanto, vale lembrar o que diz Eagleton a seu respeito: “(...) é um termo escorregadio, que pode ser trivial ou problemático. Um suplemento de jornal em papel colorido é cultura, assim como as imagens de africanos emaciados que ele oferece a nossos olhos”. Cf. EAGLETON, Terry. *Depois da Teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005. p. 78.

<sup>72</sup> Segundo Severino Vicente da Silva (1998, p. 152): “(...) O grande embate ocorrido no século XVI e XVII na Europa, entre cultura de elite e cultura popular, ocorre nos estertores do século XIX e no início do século XX, no Brasil”.

<sup>73</sup> SOARES, Pe. José Fernando Ávila. *A Vivência do Divino na Tradição de um Povo*. Petrópolis, Vozes: 1986.

historiografia, porém não se deve deixar de lado sua importante colaboração para algumas situações que iremos desenvolver no uso daquele conceito e de seu entendimento nas questões por aqui discutidas ao longo da tese. Sua reflexão histórica sobre o fenômeno religioso em Sergipe, na esfera popular, pontuando momentos e situações diversas, é muito valiosa.

Uma análise da religiosidade popular deve ser feita sempre num contexto sócio-cultural donde ele deriva, pois um homem simples ao viver sua vida numa dimensão global é sempre um homem religioso. E a partir do religioso, manifestado em orações, festas, penitências, provérbios, cantos, expressões etc, que ele analisa o mundo e nele consegue se integrar...<sup>74</sup>.

Afora isso, ainda na seara dos conceitos, ser-nos-á de grande valia, sobretudo para os últimos capítulos, em que nos debruçamos sobre as mudanças no seio da Igreja Católica, a partir da formação dos padres pelos antigos e novos seminários, e a relação Igreja e Estado pós-proclamação da República, o conceito de neo-cristandade, pioneiramente utilizado em âmbito acadêmico pelo historiador Severino Vicente da Silva, em 1985.

Tendo as questões em torno da Primeira Guerra Mundial como mote para entender o novo tipo de relação entre a Igreja e o Estado, Severino Vicente dissertou a respeito da formação da nova cristandade, pautada, que foi, por “um modo específico da Igreja na sociedade, que se utiliza o poder político e social das classes dominantes como mediação junto aos homens<sup>75</sup>”.

---

<sup>74</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>75</sup> SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. p. 36.

#### 4. Fontes para a Pesquisa e Organização dos Capítulos.

Para Geertz<sup>76</sup>, o importante é não tornar complexo o que se quer explicar, mas inteligível e ordenado, ainda que para isso adote-se a simplicidade. Na maioria dos casos, as teorias mais complicam do que explicam. Humberto Eco afirma que o ato de fazer uma tese deve ser divertido e esta precisa ser como um porco, do qual nada é desperdiçado<sup>77</sup>.

Não é uma tarefa fácil lidar com a documentação de irmandades de pretos ou de pardos, particularmente em Sergipe. Em geral, limita-se a compromisso e livros de contas. Para a pesquisadora Maria da Glória, isso se deve em grande medida pelo fato de que a maior parte dos indícios deixados pela Igreja Católica ter sido gerada pelo que ela chama de “centro”. Para tanto, entende que o silêncio ou silenciamento dos chamados “desfavorecidos” da memória pode ser “denunciador<sup>78</sup>”.

Procuramos ordenar e estabelecer o uso das principais fontes aqui utilizadas. Entre elas, destacamos: o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora do Lagarto, aprovada em 1771, compondo o acervo documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal); o Livro de contas, receitas e despesas, da mesma irmandade, aberto em 1856 e encerrado em 1877, do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe<sup>79</sup> e a recompilação do Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de 1874, cuja edição se encontra no Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe.

No acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe, além de diversos outros documentos, como aqueles localizados em seus fundos, como os do Barão de Geremoabo, obras sergipanas diversas, destaque para os jornais que

---

<sup>76</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.

<sup>77</sup> ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 23ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 173.

<sup>78</sup> ALMEIDA, Maria da Glória. *A Igreja em Sergipe e os “Desfavorecidos”*: Possibilidades de Pesquisa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, Aracaju, n. 32, 1993-1999. p. 80.

<sup>79</sup> AGJSE: Livro de Contas, Receitas e despesas Da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto, Cartório do 2º. Ofício de Lagarto, RG: 1289.

circularam em Sergipe entre os séculos XIX e o XX, tais como: o Diário Oficial de Sergipe e A Cruzada. Foi no acervo do IHGSE, que nos debruçamos sobre a Carta de Sesmaria de Antonio Gonçalves de São Tomé, sesmeiro fundador do que seria mais tarde a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Deu muito trabalho, praticamente caçarmos informações nesses jornais, mas os resultados foram surpreendentes, pois não só foi possível localizar artigos ou menções aos padres, como registros sobre a festa ou correlacionado, capazes de nos subsidiar na análise. É importante destacar que, parte considerável desse acervo se encontra em meio digital.

Para entender o ambiente e as ações vividas pelos nossos personagens e perscrutar suas ideias, destacadamente Daltro, foi de fundamental importância o fundo Ag4-Clero do Arquivo Público de Sergipe (APES). Trata-se de um conjunto de correspondências dirigidas às autoridades provinciais de Sergipe no século XIX. Também no APES, foi possível coletar outros documentos que cobrem o segundo instante da tese, que envolve Vicente e Germiniano, posterior à criação da Diocese de Aracaju, nos primeiros decênios do século XX, entre eles: Carta Pastoral sobre o Sagrado Coração de Jesus e a Circular ao Reverendo Clero do Bispado de Aracaju, ambos de autoria de D. José Thomaz Gomes da Silva.

No Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS), hoje aos cuidados do Laboratório Reitor Eugênio Veiga (Universidade Católica de Salvador-UCSAL), fundado em 25 de fevereiro de 2002, entre os Processos de Habilitação para o Presbiterato, foi possível localizar documentação relativa a Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro e ao Cônego José Geminiano de Freitas. Curiosamente, ainda que saibamos de sua formação no Seminário Santa Tereza, não encontramos nenhuma informação relativa ao Padre Vicente Francisco de Jesus.

Ainda em Salvador, foi valiosa a pesquisa no Arquivo dos Capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Piedade, onde pudemos encontrar fontes que nos auxiliaram a compreender melhor a formação religiosa da Vila de Lagarto, contribuindo para o esclarecimento de algumas questões sobre a devoção em torno de Nossa Senhora

da Piedade e sobre a realização de Santas Missões nas administrações dos principais clérigos, personagens da presente tese.

No Arquivo da Cúria de Lins, cidade interiorana de São Paulo, tivemos acesso ao acervo pessoal do Cônego Vicente Francisco de Jesus. O mesmo ocorrendo no Arquivo da Paróquia de Santo Antônio, onde foi possível colher dados da trajetória sacerdotal do Vigário e da vida religiosa de Lagarto, inferidas de suas memórias, sejam escritas, sejam fotográficas, que levou consigo para aquele lugar.

Outro conjunto de fontes expressivas e elucidativas faz parte do Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cuja cópia digitalizada encontra-se no Acervo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. São mais de 80 volumes, contendo documentos importantes como cartas de vigários e registros das vilas sergipanas.

De suma importância, levantamos fontes no acervo da Diocese de Aracaju, do Seminário Sagrado Coração de Jesus e da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ambos, também, na capital sergipana. Tais acervos são compostos de cartas, livros de tomo, relatórios e fotos, elementos pertinentes na busca por entender o processo de recatolização do Brasil em Sergipe e na necessidade de compor as trajetórias sacerdotais de Vicente Francisco de Jesus e José Geminiano de Freitas, este último, com uma considerável atuação no Cabido da Diocese de Aracaju.

O Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto também esteve compondo nosso cabedal de fontes, com destaque, sobretudo, para: cópias microfilmadas de documentos da Ordem de Cristo, séculos XVI e XVII, referentes aos primeiros tempos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, revelados, em 2012, pela Fundação Joaquim Nabuco (Recife-PE), com nossa iniciativa e contando com a supervisão do Prof. Dr. Severino Vicente da Silva; os livros de Tombo entre os séculos XIX e XX, bem como relatórios e atas de associações e confrarias criadas a partir da atuação sacerdotal de Vicente Francisco de Jesus e, principalmente, de Geminiano de Freitas.

Dessa maneira, nossa tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, intitulado **Da Devoção a Nossa Senhora da Piedade à Instalação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1669-1771)**, após uma breve, porém necessária, discussão em torno da história local, optamos por escrever uma História de Lagarto a partir de uma análise cultural e religiosa, procurando preencher algumas lacunas a respeito e dar vazão a novas interpretações. A ideia é mostrarmos como se constituiu a religiosidade do povo lagartense a partir do processo de ocupação colonial portuguesa e do catolicismo. Nesse sentido, procuramos atentar-nos para discussão em torno da implantação da devoção a Nossa Senhora da Piedade e a posterior instalação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, dando conta de percebê-la a partir de seu Compromisso aprovado em 1771, analisado no capítulo seguinte.

No segundo capítulo, **Das Fronteiras e dos Limites de um Universo Multifacetado de Devoção de Empreendedorismo Religioso (1771-1874)** o, seguindo num movimento para o passado o mais distante possível (retrocedente), perscrutamos as fontes para detectar a vida cultural e religiosa oitocentistas na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, como pano de fundo para entender as demandas explicativas do empreendedorismo religioso levado adiante pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, frente à forte mobilização social em torno dela.

No terceiro capítulo, intitulado **Margeando a Santa Sé em Festa de Preto e de Branco – Uma Romanização em Processo? (1874-1896)**, em questão, o avanço do processo de romanização no Brasil, as principais mudanças verificadas no seio da Igreja Católica e a atuação do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, a partir de sua chegada à Vila de Nossa Senhora da Piedade. Paradoxalmente, foi o momento de auge da Festa de São Benedito e, para explicá-la e compreendê-la, em destaque uma série de registros daquele tempo onde o Santo Preto era o dono e senhor das manifestações religiosas do lugar.

No quarto capítulo, **Recatolização de Sergipe: Uma Festa Esvaziada em Agonia, Silenciamento e Invisibilidade (1896-1913)**, destacamos uma simbologia que ajuda a compreender o fenômeno da romanização em Sergipe, no que ele teve de

pontual e específico, mas à luz de um contexto mais geral de propagação da necessidade de formar melhor seus padres e debelar as tradições religiosas populares. Nesse sentido, a saída de cena de Daltro e a chegada de Vicente coincidem com o esmaecimento da Festa de São Benedito.

Por fim, no quinto capítulo, **A Festa e o Tempo de Geminiano de Freitas: Entre Resistência e Permanências, um Véu de Esquecimento (1913-1928)**, a ideia é focar no cerne do problema: a proibição da festa pelo Padre Germiniano de Freitas, em 1919, feita de forma contundente, forte e precisa. Nesse sentido, a ênfase da análise recai sobre força contextual das palavras do Vigário, procurando entender o momento em que foram produzidas à luz da trajetória de vida de quem a produziu para assim medir o peso de seus reflexos na festa e sua atuação através da criação de associações e festas concorrentes à de São Benedito.

## CAPÍTULO I

### **DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA PIEDADE À INSTALAÇÃO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS (1669-1771)**

#### **1.1. Uma História Local, Uma História do Lugar: por uma História Cultural de Lagarto sob a Ótica da Religiosidade.**

Em geral, quando se pensa em estudos sobre as vilas e cidades brasileiras, o que se vê são trabalhos que versam sobre questões políticas e econômicas, em nível enciclopédico, e nem sempre se levando em conta aspectos sociais e culturais. A primazia pela narrativa e a iconização de feitos e pessoas também é uma tônica, não deixando entrever elementos que podem colaborar decisivamente para uma compreensão melhor do Brasil, a partir daquilo que lhe é particular, específico e local.

A ênfase em análises históricas, em que pesem tão somente o viés político ou econômico das engenharias humanas, não permitiu, por muito tempo, observar outros elementos importantes, sobretudo na formação dos primeiros núcleos populacionais brasileiros, a exemplo do lagartense, a exemplo do campo cultural e o do campo religioso.

Este último é um conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que nos parece muito pertinente para as reflexões e discussões levantadas por nossa pesquisa, seja pela possibilidade de entender a devoção de São Benedito e de ela ter se propagado em Lagarto a partir da existência de negros escravos no século XVII, que por sua vez teriam transportado elementos das religiões africanas; seja pela compreensão do campo religioso católico e as mudanças por que passou entre o final do século XIX e o início do século XX.

Nesse sentido, vale destacar que, para Bourdieu, o chamado aparato religioso, as “estruturas dos sistemas de representações e práticas religiosas”, em geral,

notadamente exercem o papel de instrumento de imposição e legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação e para a “domesticação dos dominados”<sup>80</sup>.

Afora alguns estudos sobre a história da Igreja Católica em Sergipe, anteriormente mencionados, algumas questões ainda merecem uma maior atenção, sobretudo no que diz respeito ao universo verificado com a instalação do processo de romanização e sua relação com o chamado catolicismo popular. Pouco estudada, a vida religiosa de Lagarto necessita de investidas mais profundas e contribuições significativas. Os trabalhos que foram escritos apenas a mencionam, sem maiores aprofundamentos e explicações que deem conta de entendê-la.

Nesse sentido, vale destacar o que diz Eduardo Hoornaert sobre a formação da sociedade brasileira. Segundo ele, o Brasil é fortemente marcado pelo simbolismo católico<sup>81</sup>. Interessa-nos saber quais as marcas desse simbolismo na sociedade lagartense e em seu tecido histórico, notadamente no que diz respeito às suas tradições religiosas populares, a exemplo da festa de São Benedito.

Embora sejam dignos de nota e expressem um valioso contributo, os trabalhos que compõem a historiografia sergipana, no que diz respeito à Lagarto, não têm merecido e nem dado a atenção devida. As informações sobre sua presença no rico e diversificado cenário da história sergipana são esparsas, meramente ilustrativas e quase nulas ou até mesmo anuladas. Isso, talvez, explique a representação de uma história de Sergipe sob a ótica predominantemente cotinguibense<sup>82</sup>.

Há alguns anos, os trabalhos de história têm dado uma maior atenção à história dos lugares. Isso se deu, em grande medida, pela contribuição das renovações verificadas no campo da história a partir da primeira metade do século XX,

---

<sup>80</sup> BOURDIEU, Pierre. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

<sup>81</sup> HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 9

<sup>82</sup> Refere-se ao fato de apenas ou mesmo somente entender Sergipe pelas sociedades que se constituíram no chamado Vale do Cotinguiba, uma expressão geográfica e histórica a partir do século XVI, que compreende, por exemplo, cidades e regiões no entorno de Laranjeiras, São Cristóvão, Aracaju, entre outras. Era uma região fértil de faixa litorânea que proporcionou a introdução do cultivo da cana-de-açúcar.

particularmente pela chamada historiografia francesa, sobretudo a preocupação em levar adiante o que se convencionou chamar de história local.

Nunca é demais lembrar que, anterior a esse movimento de ordem teórica, mas também metodológica, predominava as macro abordagens, as sínteses estruturais, que ofuscavam as potencialidades e diversas possibilidades das microanálises<sup>83</sup>, dos olhares multifacetados da história dos lugares, das pessoas, de seus hábitos e crenças particulares.

Tal perspectiva de uma história a partir da aldeia, leia-se do lugar, leva em consideração a potencialidade histórica dos municípios brasileiros, por exemplo, e as tramas envolvendo seus sujeitos, seus agentes históricos os mais diversos, em situações como as vivências religiosas aqui tratadas no campo religioso do catolicismo. Para tanto, é inevitável uma abordagem da cultura e também da sociedade: a “ação social como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais<sup>84</sup>”.

Por anos, a história de Lagarto viveu na obscuridade<sup>85</sup>, o que permitiu dar vazão a uma série de explicações que passam longe de critérios mais próximos da verossimilhança, uma vez que falar de verdade torna-se terreno perigoso e movediço no campo da história enquanto conhecimento.

---

<sup>83</sup> CF. REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. Cf. GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>84</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In Peter Burke (org). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992. p. 135.

<sup>85</sup> A tese de uma obscuridade envolvendo a origem de Lagarto está presente num documento de 1881, enviado pela Câmara Municipal ao Doutor Benjamim Franklin Ramiz Galvão, então Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Assinam o documento, por sinal repleto de incorreções e lacunas, os seguintes membros da Câmara: Miguel Theotônio de Castro P., Serafim da Silva Vieira, Gonçalo Rodrigues da Costa, Manoel José d’Almeida, Antonio Manoel de Carvalho, Antonio Alvez de Gois Lima, Luiz Franco de Carvalho e Manoel Romão da Piedade. Cf. *Descrição do Município de Lagarto, na Província de Sergipe*. 06 de abril de 1881. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 111. Rio de Janeiro, 1991. pp. 267-268. Opinião partilhada por um dos ilustres lagartenses em 1902. Cf. FREIRE, Laudelino. *Município de Lagarto*. In: **Quadro Corográfico de Sergipe**. 2 ed. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902. p. 120.

A necessidade de uma história sistemática de uma das vilas mais antigas de Sergipe, dívida até mesmo deixada por dois de seus maiores nomes (Laudelino Freire<sup>86</sup> e Sílvio Romero<sup>87</sup>), levou um natural de Campo do Brito-SE, Adalberto Fonseca<sup>88</sup>, radicado e que constituiu família em Lagarto, a uma empreitada que se arrastaria por mais de quarenta anos até o seu desfecho em 2002, com sua obra *História de Lagarto*<sup>89</sup>.

A iniciativa de Adalberto Fonseca rende até hoje comentários os mais diversos, categorizando sua obra, pejorativamente, no campo dos chamados memorialistas. É fato que ela não teve o cuidado acadêmico, que peque pela falta de precisão dos dados e até mesmo pela imprecisão de algumas teses como a da origem do nome Lagarto atribuída a uma pedra em formato de réptil e a versão sobre a penetração jesuítica em Lagarto, da forma como é exposta, já pelos idos de 1574, como outras assertivas suas ou por ele disseminadas, de outrem, que merecem algumas ponderações, sobretudo ao primeiro século de sua história tricentenária. As informações, por ele apresentadas, ainda carecem de uma maior fundamentação e somente novas pesquisas poderão vir a dar conta de algumas lacunas e incongruências.

---

<sup>86</sup> Laudelino de Oliveira Freire é natural de Lagarto, nascido no dia 26 de janeiro de 1873. Tornou-se conhecido nacionalmente em diversas áreas, como jornalismo, direito, docência, política, entre outras. Foi no campo da linguística, aonde seus dotes intelectuais o conduziram à Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 10. A partir de 1918, publicou mais de 68 volumes da famosa Revista da Língua Portuguesa, decisiva para traçar o perfil de nosso idioma e seus normativos. Ainda nessa seara, foi responsável pela elaboração do Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, obra publicada postumamente. Em 1898, publicou “Quadro Corográfico de Sergipe”, onde Lagarto aparece com rápidas pinceladas, sem maiores aprofundamentos que ajudem a elucidar sua história. Laudelino morreu no Rio de Janeiro em 1937, aos dezoito dias do mês de junho. Cf. ARAÚJO, Acrísio Torres. **Laudelino Freire. In: Literatura Sergipana.** 2 ed. Brasília, 1976. pp. 73-75.

<sup>87</sup> Sílvio Vasconcelos Ramos Romero nasceu em Lagarto no dia 21 de abril de 1851, tendo se criado ali até à altura dos cinco anos de idade, quando se tornou uma dos mais importantes intelectuais brasileiros de sua época, tendo como uma de seus valiosos feitos a criação da Escola de Recife em 1870, ao lado de outro sergipano, natural da antiga cidade de Campos, Tobias Barreto. Sílvio cita Lagarto diversas vezes no conjunto de sua obra, particularmente em seus trabalhos dedicados à cultura popular, esteio fundamental para identificar e compreender as vivências religiosas em torno da devoção à São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Cf. RABELLO, Sylvio. **O Itinerário de Sílvio Romero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. *Sílvio Romero.* In: **Personalidades Sergipanas.** Aracaju: Typografia Editorial/Banco do Estado de Sergipe, 2007. pp. 25-34.

<sup>88</sup> No ano de 1972 propôs e foi atendido (Lei municipal nº. 263) com a criação da bandeira, do hino e dos símbolos lagartenses (como o brasão). Teve o apoio do poder público municipal, à época sob a responsabilidade de José Ribeiro de Souza (Zé Coletor).

<sup>89</sup> FONSECA, Adalberto Fonseca. **História de Lagarto.** Governo de Sergipe, 2002.

Ressaltar a importância de sua pesquisa é fato, pois não se pode escrever ou pretender escrever uma História de Lagarto sem lhe prestar a atenção e cuidados merecidos. Não se pode negar seu valor e não se pode partir do nada para acrescentar-lhe algo novo que ajude, sobretudo, a elucidar situações que tornem essa primeira tentativa sistemática em algo mais plausível e detonador de novas possibilidades de estudo.

Para levar adiante uma história local de Lagarto, a obra de Murilo Marx<sup>90</sup> nos parece muito salutar para o que estamos apresentando nesse momento da tese em que introduzimos questões que serão esgarçadas ao longo de seus próximos quatro capítulos. Seu trabalho apresenta como mola-mestra a ideia de que Igreja Católica na formação das vilas e cidades brasileiras, mormente o momento de ruptura entre Estado e Igreja na República, sempre se apresentou como a raiz fundadora dos espaços urbanos.

Desde o surgimento – e a partir da própria gênese dos núcleos – os assentamentos coloniais expressam as precisas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizada por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino<sup>91</sup>.

Outro trabalho que vai nessa direção, embora apresente algumas particularidades, é o de Ronald Raminelli<sup>92</sup>. O autor defende a ideia de que o espaço urbano pode ser compreendido pelas fundações e existências de vilas coloniais. Para o autor, as vilas exerciam um papel de grande importância, em especial como reguladoras da vida política da colônia, como também religiosa, em nível de vigilância das consciências.

---

<sup>90</sup> Cf. MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991.

<sup>91</sup> MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991. p. 11.

<sup>92</sup> RAMINELLI, Ronald. *Simbolismos do Espaço Urbano Colonial*. In: VAINFAS, Ronald. (Org) **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992, p. 163-197.

Mesmo considerando que a realidade do espaço urbano das vilas da costa nordestina do Brasil estivesse longe dos moldes espanhóis, Raminelli entende que pode servir como norte para compreender a nossa realidade colonial, uma vez que as duas realidades foram construídas pelas mesmas tradições culturais: o Estado e a Igreja.

Por isso mesmo, nossa preocupação em escrever uma história de Lagarto levando-se em conta essa premissa, onde a mitra se ocupava, sob a delegação da coroa, de ir dando feições às nossas vilas e cidades<sup>93</sup>. Nossa opção em estudar a história de um lugar pelo viés cultural e religioso se dá muito em razão de entendermos que o elemento religioso foi um aspecto marcante e decisivo na formação da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

A História de Lagarto está impregnada de valores cristãos, marcadamente católicos, em que a figura do padre se apresentou não só como agente religioso, mas também como agente sociopolítico, tendo sido decisivo em ações que fomentaram seus principais acontecimentos. Esse aspecto não só definiu a sua identidade, como foi fator decisivo em sua formação e desenvolvimento.

A figura e a identidade funcional do padre no Brasil mudaram ao longo do tempo. Inicialmente, não eram exímios pregadores e detentores de conhecimentos teológicos profundos como os que serão analisados ao longo dessa tese. Eles estiveram durante muito tempo mais para funcionários e servidores da Coroa Portuguesa, com a obrigação precípua de prestar serviços religiosos à população, como: batismos, casamentos, missas e enterramentos. Além, é claro, de manter a fé através de ritos, aqueles padres dos primórdios do Brasil e de Sergipe ocuparam-se de registrar a vida dos povoados, vilas e cidades das quais eram responsáveis<sup>94</sup>.

A nosso ver, como formadora de costumes, hábitos e crenças, a Igreja Católica influenciou decisivamente no modo de vida e nas representações culturais da gente do Lagarto. Tal assertiva não quer, em nenhum momento, atribuir única e exclusivamente

---

<sup>93</sup> MARX, Murillo. Op. cit. p. 12

<sup>94</sup> Não foi à toa, que os registros paroquiais se tornaram fontes imprescindíveis para pensar uma história local do Brasil.

à ação de um homem religioso, notadamente o pároco ou vigário, o potentado da história. Porém, quer reconhecer e ressaltar que em Lagarto ela foi decisiva. É o que irá ser deslindado ao longo dos próximos capítulos.

## 1.2. Formação e Fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto

Riolando Azzi identifica no momento que se seguiu à chegada dos portugueses ao Brasil, a existência de dois projetos: o da conversão dos índios e o da conquista do território<sup>95</sup>. Considerando as fontes disponíveis e aqui consultadas, pode-se afirmar que a primeira investida da Igreja Católica em terras lagartenses, sobretudo no que diz respeito ao primeiro projeto, passou longe pelo primeiro século da História de Lagarto e, que, portanto, não se justifica a presença de jesuítas a formar seus primeiros núcleos de povoamento, conforme foi afirmado até a presente data. Os fatos a seguir dão sustentação ao que estamos postulando.

Em 1575, coube ao padre Gaspar Lourenço<sup>96</sup>, responsável pela fundação das Missões de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo, a primeira tentativa de penetração dos portugueses em território sergipano, com vistas à conversão e catequização dos silvícolas<sup>97</sup>. Vale lembrar que o pano de fundo do que seria uma conquista militar mais adiante foi uma questão religiosa.

---

<sup>95</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 13.

<sup>96</sup> Sobre esse importante e singular personagem dos primórdios da história da Igreja Católica de Sergipe, vale destacar o que diz o Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida: “Menino órfão, matriculado como estudante, candidato ao sacerdócio consagrado às missões do Brasil”. Cf. ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 21, 1951-1954, p. 124. O missionário português foi recebido pelo Padre Leonardo Nunes. Teria nascido na Vila Real de Traz os Montes, rezando missa pela primeira vez em outubro de 1560, com aproximadamente 17 anos. Afora os problemas históricos em torno de sua trajetória de vida, é provável que tenha nascido em 1535. Chegou ao Brasil com os jesuítas na condição de menino abandonado, criado por padres. Gaspar Lourenço se notabilizou na Companhia de Jesus pelo domínio da língua nativa e também pela oratória junto aos índios (p. 157). O mesmo teria morrido aos 45 anos de idade, no ano de 1581, “minado pela tuberculose” (p.205).

<sup>97</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Segundo consta dos documentos e da historiografia disponível, a comitiva de Gaspar Lourenço partiu de um lugarejo por nome de Santo Antônio, nas proximidades do Rio Real (Bahia), em fevereiro de 1575, composta por seu companheiro, o Irmão João Salônio e o Capitão Garcia D'Ávila. Como já fora salientado, contribuiu decisivamente para a escolha de seu nome a sua acuidade com a língua indígena. Como se tratava de uma missão religiosa de aproximação a um grupo hostil, falar a sua língua seria fundamental.

Dom Marcos Antônio de Souza<sup>98</sup>, em 1808, ao se referir aos primórdios de Sergipe invoca toda uma documentação oficial produzida pela Igreja Católica entre a segunda metade do século XV e a segunda metade do século seguinte, tais como a *Bula Inter Coetera* e a *Bula Super Speculla*, para buscar justificar as ações de conquista do território brasileiro pela fé e pela evangelização a fim de atingir o propósito de: “(...) em todas as terras descobertas e que o futuro se descobrissem e também o direito de dar todos os benefícios de cura d'almas seculares e regulares e ainda os que para o futuro se erigissem<sup>99</sup>”. Trata-se de uma legitimação da conquista pela fé para Jesus Cristo (leia-se, Santa Sé).

Há uma tendência, na historiografia oficial sergipana, a ver na missão pioneira dos religiosos uma espécie de preparação de terreno para a conquista militar em 1590,

---

<sup>98</sup> Sobre D. Marcos Antônio de Souza, destacamos a seguir um resumo biográfico escrito por Epifânio da Fonseca Dórea, para a primeira edição impressa do ano de 1943, de suas Memórias sobre a Capitania de Sergipe: “D. Marcos Antonio de Souza, 14<sup>o</sup> bispo do Maranhão, nasceu na cidade da Baía a 10 de fevereiro de 1771 e faleceu no Maranhão a 29 de novembro de 1842. Foi de deputado à Assembléia Constituinte portuguesa, de 1821, e à Assembléia Legislativa brasileira na Legislatura de 1826-1829. Foi o primeiro bispo de nomeação de D. Pedro I, fundador da monarquia brasileira. Eleito bispo do Maranhão a 12 de outubro de 1826, confirmado a 25 de junho de 1827, sagrado no Rio a 28 de outubro de 1827. (...) Foi vigário da freguesia do Pé do Banco de Sergipe, e depois da freguesia de N. S. da Vitória, da capital baiana”.

<sup>99</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p.14. A obra foi escrita originalmente em 1808 e teve sua primeira publicação impressa em 1877/78. À época do manuscrito, seu autor era Presbítero Secular de São Pedro e Vigário de Nossa Senhora da Vitória da Bahia. Trata-se de um importante registro da História de Sergipe, que abre um leque significativo de estudos e que ajuda a compreender sua formação e fundação, além de servir como fonte para conhecer Sergipe Imperial.

por Cristóvão de Barros, da qual não somos adeptos, sobretudo pelas circunstâncias em que ela se processou: à revelia dos jesuítas designados para vir a Sergipe.

Essa empreitada foi iniciada em 1589 e sua incumbência foi a de requerer para Portugal as terras de Sergipe das mãos dos índios e dos franceses. A historiografia a respeito é quase unânime em afirmar que esse processo foi intenso e demorado. Houve resistência dos índios, predominantemente Tupinambá<sup>100</sup>, representados por figuras emblemáticas como o cacique Serigy, cuja alcunha será utilizada pela Coroa Portuguesa para nomear a nova capitania: Sergipe D'El Rei<sup>101</sup>.

Laudelino Freire entendia que a conquista de Sergipe também teve uma motivação de ordem pessoal<sup>102</sup> por parte de Cristóvão de Barros, o que, em tese, explicaria a belicosidade de seus comandados frente à reação dos índios que habitavam o lugar antes da chegada dos portugueses<sup>103</sup>, notadamente tribos Tupinambá e Tapuia.

Escreve Laudelino a respeito:

Levado por sentimentos de vingança contra o procedimento dos indios cahetes que traiçoeiramente assassinaram seu pae nas margens do rio S. Francisco, empreendeu a conquista dos dominios daquellas tribus,

---

<sup>100</sup> Para a antropóloga Beatriz Góis Dantas, é apressado e equivocado dizer que só existiram Tupinambá sem Sergipe. A mania egocêntrica e dicotômica (Tupi e Tapuia) de classificar os povos indígenas no Brasil, a “tupimania”, também afetou parte considerável da historiografia sergipana. Cf. DANTAS, Beatriz Góis. *A Tupimania na Historiografia Sergipana*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, Aracaju, n. 29, 1983-1987. pp. 65-87.

<sup>101</sup> Naturalmente, àquela época, por força do catolicismo, que os nomes dos lugares conquistados fossem de nomes de santos cristãos. Nesse primeiro momento, em Sergipe, isto só se deu em relação a sua primeira cidade: São Cristóvão; uma espécie de referência indireta ao seu conquistador. Assim, é importante lembrar não se deu aqui uma de homenagear o índio. Particularmente, essa atitude nos parece mais uma espécie de escárnio e de ostentação de quem conquista, como a exibir um espólio de guerra, por que foi assim que se deu a conquista de Sergipe: pela espada. A expressão por si só “D'El Rei” dá a tônica do pertencimento, da vitória sobre o “ímpio”. Curiosamente, mais tarde a figura do índio Serigy será utilizada no período pós-independência de Sergipe (1820) como elemento romântico de definição de uma identidade sergipana, atribuindo ao cacique a áurea de herói.

<sup>102</sup> Seu pai, o Provedor-Mor Antonio Cardoso de Barros, foi assassinado por índios.

<sup>103</sup> A esse respeito, vale ressaltar o que atesta Dom Marcos Antônio em 1808, até para se ter uma dimensão da dizimação indígena provocada pela conquista de Sergipe e sua ressonância pelos séculos que a sucederam: “(...) Vivem ali poucos índios aldeados e dispersos”. Cf. SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944.

tomando elle mesmo a frente da expedição. Munido da licença de El'Rei, nomeou capitão da vanguarda do exercito a Antonio Fernandes, da rectaguarda' a Sebastiao de Faria e assumindo a direcção resolveu seguir ao longo do mar. Em chegando as margens do rio Irapiranga ou Vasa-Barris, nas proximidades da actual cidade de S. Christovam, trata de perseguir e por-sse ao encalço de Baepeba, rei de todo gentio de Sergipe. Este chefe tinha junto a sua cerca mais duas outras, elevando-se a 20,000 o numero de indios que nellas se abrigavam. Christovam levanta suas trincheiras, trata de privar os inimigos da agua que bebiam e de derribar a primeira cerca, o que consegue depois de lutas em que de parte a parte cahiram mortos e feridos. Seguiu-se a destruição da segunda cerca<sup>104</sup>.

Abaixo, um relato geral da cruenta expedição militar de Cristóvão de Barros, ordenada pelo Governador Geral, Luiz de Brito e Almeida, demonstra o desapontamento dos religiosos jesuítas na primeira investida do homem português em terras sergipanas:

Arruinaram-se totalmente os trabalhos do Rio Real. O Governador Luís de Brito veio com tropas para bater os índios de Apiripê, e ao aproximar-se da aldeia de Santo Inácio fogem seus habitantes. Ele considera a fuga quebra de paz, persegue-os. Surubi morre, e os mais entregam-se. Cativa a todos e os encurrala na igreja de São Tomé como em um cárcere. Os soldados assolam tudo quanto encontram, e o governador arrebanha quantos achou e os arrasta para a Bahia; de modo que o resultado de tantas esperanças foi o cativo de mil e duzentos transportados para a Bahia que com a morte se serviu libertar dentro do ano do cativo<sup>105</sup>.

Em 1590, Sergipe se insere, em definitivo, no processo de colonização e povoamento do Brasil. Vencida a resistência, funda-se a Capitania de Sergipe D'El Rei com sede na cidade de São Cristóvão. A nova capitania nasce com seu cordão umbilical

---

<sup>104</sup> FREIRE, Laudelino. **Quadro Corográfico de Sergipe**. 2 ed. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902. p. 50.

<sup>105</sup> SACCHINO, Francisco (R.P.). *Historiae Societatis Jesu*. In: LEAL, Antonio Henrique. **Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil**. Tomo II. Apud.: Catequese. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura, 1975. p. 17.

ligado à Capitania da Bahia de Todos os Santos, prevalecendo essa condição até o dia 08 de julho de 1820 e confirmado em 1824, com sua emancipação política concluída.

Coube à Igreja Católica, dentro desse projeto de conquista das terras brasileiras, a constituição dos seus “matizes religiosos”, não somente pela criação de instituições eclesásticas, como também na tarefa de “cingir de devoção e espiritualidade as manifestações inoculadoras da fé, como cerimônias litúrgicas e os festejos religiosos<sup>106</sup>”.

Riolando Azzi<sup>107</sup> avalia esse processo de conquista do território, inclusive pela fé católica, de forma muito precisa. Ainda que se leve em consideração o esforço abnegado e desprendido de alguns missionários, em geral, a empresa religiosa também deixou um legado de violência cultural, e mesmo física, significativo, sobretudo porque a conversão católica implicava num contundente desenraizamento cultural dos povos indígenas e mesmo numa dizimação pela força militar dos conquistadores e até mesmo dos religiosos. Em relação à metodologia dos aldeamentos, por exemplo, Hoornaert afirma ter havido antes doutrinação a pedagogia da fé<sup>108</sup>.

A teologia tridentina em voga naquele momento propugnava a necessidade de “introduzir os indígenas nos domínios da civilização<sup>109</sup>”. Isto teve como consequência um considerável choque de culturas e de visões de mundo, entre a chamada cosmovisão indígena e ação imperativa civilizadora dos europeus.

Embora o historiador Adalberto Fonseca dê conta, em seu livro História de Lagarto, da existência de índios Kiriri e do aldeamento<sup>110</sup> Tapera de São Tomé, não

---

<sup>106</sup> SOUSA, Avane Pereira. *A Câmara e a Igreja em Salvador*. In: **Poder Político Local e Vida Cotidiana: a Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p. 114.

<sup>107</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 18.

<sup>108</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 20.

<sup>109</sup> AZZI, Riolando. Op. Cit. p. 20.

<sup>110</sup> É curioso notar como em Sergipe, os aldeamentos tivessem partido como sendo resultado de súplicas dos índios para sua iniciação no Evangelho. Para a professora Maria da Glória, com relação a isto houve uma espécie de mitificação de suas missões ou distorção histórica deliberada. Prova disso, é que eles não teriam dispensando a força militar para garantir suas presenças em meio aos índios. Ver. ALMEIDA,

existem maiores evidências que comprovem uma ação missionária de conversão indígena em Lagarto. Ele assinala o ano de 1575 como sendo o da chegada de uma missão jesuíta, sob a condução dos religiosos Gaspar Lourenço e João Solônio.

Os religiosos ainda teriam fundado, segundo Adalberto, mais duas outras igrejas: uma no povoado Santo Antônio e outra, de local desconhecido, chamada de São Pedro e São Paulo. Por conta desses avanços catequéticos, receberam o reconhecimento do Frei Inácio Tolosa de seus esforços despendidos entre os Kiriri como um dos mais notáveis trabalhos de catequese em Sergipe.

O pesquisador atesta, ainda, que a presença de tais Kiriris se fazia notar nas barrancas da confluência entre os rios Piauí e Jacaré, sob o comando do cacique Suruby. Nesse local, teria sido erguida, pelos religiosos acima citados, uma “igrejinha provisória”, com missa celebrada no dia 3 de março de 1575<sup>111</sup>.

O cacique tinha problemas políticos com o Governador Geral Luiz de Brito e procurava se cercar da proteção dos padres jesuítas contra possíveis investidas militares dele. Isto nos parece pouco provável, como veremos mais adiante, pois o clima de belicosidade em Sergipe entre índios e portugueses só ocorre na segunda metade do século XVI.

Adalberto se antecipa em afirmar e narrar uma peleja entre os comandados do Cacique Suruby, que provocou sua morte, e as tropas do Governo Geral. O referido historiador ainda dá conta de outra expedição militar ocorrida mais tarde, em 1586, desta feita contra os comandados do cacique Boipeba<sup>112</sup>.

Tais fatos narrados por Fonseca estão às voltas com três problemas: não estão fundamentados em fontes que lhe deem ao menos verossimilhança (sequer as cita) e quando o faz, força uma conexão de sentidos entre fontes que não se complementam ou

---

Maria da Glória. A Igreja em Sergipe e os “Desfavorecidos”: Possibilidades de Pesquisa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: Aracaju, Aracaju, n. 32, 1993-1999. pp. 61-83.

<sup>111</sup> FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. p. 27.

<sup>112</sup> Ibidem. pp. 27-28.

que dizem efetivamente respeito a Lagarto<sup>113</sup>; não manifesta com precisão os lugares envolvidos, dando vazão a poderem ter ocorrido em qualquer outra parte de Sergipe; e vai de encontro ao que é posto pelos demais escritos sobre a História de Sergipe, que delimitam a última década do século XVII como de efetivação das campanhas militares da Bahia sobre Sergipe.

As informações sobre a presença indígena na Vila de Nossa Senhora da Piedade são ínfimas até a presente data. No que se refere a respeito, geralmente aparecem em percentuais de índices e mapas populacionais da Capitania de Sergipe e mesmo depois durante a Província.

Baptista Siqueira, em importante estudo sobre a presença dos Cariri (kariri, kaririz ou quiriris) no Nordeste, afirma que a sua localização circunscreveu às ilhas e às margens do Rio São Francisco e também ao Sertão Nordestino, não sabendo ao certo sua origem. No que diz respeito ao idioma dos mesmos, é possível perceber nuances do português e de até mesmo de traços africanos. Citando Elias Herckam, descreve-os como de compleição robusta, de grande estatura, cor natural, amorenado, cabelos negros, caindo sobre os ombros, mulheres baixas, porém de “aspecto gentil”. Coube aos Capuchinhos franceses a sua conversão ao catolicismo<sup>114</sup>.

Outra significativa pesquisa sobre os índios, em Sergipe, levada adiante pela professora Beatriz Góis Dantas desde o ano de 1968, pode ajudar a esclarecer alguns equívocos referentes à presença de Kiriri em Lagarto e sua relação com os supostos missionários religiosos jesuítas da Igreja Católica.

Sobre os Kiriri, a pesquisadora esclarece que se tratou de um grupo indígena cujo habitat se estendia desde o Paragassu e Rio São Francisco até Itapicuru, afastando-

---

<sup>113</sup> Nem as fontes e nem a historiografia brasileira e sergipana registram a presença da Companhia de Jesus na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. O mais próximo que os jesuítas estiveram foi na Vila de Itabaiana, no século XVII. Cf. LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Uma Página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992. Pp. 177-194.

<sup>114</sup> SIQUEIRA, Baptista. **Os Cariris do Nordeste**. Editora Cátedra, 1978. p. 33.

se da linha de costa<sup>115</sup>. A primeira referência aos Kiriri é datada de 1584. Somente a partir de 1654, na Bahia, sofreram a influência de religiosos, particularmente do Padre João de Barros. As aldeias se concentravam às margens do Rio São Francisco. Apesar de estarem submetidos a várias ordens religiosas, os Kiriri estiveram sob a tutela dos capuchinhos, notadamente, os que vieram de Pernambuco em 1670<sup>116</sup>.

Em Sergipe, coube aos jesuítas e aos franciscanos o aldeamento e catequese dos Kiriri, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, em Geru, sul de Sergipe. Desse modo, podemos inferir que se houve mesmo a presença desse tipo de grupo indígena na Vila de Lagarto, ao que parece confirmar a antropóloga Beatriz Góis Dantas em outro trabalho<sup>117</sup>, este jamais foi aldeado e catequizado por jesuítas.

Retomando a questão da presença jesuíta em Sergipe nos primórdios de sua conquista, os religiosos e o capitão Garcia D'Ávila chegaram ao Rio Real no dia 28 de fevereiro daquele ano, 1575. As fontes dão conta de que Gaspar Lourenço, João Salônio e algumas pessoas de sua antiga aldeia que o acompanharam seguiram em visita a aldeias indígenas em território sergipano a uma distância de seis léguas do Rio Real<sup>118</sup>.

A distância atual entre Lagarto e o Município de Rio Real é de 108 km. Hoje, uma légua equivale a 6.600 metros. No período colonial, uma légua podia variar entre 4 e 7 mil metros. No Nordeste, durante anos, chegou a equivaler a 6 km. Considerando essa última medida, a distância entre Rio Real e Lagarto seria, à época, de 18 léguas. Assim, a Aldeia de São Tomé não poderia, a nosso ver, estar localizada nas proximidades do Povoado Santo Antônio, na antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

---

<sup>115</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Missão Indígena do Geru*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. p. 66.

<sup>116</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Missão Indígena do Geru*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. p. 66.

<sup>117</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *A Tupimania na Historiografia Sergipana*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 29, 1983-1987. p. 43.

<sup>118</sup> ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 21, 1951-1954, p. 173.

Curioso notar, ainda, como Adalberto Fonseca omite uma informação muito importante, como a criação de uma escola para crianças indígenas, segundo o Padre Aurélio Vasconcelos, a primeira que houve em Sergipe, cujo nome foi “Escola de São Sebastião, tendo como primeiro Mestre o companheiro de Gaspar Lourenço, o Irmão João Salônio<sup>119</sup>”.

É sabido também, que a rota de Gaspar Lourenço e seus amigos compreendeu, além das proximidades do Rio Real, a aldeia do Cacique Surubi, onde ergueu uma igreja em honra a Santo Inácio, na atual cidade de Itaporanga-SE; na mesma região, fundou, ainda, um orago dedicado a São Paulo, “junto ao mar”<sup>120</sup>, nas terras que seriam do Cacique Serigy, cujo nome dará inspiração para a atual alcunha de Sergipe. A julgar pelos escritos do Padre Aurélio, à luz da Carta de Tolosa<sup>121</sup> e de Serafim Leite<sup>122</sup>, sobre os quais também nos debruçamos para fundamentar as questões aqui expostas, o missionário português percorreu uma extensão de terra que se circunscreveu entre as localidades de Rio Real, Santa Luzia, Tomar do Gerú, Indiaroba, Estância e Itaporanga, sem a mínima condição e notícia de ter estado nas terras que hoje correspondem ao Povoado Santo Antônio, no município de Lagarto.

Como se vê, a descrição não combina com as condições geográficas da antiga Vila do Lagarto, sobretudo por seu isolamento característico e distância de regiões marítimas e próximas aos rios Vaza-Barris e Sergipe. Nesse sentido, vale destacar o que afirma o Padre Aurélio Vasconcelos:

A aldeia de S. Tomé continuou sendo o centro das primeiras atividades missionárias no território sergipano, com ares de metrópole improvisada na

---

<sup>119</sup> A respeito de João Salônio, afirma Padre Aurélio: “O Pe. Gaspar Lourenço ao nomeá-lo no magistério dessa escola representava, então, o papel de primeira autoridade escolar de Sergipe”. Cf. ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Op. cit. p. 175. Fato este, também referendado por Maria Thetis Nunes em **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2008. p. 22.

<sup>120</sup> ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Op. cit. p. 181.

<sup>121</sup> Versão digitalizada do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

<sup>122</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugal, Civilização Brasileira, 1938.

floresta [grifos nossos], como se fôra a primeira capital histórica do Estado de Sergipe, levantada por seu primeiro Apóstolo<sup>123</sup>.

Observe-se que em nenhum momento se usa o termo *Tapera de São Tomé* como o quis Adalberto Fonseca, o que nos leva a crer, a priori, não haver nenhuma relação entre o Povoado Tapera dos Modestos e Taperinha com a antiga aldeia de São Tomé, de Gaspar Lourenço. O cenário de dominação religiosa da Igreja Católica seguido de uma bem sucedida operação militar proposto pelo historiador Adalberto Fonseca vale mais para a região do Vale do Cotinguiba do que para Lagarto, cujo mote parece ser a conquista do interior sergipano pelo tangimento do gado e subsequente presença de religiosos.

Descartada, assim, a hipótese da presença jesuítica na Vila de Nossa Senhora da Piedade nos primórdios da colonização de Sergipe, vale destacar como se deu efetivamente a conquista religiosa de Lagarto, sobretudo a devoção a Santo Antônio e subsequente devoção a Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, para, enfim, compreender a presença do catolicismo nessas terras do interior sergipano.

As missões do Rio Real e Sul-Norte da Capitania de Sergipe D'El Rei levadas a cabo pelos jesuítas na segunda metade do século XVI, de algum modo, lograram êxito, inclusive porque interessava ao Capitão Garcia D'Ávila ter passe livre para tanger o gado para o sertão. Lagarto se insere nesse processo.

A exemplo do que ocorreu com as demais partes dos primórdios do Brasil Colônia, em Sergipe seguiu-se a doação de sesmarias, notadamente aos envolvidos, juntamente com Cristóvão de Barros, na conquista e fundação do território da Capitania de Sergipe D'El Rei como se convencionou chamar-se. Coube ao Capitão-Mor e então Governador Providencial, Diogo de Quadros fazer essa distribuição, particularmente, entre os que vieram para Sergipe na companhia do conquistador.

---

<sup>123</sup> ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Op. cit. p. 183.

Uma Carta de Sesmaria, datada de 1596<sup>124</sup>, concede as terras que seriam mais tarde a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto ao Sr. Antonio Gonçalves de São Tomé<sup>125</sup>. Existe uma transcrição da mesma no livro História de Sergipe, de Felisbelo Freire, mas a julgar pelo que vimos, embrionariamente, será preciso um novo olhar mais aguçado e cuidadoso, o que permitirá maiores revelações sobre esse período inicial da história de Lagarto. Seguindo o exemplo dos companheiros de Cristóvão de Barros, Garpar de Menezes e Gaspar de Almeida, o sesmeiro Antônio Gonçalves de Satomé iniciou o processo de povoamento de Lagarto, fundando, mais tarde, o que viria a ser seu primeiro núcleo populacional, no dia 13 de junho de 1604. Na ocasião, duas imagens foram entronizadas na humilde capelinha, a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora Santana<sup>126</sup>.

**Figura 1**



Capela de Santo Antônio - 1930  
(Povoado Santo Antônio - Acervo Folclorista Maninho de Zilá)

<sup>124</sup> Carta de Sesmaria de Antonio Gonçalves de São Tomé – D[26/05/1596; R[28/05/96] – f. 29v-30v. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

<sup>125</sup> Durante muito tempo seu sobrenome foi erroneamente transcrito do documento original: onde se lê hoje “de São Tomé”, lia-se “Santana”.

<sup>126</sup> A capela original foi demolida nos anos 80 do século XX. Era Pároco de Lagarto à época, Monsenhor Mário Rino Sivieri, atual Bispo da Cidade de Propriá-SE. No local, foi erguida uma Igreja, também dedicada a Santo Antônio e Nossa Senhora Santana.

**Figura 2**

Capela de Santônio - 2013  
Povoado Santo Antônio - Lagarto-SE - Acervo Claudefranklin Monteiro

Lagarto surge num contexto, cujas terras se inserem no processo de necessidade urgente de conquista de Sergipe, localizadas nos domínios da Capitania da Bahia de Todos. E nasce com um nome cercado de mistério. Aliás, essa é uma discussão muito interessante, no mínimo espinhosa, e onde subsiste o mito da origem em torno de uma pedra em forma de um réptil.

Em nosso entendimento, não há como tal pedra ter existido, sobretudo pelo fato de nunca ter sido citada por fonte oficial alguma. Adalberto Fonseca afirma que durante anos o nome de Lagarto foi Vila de Nossa Senhora da Piedade da Pedra do Lagarto. Dos documentos consultados para a construção do texto desta tese, incluindo os mais antigos, nenhum faz esse tipo de referência, salvo aqueles sobre os quais reside uma série de imprecisões e contradições.

Em algum momento da história de Lagarto essa representação foi forçada, provavelmente pelo Padre Saraiva Salomão<sup>127</sup>, que logo fora reproduzido pelos que lhe sucederam sem a devida explicação e fundamentação histórica. Segundo Adalberto Fonseca, baseado no Livro de Tombo N° 01, cujo paradeiro é desconhecido, haveria uma inscrição em manuscrito do próprio religioso em que ele assim se expressava: “Não encontrando quem me desse posse, assumi o paróquio de Nossa Senhora da Piedade da Pedra do Lagarto...”<sup>128</sup>. O documento estaria datado de 1823, ao que parece ser uma incongruência, dado que o Padre Saraiva havia assumido nove anos antes, em 1814.

Alguns anos mais tarde, em 1896, Severiano Cardoso, que tanto dissertou sobre a Vila de Lagarto do final do século XIX, classifica como esquisita a nomenclatura do lugar relacionado a um réptil, embora o próprio caia em diversas contradições quando tenta explicar a sua lógica forçada. Assim, sobre a origem do nome lagarto, diz ele, talvez devesse a um “regato” (uma espécie de córrego ou riacho) denominado com aquela alcunha e de onde se fabricava a famosa “cal do lagarto”. Daí, lagarto = igual à pedra calcária.

Diz ele, ainda, mais adiante:

Na margem esquerda do regato que deu seu nome ao município existiu e parece que existe [grifos nossos] que da mesma origina-se a figura de um lagarto. Vê-se bem ser essa escultura natural, e não resta dúvida [grifos nosso] que da mesma origina-se a denominação baptismal do município e sua sede<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> Padre José Saraiva Salomão, português de origem, foi Pároco da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto por duas ocasiões: entre os anos 1814-1842; e entre 1845 e 1864. Sua administração foi marcada por forte conteúdo político, colecionando alguns desafetos como o colega de batina, o Padre Pitangueira. A ele é atribuída a criação de um dos grupos folclóricos lagartenses, os Parafusos, onde homens vestidos de anáguas e com caras pintadas de branco roda e rodopiam em torno de si, ao som dos versos “quem quiser ver o bonito, saia fora e venha ver, venha ver o parafuso a torcer e a distorcer”. Isto de ele ter sido o idealizador do grupo nos parece muito pouco provável, pois o mesmo teria visto escravos vestidos de anágua à semelhança dos parafusos em celebração ao fim da escravidão no Brasil, em 1888. Detalhe: Saraiva Salomão morreu antes da abolição. Em 1862, ajuda a fundar uma banda de música na cidade, a Euterpe Lagartense, embrião do que seria mais tarde a Lira Popular de Lagarto.

<sup>128</sup> FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe: Aracaju, 2002. p. 78.

<sup>129</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa n° 15, documento n° 036. Aracaju, 1896. fls. 18v e 33v.

Como se pode averiguar, o relato de Severiano é vacilante e contraditório. Aliás, é bem provável que isto tivesse acontecido aos que o sucederam, sendo levados ao erro ou ao menos à omissão confortável de uma investigação mais acurada. Foi o caso de Laudelino Freire, por exemplo, que, se valendo do que ele preferiu chamar de tradição, afirma ter sido o nome surgido de um pequeno torrencial, cuja atribuição lhe assim era dada por conta de uma pedra em forma de um réptil semelhante a um lagarto<sup>130</sup>.

Dr. Gervásio Prata, em suas memórias enquanto Juiz de Lagarto, entendeu que jamais se viu tal pedra e nunca se veio, a saber, onde ficava de fato. Para ele, a suposta pedra, se de fato tivesse existido diante da importância que sempre lhe deram, seria digna de estar em museu<sup>131</sup>.

Definitivamente, o nome Lagarto não surgiu de uma pedra em formato de réptil. Existe ainda outra corrente, da qual o próprio Adalberto Fonseca comungava, de que a origem do termo tinha uma associação a um brasão de família de Antônio Gonçalves de Santomé, que ostentava um réptil em formato de lagarto. Um típico caso de alcunha que sacra a identificação do sujeito, em expressões como: “terra de Antônio Gonçalves do lagarto” (daquele cujo brasão havia um lagarto), que teria gerado a corruptela Lagarto e se cristalizado com o tempo. Esta versão nos parece mais verossímil.

Consultando uma documentação do século XVIII sobre a Vila de Lagarto, um dado curioso chamou nossa atenção e pode talvez explicar o que poderia ter sido um erro de transcrição. Trata-se de uma *Lista das Informações e Descrições das Villas do Arcebispado da Bahia*, de 1757, e que pertence ao acervo do Arquivo do Conselho Ultramarino da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>132</sup>. No que se refere às vilas em

---

<sup>130</sup> FREIRE, Laudelino. **Quadro Corográfico de Sergipe**. 2 ed. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902. p. 120.

<sup>131</sup> PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 52.

<sup>132</sup> *Lista das Informações e descrições das Villas do Arcebispado da Bahia, 1757*. Arquivo do Conselho Ultramarino. Arquivo da Marinha. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa

território sergipano, Lagarto está localizada no chamado *Ramo do Sertão Baiano do Arcebispo da Bahia*, grafado da seguinte maneira: Vila de Nossa Senhora da Piedade da Baixa do Lagarto. A expressão “baixa”, da forma como está escrita em manuscrito pode levar o pesquisador a se antecipar e transcrevê-lo como “pedra”. Mas um olhar mais acurado não deixa dúvida: trata-se do termo “baixa”; provavelmente, embora não muito usual em documentos da mesma época, relacionado a alguma condição geográfica.

Ainda sobre o nome de Lagarto ter se originado de uma pedra em formato de réptil, a opinião do historiador Sebrão Sobrinho<sup>133</sup>, além de tácita, nos parece muito esclarecedora, indo ao encontro do que vimos dissertando a respeito. Vejamos o que ele afirma a respeito:

(...) Nas incontáveis vezes que me demorei na tabagíaca<sup>134</sup> cidade, minha maior surpresa foi não encontrar a pedra em forma de lagarto, a um quilômetro ou em outro qualquer lugar do Município. Uma blague<sup>135</sup>, uma mentira, que tive como verdade antes de raciocinar [grifos nossos]. Si pensasse eu antes, não cairia na esparrela. Como é que uma simples pedra, semelhante a um bicho, dera nome a uma localidade, quando era costume do colono português ou conservar o nome indígena do acidente geográfico, ou dar-lhe o nome de outro, que evocava a saudade, ou lhe tomava o apelido, do proprietário<sup>136</sup>.

Outra forma de nomeação, também muito comum entre os portugueses em terras brasileiras no ato da conquista, diz respeito a dias santos do *Calendário Religioso*

---

de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

<sup>133</sup> José Sebrão de Carvalho Sobrinho é natural da cidade sergipana de Itabaiana. Nasceu no dia 06 de agosto de 1898. Advogado de formação, ele enveredou pelo campo da escrita, dedicando-se à pesquisa histórica. Seus escritos são contestados por alguns historiadores sergipanos da atualidade, mas a nosso ver é válido pela riqueza de dados e pela acurada verve crítica. Faleceu em Aracaju-Se, no ano de 1973.

<sup>134</sup> O tabaco se notabilizou como uma atividade agrícola importante para a economia lagartense, o sendo ainda.

<sup>135</sup> História imaginada para enganar.

<sup>136</sup> SOBRINHO, Sebrão. *Cordialidade de Afonseca*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 22, 1955-1958. p. 106.

*Católico*, inclusive de santos que faziam alguma referência direta ou indireta ao conquistador. Em Sergipe, por exemplo, a primeira cidade foi São Cristóvão, homônimo de seu conquistador, o Capitão Cristóvão de Barros. O mesmo teria ocorrido a Lagarto, cuja primeira povoação foi Santo Antônio, homônimo de seu sesmeiro, Antônio Gonçalves de Santomé.

Ainda a respeito de Sobrinho sobre a tese da pedra, vale ressaltar também:

Ora, si tal pedra criada pela fantasia, era existente ao norte do atual Lagarto, como é que ao local primitivo, em Santo Antônio, onde há a primitiva Matriz, se deu o nome Lagarto?! É que Lagarto não tem origem de tal pedra, um quilometro ao norte, pois que Lagarto era o nome da Igreja Velha de Santo Antônio, a quinze quilômetros a oeste. Infelizmente ainda se não codificou a História de Sergipe, mas bato nos peitos e juro pela Senhora da Piedade de que Lagarto foi sobrenome do proprietário de suas terras, as terras do Lagarto, depois de Lagarto e, afinal, Lagarto<sup>137</sup>.

Ainda carente de novas pesquisas, Sebrão Sobrinho aponta um caminho que pode ajudar a revelar em definitivo o nome lagarto. O mesmo relaciona esse nome à família do Sesmeiro cujas terras, que hoje são o Município, ele era dono: Antônio Gonçalves de Santomé. Seus pais, Cristovam Lagarto e Leonor Soares, eram da família portuguesa LAGARTO<sup>138</sup>.

Na homepage <http://www.geneall.net>, encontramos alguns indícios que podem justificar a tese de Sobrinho. O site tem uma versão em português e numa sessão de fórum, onde várias pessoas fizeram menção à família lagarto. Das questões expostas, merecem destaque as seguintes observações: trata-se de uma família de origem portuguesa, provavelmente derivada dos primeiros séculos de fundação da nação; houve ramificações em outros países como na Espanha; há notícias da existência de um brasão com a insígnia de três répteis picados de ouro, entrelaçados; registra-se a presença de descendentes da família lagarto no Brasil em Minas e no Rio de Janeiro, entre os

---

<sup>137</sup> Idem. p. 106.

<sup>138</sup> Ibidem. p. 106.

séculos XVIII e XIX; ainda há, nos dias atuais, membros da família cujo sobrenome é lagarto em Estremoz, cidade portuguesa.

Frei Vicente do Salvador, em sua obra *História do Brasil*, dá conta da existência de um sujeito com sobrenome Lagarto que retornou com o Governador Geral do Brasil, Mathias de Albuquerque, em 1626 para Portugal, quando da sua substituição por Diogo Luiz de Oliveira. Trata-se do Padre e Doutor Bartolomeu Ferreira Lagarto. O mesmo chegou a ser eleito para o cargo de administrador da Prelazia de Pernambuco, desistindo e sendo depois transferido para a Paraíba, no início do século XVII<sup>139</sup>.

O número 71 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de 1951, dá conta da existência de um médico por nome de Bartolomeu Ferreira Lagarto em Madrid (Espanha), que no dia 12 de setembro de 1630 teria prestado socorro na Capitania de Pernambuco<sup>140</sup>.

No Arquivo da Torre do Tombo, consta um processo inquisitorial, datado de 1631, referente Simão Ferreira da Silva, cujo pai era Gaspar Ferreira Lagarto. Acusado de sodomia e sacrilégio, ele foi preso no dia 06 de julho daquele e condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, de Lisboa, a degredo por cinco anos e cinco léguas ao redor, penitências espirituais, pagamento de custas<sup>141</sup>.

No que se refere ao que se seguiu após a chegada do sesmeiro Antônio Gonçalves de Santomé à Vila de Nossa Senhora da Piedade, vale destacar o que escreveu o historiador Felisbello Freire. O mesmo afirma que foram as lindeiras aos rios Piauí e Real que se deram as primeiras investidas de ocupação territorial, seguindo uma direção sul-norte, seguindo na direção do rio Vaza-Barris, atingindo as matas de Simão

---

<sup>139</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 13. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1885-1886. p. 260.

<sup>140</sup> *Apuntamientos que el Doctor Bertolame Ferreira Lagarto*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 71. Rio de Janeiro, 1951. p. 177.

<sup>141</sup> Processo de Simão Ferreira da Silva. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2480. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=2302403>. Acessado em 15 janeiro de 2012.

Dias, do Sergipe do Vale do Cotinguiba até alcançar o rio São Francisco ao norte, no ano de 1606<sup>142</sup>.

Ainda no século XVII, sobretudo em função da invasão holandesa, o processo de exploração e ocupação das terras da Capitania de Sergipe D'El Rey ganha um novo rumo. Este redirecionamento tem nos criadores de gado sergipanos personagens importantes e decisivos. Decisivos porque imprimiram uma nova configuração territorial para Sergipe.

A esse respeito, vale destacar a análise de Felte Bezerra:

Fugia-se do holandês e até do português, pois ambos viviam atrás do gado para a alimentação de seus homens. Sergipe se tornara deste modo, verdadeiro manancial de abastecimento, por isso que ficou literalmente extenuado depois dos acontecimentos bélicos. Mas os seus rebanhos ficaram na zona oeste, nas mãos dos que se haviam internado naquela direção premiados sobretudo pelas circunstâncias da luta contra o batavo...<sup>143</sup>

A nosso ver, é esse redirecionamento da ocupação de Sergipe que melhor explica a formação e a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Seguindo a direção Sul-Norte, deu-se a ocupação das novas terras baianas, pertencentes a Francisco Pereira Coutinho. Sob a batuta da atividade pecuarista, principal fundamento econômico de Sergipe até meados do século XVIII, surgem suas primeiras povoações e vilas sergipanas, a exemplo de Lagarto.

Manoel dos Passos de Oliveira Telles<sup>144</sup> em artigo sobre as origens e povoamento da cidade de Aracaju-SE<sup>145</sup> deixa entrever que o surgimento de povoações

---

<sup>142</sup> FREIRE, Felisbello. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, Secretaria de Estado da Cultura, 1995. 35.

<sup>143</sup> BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas**. 2 ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984. Pp. 48-49.

<sup>144</sup> Atuante jurista sergipano, natural da cidade de Socorro, teve passagem por Recife na segunda metade do século XIX onde se formou em Direito. Atuou também no campo educacional e é um dos sócio-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no ano de 1912. Cf. DANTAS, Ibarê. **História**

como Lagarto tenha se dado a partir da exploração do rio Vaza-Barris<sup>146</sup>: “(...) este rio é muito mais insidioso que o Rio Sergipe<sup>147</sup>”. Uma questão levantada pelo autor sobre o povoamento embrionário de Sergipe pode dar conta de explicar como se deu o povoamento do que viria a ser a Vila de Nossa Senhora da Piedade ou ao menos aventar para outras possibilidades:

Duas correntes humanas canalizaram para Sergipe, nos primeiros tempos. Menos numerosa, uma retirada de Pernambuco; mas a outra, densa e avolumada, partia da terra de Cabral. Colonos de Tatuapara estabeleceram-se em diversos pontos do interior, e não de balde antes com lúcida expressão na história<sup>148</sup>.

Outro estudo muito interessante, de autoria de Lima Júnior<sup>149</sup>, faz alusão à existência de escravos fugidos do Vale do Cotinguiba, organizados em mocambos, em Lagarto em meados do século XVII<sup>150</sup>. O mesmo teria ocorrido em Itabaiana, fato que despertou o Governo da Capitania a organizar expedições de captura.

---

**da Casa de Sergipe – Os Cem Anos do IHGSE (1912-2012).** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

<sup>145</sup> TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. *Aracaju (Suas Origens. Seu Povoamento Futuro)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913.

<sup>146</sup> No livro de Laudelino Freire, *Quadro Corográfico de Sergipe*, ao descrever a chamada Bacia do Vaza-Barris, é possível notar, por sua extensão, como teria sido possível o deslocamento de pessoas e a ligação entre a região onde Sergipe foi fundado e as áreas mais internas e distantes do litoral: “O Vaza-Barris faz barra no Oceano, numa formosa enseada, 42 kilometros do rio Real, depois de um curso de 530 kilometros. Atravessa o municipio de Simao Dias, separa o do Lagarto do de Campo do Britto, de onde passa na distancia de 18 kilometros, banha os municípios de Itaporanga e S. Christovam, e em suas margens fertilisadas pelas enchentes ficam muitos engenhos do fabrico do assucar cuja produçao é considerável”. Cf. FREIRE, Laudelino. *Quadro Corográfico de Sergipe*. 2 ed. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902. p. 29.

<sup>147</sup> TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. Op. cit. p. 50.

<sup>148</sup> *Ibidem*. p. 50.

<sup>149</sup> Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, natural da cidade de Itabaiana-SE (1859), atuou como poeta e historiador na primeira metade do século XX, dedicando-se principalmente aos estudos e debates em torno dos limites entre Sergipe e Bahia. Seus trabalhos se tornaram importantes referências para entender a formação de Sergipe, notadamente das primeiras povoações e vilas. Cf. GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Estado de Sergipe, Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti e C., Rio de Janeiro, 1925.

<sup>150</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Monographia Histórica do Município de Itabayana*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 4, 1914. p. 131.

A presença dos chamados “homens de cor<sup>151</sup>” em corpos militares se deu em várias partes do Brasil Colonial. Esse tipo de operação teve sua importância na exploração, conquista e mesmo defesa do território conquistado pelos portugueses a partir do século XVI. Exerceram funções relativas à proteção de revoltas de índios, e, principalmente de escravos africanos, sobretudo na luta contra quilombolas.

Maria Thétis Nunes dá conta da constituição de um distrito militar em Lagarto no ano de 1658. Isto se explica não só pela necessidade de garantir o território à presença do gado que vinha para a direção oeste da capitania, mas também de demarcação do território, ficando a presença do Estado Português.

Em 1674, a historiadora sergipana ainda informa a existência de um Corpo de Infantaria e Ordenanças, ali estacionada. A referida companhia tinha como capitão um morador da localidade, um pardo, por nome de Francisco de Barros<sup>152</sup>. Era subdividido em dois órgãos: Entrada e Mocambos (composto por voluntários) e uma Companhia de Homens Pardos. Entre suas funções estavam a guarnição militar e “limpar os sertões dos mocambos de negros foragidos que infestavam a região<sup>153</sup>”.

Em 1787, coube ao Capitão Antonio Martins Fontes o comando da Companhia de Homens Pardos da Vila do Lagarto, que juntamente com a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real (Tobias Barreto-SE), compunha um dos Terços de Ordenanças da Capitania da Bahia de Todos os Santos. O corpo militar era composto, só na sede da Villa do Lagarto, por 954 praças. Esta ainda se subdividia em quatro distritos: Palmar (Palmares – Riachão do Dantas-SE), mista, com brancos e pardos;

---

<sup>151</sup> Luiz Mott em “Pardos e Pretos em Sergipe” desenvolve um importante estudo nesse sentido. Em geral, quando o assunto era ameaça e perigo, os homens brancos da elite referiam-se aos pardos e pretos desta forma. Cf. MOTT, Luiz. **Pardos e Pretos em Sergipe: 1774-1851**. In: [https://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb18\\_1349115674.pdf](https://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb18_1349115674.pdf). Acessado em 15.01.2012.

<sup>152</sup> NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 181.

<sup>153</sup> Cf. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Lagarto. Volume XIX. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. p. 344.

Simão Dias, de brancos; Bairro Urubu (provavelmente, Povoado Urubutinga), também mista; e Bairro Brejo (atual Povoado Brejo), de brancos<sup>154</sup>.

Ao que tudo indica, na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, a Companhia dos Homens Pardos teve duração até o século XIX. Em 1806, uma Carta Patente do Governador Conde da Ponte nomeou o Sr. João Sequeira e Araújo como Capitão da companhia<sup>155</sup>.

Afora à conquista militar, acresce-se a este cenário, também, uma conquista espiritual, mas levada a termos de outra forma, onde “(...) a expansão imperialista caminhavam de mãos dadas<sup>156</sup>”. Na Vila de Nossa Senhora da Piedade verifica-se o predomínio da presença da Igreja.

A nosso ver, em Lagarto, a conquista do território para a fé católica não se deu pela conversão do indígena, mas pela demarcação daquela fé, cuja devoção à Nossa Senhora da Piedade foi seu marco simbólico evangelizador: “(...) Às milícias clericais competia, mediante persuasão, levar as populações autóctones a aceitar a dominação política e religiosa da metrópole<sup>157</sup>”.

A julgar pela explicação de Eduardo Hoornaert<sup>158</sup>, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto se inseriu no movimento ou clico de evangelização do Brasil do tipo sertanejo. Teologicamente, o momento era de cuidado pastoral com as almas, cuja atuação clerical deveria ser privilegiada. Do que se depreende, é possível afirmar que antes de chegar à condição de Freguesia, Lagarto viveu um período compreendido entre as primeiras investidas portuguesas, a fundação do povoado Santo Antônio (1604), uma epidemia que provocou o deslocamento de parte da população para as proximidades do

---

<sup>154</sup> Descrição do Terço da Ordenança de que lhe he Capitão-Mor Antônio Martins Fontes (Nossa Senhora da Piedade). In: *Observação Relativa ao Corpos de Auxiliares e Ordenanças da Capitania da Bahia, 02 de novembro de 1787*. **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 34. Rio de Janeiro, 1912. p. 223.

<sup>155</sup> *Carta Patente do Governador Conde da Ponte, 27 de fevereiro de 1806*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 37. Rio de Janeiro, 1912. p. 485.

<sup>156</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 15.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

que hoje é o centro da cidade, a Praça da Piedade, até a criação da paróquia em 05 de setembro de 1679, marcadamente de assistência religiosa.

De alguma forma, isto se deu em Lagarto em seus primeiros cem anos:

Em razão do número reduzido de paróquias, bem como de extensão, de escassez do clero diocesano para realizar o atendimento religioso da população espessa pelo amplo território colonial, os religiosos dispuseram-se em geral a exercer esse trabalho de suplência<sup>159</sup>.

As ordens religiosas se estabeleceram no Brasil a partir de 1580, com a União Ibérica. Segundo Azzi, duas foram as razões para isto: “(...) o desejo de expansão de suas obras no novo território e as solicitações insistentes das lideranças locais<sup>160</sup>”. Elas empreenderam um importante papel no povoamento e colonização do Brasil, penetrando no território, se afastando do litoral.

Foi por aquela época, que os Carmelitas chegaram ao Brasil, atuando em conventos, fazendas e aldeamentos. Segundo Hoornaert, o centro de irradiação de seu movimento de evangelização foi a cidade de Olinda, de onde partiram em 1583 em duas frentes: norte e sul<sup>161</sup>. Interessa-nos mais de perto a segunda frente, a nosso ver responsável pela formação religiosa da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

A Ordem do Carmo chega a Sergipe em 1619. Nas possessões do Sesmeiro Antônio Gonçalves de Santomé, eles se instalaram pouco depois à fundação do Povoado Santo Antônio. No que diz respeito a Lagarto, afirma o historiador Adalberto Fonseca: “A contribuição dos Carmelitas na construção e na formação de Lagarto é incontestável, ficando como marco de suas obras a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, plantada no coração da cidade<sup>162</sup>”.

---

<sup>159</sup> AZZI, Riolando. Op. cit. p. 15.

<sup>160</sup> Ibidem. p. 35.

<sup>161</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>162</sup> Sobre a fundação da igreja do Rosário, algumas coisas ainda não estão muito claras e carecem de maiores evidências. Cf. FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. p. 51

A presença da Ordem Terceira do Carmo se justificaria pela dificuldade de alguns sesmeiros em tocar suas posses, vendendo-os algumas delas aos carmelitas, particularmente um lugarejo denominado de Forras: “Sua localização ficava dentro dos limites territoriais dos atuais municípios de Tobias Barreto, Riachão do Dantas e Lagarto<sup>163</sup>”.

Nesse contexto, as terras pertencentes aos sesmeiros Baltazar de Arruda e Gaspar Maciel foram vendidas à Ordem do Carmo em 1648, dando origem ao Povoado Palmares, na atual cidade sergipana de Riachão do Dantas<sup>164</sup>. O vigário de Lagarto, em 1757, João da Cruz Canedo, dá conta da existência de uma capela filial naquele lugar, distando cinco léguas para o sudoeste<sup>165</sup>. Sobre a presença de carmelitas em Lagarto, Dom Marcos Antonio de Souza, em 1808, os identifica como sendo carmelitas da Bahia, possuindo ótimas fazendas numa denominação chamada Palmares<sup>166</sup>.

Ao que tudo indica, ao contrário dos jesuítas, como se quis acreditar por muitos anos, coube aos Frades Carmelitas da Terceira Ordem de São Salvador da Bahia, localizados nas Matas dos Palmares (Riachão do Dantas-SE)<sup>167</sup> a formação religiosa de

---

<sup>163</sup> É importante ressaltar que os referidos municípios, na verdade, compunham à época a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. Cf. FONSECA, Adalberto. Op. cit. p. 48.

<sup>164</sup> Tais terras passaram aos domínios territoriais da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Auxiliando Labatut no processo de independência do Brasil, João Martins Fontes vai ao cartório de Lagarto em 1827 e compra as terras para edificar a fazenda Riachão, erguendo ermida dedicada a Nossa Senhora do Amparo. Era vigário de Lagarto, à época, o polêmico Padre José Saraiva Salomão. Com a morte do fazendeiro, os herdeiros doaram o lugar a Nossa Senhora do Amparo, para que fosse erguida mais tarde uma matriz. Era o ano de 1853. Dois anos depois, o Governo Provincial de Sergipe, na pessoa de seu Presidente, o Sr. Inácio Joaquim Inácio Barbosa, cria a freguesia de Riachão, mais tarde Riachão dos Dantas, em função do neto do fundador, João Dantas Martins dos Reis. Em 1870, torna-se Vila, pela Lei 888 de 9 de maio daquele ano. Em 1874, o Padre João Batista de Carvalho Daltro, recém ordenado, antes de assumir como vigário colado da Vila de Nossa Senhora da Piedade, será o primeiro pároco da nova freguesia, desmembrada de Lagarto em definitivo. Cf. FONTES, Arioaldo. *Riachão do Dantas: Os Primeiros Tempos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. pp. 75-81.

<sup>165</sup> Carta do Vigário de Lagarto, Padre João da Cruz Canedo, 22 de abril de 1757. Arquivo da Marinha e Ultramar. Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

<sup>166</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p.28.

<sup>167</sup> Cf. SANTOS, Valeriano Félix dos. **Palmares de Sergipe na Biografia de Raimundo Monteiro**. Coleção Garimpos da História. vol. VI. S. Ed. s/d. pp. 25-31.

Lagarto. Provavelmente, coube também a eles o desenvolvimento da pecuária na região. No ano de 1764, possuíam 14 currais de gado<sup>168</sup>.

Diz-se que, em meados do século XVII, uma epidemia teria provocado uma tragédia na recém-criada povoação, dizimando uma considerável parte de sua população. Essa moléstia teria afetado o núcleo original da Vila de Nossa Senhora da Piedade: o Povoado Santo Antônio. Em razão disso, Carmelitas residentes numa localidade por nome de Porções, Riachão do Dantas (emancipado de Lagarto em 9 de maio de 1870), onde tinham um convento, foram apelados pelos lagartenses a virem em socorro da população.

Para escapar do flagelo provocado pela doença, que se alastrava assustadoramente, frades do Convento dos Palmares teriam vindo em socorro dos sobreviventes e deslocado os mesmos para uma localidade próxima do que é hoje o Bairro Hortas, numa região que era conhecida por Colina do Lagarto. Um local que vai ao encontro de ideias defendidas por Marx e Raminelli, em obras já citadas.

Naquela ocasião, os frades teriam invocado a Nossa Senhora da Piedade para vir em auxílio dos convalescentes e perseguidos pela moléstia. As preces foram atendidas e em pouco tempo a população não mais apresentaria a doença. Da cura teria se originado a necessidade da criação de uma paróquia dedicada à santa, em seu louvor.

O templo dedicado a Nossa Senhora da Piedade começou a ser construído na segunda metade do século XVI com seu término ocorrido em 21 de outubro de 1669.

---

<sup>168</sup> Mosteiros do Carmo em Sergipe D'El Rei. In: *Relação dos Mosteiros, Hospícios e Residências da Província de Nossa Senhora do Carmo da Bahia e de Pernambuco*. **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 32. Rio de Janeiro, 1910. pp. 78-79.

Figura 3



**Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade - Início do Século XX**  
 (Acervo do Cônego Vicente Francisco de Jesus – Paróquia Santo Antônio – Lins-SP)

Neste dia, um Alvará da Coroa Portuguesa reconhece a Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Sertão de Sergipe D' El - Rey (Livro 1116 fls.281- do Arquivo da Torre do Tombo – Portugal)<sup>169</sup>. Sua estrutura inicial era módica, possivelmente com cobertura de colmo, feito de pedra e cal sob a influência do Frei Apollonio<sup>170</sup>.

<sup>169</sup> É importante lembrar que essa corresponde à primeira fase da construção do templo católico na Vila de Lagarto. Ele passou por várias reformas, o que lhe deu a impressão de estar sempre necessitado de um acabamento. Assim, só a título de exemplo, no dia 21 de abril de 1843, em sessão de abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial de Sergipe, o Sr. Anselmo Francisco Peretti, Presidente da Província, dirigiu-se ao templo da Vila de Nossa Senhora da Piedade como um dos melhores templos em franca fase de acabamento naquele ano, destacando o seu anseio, sua elegância e decência, o que lhe nutria a certeza de ele vir a ser um dos melhores lugares de culto da Igreja Católica do interior sergipano. Cf. Falla com que abriu a 2.a sessão da 5.a legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, o excellentissimo presidente da provincia, doutor Anselmo Francisco Peretti, em o dia 21 de abril de 1843. Sergipe, Typ. Provincial, 1843. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1040>. Acessado em 18.09.2011.

<sup>170</sup> CARDOSO, Severiano. Manuscrito. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 34. O autor teria se baseado em relatos de anciãos de seu tempo.

Entre a chegada da imagem de Nossa Senhora da Piedade e a organização efetiva do corpo clerical levou certo tempo. A Vigaria, por exemplo, só é criada em 18 de abril de 1703<sup>171</sup>. No mesmo dia, seu primeiro pároco chegou à Vila. Foi Constantino Mariulo<sup>172</sup>. Isto se explica pela morosidade da realeza portuguesa em referendar a criação de paróquias no Brasil Colonial. Como muitas vezes a iniciativa de erguer templos católicos, como foi o caso da Matriz de Nossa Senhora da Piedade na Vila do Lagarto, era resultado da ação de leigos em parceria com religiosos, a Coroa Portuguesa pouca ou nenhuma atenção lhe prestava, salvo muito tempo depois após consideráveis apelos dos colonos e das autoridades eclesiásticas locais ou mesmo do Arcebispado da Bahia<sup>173</sup>.

Antes da chegada do chamado Clero Secular a Lagarto, como vimos, eram responsáveis pelas ações religiosas os Carmelitas. Desse modo, é bem provável que até a vinda do primeiro pároco, um religioso tivesse ficado responsável pela parte administrativa. A imagem de Nossa Senhora da Piedade, por exemplo, teria sido uma encomenda do Frei Geraldino de Santa Rita Loiola ao Arcebispo da Bahia, Dom Gaspar Barata de Mendonça. Ela é entronizada no dia 5 de setembro de 1679<sup>174</sup>. No mesmo ano, como consequência do progresso religioso da região, é criada a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Sobre a fundação da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, é possível detectar algumas contradições. Destaco, por exemplo, a do historiador Sebrão Sobrinho que afirma ter sido no dia 11 de dezembro de 1676, desmembrada da Paróquia de Santo

---

<sup>171</sup> Alvará de Licença para o curato de Nossa Senhora da Piedade da dita Vila no Arcebispado da Bahia seja creado a Vigaria etc. De 18 de abril de 1703. – Livro 67 – fl. 230. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

<sup>172</sup> Carta de Apresentação da Vigaria de Nossa Senhora da Piedade desta Vila no Arcebispado da Bahia ao Padre Constantino Mariulo, de 18 de abril de 1703 – Livro 67 – fl. 230. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

<sup>173</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 303.

<sup>174</sup> Apresentação da imagem de Nossa Senhora da Piedade ao Curato da Piedade da dita Vila no Arcebispado de Dom Gaspar Barata de Mendonça, de 05 de setembro de 1679. Livro 91 – fol. 173. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Portugal.

Antônio de Itabaiana<sup>175</sup>. Assim, sobre as origens da Freguesia de Lagarto preferimos o que afirma Dom Marcos Antonio de Souza: “A freguesia de N. S. da Piedade do Lagarto, foi erecta pelos governadores do Arcebispado, as ausência do primeiro arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, em 11 de Dezembro de 1679<sup>176</sup>”.

Reza a lenda, ainda carente de comprovação histórica, porém marcada com o fervor criativo da gente do Lagarto, que a imagem de madeira de Nossa Senhora da Piedade, em tamanho natural (uma obra-prima da escultura portuguesa do século XVII), que hoje repousa no altar-mor da Matriz que leva seu nome, deveria ter ido para Salvador e uma réplica, em tamanho menor, ter ficado na vila. Porém, um acidente no deslocamento das mesmas para seus destinos teria provocado uma atrapalhação e então, a troca. Mais tarde, o Arcebispado da Bahia tentou desfazer o ocorrido, mas já era tarde: a imagem já havia passado pelo processo ritualístico de entronização. Conta-se, inclusive que o nicho preparado para uma imagem da santa ficou apertado, pois se imaginava que viria a outra.

Consultando o acervo do Arquivo dos Capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador-BA, detectamos elementos que podem levar a essa troca casual a ser mais um dos equívocos registrados em torno da formação religiosa da Vila de Nossa Senhora da Piedade. A controversa instalação e presença dos Capuchinhos em Salvador podem ajudar-nos a desvendar esse enigma em torno da chegada imagem a Lagarto. No contexto histórico de sua entronização, 05 de setembro de 1679, o local da futura Igreja e Convento da Piedade em Salvador estava passando por um processo litigioso dentro da Ordem. Os primeiros religiosos a chegarem à primeira capital do Brasil foram franceses, em 1642. Segundo Pietro Vitorino Regni, eles aportaram nas terras brasileiras de forma inusitada, à época do domínio holandês. Vindos da Província Bretanha, na Ilha de São Tomé, Costa da África, foram capturados

---

<sup>175</sup> SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça**. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju: 1941.

<sup>176</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p.28.

três religiosos e depois presos em Angola: Frei Colombino de Nantes, Frei Jorge de Combourg e Frei Bonício de Quimper. Pouco tempo depois, foram parar em Recife. Proibidos de professarem o culto católico no lugar, mudaram-se para Olinda, onde, por ordem do Conde Maurício de Nassau, construíram uma capela<sup>177</sup>.

Anos depois, 1679, da chegada dos religiosos italianos a Salvador, os franceses haviam recebido da Coroa Portuguesa alvará para a construção dos referidos espaços que seriam dedicados à Nossa Senhora da Piedade. A pendenga entre os capuchinhos franceses e italianos se arrastaria até 1702, quando o Rei de Portugal revogou a decisão anterior, permitindo a estes últimos a administrarem o lugar. Ao longo dos anos que se seguiram, eles sofreram, ainda, toda ordem de ingerência, a exemplo dos Beneditinos<sup>178</sup>.

Desse modo, fica evidenciado que não há nada em comum entre a entronização de Nossa Senhora da Piedade na Vila do Lagarto e a presença dessa devoção em Salvador. Isto nos leva a crer que a imagem que repousa há mais de trezentos anos na Matriz lagartense tenha sido uma doação de Portugal, sem a interferência dos Capuchinhos franceses, sequer dos italianos. Além disso, é importante ressaltar que em Sergipe, aquela Ordem atuou embrionariamente em lugares como a Ilha de São Pedro, Porto da Folha e Pacatuba. A presença capuchinha em Lagarto é muito posterior ao presente cenário e pode ser notada a partir da segunda metade do século XIX, em Santas Missões ocorridas, inclusive, nas administrações dos padres Daltro, Vicente Francisco e Geminiano.

Frei Eliseu Bandeira, administrador do Arquivo dos Capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador-BA, chamou-nos a atenção para um detalhe bem curioso que só descarta, ainda mais, a possibilidade de as imagens terem sido trocadas. Frei Geraldino de Santa Rita Loiola, que encomendou a imagem de Lagarto a Portugal não era capuchinho e sim, carmelita. Os carmelitas, em geral, ao contrário dos

---

<sup>177</sup> REGNI, Pietro Vitorino. **Os Capuchinhos na Bahia. Uma Contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 1 – Os Capuchinhos Franceses (1642-1703)**. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988. pp. 47-48.

<sup>178</sup> HOLLANDA, Helenita e TALENTO, Biaggio. **Basílicas e Capelinhas. História, arte e arquitetura de 42 Igrejas de Salvador**. Salvador: Bureau, 2008. pp. 107-108.

capuchinhos usam sobrenomes de santos, enquanto estes adotam seus lugares de origem. Portanto, mais uma vez se configura a presença determinante da Ordem Carmelita na formação da vida religiosa da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Em 1974, por ocasião de um processo de restauração que a imagem precisou passar, o Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, o Sr. Valetim Calderón, afirmou que não havia a menor possibilidade de ter ocorrido a troca dos artefatos como se convencionou acreditar pelo imaginário popular lagartense. Segundo ele, um dos maiores argumentos daquele equívoco é o estilo das duas esculturas. Uma é clássica e a outra, barroca<sup>179</sup>.

**Figura 4**



Imagem de Nossa Senhora da Piedade - Altar-Mor do Santuário de Nossa Senhora da Piedade  
(Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade - Lagarto-SE - Foto: Deydid Santana - 30.08.2012)

<sup>179</sup> Jornal “A Tarde”. Salvador-BA, 04 de junho de 1974. Capa.

O fato é que, ao longo dos anos, Nossa Senhora da Piedade tornou-se a excelsa protetora do povo lagartense, que por sua vez passou a lhe render homenagens ao longo dos séculos, a exemplo da Coroação Canônica de sua imagem tricentenária, ocorrido por determinação do Papa Paulo VI, em 1979, ocasião em que se realizava em Lagarto o Congresso Eucarístico e as comemorações dos trezentos anos de criação da paróquia.

Certamente, o momento mais marcante dessa secular devoção é o Novenário dedicado a sua memória durante a primeira semana de setembro, cujo desfecho é, curiosamente, o dia dedicado à natividade da Virgem Maria: 08 de setembro. Preparada com muito esmero, a Festa da Padroeira se transformou ao longo da História de Lagarto na mais entusiasmada manifestação religiosa de sua gente ao lado da devoção à São Benedito, esta última, pelo menos até a primeira metade do século XX.

A respeito da invocação a Nossa Senhora da Piedade em meados do XVII é importante refletir sobre o que afirma Chesterton:

O Santo é um medicamento, porque ele é um antídoto. Certamente é por isso que o santo é muitas vezes um mártir, ele é confundido com um veneno, porque ele é um antídoto. Ele geralmente será procurado para restaurar a sanidade do mundo, exagerando o que o mundo ignora, que nem sempre é o mesmo elemento em todas as idades. No entanto, cada geração procura o seu santo por instinto, e ele não é o que as pessoas querem, mas sim o que o povo precisa". (...) "Por isso, é o paradoxo da história, que cada geração é convertida pelo santo que contradiz mais<sup>180</sup>.

A invocação mariana é muito recente no catolicismo e surgiu muito tempo depois da chamada igreja primitiva, mas precisamente no período medieval, por volta do século X<sup>181</sup>. A religiosidade mariana, que vai marcar por anos a vida religiosa católica do povo lagartense confunde com a criação da paróquia e posteriormente com a

---

<sup>180</sup> CHESTERTON, G.K. **Santo Tomás de Aquino: biografia**. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: Ltr, 2003. pp. 30-31.

<sup>181</sup> MCKENZIE, John. **A mãe de Jesus no Novo Testamento**. Concilium, Petrópolis, n. 188/8, 17-29, 1983.

vila, perdendo seu status civil com a elevação à cidade no dia 20 de abril de 1880, quando o termo Nossa Senhora da Piedade é reduzida à Lagarto, somente.

Para Riolando Azzi, o culto e a devoção mariana no período colonial foram fundamentais para o estabelecimento de dois padrões femininos na sociedade brasileira. De um lado, Maria, a mulher designada para ser mãe de Deus, veículo de redenção dos homens, da humanidade. De outro, Eva, a personagem bíblica do Antigo Testamento, sediciosa, que permitiu a introdução do pecado na vida humana. Na primeira, o padrão feminino atribuído à mulher de descendência portuguesa e/ou convertida ao catolicismo, enquanto a segunda, o padrão ou peja de mulheres relegadas à prostituição e ao degresso social<sup>182</sup>.

Nos primórdios da história de Lagarto, Maria, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade assume um papel que vai além de sua representação ontológica e torna-se um sujeito histórico:

### 1.3. Fundação da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto

Durante muito tempo, muitos equívocos e interpretações truncadas não deixaram claras as informações necessárias em torno da fundação da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Laudelino Freire afirma em seu Quadro Corográfico de Sergipe que a vila foi criada em 1730<sup>183</sup>. Mesma data defendida por Clodomir Silva<sup>184</sup> alguns anos mais tarde. Entretanto, este, em outro trabalho<sup>185</sup>, refaz-se e crava a data de 20 de outubro de 1697, citando inclusive o documento abaixo mencionado de D. João

---

<sup>182</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. pp. 54-55.

<sup>183</sup> FREIRE, Laudelino. **Quadro Corográfico de Sergipe**. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902. p. 121.

<sup>184</sup> SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920. p. 226.

<sup>185</sup> SILVA, Clodomir. *Parecer n<sup>o</sup> 02 – A Cotinguiba*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 10, 1925. p. 77-78.

de Lencastro. Em 1860, o Sr. Antônio José da Silva Travassos<sup>186</sup> em estudo dedicado e enviado ao Imperador D. Pedro II<sup>187</sup>, dá conta da criação da Villa de Lagarto em 1730, sendo a sua Freguesia datada de 1752, constituindo um dos casos mais toscos de erros de data que se publicou a respeito. Felisbelo Freire<sup>188</sup> também incorre no equívoco que vigorou por anos. Ele se refere à data de 1698. O mesmo, seguido por João Oliva Alves e Abdênago Menezes de Oliveira<sup>189</sup>. Estes últimos, certamente, foram buscar essa informação em D. Marcos Antônio de Souza<sup>190</sup>, que já mencionava o ano de 1698 como sendo a data de criação da Vila.

Em 1696, uma Carta Régia a D. João de Lencastro, datada de 16 de fevereiro, divide a Bahia de Sergipe em duas comarcas ou ouvidorias, ficando a sergipana com sede na cidade de São Cristóvão, sob a responsabilidade do Dr. Diogo Pacheco de Carvalho.

A este respeito, afirma Lima Júnior:

Por esta divisão ficou a Bahia com jurisdição entre os rios Itapicuru, ao norte, e Jequiriça ao sul, limite da Capitania de Ilhéos, sendo ampliados os limites de Sergipe, ao sul, até Itapoan, se bem que contra a vontade dos respectivos habitantes, por se acharem mais perto da Bahia<sup>191</sup>.

---

<sup>186</sup> Comendador e Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Cavalheiro da Ordem de Cristo, fazendeiro, liderou a Revolução de Santo Amaro-SE em 1836.

<sup>187</sup> TRAVASSOS, Antônio José da Silva. *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe – Offerecidos a S. M. I. o Senhor Dom Pedro II Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brasil (1860)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916. p. 93.

<sup>188</sup> FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.147.

<sup>189</sup> ALVES, João Oliva e OLIVEIRA, Abdênago Menezes de. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. V. 19. Rio de Janeiro: IBGSE, 1959. p. 344.

<sup>190</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p. 28.

<sup>191</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913. p. 10.

Como se vê, a elevação à condição de Vila ocorre em um momento em que estava em xeque a organização territorial do Brasil. O seu ato de criação coincide com a criação da Vila de Santo Antônio das Almas de Itabaiana, ocorrida no Governo de D. João de Lencastro, na Bahia, e com a Ouvidoria do Dr. Diogo Pacheco, em 1697. No mesmo ano, também é criada a Villa de Santo Amaro das Brotas.

Segue abaixo, transcrição de portaria datada de 20 de outubro de 1697:

***Carta para o Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe d'El Rei, Diogo Pacheco de Carvalho***

Sua Majestade, que Deus Guarde, foi servido ordenar-me por carta Sua que, por convir a seu Real Serviço, mandasse formar Vilas, que me parecessem necessárias nos recôncavos e sertões desta Capitania, por ser informado que as pessoas, que neles vivem, não só faltam as suas obrigações de vassallos, senão as de católicos, e que para evitar uma e outra coisa, se fizessem Povoações onde vivem com temor de Deus e da Justiça, evitando-se por este meio os inúmeros delitos que cometem por se não castigarem, como é justo.

Tanto que V. Mcê, receber esta, vá logo ao lugar de Itabaiana e Lagarto a formar duas vilas (grifos nossos), escolhendo para isto sítios mais acomodados e fazendo com que os moradores desta Capitania queiram fazer as casas de câmara e cadeia a sua custa. E porque me dizem, que no porto da Cotinguiba se pode fazer uma Vila, V. Mcê. Mandará chamar à casa da câmara dessa cidade, os oficiais dela com as principais pessoas desse povo para que com toda a ponderação vejam se o dito porto é capaz de formar a dita Vila, ou se há mais lugares no distrito dessa Capitania em se formem outras. (Bahia, Outubro 20 de 1697 – D. João de Lencastro<sup>192</sup>).

O documento deixa entrever duas situações importantes: 1) a alcunha do nome Lagarto referindo a já existente Paróquia de Nossa Senhora da Piedade; 2) a necessidade de instalar a sede administrativa em local diferente das primeiras levas de colonizadores; 3) a necessidade de reforçar as questões de ordem política-administrativa

---

<sup>192</sup> Livro de Cartas do Governo de D. João de Lencastro, de 1686-1704, fls. 196/verso. Arquivo Público Estadual da Bahia.

e jurídica, e de firmar as questões de fé, haja vista que, no caso de Lagarto, já existia a paróquia.

Sobre as origens da Vila de Lagarto, assim escreveu Paulo Mercadante:

(...) Tinha a localidade crescido sob o manto religioso, tornando-se, posteriormente, a sede de um dos distritos militares da capitania. Sofrera, pois, influências diversas, primeiramente religiosas, em razão da catequese e, depois, castrenses, pelo fato de desempenharem os soldados as funções de repressão ao crime e aos distúrbios após o período de ocupação holandesa, bem como de liquidação de mocambos de escravos foragidos que surgiam na região<sup>193</sup>.

No ano seguinte, 1698, aos dez dias do mês de novembro, o Conde de Cavour escreve para Dom João de Lancastro dando conta do cumprimento de sua ordem do dia 20 de outubro de 1697<sup>194</sup>. Isso explica, em grande medida, a confusão dos pesquisadores e intelectuais já aqui mencionados sobre a presente data como fundação da Vila de Lagarto, o que, de fato, está longe de ser correto.

Enquanto Vila de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto, despontou como um dos maiores criadores de gado, considerando a boa qualidade de suas terras e sua estratégica posição geográfica, beneficiada com o entorno de rios caudalosos.

Segundo Diana Maria de Faro Leal Diniz: “Nos fim do século XVIII (...) Lagarto distinguia-se como o maior centro exportador da Capitania. O gado era enviado em grande quantidade para a Bahia e Pernambuco, com a finalidade de abastecer outros engenhos.” (1991, p. 173).

---

<sup>193</sup> MERCADANTE, Paulo. *Formação Humanista em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 30, 1988-1989. p. 14.

<sup>194</sup> Livro de Cartas do Governo de D. João de Lancastro, de 1686-1704. Livro 6, fls. 65. Arquivo Público Estadual da Bahia.

Por essa época, a Vila de Lagarto possuía uma considerável extensão de terras, cujos limites alcançavam o território da Ouvidoria da Bahia<sup>195</sup>. Em 1757, em atendimento à Ordem do Vice-Rei Dom Marcos de Noronha, ficando encarregado de seu cumprimento o Ouvidor Ayres Lobo, a Câmara de Lagarto<sup>196</sup> assim se pronunciou:

Parte demarca o termo desta Villa com o termo da Cidade de Sergipe d' El-Rey (São Christovão) cabeça desta comarca, que fasem os habitantes de distância dose legoas desta Villa a dita cidade, fasendo a sua demarcação por hua Grota a que chamão Quebrada Grande, que fica distante desta cinco legoas. E pela parte do nascente parte e demarcada com a Villa de Itabayana que fica em distancia desta vila nove legoas fasendo sua demarcação pelo rio Vasabarris distante desta Villa três legoas.

E pela parte do Norte parte e demarca a freguesia de São João de Geremoabo que fica em distância desta Villa trinta legoas, fasendo sua demarcação por uma matta a que chamão, Matta de Simão, que fica distante desta Villa cinco legoas.

E pela parte do poente parte e demarca com a Villa quatorze legoas, fazendo sua demarcação pelo rio chamado Rio Real distante desta Villa dez legoas<sup>197</sup>.

A julgar pelas correspondências oficiais trocadas entre a Ouvidoria de Sergipe e a Câmara Municipal de Lagarto<sup>198</sup> na segunda metade do século XVIII, podem-se perceber duas situações pontuais: 1) as autoridades da Bahia por algumas vezes, como em 1786 quando a Câmara de Abadia invadiu a jurisdição de Lagarto, “usurparam”

<sup>195</sup> O primeiro território desmembrado da antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto foi a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, em 20 de outubro de 1718. Seguido da Freguesia de Santana de Simão Dias, em 07 de fevereiro de 1834; da Freguesia de Santana da Lagoa Vermelha (Boquim), em 24 de abril de 1835. No dia 27 de abril de 1855 foi a vez da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão do Dantas.

<sup>196</sup> Sobre a instalação da Câmara, tudo leva a crer isto se deu no início do século XVIII. Assim, em 1727 ela já estava consolidada e em pleno funcionamento.

<sup>197</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913. p. 16

<sup>198</sup> Entre os papéis das câmaras municipais, estava o zelo e controle sobre as atividades religiosas. Havia uma considerável harmonia entre elas e a Igreja, com algumas dissensões pontuais, envolvendo, na maioria das vezes, cordialidades ou quebra destas em festas religiosas. Cf. SOUSA. Avanete Pereira. *A Câmara e a Igreja em Salvador*. In: **Poder Político Local e Vida Cotidiana: a Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p. 116.

partes do vasto território da vila sergipana de Nossa Senhora da Piedade; 2) as autoridades lagartenses portavam-se com rebeldia e prevaricação em relação ao dever de proteger as terras de sua jurisdição, não impedindo em nada as investidas baianas.

Curioso notar que por essa época, a Vila de Lagarto era guarnecida por um Corpo de Ordenança expressivo, constando de uma estrutura jurídico-militar pertinente para os quadros gerais da Capitania de Sergipe D'El Rey. Entre altas patentes, autoridades, como o Capitão-Mor Antônio da Costa Valle, e soldados, estes num total de 556, somavam-se 601 homens no efetivo<sup>199</sup>.

No século seguinte, o Capitão-Mor de Lagarto, o Sr. Joaquim Martins Fontes<sup>200</sup>, em dezembro de 1829, tomou a iniciativa junto ao Conselho Geral da Província de Sergipe no sentido de elaborar uma representação ao Governo Imperial a fim de dirimir as contendas territoriais entre as duas regiões, com base, inclusive, em fundamentos históricos.

Embora bem intencionada e contando com o apoio de todos do referido conselho, a representação sugerida pelo Sr. Joaquim Fontes não surtiu efeito, pelo menos em sua plenitude. O principal desdobramento disto, inclusive de caráter preventivo, foi a criação da Freguesia de Simão Dias, em 1835, elevada esta mais tarde à condição de Vila em 1850<sup>201</sup>.

Como se vê, a Vila de Lagarto esteve diretamente às voltas com as questões de limites entre a Bahia e Sergipe, querela essa que vai se arrastar por muitos anos, aumentando com a Independência de Sergipe em 1820 e tomada como programa

---

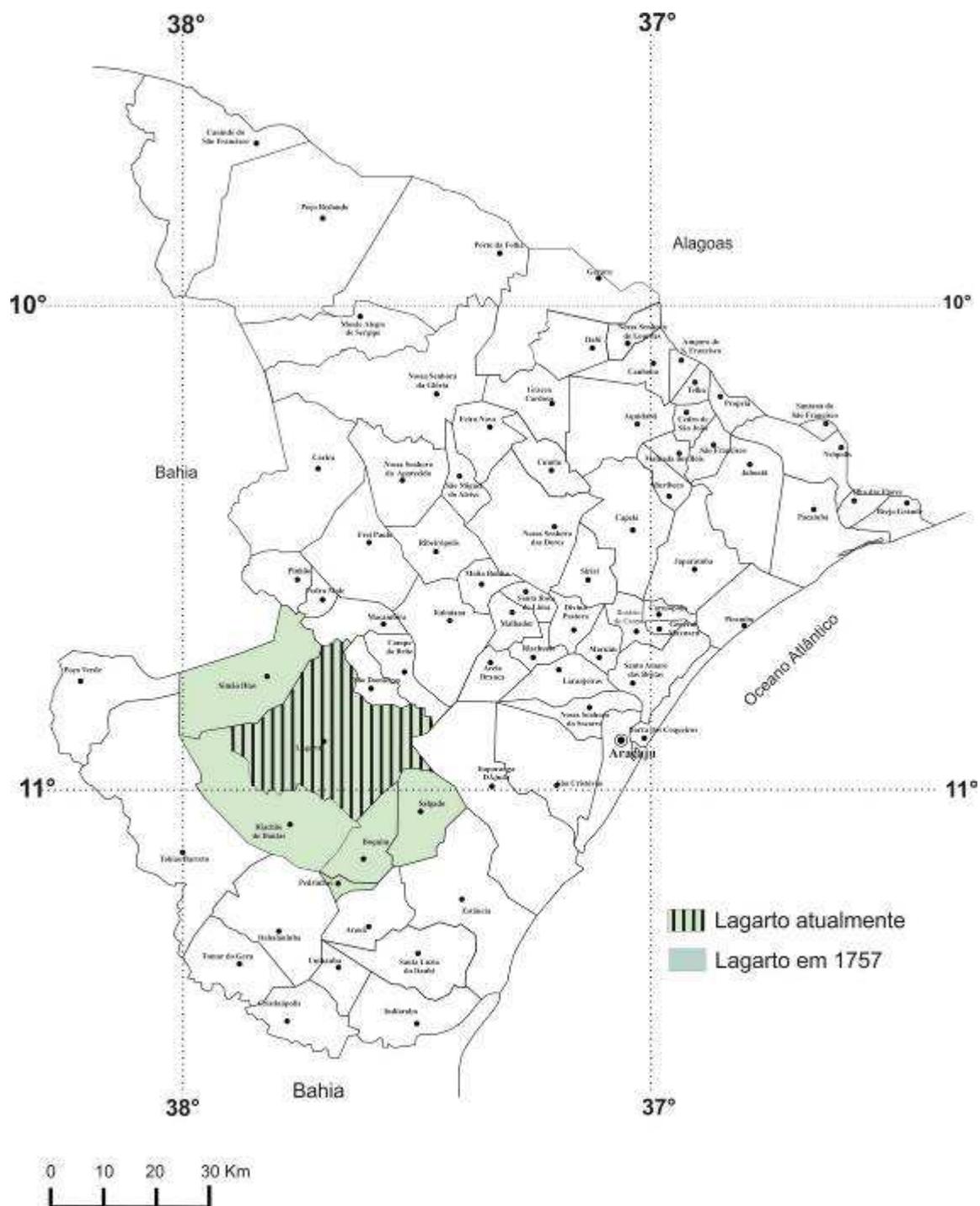
<sup>199</sup> MIRALES, D. Jozé de. *História Militar do Brasil (1549-1762)*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 22. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1900. p. 76.

<sup>200</sup> Filho de João Martins Fontes e dona Anna Francisca da Silveira, nasceu no dia 27 de julho de 1798, no engenho Campo da Barra em Itabaianinha-SE, vindo a falecer no dia 20 de Agosto de 1860 no engenho São Francisco no município de Laranjeiras-SE. Atuou de forma decisiva no campo político e jurídico de Lagarto, ocupando cargos importantes como Presidente da Câmara e Juiz. Do casamento dele com dona Ana Joaquina Portela nasceu José Martins Fontes em Lagarto no dia 03 de julho 1829, que a exemplo do pai fez carreira no campo do direito, com atuação marcante também da política, tendo sido eleito por seis legislaturas consecutivas para a Assembleia de Sergipe. Cf. FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

<sup>201</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913. pp. 16-19.

político e cultural de afirmação identitária na primeira metade do século XX, questão a ser tratada mais adiante e que contou com a atuação do padre José Geminiano de Freitas.

Mapa 1



Fonte: Mapa de 1757 e transcrição pelo Governo do Estado, 1920, p. 226  
 Digitalização: Hunaldo Lima

**Localização do território lagartense, Sergipe, 2013.**

#### 1.4. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Lagarto

A presença de negros em Lagarto é datada do século XVII. Em 1674, Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moréia<sup>202</sup> foi nomeado Capitão-Mor do Corpo de Voluntários a fim de perseguir negros escravos fugidos numa jurisdição que ia do rio São Francisco à Torre de Garcia D'Ávila (Capitania da Bahia). Entre as missões, constava a entrada dos mocambos no termo de Lagarto.

Segundo dados de Luiz Mott, entre os anos 1707 e 1888 o quantitativo de escravos em Sergipe oscilou em duas curvas: uma ascendente, entre 1707 e 1851; e outra, descendente, entre 1854 e 1888. No ano de 1851, um ano após a proibição do tráfico de escravos em nível internacional, o quantitativo de escravos na província de Sergipe chegou a 56.564.

Na curva de descenso, uma curiosidade chama atenção: em 1869, o quantitativo de escravos chegou a 50.000. No ano da assinatura da Lei Áurea (1888), ainda existiam na Província de Sergipe 16.888 deles. Detalhe: em nenhuma circunstância o quantitativo de livres foi inferior ao de escravos<sup>203</sup>.

Em Sergipe, no que se refere à origem da escravaria, até o ano de 1785, a maioria dos africanos trazidos para Sergipe como escravos era de Angola, sendo que apenas 33% correspondia ao todo, cuja maioria, 66% eram nacionais<sup>204</sup>.

Transladada de seu habitat natural ou de outras regiões do Brasil, a escravaria que habitava em Lagarto nesse contexto, trouxe consigo elementos religiosos de sua especificidade cultural. Em contato com a forte presença da orientação católica dessas terras, como já foi salientado anteriormente, tais elementos foram sendo suplantados ou

---

<sup>202</sup> Figura controversa da história embrionária de Sergipe, Belchior Moreira viveu entre os anos 1540 e 1619. Espalhou em Sergipe o mito do eldorado, notadamente na Vila de Itabaiana, o que lhe custou sérios problemas com a Coroa Portuguesa, apesar de seus valiosos serviços prestados, no sentido de desbravar os rincões do Brasil Colonial.

<sup>203</sup> Cf. MOTT, Luiz. *Quadro I: População de Sergipe – Livres e Escravos. População e Economia: Aspectos do Problema da Mão-de-Obra Escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. p. 21.

<sup>204</sup> MOTT, Luiz. Idem. p. 25.

diluídos em crenças e devoções sugeridas ou impostas pela Igreja Católica a partir das irmandades religiosas.

Como as demais representações religiosas portuguesas, as irmandades chegam ao Brasil no século XVII e encontram seu pôr do sol a partir de meados do século XIX. Notadamente leigo, caíram no gosto popular<sup>205</sup> e a partir delas se deram importantes manifestações de fé cristã-católica que se afiguram no chamado catolicismo popular.

De origem medieval, elas foram associações religiosas que se reuniam para praticar o catolicismo tradicional<sup>206</sup>. Estiveram submetidas a regras mediante aprovação da Igreja, por meio, sobretudo de seus termos compromissos. Normalmente ligadas a ordens terceiras, eram compostas por irmãos que colaboravam financeiramente para a sua manutenção, bem como para despesas como sepultamentos e festas<sup>207</sup>.

O culto a Nossa Senhora do Rosário tem bases históricas longínquas. Na Europa, está associada à Batalha de Lepanto (1571), de onde teria derivado a devoção, ainda que existam registros que alcancem o ano 1100, associada a certo ermitão por nome de Pedro. Oficialmente, a festa de Nossa Senhora do Rosário foi instituída pelo papa Gregório XIII. Em Portugal, o culto foi difundido pelos Dominicanos.

Por meio de confrarias, sobretudo as que tinham São Benedito como patrono, a Igreja Católica intencionava cristianizar os africanos, de tal modo que estes podiam, de alguma forma, reinventarem suas crenças de origem e viverem, nas representações festivas, sua história, a exemplo do ato de coroação dos reis e rainhas negras que faziam alusão aos Reis do Congo.

No Brasil, houve uma clara relação com o processo de colonização portuguesa e com as ações de conversão da Igreja Católica. As primeiras irmandades religiosas que

---

<sup>205</sup> Cf. BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

<sup>206</sup> Cf. RUSSELL- Wood, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Tradução: Maria Beatriz Medina- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>207</sup> Sobre os direitos e deveres das irmandades, Cf.: BOSCHI Caio César. **Os leigos e o poder: Irmandades Negras e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986. pp.12-29; MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp.397-400.

aportaram no país foram dedicadas ao culto a Nossa Senhora do Rosário e foram aqui instaladas pelos jesuítas. Segundo o professor Francisco Alves: “A Virgem do Rosário foi usada pelos padres na catequese dos primeiros escravos africanos vindos a Bahia<sup>208</sup>”. O autor toma como base uma carta de José de Anchieta quando ele fala da difusão do culto a Nossa Senhora do Rosário e da reza do Rosário entre os negros de Guiné, importados como escravos para a Capitania da Bahia de Todos os Santos no século XVI.

No Brasil, as irmandades religiosas estiveram entre as organizações populares que escaparam ao controle do sistema clerical<sup>209</sup>. Em certos casos, tal liberdade levou algumas delas a serem mais influentes do que o clero, daí a necessidade, a partir da segunda metade do século XIX, e com mais veemência em Lagarto nas primeiras décadas do século XX, como veremos adiante, de diminuir sua ascendência sobre a sociedade.

As irmandades do rosário estiveram entre as mais populares e mais difundidas em todo o território nacional, particularmente durante a Colônia e o Império, ao lado das irmandades dedicadas à Misericórdia e ao Santíssimo Sacramento. A Confraria de Nossa Senhora do Rosário foi criada em Salvador-BA no ano de 1581 e é considerada a pioneira no Brasil: “É o marco do início da devoção à N. S. Senhora do Rosário no Brasil quinhentista<sup>210</sup>”. A proliferação do culto ao Rosário foi vertiginosa e tomou conta de praticamente todas as regiões através dos séculos. Os “homens pretos” se constituíram enquanto irmandade ou confrarias por volta de 1735. A esse respeito, afirma Cândido da Costa e Silva:

---

<sup>208</sup> ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 150.

<sup>209</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 22.

<sup>210</sup> ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 150.

(...) Notável era a teia de confrarias de negros no tecido paroquial de Salvador, quer sediadas nas matrizes, quer em templos próprios, o que, se por um lado, insinua coerção da religião dominante, por outro, também revela a receptividade à fé cristã, manifesta no empenho e esforços consumidos que o afã de reconhecimento social por si só não explica, tampouco a estratégia deliberada de dissimulação<sup>211</sup>.

Curioso notar, diante do que vimos até então que a propagação da devoção a São Benedito foi tarefa dos Franciscanos e a da devoção a Nossa Senhora do Rosário, dos jesuítas. Considerando que a Festa de São Benedito normalmente foi realizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, é importante saber em que momento essas duas ações convergem para um mesmo fim em Sergipe, de tal modo a identificar a presença de uma e de outra na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

As Irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos espalharam-se por Sergipe. Desde o século XVIII<sup>212</sup> que se registra a presença de sete delas em vilas e povoações, a exemplo da Vila de Lagarto. No ano de 1999, o professor Francisco José Alves afirmou que a devoção ao Rosário em Sergipe, em seus momentos iniciais, era um campo a ser explorado<sup>213</sup>. Seu trabalho até hoje é considerado uma das principais referências sobre o assunto, embora seu foco seja o século XIX. Passados mais de dez anos dessa contestação do historiador sergipano, é possível ainda dizer que essa necessidade continua a ser latente.

---

<sup>211</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 35.

<sup>212</sup> Situação atestada pela afirmação de Frei Antonio Santa Maria Jaboatão, que na segunda metade do século XVIII, percorrendo os mais variados rincões da Capitania da Bahia, da qual Sergipe fez parte, verificava a forte presença de devoções e irmandades populares: “Não há cidade, vila, paróquia ou lugar aonde esta Gente não tenha Igreja sua, consagrada à Senhora com o título do Rosário, primeiro objeto e móvel de suas adorações, e que nestas tais Igrejas não dedique altar próprio ao seu São Benedito, com confraria e irmandade sua”. JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil* [1761]. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.

<sup>213</sup> ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 151.

Acresce-se a isto o quase desconhecimento e o devido tratamento historiográfico ao tema. A julgar por seu trabalho, a Vila de Lagarto sequer figura entre as que possuíam capelas voltadas a Nossa Senhora do Rosário no século XIX. Em seu levantamento, figuraram apenas as vilas e cidades de São Cristóvão e Estância, num primeiro momento, e Santo Amaro, Socorro, Neópolis, Divina Pastora, Rosário do Catete, Brejo Grande, Propriá e Itabaiana, num segundo momento<sup>214</sup>.

A historiadora Jocineide Cunha atribui o surgimento de irmandades do rosário no setecentos da História de Sergipe ao momento que em se dá com intensidade o aumento da vida urbana em Sergipe<sup>215</sup>, o que nos parece muito apropriado, embora não concorde no todo com essa postulação, dado que a ela, nos parece também oportuno endossar o aumento do fluxo de escravos e, com isto, a necessidade da Igreja Católica em também se fazer presente entre os cativos.

A presença da Irmandade do Rosário em São Cristóvão é pioneira em Sergipe, datada da segunda metade do século XVII. A construção de seu orago se dá no início do século seguinte, em 1746, com conclusão realizada em sua segunda metade<sup>216</sup>. A pesquisadora Vanessa dos Santos Oliveira, em 2008, publicou um importante trabalho a respeito, centrando sua atenção na análise do Termo de Compromisso composto na sessão de Recompilações ocorridas no século XIX, cujo resultado estaremos utilizando no capítulo terceiro<sup>217</sup>. Ressaltamos, desse modo, que a primeira versão do Compromisso da Irmandade do Rosário em São Cristóvão é datada de 1686<sup>218</sup>, e, que serviu de base para a confecção de outros congêneres em Sergipe, a exemplo do Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1771).

---

<sup>214</sup> ALVES, Francisco José. Idem. pp. 151-152.

<sup>215</sup> CUNHA, Jocineide. *Apontamentos sobre as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos da Capitania de Sergipe del Rei (1750-1835)*. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)igualdades**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA – PAF I e II, Campus de Ondina.

<sup>216</sup> NUNES, Maria Thétis. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996. p. 254.

<sup>217</sup> OLIVEIRA, Vanessa. **A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)**. São Cristóvão, 2008. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Sergipe.

<sup>218</sup> Sua aprovação se deu em 1769.

O ano de 1772 registra a organização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Estância-SE. Segundo Francisco Alves, esta se fundiu à Irmandade de São Benedito<sup>219</sup>. Era do tipo mista, pois admitia livres, escravos e libertos em seus quadros associativos. Seu Termo de Compromisso só foi aprovado 72 anos após a sua implantação, em 1843<sup>220</sup>. Duas eram as festas realizadas por esta irmandade: primeiro domingo de outubro, dedicada à Nossa Senhora do Rosário (festa dos brancos); e a outra, no dia 06 de janeiro, Festa dos Reis Magos (festa de negros)<sup>221</sup>.

Tendo como fonte o Livro de Termos de Entrada da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância-SE (1772-1827), do Arquivo da Casa Paroquial daquela cidade, o Prof. Francisco dá conta, no que se refere a sua composição étnico-social, de 57,7% livres; 33,7% escravos; e 8,6% libertos<sup>222</sup>. Curioso notar, como o quantitativo de brancos é superior ao somatório das demais categorias, o que, em tese, explica que nem sempre a categoria étnica e mesmo social está associada à devoção ao Santo Preto em Sergipe.

Em Estância, a Festa de Reis Magos começava seus preparativos na semana subsequente à realização da Festa do Rosário e concentra o período de organização administrativa da irmandade, pois, na primeira semana de outubro ocorria a eleição do mordomo da novena do ano seguinte. Em dezembro, a eleição da mesa. O dia 06 de janeiro se dava o auge, com a posse da mesa eleita e a Coroação dos Reis do Congo<sup>223</sup>.

Outra vila sergipana que mereceu atenção da historiografia sergipana no que diz respeito a existência de irmandades de homens pretos ou pardos foi Vila Nova. Nesse

---

<sup>219</sup> Segundo dados do Professor Fernando Ribeiro Soutelo, é possível perceber como São Benedito tornou-se popular em Estância. No quadro de distribuição dos santos invocados na vila, em sua pesquisa para compreender a importância dos santos no lugar, particularmente Santo Antônio, Soutelo identifica três referências ao santo preto, entre 1824 e 1860. Cf. SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Santo Antônio nos Inventários do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Estância*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 33. Aracaju-SE, setembro de 1997. p. 341.

<sup>220</sup> ALVES, Francisco José. *Calendário Religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância: 1772-1827*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992. p. 73.

<sup>221</sup> ALVES, Francisco José. Idem. pp. 73-74.

<sup>222</sup> Ibidem. p. 79.

<sup>223</sup> Ibidem. p. 80.

sentido, chama atenção o trabalho do professor Lourival Santana Santos. Diferentemente de outras irmandades do gênero, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco foi instalada tardiamente, pelo menos em termos de documentação oficial. Seguindo os trâmites comuns a qualquer jurisprudência de abertura de uma irmandade, a de Vila Nova seguiu as seguintes etapas: 1800 (requerimento ao Rei de Portugal); 1802 (parecer do Procurador da Fazenda); 1806 (confirmação pelo Príncipe Regente, João)<sup>224</sup>.

Em geral, em tudo se assemelha a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco às demais de Sergipe, não fossem alguns detalhes importantes. Percebemos que existia apenas uma festa, exclusivamente dedicada a Nossa Senhora do Rosário. A propósito, nota-se no termo de compromisso um cunho eminentemente mariano. Em seu capítulo 10, isto fica muito evidente, pois das nove missas a serem celebradas obrigatoriamente durante o ano, seis são dedicadas a exortações à Virgem Maria: Purificação, Anunciação, Assunção, louvor ao seu nascimento, Rosário e Conceição. Outro aspecto que merece atenção é o fato de São Benedito não ocupar lugar de destaque e sequer ser citado, ao contrário do Patriarca São Domingos de Gusmão.

Consta do Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador, uma referência à Irmandade do Rosário de Propriá. Trata-se de uma reformulação do seu Compromisso, ocorrida em 1894. A fonte não deixa claro de quando é a primeira versão, mas aponta, em seus 15 capítulos, para os primeiros efeitos da romanização do século XIX, de que trataremos com mais detalhes nos próximos capítulos. Nesse sentido, chama atenção o presente trecho do parecer de sua aprovação de reformulação: “(...) Sua doutrina está inteiramente de acordo com os dogmas de nossa santa religião e os verdadeiros

---

<sup>224</sup> SANTOS, Lourival Santana. *O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 32, 1993-1999. pp. 183-202.

princípios da moral, e não prejudica diretamente aos direitos Archiepiscopais bem os Parochiaes<sup>225</sup>”.

Em Laranjeiras, segundo a professora Beatriz Góis Dantas, as celebrações a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito remontam à primeira metade do século XIX, mesmo período em que se deu o início das obras da construção de seu templo<sup>226</sup>.

Um capítulo à parte nesse cenário das irmandades do Rosário em Sergipe, e que ainda merece um estudo mais aprofundado, envolve um dos padres estudados na presente tese. No dia 02 de dezembro de 1879, Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, em resposta a uma carta do Padre Marcellino, da Freguesia de Riachão do Dantas, se diz impossibilitado de aprovar um Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, afirmando não se tratar isto de sua alçada. O curioso nesse caso é que o Padre Marcellino enviou cópia do Compromisso de uma Irmandade do Rosário daquela freguesia para que o documento se passasse pela confraria citada. Um caso típico de burla para forçar uma situação legal. Daltro rechaçou a intenção do Padre e disse que isso deporia contra lei<sup>227</sup>. Se houve ou não uma Irmandade do Rosário em Riachão do Dantas, isto é um assunto que ainda precisa ser esclarecido.

Até a definição das principais questões da presente tese, as referências mais antigas a respeito da Festa de São Benedito na Vila do Lagarto e que serviram de mote inspirador inicial para esta pesquisa remontam à segunda metade do século XIX, tendo como base os estudos de Sílvio Romero<sup>228</sup> e de Melo Moraes Filho<sup>229</sup>. Acrescendo-se a

---

<sup>225</sup> Aprovação do Compromisso da Irmandade do Rosário de Propriá (SE). 1894. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador.

<sup>226</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Nota Prévia sobre Rituais Folclóricos numa Festa de Igreja – A Festa de São Benedito na Cidade de Laranjeiras*. In: **Revista Sergipana de Folclore**. Ano I. Número 1. Aracaju-SE. Agosto de 1976. p. 9.

<sup>227</sup> Correspondência da Confraria de Nossa Senhora do Amparo. Do Padre Daltro em resposta ao Vigário da Freguesia de Riachão do Dantas. 1879. Sub-grupo: Freguesia / Paróquias. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador.

<sup>228</sup> ROMERO, Sílvio. **Cantos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

<sup>229</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). Pp. 87-96.

estas, uma menção feita por Severiano Cardoso<sup>230</sup>, destacando os festejos de São Benedito entre as festas populares mais solenemente comemoradas, haja vista, segundo ele, ser o povo lagartense apaixonado por esse tipo de evento.

Esse quadro mudou consideravelmente, pois novas informações atestam a existência do culto ao Rosário e de capela erguida em Lagarto anterior ao século XIX, quando já é possível perceber referências ao Santo Preto. Os primeiros indícios dão conta da existência do referido culto já na segunda metade do século XVIII.

Segundo levantamento feito pelo Cônego José Geminiano de Freitas, em março de 1922, a Capela do Rosário de Lagarto começou a ser construída em 1845 e concluída em 1882<sup>231</sup>. A informação, em contraposição com uma carta do Vigário de Lagarto, Padre João da Cruz Canedo, datada 22 de abril de 1757, não confere e dá margem a contradição. Canedo dá conta da existência de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário na Vila de Nossa Senhora da Piedade<sup>232</sup> bem antes do estipulado por Geminiano. Tudo leva a crer que o referido espaço tenha sido erguido por escravos negros. Era importante, socialmente, para os cativos e lhes interessavam, mais de perto, levantar igrejas para si próprios, afirmam Helenita Hollanda e Biaggio Talento. Ao lado do batismo, dizem ainda as pesquisadoras, bem como a concessão dada a ele de assistir missa e receber sacramento, foram direitos estendidos por seus senhores como estratégia de dominação, mas também como uma rara possibilidade de ascensão social e, até mesmo, como uma maneira sutil de cultuar suas crenças, camufladas ou não nas práticas do catolicismo tradicional<sup>233</sup>.

---

<sup>230</sup> CARDOSO, Severiano. *Lagarto – Sergipe: História e costumes*. **Almanaque Sergipano**, Aracaju, 1899, pp. 250.

<sup>231</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se. fl. 25.

<sup>232</sup> Carta do Vigário de Lagarto, Padre João da Cruz Canedo, 22 de abril de 1757. Arquivo da Marinha e Ultramar. Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

<sup>233</sup> HOLLANDA, Helenita e TALENTO, Biaggio. **Basílicas e Capelinhas. História, arte e arquitetura de 42 Igrejas de Salvador**. Salvador: Bureau, 2008. p. 17.

Curioso como nas memórias de Dom Marcos Antônio Souza (1808), já aqui mencionadas, somente se registra a existência da Matriz na Vila de Nossa Senhora da Piedade. Em princípio, isso levaria a crer que a devoção à São Benedito se instale na Vila no século XIX, ou que ao menos já existisse e que o orago à Nossa Senhora do Rosário fosse construído depois, fato revelado e explicado melhor a partir de novas investidas a arquivos e documentos que recuam em muito àquele período da História da Igreja Católica em Lagarto.

Considerando o que afirma Péricles Andrade sobre as irmandades, é possível marcar e entender o tempo de construção da Capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário em Lagarto: “(...) Ambientadas num catolicismo que distinguia os fiéis pela cor e posição social, tais entidades tinham como princípio básico a construção de um templo exclusivo<sup>234</sup>”.

**Figura 5**



**Igreja de Nossa Senhora do Rosário - 1965**  
(Largo do Rosário - Acervo Folclorista Maninho de Zilé)

<sup>234</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 152.

Se for verdade que a construção dos templos por parte das irmandades se pautava em disputas de poder e de privilégio entre elas e que sua posição e configuração geográfica definiam posição social e até determinavam uma marcação identitária<sup>235</sup>, o que dizer, então, da Capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário em Lagarto<sup>236</sup>?

A capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário em Lagarto fica a poucos metros do Santuário de Nossa Senhora da Piedade<sup>237</sup>, numa região que ficou conhecida historicamente por Largo do Rosário. Está num plano mais alto do centro da cidade de Lagarto, entre a Praça Prefeito José Emílio de Carvalho (à direita), Ladeira do Rosário (aos fundos), Grupo Escolar Sílvio Romero (à esquerda) e a lateral direita do antigo Educandário Nossa Senhora da Piedade. Sua localização, portanto, ao contrário de outras verificadas no Brasil e mesmo em Sergipe, não se encontra, necessariamente, num espaço periférico da cidade. Foi, desde sua criação no século XVIII, sede própria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário<sup>238</sup>.

---

<sup>235</sup> Cf. REIS, João José. **A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>236</sup> Há indícios de que o templo, antes uma humilde capela, foi reformado em 1828, sofrendo nova intervenção física cem anos depois, em 1928. A estrutura que aparece na foto de 1965 é a mesma, com o acréscimo de grades em seu entorno, como veremos mais tarde no capítulo IV.

<sup>237</sup> No ano de 1751, uma Representação do Vigário da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Padre Affonso da França Corte Real, revela que o cuidado com o templo principal ficava à cargo do clero e, disso, se deduz que aos leigos, notadamente, competia a responsabilidade de zelar pelo templo da Irmandade do Rosário. No presente documento, o vigário citado pede subsídio para a conclusão da Igreja Matriz. Cf. *Representação do Vigário da França. Villa de N. Sra. Da Piedade, 21.10.1751*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 31. Rio de Janeiro, 1909. p. 14. Ainda sobre o Padre Affonso era sacerdote do hábito de São Pedro e foi provido na Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Lagarto no dia 09 de maio de 1725, em substituição ao Padre Manoel de Campos, falecido. Cf. **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 18. Rio de Janeiro, 1896. p. 128.

<sup>238</sup> Fotos de épocas mais remotas da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, ainda não devidamente precisadas em termos cronológicos, denunciam a presença de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito em altares laterais, como ocorria em alguns casos no Brasil Colônia. Outro caso curioso, diz respeito a um afresco que ainda hoje figura no teto do altar lateral esquerdo, dedicado ao Senhor Morto. Trata-se de uma referência antiga ao Santíssimo Sacramento. Talvez a única evidência da existência da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Lagarto, contemporânea à Irmandade do Rosário e à Confraria de São Bendito.

**Figura 6**



**Capela de Nossa Senhora do Rosário -- 2009  
Largo do Rosário - Lavarto-SE - Acervo Claudefranklin Monteiro**

## CAPÍTULO II

### **DAS FRONTEIRAS E DOS LIMITES DE UM UNIVERSO MULTIFACETADO DE DEVOÇÃO E DE EMPREENDEDORISMO RELIGIOSO (1771-1874)**

#### **2.1. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1771)**

Seguindo a mesma sistemática dos demais estudos, inclusive os presentes na historiografia sergipana e já mencionados no capítulo anterior, para entender a dinâmica inicial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lagarto e a posterior proeminência do culto e da festa de São Benedito na Vila, tomaremos como base analítica seu primeiro Compromisso, aprovado pela Coroa Portuguesa em 1771<sup>239</sup>.

Nunca é demais lembrar, que as irmandades se utilizavam de tal expediente jurídico para fazerem valer, de direito e de fato, a sua existência. Nesse sentido, a aprovação de seu compromisso era imprescindível. Trata-se, portanto, de um documento que dava ordem regimental à irmandade, contendo suas características, seus normativos e os tipos de serviços religiosos prestados. Era uma espécie de contrato assumido entre o devoto e a sua devoção. Aceitando-o e sendo fiel aos seus preceitos, o devoto tornava-se mais do que um membro da irmandade ou confraria. Ele se tornava um irmão. A ideia de comum unidade foi forte naquele tipo de associação religiosa. A cola que unia a todos lhe conferia a irmandade (da mesma família) em relação à devoção.

---

<sup>239</sup> Segundo despacho do documento, na última folha, coube aos pretos forros daquela Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto a solicitação para a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e autorização para ereção de Capela dedicada a referida Santa. Cf. Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos da Freguesia de N.S. da Piedade da Vila do Lagarto, IAN/TT, Chancelarias Antigas/Ordem de Cristo, Livro 280, fls. 326-327. 1771.

Em muitos casos, o expediente era o mesmo já aqui apresentado para descrever a dinâmica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova-SE. Uma cadeia burocrática que validava a existência do culto e a construção de seu templo anterior a sua aprovação definitiva. Somente durante o Período Imperial, como veremos mais adiante<sup>240</sup>, o ritual burocrático mudou, adaptando-se ao novo regime. Segundo Russell-Wood a aprovação se dava a partir da apresentação do documento ao presidente da província, por meio da Assembleia Legislativa Provincial. Somente cumprida essa rotina, a irmandade poderia então ter sua existência oficializada<sup>241</sup>.

Duas pesquisadoras, Lucilene Reginaldo e Jocineide Cunha, cravam o século XVIII como o período de aprovação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lagarto. A segunda vai mais longe e afirma ter ocorrido isto no ano de 1771. Elas citam, em seus trabalhos<sup>242</sup>, como base, uma documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>243</sup>. Porém, não tecem maiores detalhes que deem conta de explicar melhor o que se ocorreu em Lagarto.

Em consulta ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos deparamos com uma informação que pretende mudar esse panorama e lançar novas luzes sobre a instalação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Nossa Senhora da Piedade, bem como a respeito da Festa de São Benedito, alvo da presente tese. Trata-se da existência de um Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos

<sup>240</sup> No ano de 1874, o Compromisso da Irmandade do Rosário da Vila de Lagarto foi modificado e adaptado, sendo publicado em Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Com outras irmandades das vilas sergipanas ocorreu o mesmo: Cf. *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Villa do Lagarto)*. In: FRANCO, Cândido Augusto Pereira. **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880)**. Vol. I. Aracaju: Typographia da F. das Chagas Lima, s/d.

<sup>241</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Tradução: Maria Beatriz Medina- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>242</sup> Cf. REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2005. Cf. CUNHA, Jocineide. *As Mulheres nas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos de Sergipe (1751-1835)*. In: **Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Olhares Diversos sobre a Diferença**. João Pessoa-PB, outubro de 2011.

<sup>243</sup> A referência de Lucilene Reginaldo é mais precisa e confere com a que consultamos: Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos da Freguesia de N.S. da Piedade da Vila do Lagarto, IAN/TT, Chancelarias Antigas/Ordem de Cristo, Livro 280, fls. 324-327. Mas Jocineide Cunha apresenta outra referência: Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria antiga, liv. 292, sem especificação de folhas.

Pretos da Igreja da Vila do Lagarto, cuja referência<sup>244</sup> não está de acordo com as pesquisadoras acima supracitadas, particularmente com a segunda.

O documento é composto de 07 folhas. Os seus 10 capítulos estão organizados em 4 folhas e um parágrafo da folha 05. As demais folhas são dedicadas à aprovação do compromisso por parte do Rei de Portugal, encarregado de fazê-lo Dom José Joaquim Lobo da Silveira, deputado da mesa da consciência e ordens. À época da aprovação do Termo de Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto estava entre as 7 povoações da Capitania de Sergipe D'El Rey e contava com 317 fogos e 2.342 almas<sup>245</sup>.

Em geral, os termos de compromisso das irmandades do rosário de Sergipe eram relativamente curtos, em comparação a outros documentos de outras partes do Brasil. A Irmandade do Rosário dos Pretos de São Cristóvão era composta de 13 capítulos. Para ilustrar o que estamos afirmando, o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro, datada de 1759, era composto por 21 capítulos<sup>246</sup>.

No que se refere a sua redação, trata-se, claramente, de uma adaptação do texto do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Cristóvão, de que tratamos anteriormente. Para tanto, a tomaremos como base analítica dentro de um processo que leve em consideração as suas verossimilhanças e particularidades, sobretudo para realçar o modo de organização da irmandade da Vila de Lagarto.

---

<sup>244</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Igreja da Vila do Lagarto. Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria antiga, liv. 280, fl. 324 a 327. 1771.

<sup>245</sup> Lista das Informações e descrições das Villas do Arcebispado da Bahia, 1757. Arquivo do Conselho Ultramarino. Arquivo da Marinha. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

<sup>246</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU/CU, Códice 1950). Cópia Impressa e Transcrita do Acervo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

As condições para a entrada do irmão, como era chamado um membro efetivo da irmandade, estão postas em seu **primeiro capítulo**. Ao Escrivão estava designada a arrecadação, o registro e a guarda dos valores cobrados, que se dava em duas ordens: 1) dois tostões para a entrada; 2) quatro vinténs anuais no dia da festa do Rosário. Em sendo casado, o valor anual<sup>247</sup> para a festa era de um cruzado para o homem e meia pataca para a mulher<sup>248</sup>. O fato de ser um irmão, nessas condições, eram-lhe retribuídas muitas graças, do ponto de vista espiritual, necessariamente por parte da Virgem do Rosário.

O **segundo capítulo** estabelece os procedimentos para a realização da festa dedicada à Virgem do Rosário. Tratava-se de um trabalho coletivo, que envolvia os principais membros da mesa, onde cada um (oficiais, procuradores, juízes e mordomos) executava uma tarefa específica, que ia do cuidado com a capela e do altar ao zelo e ornato da festa. Em relação ao Compromisso de São Cristóvão, cinco diferenças importantes: 1) além da missa cantada e sermão, a exposição do Santíssimo Sacramento; 2) o sermão, que sempre deveria ser feito pelo Vigário, era remunerado, custando à irmandade 2 mil réis<sup>249</sup>; 3) destacava a pobreza dos irmãos ao mesmo tempo em que enfatizava a obrigatoriedade do mesmo da realização da festa; 4) a realização de uma procissão ao redor da capela; 5) a festa ocorria na segunda oitava de natal, correspondente ao dia de Reis: sexto dia de janeiro.

Afora o fato de nos dois compromisso aqui postos em comparação (São Cristóvão e Lagarto) serem denominados de rosário dos “pretos”, chama atenção nos **terceiros capítulos** de ambas (Da Eleição dos Oficiais) o favorecimento de homens

---

<sup>247</sup> No Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos de São Cristóvão-Senão fica clara a anuidade da contribuição para a festa do Rosário.

<sup>248</sup> Nunca é demais lembrar, que por essa época o sistema financeiro existente no Brasil, sob as hostes da Coroa Portuguesa, não era organizado e uniformizado, podendo variar de região para região. No geral, o padrão era o réis (Real) e as variações quase sempre regionais. Como veremos no capítulo dois da tese, o movimento financeiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Lagarto, durante o século XIX, foi considerável em termos de arrecadação e de valores, o que reforça a ideia de um empreendimento religioso rentável e vigoroso para a época.

<sup>249</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Cristóvão dedica, diferentemente do compromisso da Irmandade de Lagarto, um capítulo (quinto) para as Missas, onde há uma esmola para o Capelão, mas sem prescrição de valor.

brancos, no total de dois em ambos, para ocuparem funções nevrálgicas da irmandade, como a de Escrivão e a de Tesoureiro. Isso se explicava, em grande medida, pelo fato de os homens pretos em quase absoluto não terem letramento, “boa consciência”, é bem verdade, mas pressupunha de alguma forma uma ascendência étnica no mínimo contraditória. No que diz respeito ao Compromisso de Lagarto não fica evidente que os sujeitos a ocuparem as demais funções sejam “de cor”, como no Compromisso de São Cristóvão onde estes se configuram tacitamente: Angollas e Criollos. Também o quantitativo diferia em relação à São Cristóvão, não ficando claro, por exemplo o total de Mordomos, no que deixa deduzir uma certa flexibilidade. Em comum também, além da presença do Vigário, o dia da eleição: na véspera ou dia da festa.

O **quarto capítulo** (Da Obrigação do Tesoureiro) os regramentos são idênticos, preceituando a função de cada um para com a coleta, guarda, distribuição e prestação de contas do que for arrecadado junto aos irmãos: ouro, prata, dinheiro, esmola e bens patrimoniais, “tudo o que nella ouver”, cabendo ao Tesoureiro a responsabilidade maior, sobretudo no controle das entradas e saídas e a devida prestação de contas.

Em relação ao Compromisso de São Cristóvão, os capítulos cinco e seis foram adaptados, para formarem a redação do **quinto capítulo** do Compromisso de Lagarto, intitulado *Da Devoção que Devem Ter os Irmãos*. Trata-se da necessidade que cada irmão devia ter com suas obrigações diárias, sobretudo em relação aos Sacramentos, como a comunhão. Como também à reza do Rosário aos sábados, da urgência de rezar sempre para garantir, sob a forma de indulgência, seu lugar no céu.

Nos **sextos** e **sétimos** capítulos, uma preocupação especial com os enterramentos e com os defuntos. Da necessidade não só de garantir o repouso do corpo do irmão em sepultura própria, mediante assistência material, mas também a encomendação de sua alma. A preocupação com as almas dos fieis defuntos marcou a história religiosa da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e nem mesmo a romanização verificada entre os finais do século XIX e início do século XX lhe

refrearão os ânimos, salvo o período da administração do Cônego José Geminiano de Freitas (1913-1928), de que trataremos mais adiante.

Os capítulos **oitavo** e **nono** dizem respeito a questões mais administrativas e arbitrais, envolvendo a função específica do Escrivão e de sua importância vital para o funcionamento a contendo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Lagarto. Em caso de quebra da harmonia entre os irmãos, caberia ao Vigário a admoestação oral e sem persistindo as contendas, a expulsão do causador ou causadora da discórdia por parte da Mesa, mediante consulta e votação.

O **décimo** e último capítulo é dedicado aos irmãos que fossem acometidos de alguma enfermidade grave ou não. Sendo poucos seus dividendos, o irmão carente teria a ajuda de custo da Irmandade para seu tratamento de saúde e a assistência religiosa do Vigário, preocupando da salvação de sua alma o quanto antes, rezando e comungando advertidamente. Vê-se, claramente, sobretudo com os casos de extrema gravidade, a preocupação nítida com as coisas imateriais, com a garantia do lugar do irmão enfermo entre os escolhidos de Deus, na vida após a morte.

Preliminarmente, o que se pode aventar é que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lagarto no século XVIII, foi de cunho mariano, mas com um elemento muito particular: o culto e a festa a São Benedito se sobressaem ao longo do tempo. No que diz respeito a sua procedência social, era caracterizada como sendo popular. Tudo leva a crer, ainda, que foi se tornando do tipo mista; com a realização de duas festas votivas, a saber: uma em outubro, dedicada a Nossa Senhora do Rosário; e outra em janeiro; dedicada a São Benedito.

Figura 7



Imagem de Nossa Senhora do Rosário - 2009  
Capela de Nossa Senhora do Rosário - Lagarto-SE - Acervo Severino Vicente da Silva

Os devotos de São Benedito, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a exemplo do que se deu em outras partes do Brasil, compunham uma parcela importante do catolicismo, dito popular, e que, portanto vivia, ainda assim, à margem da hierarquia eclesiástica<sup>250</sup>. Por esse motivo, realizavam seus atos quase que de forma independente, tendo ou não o apoio e a participação do pároco.

---

<sup>250</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.p. 65.

O que chama a atenção em Lagarto é que, embora esse tipo de conduta não fosse mais considerado decente para um catolicismo renovado, a mesma ainda resistiu e sobreviveu intacta por um bom tempo, tendo seu desfecho com o Padre Geminiano de Freitas, isto no início do século XX, apenas, quando se sabe que desde 1834, com a criação do Seminário Arquiepiscopal da Bahia, sua ordem de extinção e condenação já estivesse sendo levada a termos.

## **2.2. Vida Social e Cultural da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto – Século XIX**

Dos anos que seguem à aprovação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade, em 1771, aos registros de sua atividade econômica na segunda metade do século XIX (1856) são marcado pela obscuridade de informações. Nesse ínterim, a Vila ganha novas feições, sejam do ponto de vista cultural seja do ponto de vista social. Novos elementos e situações se somam, dando às manifestações populares da vivência de fé uma dinamicidade até então não experimentada.

A devoção a São Benedito ganhou corpo e importância entre as atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Lagarto, que deixou de ter caráter exclusivamente mariano. Concomitante às mudanças que a Vila de Lagarto passava e a religiosidade popular ganhou corpo, a Igreja Católica também vivia um intenso clima de reforma verificado a partir dos primeiros momentos do século XIX. O crescente desgaste com o Estado Português e depois com o Império Brasileiro levou aquela instituição religiosa a rever uma série de posturas que afetaram mais tarde devoções e celebrações em torno de santos populares como a São Benedito.

O século XIX se apresentou como promissor para a Vila de Lagarto, pois foi marcado por seu desenvolvimento. Em 1808, tinha uma economia marcadamente agropecuária, com predominância de produtos de subsistência, como mandioca, feijão e

milho. Àquela época, Lagarto contava com 6.000 (seis mil) habitantes, sendo dois mil brancos, com: “(...) grande número de pretos de Guiné e maior número de Angola<sup>251</sup>”.

Embora não se possa afirmar com precisão uma relação entre a existência de escravaria com um aumento da importância da festa de São Benedito na Vila de Lagarto, entendemos ser isto pertinente, até para entender o tecido social e cultural que marcou essa devoção por longos anos, sobretudo após a aprovação do Compromisso da Irmandade dos Pretos de Nossa Senhora do Rosário, responsável pela promoção e patrocínio da festa do santo preto na vila.

Assim, no ano de 1825, por exemplo, Lagarto registra fatos que dão a tônica de sua composição social. A julgar pelos estudos de Mott, na Vila de Nossa Senhora da Piedade, no que se refere à distribuição da população segundo a situação jurídico-social, 34,1% eram ingênuos, 23% libertos, 24,4% cativos, brancos e índios correspondendo a 18,4%. Segundo o historiador baiano, “(...) é onde, surpreendentemente, aparece o menor número de brancos, e a maior quantidade de negros<sup>252</sup>”.

No que se refere à distribuição da população, a Vila assim se apresentava naquele contexto: 17,1% de brancos; 45% de pardos, 36,6% de pretos e 1,3% de índios (p. 23). Uma curiosidade nisso tudo torna esse cenário ainda mais surpreendente no que tange a sua população escrava: tratava-se de uma região cuja base econômica principal era a atividade agropecuarista.

A importância do gado é flagrante nas memórias de Dom Antônio Marcos de Souza, de onde a população amealhava sua riqueza e com ela “(...) comprar as chitas, fustões, panos finos e galões com que se apresentavam nos dias festivos da Villa e na matriz e com este aparato fazem ostentações de sua grandeza<sup>253</sup>”. A propósito, como veremos mais adiante, esse portar-se extravagante, esse jeito “pavão” de proceder da

<sup>251</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p. 13.

<sup>252</sup> MOTT, Luiz. *População e Economia: Aspectos do Problema da Mão-de-Obra Escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. p. 23.

<sup>253</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. Op. cit. p.29.

gente lagartense pode ser atestado nas celebrações da Festa de São Benedito em Lagarto, sobretudo no século XIX.

Lagarto investe também na cultura canavieira sem perder suas feições pastoris. Na segunda metade do século XIX, a Vila de Lagarto contava com centenas de propriedades de gado, cultivo de cana-de-açúcar (com cerca de 30 engenhos) e algodão, com um fluxo considerável de pessoas, entre elas escravos e escravas.<sup>254</sup> Joceneide Cunha lança mão, em seu trabalho de conclusão do Mestrado em História na UFBA, de prover-nos de dados e descrições que ajudam a entender a escravaria nos oitocentos lagartense<sup>255</sup>.

A julgar por fontes como os inventários post-mortem, lista de eleitores de 1850, lista de classificação de escravos para o Fundo de Emancipação, além dos tradicionais relatos de viajantes e memorialistas, como Antonil, a existência de escravos em Lagarto, mais precisamente no século em questão, contraria a tese de que essa mão de obra se concentrava mais na Zona da Mata (Vale do Cotinguiba). Nesse período, cerca de dois terços da população lagartense possuía escravos, localizados na lida das atividades econômicas acima descritas e em diversas ocupações<sup>256</sup>.

Em 1852, Lagarto esteve entre as vilas mais densamente povoadas de Sergipe, ao lado de São Cristóvão e Estância<sup>257</sup>, contando um número de fogos<sup>258</sup> de 3.475 (três mil e quatro centos e setenta e cinco), a segunda maior em relação às citadas. Três anos depois, em 1855, foi assolada pela cholera-morbus. Por essa época, Lagarto já era uma Comarca, reunindo mais quatro freguesias: Santa Ana de Simão Dias, Nossa Senhora

---

<sup>254</sup> ALMEIDA, Maria da Glória S. *Atividades Produtivas*. In: **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. pp. 61-126.

<sup>255</sup> Cf. SANTOS, Joceneide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, Governo de Sergipe, 1977. p. 229.

<sup>258</sup> Habitações.

dos Campos do Rio Real, Nossa Senhora do Socorro de Gerú, Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha<sup>259</sup>.

Apesar de todo esse crescimento econômico, Lagarto tinha um importante desafio a ser superado: seu flagrante atraso educacional e cultural. No século passado, entre os anos de 1795 e 1797, 81\$335 para o chamado Subsídio Literário na Comarca de Sergipe, foi a contribuição da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, ainda assim ela não possuía nenhuma iniciativa governamental para a instrução pública. Situação essa, que não se alterou nos anos seguintes, conforme atesta D. Marcos Antônio de Souza em 1808 ao se referir à Vila do Lagarto, afirmando que até aquele momento não havia um mestre público sequer para ensinar os incultos<sup>260</sup>.

A julgar pelos dados constantes na historiografia sergipana, especialmente em *História da Educação em Sergipe*<sup>261</sup>, da professora Maria Thétis Nunes, ações educativas em prol da Vila de Lagarto, fundada por volta do ano 1697, só começam a ganhar corpo a partir da primeira metade do século XIX.

Dom Marcos Antônio de Souza assim se expressa, em 1808, sobre tal estado de coisas que não mudou em muitos anos desde aquela época e marcando parte considerável do século:

“Estes povos não estão ainda bem civilizados, a sua razão não tem sido cultivada por uma boa educação. (...) Em todo o termo não se acha um mestre publico que ensine a ler e a escrever, arithmetica e os princípios de uma conducta religiosa temente a Deus<sup>262</sup>”.

---

<sup>259</sup> A Província de Sergipe era composta por seis Comarcas: Lagarto, São Cristóvão, Estância, Laranjeiras, Maroim e Vila Nova. Ao todo, 24 freguesias, sob a responsabilidade de 23 Párocos Colados e apenas um Encomendado. Cf. Mapa das Freguesias de Sergipe. Relatório com que foi aberta a 1. sessão da undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 2 de julho de 1856 pelo excellentissimo presidente, doutor Salvador Correia de Sá e Benevides. Bahia, Typ. Carlos Poggetti, 1856. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051>. Acessado em 21 de julho de 2013.

<sup>260</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p.29.

<sup>261</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra/governo do Estado de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1984.

<sup>262</sup> SOUZA, Dom Marcos Antonio de. Op. cit. p.29.

A Igreja católica assumiu a responsabilidade de mudar esse quadro e dar novas feições, sobretudo porque a religião precisava da educação dos incautos, sob pena de perder valiosas almas para seu rebanho. Cabe, nesse sentido, destacar a ação dos padres.

Em geral, os padres no Brasil Colonial não tinham o preparo intelectual para se aventurar em grandes investidas no campo teológico. Aliás, como se viu, isso nem sempre foi muito necessário, salvas raríssimas exceções. Em 1849, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, o Presidente da Província de Sergipe, Sr. Zacarias de Goes e Vasconcelos, referiu-se a necessidade do Padre instruir-se mais. Segundo ele, com suas próprias palavras, em época remota de “ignorância e fanatismo” e de “pouca ciencia”, bastava a ele pouca coisa para atrair a veneração de todos. Além disso, entendia que era preciso moralizar esse clero sergipano, com vistas a atender às novas demandas daquele tempo<sup>263</sup>.

Além disso, o Sr. Zacarias de Goes e Vasconcelos entendia também que a o progresso da ilustração do Padre ajudaria, em grande medida, para constituir um “povo mais dócil ao freio da religião” e “menos propenso aos vícios e aos crimes<sup>264</sup>”. Mais tarde, esse clamor pela conduta ordeira das ovelhas do rebanho sergipano se estendeu às festas e tradições populares do catolicismo da Província, em que pese o fato de boa parte delas serem encaradas como sendo a representação dionisíaca da subversão à ordem pública.

Alguns anos depois, essa preocupação com a formação do padre voltou a ser objeto de atenção do Governo de Sergipe. Desta feita, o Presidente Amâncio João Pereira de Andrade, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, em 01 de março de 1850, acusa a maior parte dos padres sergipanos de dispensarem uma “falsa

---

<sup>263</sup> Fala do Presidente da Província de Sergipe à Assembleia Legislativa. 1849. p. 24. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1196/000025.html>. Acessado em 20 de julho de 2013.

<sup>264</sup> Idem. p. 25.

educação” aos leigos, deixando-os à mercê de todo tipo de ignomínias. Para o Presidente, os padres não sabiam como instruir nos princípios religiosos<sup>265</sup>.

Ao longo dos anos que se seguem, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, a herança deixada pelas ideias iluministas do século anterior impôs novos desafios aos padres e a Igreja procurava de alguma forma prepará-los melhor.

Nesse sentido, afirma Azzi:

(...) a figura do pároco idealizada pelo Iluminismo devia ser um homem totalmente aberto às conquistas da cultura moderna, imbuído das ideias filosóficas que enalteciam a razão e a ciência, e transformado em seguida em importante guia e orientador do povo, a fim de que este, sob sua orientação, pudesse começar a trilhar a senda do progresso humano<sup>266</sup>.

Assim, o quadro educacional lagartense só começou a mudar a partir de 1820, quando a Capitania de Sergipe Del Rei, por Carta de D. João VI, tornou-se independente da Bahia. A Vila de Lagarto, a exemplo de outras sete vilas da Província de Sergipe, passou a possuir Aulas de Gramática Latina, por exemplo.

De acordo com o Ato de 30 de março de 1829, do Presidente Inácio José Vicente da Fonseca, estabelecendo a Relação dos Indivíduos Providos nas diversas cadeiras de Primeiras Letras, o Sr. José Francisco Gonçalves, da Vila do Lagarto, recebia, na condição de professor, uma quantia de 240\$000<sup>267</sup>.

Vale destacar, também, que, nessa época, as Câmaras Municipais exerciam um papel importante, no sentido de fiscalizar as ações dos educadores e de prover melhorias

---

<sup>265</sup> Falla que dirige a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária no 1.º de março de 1850 o exm. snr. presidente da provincia, dr. Amancio João Pereira de Andrade. Sergipe, Typ. Provincial, 1850. p. 14. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1046>. Acessado em 21 de julho de 2013.

<sup>266</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. pp. 59.

<sup>267</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra/governo do Estado de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1984. p. 45.

no ensino, não permitindo que os Padres, especialmente eles, não prevaricassem na responsabilidade de educar.

Esse papel do padre secular nas ações educativas da Província de Sergipe pode ser atestado pela professora Thetis, quando ela o destaca como sendo um elemento fundamental na história da educação sergipana. Afirma ainda, que muitos deles se inseriam com tanta força no cotidiano das pessoas, que, por vezes, chegavam a constituir famílias, de onde teriam saído filhos que, mais tarde, seriam de grande projeção intelectual<sup>268</sup>.

Na História da Igreja Católica em Lagarto, dois padres se aproximaram desse perfil, vivendo épocas diferentes: Padre Alves Pitangueira<sup>269</sup> (primeira metade do século XIX) e Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro<sup>270</sup> (segunda metade do século XIX). O Padre Pitangueira esteve em Lagarto exatamente no período que antecedeu ao Segundo Reinado no Brasil. Um momento de fortes embates e de turbulências políticas, provocado pela instabilidade do chamado Período Regencial, em que Dom Pedro Segundo encontrava-se impossibilitado de assumir o trono, ficando o país às voltas com as disputas partidárias.

Segundo Sobrinho, o domínio da língua latina era um dos privilégios dos sergipanos<sup>271</sup>. A julgar por essa afirmação, depende-se a importância dos estudos de latim na Vila do Lagarto à época do Padre Alves Pitangueira. Uma análise aguçada sobre tal prédica poderia trazer a lume algumas informações a respeito, sobretudo na Vila de Lagarto.

---

<sup>268</sup> NUNES, Maria Idem. pp. 34-35.

<sup>269</sup> Nascido no povoado Hospício, berço dos Távoras, Covento (hoje Indiaroba), no dia 4 de dezembro de 1812, José Alves Pitangueira era filho de Antônio Alves Pitangueira e Dona Margarida Francisca de San-José. Foi o primeiro redator do Recopilador Sergipano (com 20 anos), fundado pelo Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira (1832). Em 1833 faz concurso à cadeira de Latim para a Vila de Lagarto, ocupando a vaga de seu primo o Padre José Francisco Gonçalves no dia 11 de junho. Sua ordenação ocorreu em 23 de abril de 1843. Entre os anos de 1848 e 1849, ocupou a cadeira no Parlamento Sergipano. Para Sobrinho, Pitangueira foi um prodigioso, pois aos vinte e um anos, incompletos, já era professor do secundário e aos trinta, padre.

<sup>270</sup> Será tratado no terceiro capítulo.

<sup>271</sup> SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça**. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju, 1941. p. 5. p. 43.

A cadeira de Latim em Lagarto já existia desde 1824. Em Ata da Sessão do Conselho do Governo da Província de Sergipe de 13 de dezembro de 1828<sup>272</sup> consta que a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto não vinha satisfazendo os requisitos no que diz respeito às Escolas de Primeiras Letras e Escolas de Língua Latina. A vila ofertou até a segunda metade do século XIX, uma das nove aulas de Latim da Província de Sergipe, até ser extinta em 1844, pela Resolução Provincial número 127 de 18 de março. Quatro anos depois, foi restaurada pela Resolução Provincial de número 221 de 22 de maio de 1848. Pitangueira reassumiu o posto em 12 de outubro de 1856. Em 1857, por força da Resolução Provincial número 479 de 28 de março, a cadeira de Latim foi transferida para a Vila de Simão Dias, quando Pitangueira se vê obrigado a lecionar francês, percebendo 300\$0 de gratificação anual, que mal dava para seu sustento.

Segundo Thétis, as aulas de latim interioranas apresentavam vida incerta, ora extintas, ora voltando a funcionar. Para a autora, em grande medida, a dissociação entre essas aulas e a realidade local foi um elemento determinante, principalmente, para a baixa frequência registrada<sup>273</sup>.

Veja o que dizia o Presidente da Província de Sergipe à Assembleia Legislativa, Inácio Barbosa, sobre as aulas de latim, em discurso de 20 de abril de 1854: “Estas aulas em geral pouca utilidade prestão, por que lutão com o embaraço, ou falta de internato, como acontece ao Lycêo, e então são apenas frequentadas por alumnos dos pequenos povoados, onde existem<sup>274</sup>”. Em geral, foi isto que se deu em Lagarto, exceção feita ao período de estada de Padre Pitangueira na vila.

---

<sup>272</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Memória sobre o Poder Legislativo (1824-1889). Apontamentos Históricos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 8, 1919. pp. 177-78.

<sup>273</sup> NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra/governo do Estado de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1984. pp. 70.

<sup>274</sup> Discurso de Inácio Barbosa (Palácio do Governo Provincial, 20 de abril de 1854) à Assembleia Provincial de Sergipe. Apud.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 08.

Ao se referir ao fracasso do Liceu Sergipano, a Professora Eva Maria Siqueira chama a atenção para um aspecto que em muito se encaixa com a realidade do que seria o Liceu Lagartense ou Casa do Padre:

(...) o anseio por organizar aulas do ensino secundário persistia e apesar das iniciais tentativas de implantação não terem logrado êxito, continuavam os intelectuais de Sergipe a almejar a criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações políticas e demais membros da burocracia local, reunindo em um só estabelecimento as matérias exigidas nos exames de preparatórios, de modo que “seus filhos não mais necessitassem sair dos limites do seu torrão natal<sup>275</sup>.

Embora não concorde totalmente com a ideia de que em Lagarto teria funcionado um liceu, mas sim uma iniciativa local da Igreja Católica de fomento da educação das elites, o artigo de Luiz Antônio Barreto a respeito do Liceu Sergipense<sup>276</sup> fornece valiosas pistas e orientações de como proceder nesse trabalho de garimpagem das ações educativas do Padre Pitangueira em Lagarto, sobretudo, em sua ênfase historiográfica aos chamados aspectos do cotidiano, procurando fazer um minucioso mapeamento da cultura escolar na Província de Sergipe do século XIX.

Com vistas a entender o processo de formação dos liceus em Sergipe, o trabalho da Professora Aristela Lima<sup>277</sup> é de grande valia, ainda que a mesma não dedique uma só linha a realidade lagartense, salvas as menções aos alunos ilustres do Liceu de Sergipe: Laudelino Freire e Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Trata-se de um estudo dissertativo na área da história da educação cujo propósito maior é o de situar o Liceu Sergipense no debate sobre o processo de organização da instrução secundária na primeira metade do século XIX, na Província de Sergipe.

---

<sup>275</sup> SIQUEIRA, Eva Maria. *Imagens Imortalizadas pelas Palavras*. **Educar**, n. 24, p. 227-244, Curitiba, Editora UFPR 2004. p. 228.

<sup>276</sup> BARRETO, Luiz Antônio. *O Liceu Sergipense*. In: **Revista do Mestrado em Educação**, julho/janeiro. UFS, nº 5, p. 67-80. 2002/2003.

<sup>277</sup> LIMA, Aristela Arestides. **A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1947-1855)**. São Cristóvão, 2005. (Dissertação de Mestrado – NPGED – UFS)

Nessa época, foi criada a Comarca de Lagarto, no dia 09 de maio de 1854, pela Resolução Provincial Número 379, quando por juiz era destacado o Dr. Manoel Garcez, de quem Tobias fora amigo, envolvido em querelas políticas a exemplo do Padre Pitangueira. Anos mais tarde, em sessão da Assembleia Legislativa Provincial de 06 de março de 1874, o filho do Dr. Manoel Garcez, em discurso emocionado, Dr. Martinho César da Silveira Garcez, fez questão de enaltecer a importância do Padre Alves Pitangueira para gente sergipana e em especial para a Vila do Lagarto, destacando sua grandeza de talento, sua nobreza e altivez como mestre, qualificando como um guerreiro a lutar contra o servilismo e contra qualquer tipo de coação<sup>278</sup>.

No ano de 1850, o Presidente da Província de Sergipe, o Dr. João Amâncio Pereira de Andrade publicou a Resolução nº 259, de 15 de Março, que criou o cargo de Inspetor Geral. Entre suas funções estava a de, anualmente, expedir relatório circunstanciado da instrução pública, a fim de saber qual era o panorama da educação em Sergipe. Dr. Guilherme Rebelo foi o primeiro a ocupar a função, e em 08 de dezembro de 1850 expediu o primeiro relatório, apresentando alguns dados importantes em relação à educação em Lagarto. Ao destacar as vilas e pessoas capazes e possuidoras de qualidade, principalmente ao que concerne às aulas de latinidade, ressalta Lagarto e a ação educativa de Padre José Alves Pitangueira. Por essa época, Miguel Teotônio de Castro era professor de Português no Liceu Lagartense – proveu cadeira em 2 de novembro de 1850, substituindo o professor Antônio Ricardo de Mártires (na cadeira desde 1829), o que ressalta o dinamismo daquele momento.

As iniciativas em prol da educação em Lagarto seguiram tímidas até a primeira metade do século XX, com a criação do Grupo Sílvio Romero, que será tratado no capítulo cinco. Na segunda metade do século XIX, sobretudo após a morte do Padre Pitangueira, tais iniciativas resumiram-se a abertura de cadeiras de primeiras letras, a

---

<sup>278</sup> SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça**. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju, 1941. p. 191.

maioria concentrada no interior, como as cadeiras para o sexo masculino no povoado Santo Antônio, criada por Resolução de Número 1221, de 25 de abril de 1882<sup>279</sup>.

### 2.3. Mudanças no Seio da Igreja Católica

Até 1822, existiam no Brasil apenas 07 (sete) dioceses: Salvador, Pernambuco, São Luis do Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo. Após a Independência do Brasil, verificou-se que a aproximação entre o poder temporal e o poder eclesiástico seguiu rumos cada vez mais difíceis, a ponto de se chocarem. Ao passo que isto se concretizava, a aproximação com Roma se tornava mais latente, condição fundamental para a realização de um processo reformador ocorrido a partir da segunda metade do século XIX. Para João Fagundes Hauck, o respeito à Santa Sé era visto como “*vínculo da unidade e da ortodoxia*”<sup>280</sup>.

Se por um lado, o Império Brasileiro reafirmou o Padroado real e manteve a oficialidade do catolicismo como religião do Estado, por outro lado estabeleceu a completa e irrestrita submissão da Igreja.

Para Mattoso:

Essas condições particulares que cercaram o estabelecimento e a propagação da fé católica no Brasil fazem com que as obras consagradas à Igreja apresentem a imagem de uma instituição passiva, submissa ao poder temporal, cúmplice das oligarquias econômicas e sociais, responsável por tensões e conflitos que perduram ainda hoje na sociedade brasileira, incapaz de se libertar da autoridade do Estado e impor sua própria trajetória<sup>281</sup>.

---

<sup>279</sup> LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Memória sobre o Poder Legislativo (1824-1889). Apontamentos Históricos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 8, 1919. pp. 165-67.

<sup>280</sup> HAUCK, João Fagundes et alii. **História da Igreja no Brasil. Segunda Época**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 182.

<sup>281</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 297

As questões entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro que se seguiram ao ano de 1822 demonstraram, em boa medida, que aquela representação de passividade do catolicismo teve seu limite e levou o clero a adotar medidas cada vez mais libertadoras no sentido, inclusive, de reforçar a atuação de Roma nos destinos nacionais referentes à fé católica, sua organização, estrutura, gerência e atuação social e cultural.

Em geral, a administração de Dom Pedro I não foi das melhores para os planos da Igreja, assumindo posturas que só reforçavam o sistema de Padroado. Nesse sentido, merecem destaque: o desvirtuamento e o desrespeito às bulas papais<sup>282</sup>, interferência na vida das ordens religiosas, suprimindo algumas delas como as dos Carmelitas e as dos Capuchinhos, entre outros, que de alguma forma contribuíram para perturbar o seio da Igreja e animar a indisciplina de clérigos e religiosos<sup>283</sup>. Há quem afirme que a sua clara posição pró-maçonaria explica em boa medida seu comportamento absoluto e até mesmo anticlerical.

Em carta da Dona Maria Leopoldina, datada de 06 de novembro de 1824 e dirigida a Sra. Maria Graham, a Imperatriz do Brasil teceu alguns comentários sobre a Igreja Católica da época, que nos parecem muito pertinentes. Ela queixa-se da moralidade do Clero, afirmando que havia muito a Igreja Romana no país vinha se corrompendo. Para tanto, destaca a ação do Bispo do Rio de Janeiro no sentido de tentar regularizá-lo. Em seguida, manifestou seu desejo de os capelães<sup>284</sup> serem mais bem valorizados. Segundo ela, eles prestavam serviços valiosos nos engenhos e nas fazendas<sup>285</sup>.

---

<sup>282</sup> O texto constitucional de 1824, em seu parágrafo 14, artigo 102, impõe que quaisquer documentos elaborados, redigidos e publicados sob a forma de determinações e orientações da Santa Sé ao clero e seus leigos no Brasil deveriam passar pelo crivo e autorização ou negação do Imperador. Ver Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de Março de 1824). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm). Acessado em 07 de janeiro de 2013.

<sup>283</sup> ROMAG, Frei Dagoberto. **Compêndio de História da Igreja**. Vol 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1950. Pp. 262-276.

<sup>284</sup> Os capelães a que se referem a Imperatriz referem-se a sacerdotes designados a exercerem suas atividades junto a uma família.

<sup>285</sup> *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas Anexas*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 60. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1938. p. 137.

Sobre a atenção religiosa dispensada aos negros escravos, assim se expressou a Imperatriz:

A lei portuguesa sobre escravos exigia que todo negro fosse batizado, tanto os importados quanto os nascidos no paiz. Acontece que a maior parte dos engenhos de açúcar e fazendas de café ficavam a uma distância muito grande de qualquer cidade para que fosse possível transportar os negrinhos logo que nasciam a uma igreja, para serem batizados, e quase tão difícil obter um padre da cidade tantas vezes quantas fosse necessário. Entretanto, por mais que um senhor de escravos brasileiro desprezasse os cuidados materiais com seus negros, seria difícil encontrar um só que se não preocupasse com suas almas e não ligasse a maior importância à simples cerimônia do batismo, tal como os romanistas ensinam<sup>286</sup>.

Nunca é demais lembrar, que a relação entre a Igreja e a Escravidão conheceu dois momentos: um que antecede a 1831 (quando o tráfico de africanos foi considerado ilegal) e outro posterior a esse marco, que culminou com a abolição em 1888. Nesse sentido, a escravidão sempre foi justificada pelo catolicismo por meio dos recursos ideológicos mais eficientes e mesmo por princípios jurídicos, onde os escravos eram tratados como propriedades e como o prolongamento da família. Com a Lei do Ventre Livre, mesmo excitante a Igreja foi aos poucos deixando de ser o braço ideológico do Estado e assumindo posições contrárias à escravidão<sup>287</sup>.

A Imperatriz, considerando a situação dos capelães e a carência de agentes religiosos por conta da expulsão dos jesuítas do Brasil, chamou a atenção para a Igreja no sentido de mover maiores esforços a fim de proporcionar “bons benefícios e postos no interior<sup>288</sup>”. Com isso, nos parece muito diferente a visão e as posturas da Imperatriz, como vimos, em relação às do Imperador. Se por um lado, ela agia no sentido de alertar

---

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. Pp. 327-332

<sup>288</sup> Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas Anexas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 60. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1938.

a Igreja para os graves problemas de formação então enfrentados, ele, com suas ações administrativas agiu, ao que se deixa entrever, no sentido de desencorajar, desmoralizar e desorganizar.

Não menos favorável foi o Período Regencial, quando membros da própria Igreja fazendo as vezes do Estado chegaram a ameaçar qualquer ascendência de Roma, como foi o caso do Padre Diogo Antônio Feijó<sup>289</sup>. Este chegou a se envolver numa querela que pôs a Santa Sé e o Governo Nacional em pé de guerra. Eleito para o Bispado de Mariana, Feijó não teve o reconhecimento do Papa e isto fez com que a Regência, em 1836, negasse aos brasileiros o direito de recorrer a Roma. A pendenga foi resolvida quando Feijó e Antônio de Moura, que havia sido eleito para o Bispado do Rio de Janeiro, renunciaram.

Como veremos mais adiante, Padre Diogo Antônio Feijó ficou conhecido como o principal representante do chamado regalismo radical, que, entre outras ideias, defendia a abolição do celibato sacerdotal e a defesa da subordinação do poder espiritual ao poder temporal, o que explica sobremaneira as tensões em que se envolveu durante o Império Brasileiro, contribuindo de forma contundente para aumentar o fosso entre as duas instâncias nos momentos que se seguiram ao Período Regencial.

Como se vê, anos de subordinação ao Estado, num regime onde havia um desequilíbrio em relação à proteção prometida às estruturas eclesiais e à vida religiosa, geraram uma desagradável “ingerência opressiva do secular no sagrado”, forçando a um aumento considerável de contendas e reações por parte do clero<sup>290</sup>.

Na contramão desse processo, curiosamente, no ano de 1837, o Presidente da Província de Sergipe, em sessão ordinária da Assembleia Legislativa, apresentou a religião (frise-se, católica) como a base do Estado, garantidora que deveria ser da

---

<sup>289</sup> Contrariando as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, a Carta Constitucional de 1824 passou a admitir a presença de clérigos em funções públicas, inclusive de magistratura. Todos os religiosos que faziam parte da administração pública durante o Império, não tiveram o aval formal de suas dioceses, que reprovavam tal estado de coisas. Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. pp. 302-303.

<sup>290</sup> Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Op. cit. p. 297.

“estabilidade do edifício social”. Para tanto, entedia que era preciso dispensar cuidados à decência dos templos, como condição para despertar nos sergipanos o necessário sentimento religioso<sup>291</sup>.

Um dos maiores símbolos de reação da Igreja ao controle de sua conduta de modo exógeno no Brasil foi o episódio que ficou conhecido como Questão Religiosa. Dois bispos, Dom Vital M. de Oliveira, de Olinda e Dom Macedo Costa, de Belém-PA, entraram em conflito aberto com o Império, em 1872, a ponto de serem presos e condenados dois anos depois.

Se por um lado a Igreja precisava dar conta de resolver sua relação com o Estado, por outro elaurgia dar continuidade ao processo de sua própria reforma, com a determinação de Roma. O fato é que os longos anos de intensa interferência e proeminência do Estado Português na Igreja Católica durante o Período Colonial e continuidade disso, durante o Império, em muito dificultaram qualquer tipo de estreitamento na relação de seus membros com Roma. Para Hoornaert: “Praticamente não houve comunicação entre Roma e a Igreja do Brasil”<sup>292</sup>.

#### **2.4. Devoções e cultos populares em Sergipe no Século XIX: São Benedito em Cena**

Sílvio Romero, no início dos anos 70 do século XIX, esteve convencido de que não havia nada que merecesse nota da cultura produzida no Brasil, transcorridos mais de três séculos da conquista portuguesa em 1500. Entretanto, ao final daquela mesma década ele se rendeu ao contrário, sobretudo, no que tange ao que convencionou chamar de cultura brasileira. Assim, disse ele: “(...) Nós possuímos uma poesia popular

---

<sup>291</sup> Cf. Falla com que of excell.mo sr. presidente da provincia abrio a terceira sessão ordinaria da primeira legislativa da Assembléa Legislativa desta provincia. Sergipe, Typ. de Silveira, 1837.<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1034/000004.html>. Acessado em 18 de julho de 2013.

<sup>292</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 67.

especificamente brasileira, que, se não presta a borduras de sublimidades dos românticos, tem contudo enorme interesse para a sciencia<sup>293</sup>”.

Foi com essa nova convicção que Sílvio percorreu alguns lugares do Brasil, entre eles Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe (onde se demorou mais), à caça de exemplares da criatividade popular do brasileiro, que ajudaram a defini-lo enquanto povo. Ele levou, aproximadamente, quatro anos para reunir essa coleção. Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos foi o livro *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, publicado em 1888 e que contempla o espaço temporal entre os anos 1879 e 1880.

Genial e genioso, Sílvio Romero, como pouquíssimos intelectuais brasileiros de sua geração e de posteriores, transitou com maestria pelos diversos ramos do saber, dedicando parte considerável de sua incalculável lavra livresca à tradição popular. Nesse sentido, nem mesmo ele escapou ao interesse por aquilo que antes era visto como exótico e selecionável. Esse interesse pela então chamada “ignorância criadora” fez dele um exímio conhecedor da alma brasileira, capaz de muni-lo de argumentos que ensejasse uma ideia de nação. Privilegiado em suas assertivas sobre a cultura popular, pode se dizer que, tomando emprestado a expressão de Gilberto Freyre, *Sílvio Romero Gigante*<sup>294</sup> esteve acima da média dos chamados folcloristas que praticavam uma pré-ciência<sup>295</sup>, pois não lhe faltou método, nem tão pouco análise, que o colocou acima de um mero catalogador de coisas do povo.

No afã de levar sua empreitada pelo Brasil, o famoso intelectual sergipano estabeleceu como critério para definir o tipo de cultura que gostaria de coligir. Para tanto, interessou-lhe, somente, a seu ver, elementos de uma cultura produzida pelo que chamou de “genuinamente nacional”, referindo-se aos descendentes do “portuguez nato”, do “negro da costa” (africanos) e do “índio selvagem”. Ou ainda, da mistura “racial” e cultural desses povos. Não interessou a ele, pelo menos naquele momento, a

---

<sup>293</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888.

<sup>294</sup> FREYRE, Gilberto. *O Gigante Sílvio Romero*. **Correio Popular**. Campinas, 22 de abril de 1951.

<sup>295</sup> Cf. ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 1992.

influência de franceses, holandeses, alemães e italianos, por entender que naquelas circunstâncias elas ainda eram mínimas e que muitas das vezes escapavam aos olhos dos historiadores<sup>296</sup>.

O foco de sua pesquisa foi, notadamente, a zona rural, mas sem deixar de perceber suas reverberações na zona urbana. Nunca é demais lembrar que as vilas brasileiras daquela época em pouco se diferenciavam dos povoados atuais. Interessamos, sobretudo, perceber a contribuição dele para a compreensão do quadro religioso popular de Sergipe da segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, dentro de uma perspectiva que pretendeu localizar e entender o catolicismo popular em Sergipe, praticado naquele período, também se levou em consideração outras três obras que, de alguma forma, se complementam, ao tempo em que se diferenciam pelos níveis de abordagem dos autores aqui em questão. Da seara de Sílvio Romero, mais duas: *Cantos Populares do Brasil* (1883) e *Contos Populares do Brasil* (1885); de Alexandre José de Melo Moraes Filho, destaque para, e *Festas e tradições populares do Brasil* (1895).

O contexto das obras coincide com um momento da história cultural do Brasil, onde a partir de 1870 ocorre uma intensa mobilização intelectual no sentido de engendrar uma feição brasileira, com ênfase na cultura popular. Essa busca de uma *alma nacional* estava incrustada numa discussão em torno do folk-lore, expressão que virou conceito nas mãos do arqueólogo inglês William John Thoms (1803-1885). Em artigo publicado na revista *The Athenaeum*, em 22 de agosto de 1846, sob o título de Folk-lore, o termo ficou consagrado como sendo “sabedoria” ou a “ciência” do povo, distinto de certo modo dos gostos e práticas culturais das elites europeias de então, que as do Brasil insistiam em imitar.

Nesse sentido, vale lembrar o que diz Renato Ortiz:

---

<sup>296</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. p. 8.

A cultura popular surge somente com o movimento romântico, cristalizando-se com os folcloristas - portanto é criação de intelectuais, com intenções variadas. Folcloristas e românticos cunham um tipo de entendimento da cultura das classes subalternas. Nos séc. XVII e XVIII vão separando de forma crescente a cultura de elite e a cultura popular – uma atitude da aristocracia que exclui, acentua diferenças entre os plebeus e os nobres, num contexto com poucas escolas, dificuldades de comunicação e transporte precário<sup>297</sup>.

O ambiente daqueles tempos logo foi tomado pelas ideias científicas. Avessos ao idealismo romântico prefigurado num indianismo quase místico e irreal, intelectuais, a exemplo de Sílvio Romero e Melo Moraes Filho, tornam-se adeptos de uma visão mais naturalista de temas como raça, meio e evolução<sup>298</sup>. Debruçaram-se, desse modo, a investigarem as chamadas raças que formaram o Brasil (branco, índio e negro) e os reflexos de suas práticas culturais na formação da cultura popular.

Para Sílvio Romero, em especial, foi uma espécie de amálgama daquelas três “raças” que teria gerado a cultura popular brasileira, particularmente suas canções, seus causos e sua poesia. Foi no tecido histórico que seres humanos de diversas ordens fomentaram suas crenças, seus modos, seus saberes e seus fazeres.

O portuguez lutava, vencia e escravizava; o índio defendia-se, era vencido, fugia ou ficava prisioneiro; o africano trabalhava, trabalhava... Todos deviam cantar, porque todos tinham saudades; o portuguez de seus lares d’além mar, o índio de suas selvas, que ia perdendo, e o negro de suas palhoças que nunca mais havia de vêr<sup>299</sup>.

Diferentemente de Moraes Filho, Romero foca sua produção nesse campo de análise na valorização da figura do mestiço, representante, por excelência, daquela

---

<sup>297</sup> ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 1992. p. 62.

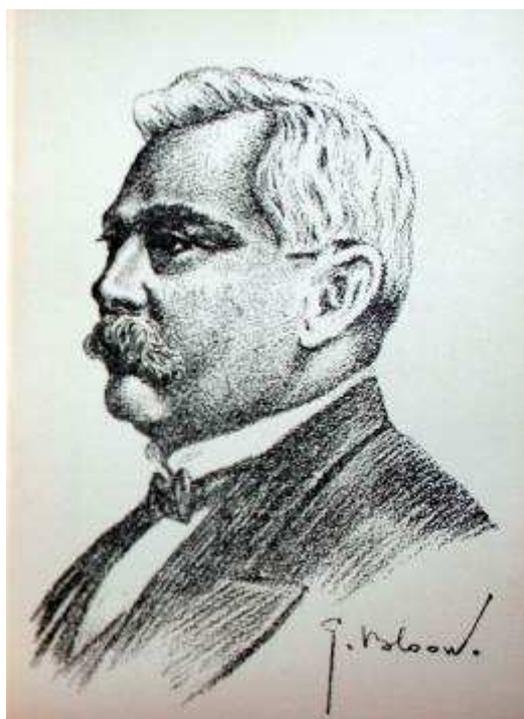
<sup>298</sup> Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

<sup>299</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. p. 17.

miscelânea de práticas culturais envolvendo cada uma das raças em questão, que seria a feição do povo brasileiro e sua nacionalidade, em sua concepção.

No que se refere à religiosidade, campo de nosso interesse, denuncia os missionários e a ciência. Os primeiros, por terem sido incapazes de compreender as crenças e mitos dos africanos e dos índios, sobretudo “(...) pelo aferro fanático á sua própria religião e pelo obscurantismo de seu tempo para a questão de tal ordem<sup>300</sup>. Aos cientistas deu um recado claro, particularmente aos que não dedicaram uma linha às religiões africanas, afirmando: “(...) o negro não é só machina economica, elle é antes de tudo, e não grado sua ignorância, um objeto de sciencia<sup>301</sup>”.

**Figura 8**



**Sívio Romero**  
**Litografia da Primeira Edição de “O Folclore Brasileiro”**

---

<sup>300</sup> Idem. p. 14.

<sup>301</sup> Ibidem. p. 11.

**Figura 9**

**Alexandre Melo Moraes Filho**  
**Litografia da Primeira Edição de “Festa e Tradições Populares do Brasil (1895)”**

Nesse rico manancial de informações da criatividade do povo brasileiro, registrada por esses dois intelectuais, que se sobressai o imaginário católico popular sergipano, frente aos inúmeros exemplos verificados na análise das obras dos mesmos. Fruto de um jeito particular de encarar e de manifestar o sagrado em suas diversas facetas, Sergipe produziu nessa época um quadro digno de nota capaz de apontar elementos de sua religiosidade popular, sejam em festas, ritos, rituais, causos, cantos, contos, crenças, procissões e numa infinidade de celebrações do divino, do santo, da entidade, enfim, em promessas, rezas, oblações, quadras, poesia, crônicas.

Nesse universo, é possível perceber como na Província de Sergipe, no século XIX, se apresentava uma religiosidade em sua faceta popular e como isso estava inserido numa ideia de identidade social<sup>302</sup>. Ao se debruçarem sobre as inúmeras

---

<sup>302</sup> Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

manifestações da cultura popular, Sílvia Romero e Melo Moraes Filho experimentaram as práticas acontecendo in loco, capazes de comunicarem o que seria um jeito de crer do lugar e manifestar a sua crença. Nesse sentido, até para pensar esse jeito sergipano popular e católico de viver a sua religiosidade naquele tempo determinado, e na perspectiva dos dois intelectuais como cientistas que buscaram captar aquela atmosfera, vale ressaltar o que afirma Luiz Beltrão:

Não há melhor laboratório para a observação do fenômeno comunicacional do que a região. Uma região é palco em que, por excelência, se definem os diferentes sistemas de comunicação cultural, isto é, do processo humano de intercâmbio de idéias, informações e sentimento, mediante a utilização de linguagens verbais e não-verbais e de canais naturais e artificiais empregados para a obtenção daquela soma de conhecimentos e experiências necessárias à promoção da convivência ordenada e do bem-estar coletivo<sup>303</sup>.

O século XIX foi para Sergipe um momento de afirmação. Dependente política e economicamente da Bahia desde 1590, alcança sua maioridade em 08 de julho de 1820. Mas só a partir de 1823 que começa em definitivo a galgar espaços no cenário nacional. A partir da segunda metade, repensam duas estratégias e começa por redefinir sua capital, deixando de ser São Cristóvão para Aracaju em 1850. Na esfera econômica, além da até então predominante cana-de-açúcar, outros produtos e atividades se notabilizavam<sup>304</sup>, a exemplo da mandioca e da criação de gado, presentes em Vilas como a de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, alvo das análises de Melo Moraes Filho e de Sílvia Romero, este último natural de lá.

Uma análise de sua população nesse período<sup>305</sup> aponta para uma série de questões verificadas em outros escritos de Sílvia Romero, sobretudo no que diz respeito

---

<sup>303</sup> BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: Editora UESP, 2004. p. 57.

<sup>304</sup> SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz**. Aracaju: Typ. do Jornal do Comércio, 1878.

<sup>305</sup> MOTT, Luís R. B. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

à mestiçagem do povo brasileiro. Sergipe, de um contingente populacional de 115.418 habitantes, 44,27% foi registrado como sendo pardos.

Para Vanessa Oliveira e Verônica Nunes, do panorama acima exposto, Sergipe vivia uma experiência religiosa de tipo catolicismo tradicional e popular, marcadamente devocional e de cunho familiar<sup>306</sup>. Porém, a análise dos registros e estudos de Sílvio Romero e Melo Moraes Filho apontam para outros elementos que tornam essa época ainda mais interessante e particular num contexto de vivência religiosa do catolicismo popular em Sergipe no século XIX. Além disso, ao contrário do que afirma Thétis Nunes<sup>307</sup>, está longe de se restringir ao ambiente urbano, sobretudo a São Cristóvão, com seu conjunto de irmandades religiosas.

Afora todas as questões aqui ressaltadas, devem-se acrescentar alguns aspectos bastante pertinentes quando o assunto é catolicismo popular em Sergipe no século XIX. Em que pesem as afirmações dos intelectuais em questão, vale registrar que aquele catolicismo foi eminentemente lúdico, também rural, multifacetado e não necessariamente assentado sob-hostes clericais. Ele se manifestou nas mais variadas situações e esteve presente nos mais tênues fios do tecido social sergipano, não só às voltas de espaços sagrados, mas também e muito destacadamente numa faceta configurada como profana.

A necessidade de se discutir um catolicismo popular<sup>308</sup> praticado em Sergipe por meio de registros folclóricos pode levantar alguns problemas e discussões preliminares, mas não elimina a sua possibilidade historiográfica. Para tanto, antes de qualquer coisa, é preciso também pensar sobre o que era encarado como cultura popular no momento em que as obras foram a público.

---

<sup>306</sup> OLIVEIRA, Vanessa dos Santos, NUNES, Verônica Maria Meneses. *A festa do Rosário dos homens pretos na cidade de São Cristóvão (SE)*. **Cadernos de História**. Departamento de História da Universidade de Ouro Preto-MG. Ano 2, nº 2, setembro de 2007. pp. 14-24.

<sup>307</sup> NUNES, Maria Thétis. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

<sup>308</sup> Em que pesem as suas várias definições, boa parte delas assentadas em autores como Riolando Azzi, e Hoonart é importante ressaltar seu caráter de não oficialidade.

Nesse sentido, embora existam diversas discussões já amplamente difundidas por autores consagrados, autores como Geertz, Peter Burke, Roger Chartier, Renato Ortiz, Carlo Ginzburg e Terry Eagleton podem lançar luzes sobre essa empreitada que envolve aspectos da cultura popular como sua religiosidade.

O conceito de cultura proposto por Geertz<sup>309</sup>, por exemplo, está baseado numa orientação semiótica. O autor defende a tese de que determinadas ideias se apresentam tão geniais, a priori, tão capazes de explicar tudo que por isso mesmo são encaradas como sendo únicas, desqualificando outras que as precederam. Para ele, nem mesmo a teorização de cultura fugiu disso, apresentando E. B. Taylor como a encarnação desse processo, incapaz de permitir outras conceituações de cultura às quais gerassem um ecletismo auto-frustrante, notadamente presente em Kluckhohn.

As muitas possibilidades de entender a cultura estão na raiz da proposta defendida por Geertz em sua obra. Ele propõe uma ciência interpretativa da cultura, que amplie justamente suas possibilidades significantes. Os exemplos das piscadelas de Ryle e dos berberes no Marrocos (1912) apresentados pelo autor dão uma ideia da complexidade que é praticar ciência ao tempo em que aponta um caminho que parece ser um dos mais seguros: “*primeiro apreender e depois explicar*”<sup>310</sup>.

Nesse sentido, nenhuma teorização da cultura, mesmo a popular, deve estar assentada numa ideia iluminista capaz de ofuscar as possibilidades significantes e explicativas de outras. Nada pode ser explicado aprioristicamente e tudo nada mais é que a soma de inumeráveis significados e explicações necessariamente situadas e transitórias. Ou seja: “*(...) o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas*”<sup>311</sup>.

O caráter polissêmico que o termo cultura popular assume por si só talvez impeça uma análise histórica apoiada nessa ideia, sobretudo quando o objeto é um fenômeno religioso. A recorrência a expressões como folgedos ou folclore para referir

---

<sup>309</sup> GEERTZ, Cliford. **A Interpretação das Culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.

<sup>310</sup> Idem. p. 20.

<sup>311</sup> Ibidem. p. 19.

à uma religiosidade popular é controversa e pode esconder uma tentativa de menosprezá-la e desvalorizá-la como um objeto legítimo da história.

Geertz, de certo modo, aponta estratégias que podem ser usadas como aporte para superar as barreiras teóricas impostas, na medida em que se abre espaço nesse terreno tão movediço para diferentes possibilidades de análises interpretativas de um modo particular de apropriar-se do sagrado. Um ponto de partida conceitual para se discutir uma cultura religiosa, como aqui buscamos entender, numa análise histórica pode se apoiar na seguinte afirmação dele:

(...) o conceito de cultura a que me atendo não possui referentes múltiplos nem qualquer ambigüidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida<sup>312</sup>.

Chartier, por exemplo, entende como problemática uma conceituação de popular como algo que seja oposto de letrada, como se cada um pudessem ter vida própria descolada de uma noção mais holística de cultura. Segundo ele:

(...) Saber se pode chamar-se popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de mais nada identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais<sup>313</sup>.

---

<sup>312</sup> Ibidem. p. 103.

<sup>313</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. 2 ed. Difel: Rio de Janeiro, 2002. p. 56.

Nesse sentido, para a história cultural o sentido das coisas, dos fatos/acontecimentos só se completa quando evidenciados no processo de nomeação, conceituação ou relato (na invenção da história, na fabricação de seu discurso) pelo presente. A história é como areia movediça, é como massa de modelar, é como bloco de gelo em ação do sol, é como adolescente em sua puberdade, como pano/tecido e suas inumeráveis lavagens: “(...) *A história não é apenas fluxo, processo, evento: é também cristalização, estrutura, sedimentação, é acima de tudo, relação entre fluxo e cristalização, entre estrutura, processo e evento*<sup>314</sup>”.

Considerando a vulnerabilidade da vida humana, de sua produção cultural, o que realmente sobra do passado é o que é determinado ou orientado por uma escolha: a do historiador. Da escolha ao produto final, transitar pelo campo cultural, nesse amálgama de religiosidade “popular”, não é tarefa fácil, mas pode se tornar efetiva quando a opção se dê por uma concepção de cultura religiosa, resguardada de uma boa dose de hermenêutica histórica.

Peter Burke<sup>315</sup> aponta para situações bastante pertinentes que podem vislumbram caminhos preciosos para um historiador que se proponha a estudar cultura popular. Para ele, qualquer interesse sobre o tema tem que ultrapassar a ideia do exotismo. O movimento que marca os primeiros processos industriais e a afirmação de preceitos de civilização e progresso é também o da “descoberta do povo” pelos intelectuais. Em escala latino-americana, os primeiros exemplares sistemáticos foram exatamente Sílvio Romero e Melo Moraes Filho. A percepção de que na poesia popular estavam depositadas as raízes da humanidade foi o *insight* para se valorizar os saberes e os fazeres do povo.

Assim, afirma o autor, a um momento inicial de desconfiança, seguiu-se outro em que os historiadores passaram a entender que o conceito de cultura popular era bem-

---

<sup>314</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a Arte de Inventar o Passado. Ensaios de Teoria da História**. Bauru, EDUSC, 2007. p. 300.

<sup>315</sup> Cf. BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Edição de Bolso).

vindo à seara da pesquisa histórica<sup>316</sup>. Burke faz um apanhado teórico sobre as diversas tentativas de se substituir o conceito de cultura popular, dialogando com autores como Bakhtin, Ginzburg, Gramsci, Willian Christina, Chartier, Certeau e Bourdieu. Tais tentativas concentram-se na ideia de superação da dicotomia cultura de elite e cultura popular. Ele afirma que a tarefa não é fácil e que a revisão de um conceito de cultura popular deve passar necessariamente por um reexame da própria noção de cultura. Para Burke, a ampliação do conceito de cultura e a ampliação dos interesses em torno dela, tornaram seus problemas de categoria ainda maiores do que a noção de popular.

No que concerte ao catolicismo, Burke assim se pronuncia:

No caso do Catolicismo, podemos razoavelmente assumir que Roma seja o centro, mas é bastante claro que as devoções não oficiais eram tão comuns naquela cidade santa quanto em qualquer outro lugar. Ao se tentar eliminar uma dificuldade conceitual, criou-se outra<sup>317</sup>.

Renato Ortiz, ao optar por uma “arqueologia do conceito” oferece outra vertente. Para ele o que se entendia por cultura popular no século XIX (momento da invenção do conceito) foi se alterando com o passar do tempo. Porém, sua crítica em relação aos folcloristas é mordaz e pode por em xeque qualquer intenção de ver as fontes que aqui selecionamos como válidas para atingir nosso propósito, pois os folcloristas diziam mais de suas ideologias do que da realidade das classes subalternas, entenda-se povo<sup>318</sup>.

Tese que em boa medida pode ser contestada por Ginzburg, pois lidar com a cultura popular ou subalterna, como quer, na pesquisa histórica é está sempre às voltas com uma documentação indireta. Embora isso possa parecer desencorajador também

---

<sup>316</sup> BURKE, Peter. Idem. p. 15.

<sup>317</sup> Ibidem. p. 21.

<sup>318</sup> ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1992. p.7.

pode se tornar num excelente exercício para o historiador, ora se distanciando, ora se aproximando de seu objeto<sup>319</sup>.

Outra discussão que merece nossa atenção emana da leitura de Terry Eagleton, para o qual a cultura se apresenta como aquela capaz de formar o cidadão apto para viver em harmonia no campo social, capaz de aplacar os interesses opostos, o estado de antagonismo crônico. A cultura seria um ente universal presente na individualidade de cada um. Nesse sentido, parece-nos muito apropriado para o que vimos discutindo, uma das três categorias propostas por ele, a partir do desenvolvimento histórico do conceito: a cultura como civilidade<sup>320</sup>. E no campo da relação entre cultura e religião, coube a ele ideia de procurar algo além do fundamentalismo ou fanatismo, mas como aporte de uma emancipação humana<sup>321</sup>, a nosso ver, presente nas religiosidades populares.

No momento em que as obras de Sílvio Romero e Melo Morais Filho foram publicadas, Sergipe, ainda que de forma tímida, vivia o clima de romanização, intensificado após a criação da Diocese de Aracaju, em 1910<sup>322</sup>. Em alguma medida, o movimento verificado entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX de salvaguarda das coisas do povo na Europa em muito se aproxima com o movimento vivido pelos autores aqui em questão. De sorte, foi importante para registrar uma forma de catolicismo praticada pelo povo sergipano antes do mesmo ter sido quase que suplantado pela onda reformadora que tomou conta dos vários rincões do Estado de Sergipe<sup>323</sup>.

---

<sup>319</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. 10ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>320</sup> Cf. EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

<sup>321</sup> Cf. EAGLETON, Terry. **O Debate sobre Deus, Razão, Fé e Revolução**. Vol. 1. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

<sup>322</sup> SOUZA, Antônio Lindvaldo. **Um Porta-Voz da Romanização do Catolicismo Brasileiro: Silêncios e Conflitos na Administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju-SE (1911-1917)**. Tese de Doutorado. UNESP, Assis, 2005.

<sup>323</sup> É fato que isso não foi deliberadamente pensado por Sílvio Romero e Melo Morais filho, mas a situação é no mínimo curiosa se pensarmos a força avassaladora da romanização em Sergipe, de modo particular na manifesta e tácita antipatia do Padre Germiniano de Freitas em Lagarto-SE (1919), proibindo a realização da tradicional festa e procissão de São Benedito no interior do templo católico, como veremos no capítulo IV desta tese.

Se em nível europeu havia a preocupação do desaparecimento da cultura popular sem o seu devido registro, no Brasil de Sílvio Romero e de Melo Morais Filho ocorre com força e se intensificam as ações advindas daquele processo de romanização promovido pela Igreja Católica, onde as crenças populares eram vistas como superstições do povo e desvios da moral cristã e que deveriam ser evitados e combatidos peremptoriamente. Como diria Ortiz, os católicos queriam libertar-se das chamadas “inconsistências religiosas<sup>324</sup>”.

Curioso é saber como um sujeito cético como Sílvio Romero tivesse se interessado por coisas que em sua maioria estavam ligadas a expressões do sobrenatural. Coisa que, segundo Câmara Cascudo, teria começado em sua estada por Recife (1868-1876) ao lado do mestre Tobias Barreto. Foi daí que teria surgido uma base científica chamada por Ortiz de verniz positivista, para estudar a cultura popular: “(...) a observação do povo diuturnamente do trabalho e na normalidade da comunicação cultural, as permanências da individualidade coletiva<sup>325</sup>”.

Peter Burke reconhece e agradece a importância dos registros feitos sejam por antiquários, românticos e folcloristas (como irá categorizar mais adiante Renato Ortiz<sup>326</sup>), mas adverte para nos descolarmos das lentes dos românticos e nacionalistas, examinando com cuidado seus legados e estudos, levando-se em conta algumas problemáticas, basicamente três, das quais merece destaque a que diz respeito ao fato de que tais intelectuais (a exemplo de Sílvio Romero e Melo Morais) nem sempre publicarem exatamente como encontraram, não abrindo mão de alterar, forçar uma unidade orgânica e criar versões de uma mesma coisa expressa em vários lugares.

As obras dos intelectuais que descobriram e depois cultuaram o povo conceberam algumas impressões que ainda não foram totalmente superadas e uma delas

---

<sup>324</sup> ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. Ed. Olho D'Água. SP, 1992. p.15

<sup>325</sup> CASCUDO, Câmara (1950). In Prefácio de ROMERO, Sílvio. **Cantos Populares do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1985.

<sup>326</sup> Cf. ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. Ed. Olho D'Água. SP, 1992.

é uma marca registrada daquele movimento: de uma “tradição popular imutável e pura<sup>327</sup>”.

Bons indícios para quem se preocupa em pesquisar sobre devoções a santos no século XIX, em Sergipe, podem ser encontrados em “Cantos Populares do Brasil”. Nossa Senhora, Nossa Senhora da Guia, Santa Maria, Santana, São Joaquim, São Gonçalo dos Campos Senhor da Cruz, Santo Antônio (com missão de casamenteiro), Nossa Senhora do Rosário, São João e São Benedito compõem a lista. Estes últimos são, a propósito, os únicos exemplares do catolicismo popular de Sergipe na obra de Melo Moraes Filho, *Festas e Tradições Populares do Brasil* (1895), com especial atenção à Procissão de São Benedito em Lagarto, como se verá mais adiante.

O culto aos santos é apresentado como um dos aspectos mais expressivos do catolicismo luso-brasileiro. Os santos sempre foram encarados como os guardiões dos humanos comuns, pois suas vidas ilibadas davam a garantia de proteção contra todo tipo de iniquidades que existiam na vida terrena. Assim, afirmam Helenita Hollanda e Biaggio Talento: “(...) cultuar os santos era uma regra sagrada para o colonizador português, prática sem a qual, acreditava, ficaria difícil ultrapassar as grossas e pesadas portas do paraíso<sup>328</sup>”.

Ele está impregnado em sua teologia, e vem de longa data, sem maiores questionamento até o século XVI, quando, em razão dos avanços da Reforma Protestante, a Igreja Católica precisou regularizá-la por meio do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>329</sup>. Muitos desses santos tornaram-se populares, de modo particular entre as camadas mais pobres. Os devotos se identificavam com seus santos preferidos e buscavam todo tipo de proteção e auxílio.

---

<sup>327</sup> BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Edição de Bolso). p. 49.

<sup>328</sup> HOLLANDA, Helenita e TALENTO, Biaggio. **Basílicas e Capelinhas. História, arte e arquitetura de 42 Igrejas de Salvador**. Salvador: Bureau, 2008. p. 18.

<sup>329</sup> Cf. AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. *O Culto dos Santos*. In: **Relação dos Santos e Beatos da Igreja**. Lorena: Editora Cléofas, 2009. Pp. 11-26.

Sobre as devoções negras presentes no catolicismo brasileiro, de modo particular, santos pretos venerados no Brasil Colônia, merece destaque o trabalho de Anderson José Machado de Oliveira. O autor faz uma minuciosa discussão sobre o tema e sua relação com a catequese católica, abordando, particularmente o culto ao Santo Elesbão e de Santa Efigênia, sobretudo no campo das ações levadas adiante pela Ordem do Carmo<sup>330</sup>.

Dos santos e devoções negros presentes no catolicismo, chama atenção o caso de Josefina Bakhita. É bem verdade que o seu contexto devocional é muito recente, mas surpreende por sua particularidade e por sua gestação. Trata-se de uma jovem de origem sudanesa, nascida em 1869 e que morreu na Itália em 1947, depois de uma trajetória marcada inúmeros deslocamentos e contratempos, entre o quais, um deles a levou à condição de Madre da Ordem Canossianas. Segundo Roberto Ítalo Zanini, sua história tem uma relação com o Brasil, pois, em 1992, na cidade de Santos, aconteceu o milagre que motivou a Igreja Católica a realizar sua canonização, no ano 2000<sup>331</sup>.

Ao lado de Santo Elesbão, Santa Efigênia Santo Antônio do Categeró e Santa Josefina Bakhita, São Benedito figura entre os raríssimos católicos negros a ocuparem o cenário dos autores e da hagiografia cristã, ainda que sobre Benedito pese dúvidas se realmente teria sido negro ou mulato<sup>332</sup>. Dúvida que para o Padre Aloísio, parece pouco provável, sobretudo quando se leva em consideração a iconografia<sup>333</sup>. As imagens de São Benedito têm sido representadas na cor negra ao longo do tempo.

Ainda em termos iconográficos, São Benedito é representado de três maneiras diferentes. Tradicionalmente, carregando no braço o Menino Jesus. Outra, traz o santo

---

<sup>330</sup> Cf. OLIVEIRA, José Machado de Oliveira. **Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2010. **Figura 10**

<sup>331</sup> Cf. ZANINI, Roberto Ítalo. *Bakhita. Mulher, negra, escrava, Santa*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

<sup>332</sup> ROHRBACHER, Padre. *São Benedito*. In: **Vidas dos Santos**. São Paulo: Editora das Américas, 1959. vol. VI. p. 91-92.

<sup>333</sup> SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. **Vida de São Benedito**. 15 ed. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1992. p. 10.

preto com o Menino Jesus no braço esquerdo e na mão direita, uma cruz. E uma terceira representação, carregando flores<sup>334</sup>.

**Figura 10**



**Detalhe da Imagem de São Benedito da Vila de Lagarto<sup>335</sup>**

---

<sup>334</sup> NETO, Isnard Câmara. **A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)**. Aparecida: Editora Santuário, 2009. p. 130.

<sup>335</sup> Uma das duas imagens que compõem o acervo iconográfico da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Esculpida em madeira, de estatura mediana. A julgar por um inventário de 1831, feito pelo Vigário de Lagarto Padre Manoel Moreira dos Santos, pode ser a mesma imagem usada nas procissões de São Benedito até a primeira metade do século XX. Atualmente, figura do lado direito da imagem de Nossa Senhora do Rosário, em altor-mor da Igreja que leva o mesmo nome.

**Figura 11****Imagem de São Benedito da Vila de Lagarto<sup>336</sup>**

Entre os santos mais cultuados, em Lagarto, desde sua formação e fundação, afora o culto a Nossa Senhora da Piedade, estiveram e de algum modo ainda estão: Santo Antônio, Nossa Senhora Santana e Nossa Senhora do Rosário. Porém, nenhum outro roubou mais a cena devocional, até meados do século XX, do que São Benedito.

---

<sup>336</sup> Curiosamente, a imagem de São Benedito que está no alta-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Lagarto, não traz na mão direita uma cruz ou mesmo flores e sim uma espécie de rolo de papel, de manuscrito.

Benedito, de alcunha o Mouro (de cor escura) nasceu na Sicília, Itália, no dia 31 de março de 1526, numa aldeia chamada São Filadelfo. Comumente o adjetivo “mouro” tem conotação fenotípica, mas há quem defenda a tese de que conote também condição de origem escrava. Para o Padre Rohrbacher: “Nos hagiógrafos, Benedito aparece como São Bento, o Mouro, para ficar bem distinto do grande Patriarca dos monges do Ocidente, São Bento de Núrcia, o decantado fundador da Ordem dos Beneditinos<sup>337</sup>”.

Para um de seus mais conhecidos biógrafos, Dom Francisco de Paula e Silva<sup>338</sup>, trata de um “(...) humilde filho de São Francisco, que atravessa assim os séculos, festejado e amado como só a religião sabe o fazer para com aqueles a quem cinge-lhes à frente a aureola de Santo”<sup>339</sup>.

Dom Francisco afirma ter sido o santo “preto de cor” e para tanto chega a por em dúvida seu lugar de nascimento, pois julgava não ser comum sua cor na Europa naquele momento. A propósito, assim se refere seu biógrafo: “Preto retinto, ou simplesmente amulatado, como dizemos em nosso brasileirismo...”<sup>340</sup>

Ele ainda classifica a cor negra da pele de São Benedito como sendo um acidente. Uma afirmação que merece uma reflexão mais aprofundada, sob pena mesmo de se pecar pela distorção, ainda que para tanto se faça necessário situá-la no momento de sua produção. Vejamos: “A côr é um acidente que nada influi nas qualidades psíquicas ou da alma, que pode ser pura como um raio de luz, brilhante como o cristal, e

---

<sup>337</sup> ROHRBACHER, Padre. *São Benedito*. In: **Vidas dos Santos**. São Paulo: Editora das Américas, 1959. vol. VI. p. 90.

<sup>338</sup> Natural de Douradinho-MG (21/10/1866), e filho de Custódio Casimiro Machado e Maria Paulina Pereira, Dom Francisco de Paula e Silva foi o vigésimo terceiro bispo do Maranhão entre os anos 1907 e 1918, ano de seu falecimento ocorrido no dia 01 de julho. Em 1913, publicou o livro “A Vida de São Benedito”, a qual recebeu várias edições, tornando-se uma das mais importantes referências sobre o santo preto. Na presente tese, utilizamos a edição de 1995. Cf. PACHÊCO, Felipe Condurú. **Dom Francisco de Paula e Silva, XXIII Bispo do Maranhão: esboço biográfico**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1995.

<sup>339</sup> SILVA, D. Francisco de Paula e. **Vida de São Benedito**. 5 ed. Editora Mensageiro da Fé: Salvador, 1955. p. 5.

<sup>340</sup> Idem. p. 12.

alva como as corolas dos lírios, embora ande prisioneira no invólucro de um corpo preto<sup>341</sup>”.

A primeira edição do livro “Vida de São Benedito” é datada de 1913<sup>342</sup>. Oito anos antes (1905) Manoel Bomfim publica “América Latina: Males de Origem”<sup>343</sup>. Em seu célebre estudo sobre a formação do continente latino americano, afora a defesa da tese de que todos os problemas do Brasil de sua época decorrem do lusitanismo; o médico e intelectual sergipano foi de encontro à explicação eugênica que dominava as rodas e discussões científicas, cujo maior expoente era seu maior desafeto, e também seu conterrâneo, Sílvio Romero.

Ao contrário deste, Manoel Bomfim não via as questões raciais como explicação para o atraso do Brasil, por exemplo, e criticava a ideia de um *embranquecimento* do povo brasileiro, tendo como matriz racial a cor fenotípica do branco. Para ele, as mazelas da América Latina, particularmente da nação brasileira, estavam na falta de educação e preparo do povo e das elites.

Como se vê, as palavras de Dom Francisco de Paula e Silva em muito refletem o pensamento eugênico que parece ter dominado o ambiente intelectual da igreja e mesmo a reflexão teológica dos seminários brasileiros entre os finais do século XIX e inícios do século seguinte. A bem da verdade, os pais de São Benedito eram africanos e foram levados para a Sicília na condição de escravos. Cristóvão Monasero e Diana Lecan foram casados e viveram religiosamente a fé católica.

A tradição e os estudos biográficos em torno da vida de Benedito dão conta de que os pais haviam feito uma promessa a Deus para que sua primeira cria fosse um varão. Seu dono teria dito aos mesmos que, se isto acontecesse, ele lhe daria a liberdade. Como isso de fato se deu, pois nascera Benedito, recebeu o nome cujo significado quer dizer aquele que é abençoado, que é bento, bendito. Do casal, ainda nasceram um menino (Marcos) e duas meninas: Baldassara e Fradella.

---

<sup>341</sup> Ibidem. p. 12.

<sup>342</sup> A versão utilizada para o presente estudo é a quinta, de 1955.

<sup>343</sup> BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

Citando a obra “A Vida de São Benedito”, de autoria de um dos seus mais conhecidos hagiógrafos, D. Francisco de Paula e Silva, do Padre Rohrbacher destacamos a seguinte passagem:

De sua educação, sabemos que foi formado com grande cuidado de Deus. Os pais, embora escravos, distinguiam-se por uma fé viva, em grande amor na piedade e no amor a Nossa Senhora, e uma caridade ardente. Não possuindo outros bens da fortuna a legar ao filho, quiseram pelo menos legar-lhe esse da piedade, como a mais tica herança a lhe deixar<sup>344</sup>.

São Benedito foi pastor, como o pai, depois lavrador, antes de entrar no convento. Da lida na terra, conseguiu amearhar alguma soma em dinheiro para manter-se e aos pais<sup>345</sup>. Para o Padre Aloísio, “(...) Benedito foi um dos muitos santos e santas que regaram a terra com o suor do seu rosto, para extrair dela o pão de cada dia<sup>346</sup>”. Por isto, ele é representado como o protetor e padroeiro dos agricultores. A relação simbólica da devoção do santo com a terra e com o trabalho é muito forte e foi uma das bases para a sua utilização pedagógica de conversão dos negros e de evangelização do povo, particularmente dos pobres.

Segundo consta, ele teve problemas de relacionamento com os meninos de sua idade na propriedade em que trabalhava, sobretudo pelo fato de ser zombado por sua cor. Desse modo, dividia as horas de trabalho e de folga entre a solidão do recolhimento e a oração. Sobre o cotidiano do santo, assim escreveu Dom Francisco de Paula e Silva: “As longas horas do dia, passadas a sós, ora à sombra de uma árvore solitária no meio

---

<sup>344</sup> Dom Francisco de Paula e Silva. Apud. ROHRBACHER, Padre. *São Benedito*. In: **Vidas dos Santos**. São Paulo: Editora das Américas, 1959. vol. VI. p. 95.

<sup>345</sup> Cabe esclarecer que somente seus pais viviam em regime de escravidão. Benedito era uma espécie de trabalhador livre que conhecemos, hoje, no Brasil, como peão de terra. De alguma forma, ele viveu algo próximo da condição social dos libertos pela Lei do Ventre Livre no Brasil (1871), quando as crianças livres da escravidão continuam nas fazendas até a altura dos 21 anos de idade. A escravidão, na Itália, esteve longe de ser como a escravidão praticada no Brasil nos períodos colonial e imperial.

<sup>346</sup> SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. **Vida de São Benedito**. 15 ed. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1992. p. 24.

da campina vasta, ora abrigado pelos rochedos que se abrem em grutas; o céu azul lá em cima, a verde relva do prado aqui em baixo”<sup>347</sup>.

São Benedito largou o pouco que tinha e, aos vinte um anos de idade (1547) iniciou vida religiosa, influenciado pelo eremita Jerônimo Lanza<sup>348</sup>. Lanza fazia parte de uma comunidade de inspiração franciscana chamada Irmãos Eremitas Franciscanos. Ele vivia com seus companheiros em Santa Domênica e foi quem despertou em Benedito a vocação e o desejo de imitar o exemplo de São Francisco de Assis.

Sua fama de milagreiro se deu em função de ter curado uma mulher com câncer nos seios, agindo sobre ela com um sinal da cruz. Sobre o assunto, assim se pronuncia o padre Aloísio: “A história desse milagre repercutiu muito. Verdadeiras romarias começaram a dirigir-se para o eremitério, exatamente atrás de São Benedito<sup>349</sup>”. Assim, o ideal de vida em reclusão e contemplativa, com afazes do dia-a-dia e gestos de caridade aos mais necessitados, que seus companheiros haviam escolhido fugiu ao seu controle<sup>350</sup>. A fama vertiginosa do irmão preto, milagreiro, alcança patamares inimagináveis para a época. Assim será toda a vida de Benedito até seu falecimento: o equilíbrio entre uma vivência de fé marcada pelo recolhimento e pelo isolamento e a necessidade de atender as hordas de gente que o procuravam para uma palavra e mesmo um gesto, preferencialmente milagroso. Curiosamente isto não lhe tirou a serenidade.

A licença dada pelo papa Júlio III (1550-1555) para que os irmãos de Frei Jerônimo Lanza pudessem constituir uma comunidade eremita, foi cancelada em 1562. Por ordem do papa Pio IV, Benedito e seus irmãos na fé foram obrigados a congregarem-se em clausura. Nesse meio tempo, morre Frei Lanza e este fato teria sido importante para a decisão do papa. Os irmãos de Lanza queriam fundar uma nova

---

<sup>347</sup> SILVA, D. Francisco de Paula e. **Vida de São Benedito**. 5 ed. Editora Mensageiro da Fé: Salvador, 1995. p. 18.

<sup>348</sup> ROHRBACHER, Padre. *São Benedito*. In: **Vidas dos Santos**. São Paulo: Editora das Américas, 1959. vol. VI. p. 97.

<sup>349</sup> SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. Op.cit. pp. 37-38.

<sup>350</sup> Esse movimento de pessoas que acorriam em busca de São Benedito obrigava a Frei Lanza ter que mudar-se de lugar algumas vezes. Há casos registrados de invasão do povo a um destes locais, a exemplo do que ocorreu no Mosteiro de Mancusa.

ordem franciscana, no que não foram atendidos. Benedito, obedientemente, escolheu a ordem dos Capuchinhos, vivendo a maior parte de sua vida religiosa no Convento Santa Maria de Jesus, na cidade de Palermo, Itália. Frei Arcângelo de Scieli era o Guardião do convento e já sabia da dimensão da fama do novo irmão, pois ela já havia se espalhado por toda a Itália.

No convento, exerceu a função de cozinheiro. Em função de sua origem humilde, de sua cor e de sua parca formação intelectual, não lhe foi permitido, em princípio, ocupar outra função<sup>351</sup>. Lá teria sido o palco de diversos dos milagres a ele atribuídos como um exímio provedor de alimentos em tempo de penúria.

O primeiro grande registro de popularidade de São Benedito, ainda em vida, data de 1578. Naquela ocasião, ele precisou fazer uma viagem a Girgenti (Agrigento), no centro-sul da Sicília, para participar de um Capítulo Geral da Ordem a que pertencia. Segundo suas hagiografias, ele foi recebido com multidões a saudá-lo efusivamente<sup>352</sup>. Não sabia o santo que, mais tarde, sob a representação de ícone de barro postado harmoniosamente num andor, a cena se repetiria mundo afora, particularmente no Brasil e na cidade de Lagarto.

Suas investidas milagrosas e a repercussão interna e externa que isto causou ao convento alçaram Benedito, naquele ano de 1578, à condição de guardião do Convento de Santa Maria de Jesus. Ele tinha 52 anos e gozava do respeito de seus superiores e irmãos. A nova condição dentro do convento era também um título de reconhecimento. Nem todos podiam atingir aquele patamar, pois não era conferida a um religioso leigo, como era a condição de Benedito, mas a sacerdotes. Portanto, o fato só reforça a importância histórica do santo preto na História da Igreja.

A função de Guardião era necessariamente administrativa e requeria do ocupante não só uma postura de líder, mas também formação. Ao que parece, Benedito teria

---

<sup>351</sup> O padre Aloísio defende outra tese, aventando a possibilidade de o próprio Benedito vir a escolher a função de cozinheiro. Cf. SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. Op.cit. p. 45.

<sup>352</sup> Ibidem. pp. 69-70.

permanecido iletrado até o fim de sua vida. Benedito ocupou o cargo por três anos e a teria deixado por conta própria, retornando aos serviços na cozinha.

Sobre as responsabilidades de um Guardiã, vale ressaltar o que escreve o padre Aloísio a respeito, até mesmo para se ter uma dimensão do episódio que marcou a vida de Benedito em comunidade:

Cabe ao superior das comunidades religiosas dar ou negar licenças pedidas, e a ele se prestam contas de todos os gastos extras. Ele que preside todas as reuniões da comunidade, também as orações comunitárias. Escala os trabalhos apostólicos e deve ser o primeiro a trabalhar. Como animador dos confrades compete ao superior dar o bom exemplo a todo o tempo e em todo o lugar. Um superior santo santifica seus confrades; um superior relaxado leva todo o convento ao relaxamento<sup>353</sup>.

Afora não ter tido a formação intelectual adequada para a época, Benedito dominava as questões teológicas com desenvoltura. Segundo o Padre Rohrbacher: “Mestres em teologia, muito amiudadamente, compenetrados, vinham consultá-lo<sup>354</sup>”. Por isso, foi encarregado de encaminhar noviços. Ao ser Mestre dos Noviços, abriu outro precedente, pois somente sacerdotes poderiam se ocupar dessa função<sup>355</sup>.

São Benedito viveu sessenta e três anos, falecendo no dia 04 de abril de 1589<sup>356</sup>. Os muitos milagres atribuídos ao santo preto, como ficou conhecido no Brasil, não cessaram mesmo após sua morte, se avolumando e se espalhando por todos os lugares.

---

<sup>353</sup> Ibidem. pp. 53-54.

<sup>354</sup> ROHRBACHER, Padre. Op.cit. p. 103.

<sup>355</sup> Ao que se sabe, Benedito nunca exerceu a função de sacerdote, permanecendo irmão religioso leigo dentro da ordem. No que diz respeito aos ritos e missas, fez as vezes de coroinha ou acólito. Cf. SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. Op.cit. pp. 60-61, 90.

<sup>356</sup> O que consta a respeito é que ele não levou mais de três meses doente, convalescendo em sua cama. Teria sido uma morte sem maiores sofrimentos, santa e serena como se diz na expressão religiosa do catolicismo. Vários fatos místicos giraram em torno de sua morte, como o fato de tê-la profetizado e o de ter entrado em êxtase espiritual nos momentos que antecederam aos últimos dias de seu derradeiro suspiro. Seu corpo permanece incorruptível e exposto num mausoléu de vidro e madeira numa capela lateral da Igreja de Santa Maria de Jesus, distante alguns poucos quilômetros da cidade de Palermo.

Em razão disto, foi declarado padroeiro da cidade de Palermo, em 1652, com a alcunha de “Templo da Virgindade e do Espírito Santo”; e teve seu culto aprovado por decreto da Santa Sé Apostólica, no ano de 1743. Seus processos de beatificação e de canonização levaram um bom tempo, entre idas e vindas, nos trâmites burocráticos de Roma. Benedito foi beatificado, em 1763, pelo papa Clemente XI, e foi considerado Bem-aventurado. Foi sagrado como Santo pela Igreja Católica, no pontificado de Pio VII, em 1807.

Uma das primeiras irmandades dedicadas a São Benedito data do ano de 1690, no Mosteiro de Santa Ana, em Lisboa, Portugal. No ano seguinte, sua devoção chega à América, no Convento de São Francisco da cidade dos Anjos, Nova Espanha.

O calendário litúrgico da Igreja comemora sua memória no dia 05 de outubro, com o nome de São Benedito, o Preto<sup>357</sup>. Mas, foi no mês de janeiro, sobretudo na Festa de Reis, que sua festa foi celebrada durante anos no Brasil e, ainda hoje, em alguns lugares de Sergipe, por exemplo, como nas cidades de Japaratuba e Laranjeiras. Em Lagarto, não passa de um simples registro do missal; a última vez que foi comemorada com a participação da Igreja local, como uma tentativa de reavivamento, foi o ano de 1983. Voltaremos a destacar esse assunto no capítulo IV.

Seu prestígio só aumentou com o tempo, mesmo tendo sua devoção e festa sofrido, impiedosamente, a ação silenciadora dos padres e bispos da romanização. No ano 2000, a Organização para as Nações Unidas (ONU) e a Prefeitura de Palermo estiveram envolvidas com a inauguração de cátedra com seu nome. Na ocasião, foi promovida uma semana científica com o tema “Sobre a Rota dos Escravos”, reunindo vários estudiosos, sob a coordenação da Professora Giovanna Fiume. A ideia de criação de uma cátedra “São Benedito, o Preto” procurou promover um diálogo intercultural e inter-religioso, além de promover pesquisa em nível de graduação e de pós-graduação cuja temática estivesse voltada para a história do culto e para a devoção ao santo<sup>358</sup>.

---

<sup>357</sup> Cf. AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. *O Culto dos Santos*. In: **Relação dos Santos e Beatos da Igreja**. Lorena: Editora Cléofas, 2009. pp. 96, 134.

<sup>358</sup> Cf. *Fraternitas* 2000.12 – 60.

Poucos santos da Igreja Católica revelam uma intimidade de seus fiéis em seus cultos como São Benedito. Seja nas orações, seja nas festas, nos cantos e mesmo na dança, seus devotos o tratam com muito apreço e carinho, naturalmente se dirigindo a ele com adjetivos como “pretinho”. Dentro do universo católico, os santos, mais de perto o santo preto, conseguiam atar um laço entre o “Deus-católico”, notadamente distante e pouco afetivo, e uma religião por demais austera, com o ente religioso<sup>359</sup>. A carência do divino era suprida, de algum modo, pela proximidade quase familiar com o santo.

Ainda nesse sentido, muito pertinente é a compreensão de Kátia Mattoso quando afirma terem existido por muito tempo, dois tipos de “país” quando o assunto era profissão de fé católica: um “país legal” e um “país real”. O segundo tipo, “majoritariamente ignorante e iletrado” esteve às voltas com uma religião católica no que ele foi de mais sensível, sobretudo pela relação de proximidade com Deus e seus santos e, como nos parecer ter sido e ainda o é o caso de São Benedito, por meio deles. Diz a autora, ainda: “(...) As pessoas se recomendavam aos santos de sua devoção, único recurso disponível diante das dificuldades e opressões de que eram vítimas no cotidiano<sup>360</sup>”.

Na cidade sergipana de Laranjeiras, São Benedito era visto como patrono dos pretos e dos pobres. A camada popular lhe nutria respeito não só por conta dos milagres, mas também por que as pessoas acreditavam que se ele não fosse celebrado e que sua festa não fosse realizada, toda ordem de problemas se abateria sobre a cidade<sup>361</sup>.

---

<sup>359</sup> Cf. SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra De Santa Cruz. Feitiçaria e Religiosidade popular no Brasil Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>360</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 317

<sup>361</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Nota Prévia sobre Rituais Folclóricos numa Festa de Igreja – A Festa de São Benedito na Cidade de Laranjeiras*. In: **Revista Sergipana de Folclore**. Ano I. Número 1. Aracaju-SE. Agosto de 1976. pp. 8-9.

Essa passagem das memórias do povo sergipano nos remete a uma canção de Tom Zé<sup>362</sup>, intitulada São Benedito<sup>363</sup>. O causo contado e cantado pelo artista se passa em sua terra natal de Irará, interior da Bahia. Na igreja da cidade, havia um grande altar ocupado pelo Santo Preto. Certa feita, ele foi substituído por uma imagem de Santo Antônio e tirado da apreciação dos devotos. Ninguém sabia onde tinham posto o padroeiro dos negros. Não tardou para que uma série de contendas e problemas se abatesse sobre aquele pequeno lugarejo. Assim, tudo deu início no dia da padroeira, quando de repente, ninguém mais se entendia: “(...) pois tudo na cidade, começou a dar para trás (...), acredite quem quiser: azar por aqui baixou”. Em meio a um pandemônio sem precedentes, a imagem de São Benedito foi encontrada, escondida, debaixo do manto do Senhor do Passos. Ele estava de cara feia e que, por terem lhe feito isso, havia colocado despacho no lugar. O povo todo correu em agonia a pô-lo de volta no altar, na esperança da solução das calamidades.

Esse tipo de postura em relação a São Benedito é também verificado, de outras maneiras, com outras devoções no contexto atual, como a existente em torno de Santo Antônio na condição de santo casamenteiro, o que de algum modo dá a tônica do Brasil católico: onde a espontaneidade supera o regalismo, cuja população “é católica ‘sem igreja’ e escapando a ela. Como diria Hoornaert, com “muito santo pouco sacramento, muita reza pouca missa, muita devoção pouco pecado, muita capela pouca igreja. Um catolicismo antes epicurista que estoico, antes ‘dionisíaco’ que ‘apolíneo’”<sup>364</sup>.

Tais manifestações de fé, típicas da “espontaneidade” de pessoas simples que durante séculos vêm cativando-o, levaram altas autoridades da Igreja a nutrir um certo mal-estar por elas. Isto se refletiu em alguns dos párocos brasileiros do início do século XX, como veremos no quarto capítulo, notadamente por meio do Cônego José Geminiano de Freitas, na cidade de Lagarto-SE. Percebem-se, na escrita de D. Francisco

---

<sup>362</sup> Compositor, cantor, arranjador e ator nascido em Irará (BA), no dia 11 de outubro de 1936. Um dos maiores letristas da música popular brasileira, conhecido pela irreverência com que conduz seu trabalho.

<sup>363</sup> CD Eu vim da Bahia (Vários artistas) - participação - BMG Brasil - (2002).

<sup>364</sup> HOORNAERT, Eduardo. *Sociologia do Catolicismo no Brasil*. In: AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social (Prefácio)**. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 13.

de Paula, biógrafo do Santo Preto, algumas posturas que podem ser verificadas no padre lagartense, impregnadas de antipatia à influência da religiosidade africana no culto a São Benedito. Influências essas classificadas pelo Bispo do Maranhão como “grosseiras superstições<sup>365</sup>”.

Aliás, isto parece ter dominado a cena cultural por alguns anos. Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, datado de 1940, de autoria de Edmundo Kung, a contribuição do africano não é tratada com o devido valor, pois o referido autor assim escreve:

Com o negro, proveniente da Africa, em tempos coloniaes, sucedia identico fato, pois, sendo ele um individuo nostálgico e também pouco observador, nada poderia ter trazido para a nossa terra. O que o negro trouxe para cá foram as macumbas e as feitiçarias, cujas praxes foram augmentadas com o contato, que tiveram o povo ignorante, porém inteligente, proveniente de Portugal...<sup>366</sup>

Algumas décadas depois, também Abelardo Romero Dantas externou sua posição indo um pouco à contramão, acusando a Igreja de malogro cultural, mas sem perder de vista a ideia de um aliciamento religioso: (...) Pior que fazer o escravo trabalhar no eito, dando-lhe as horas de repouso para recuperar as energias, foi procurar distraí-lo e enganá-lo com mil folgas e festejos, cultivando nele a indolência, o vício, a superstição, a licenciosidade em numerosos feriados e dias santos de guarda<sup>367</sup>.

Dom Francisco de Paula e Silva afirma em sua obra *Vida de São Benedito*, que ao escrever um escrito da vida histórica do santo, ele quer que seu devoto a defenda e se

---

<sup>365</sup> SILVA, D. Francisco de Paula e. **Vida de São Benedito**. 5 ed. Editora Mensageiro da Fé: Salvador, 1995. p. 60.

<sup>366</sup> KRUG, Emundo. *Histórico das Nossas Superstições (Conferência feita em Campinas – 18.11.1940)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 16, 1942. p. 30.

<sup>367</sup> DANTAS, Abelardo Romero. **Origem da Imoralidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1967. p. 170.

isente do que chamou de “múltiplas falhas que a deformam<sup>368</sup>”, numa nítida postura de aversão às maneiras nada ortodoxas que a devoção ganhou, sobretudo na ludicidade do povo.

O fato é que apesar de toda essa aversão, a julgar pelos escritos de alguns dos hagiógrafos de São Benedito, tamanha foi e é a popularidade dele que, por vezes, sua devoção e festa chegaram a ofuscar outras vivências e práticas da fé. A julgar pelo que lemos e pesquisamos com o fim de preparar esta tese, em Lagarto não foi diferente.

Para Azzi<sup>369</sup>, São Benedito tornou-se o patrono dos escravos negros no Brasil. Sua devoção aportou no país através dos portugueses. Portugal foi um dos primeiros países da Europa a registrar milagres atribuídos ao santo fora do eixo circunscrito antes à Itália, notadamente, Palermo. Também foi lá onde sua devoção mais se propagou por outros países e continentes. Nos processos de beatificação e de canonização de Benedito, foram os milagres anotados naquele país que se tornaram decisivos para os papas. Teriam sido os negros ladinos<sup>370</sup> escravizados pelos portugueses, os primeiros cativos a venerarem e disseminarem o culto a São Benedito.

Alguns estudos procuram demonstrar que a considerável presença de franciscanos no Brasil e a alta percentagem de negros na população brasileira, ao longo dos séculos, são algumas das razões apresentadas para explicar o sucesso e a expressividades do fenômeno da devoção e festa de São Benedito. Entre seus hagiógrafos, o Padre Aloísio é um dos adeptos dessa tese. Por sua vez, Dom Francisco assim se refere a sua proliferação na América Portuguesa: “(...) como esses infelizes

---

<sup>368</sup> SILVA, D. Francisco de Paula e. Op. cit. p. 8.

<sup>369</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 43.

<sup>370</sup> Segundo o Prof. Msc. Carlos Franco Liberato (Professor do Departamento de História da UFS), nos tempos da escravidão, os escravos AFRICANOS eram chamados ou de BOÇAIS ou de LADINOS, dependendo do seu grau de aculturação dentro do mundo português. Assim, os chamados 'boçais' eram aqueles escravos recém-chegados da África que não conheciam, portanto, a língua e a cultura portuguesas. Os 'ladinos', por sua vez, eram escravos africanos que ou já estavam há muito tempo no Brasil ou aqueles que, ainda na África, tinham tido contato com os portugueses (como escravos ou não) e já sabiam falar português, praticavam alguma forma de catolicismo, se vestiam à moda ocidental, etc. Em geral, os 'ladinos' que já chegavam com estas 'habilidades' no Brasil, vinham do arquipélago de Cabo Verde ou da costa de Angola. No caso dos escravos já nascidos no Brasil, eles recebiam o nome de CRIoulos.

eram pretos na cor, e pagãos na crença, dar-lhes um padroeiro da sua mesma cor, um santo negro, era como lhe apresentar ao vivo o Evangelho e ganhá-los com esse exemplo à fé de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>371</sup>”.

Este interesse sobre a devoção e a festa de São Benedito, persistindo no tempo atual, nos faz pensar sobre o que teria acontecido em Lagarto a partir da segunda metade do século XX. Porque em outras partes de Sergipe e mesmo do Brasil<sup>372</sup> e do mundo aquele fenômeno não se esvaziou culturalmente? Porque o silêncio sobre o santo preto (quase amnésia) foi se consolidando com o tempo, vindo à tona apenas agora com pesquisas, como esta, a respeito?

## **2.5. Empreendedorismo Religioso – Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1856-1877)**

Foi nesse cenário de profundas mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, seja no campo social e econômico, seja no próprio âmago da Igreja Católica e suas tensões e acomodações com o Estado Brasileiro, que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos levou adiante seu projeto enquanto associação religiosa na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, revelando uma saúde financeira interessante, cuja análise nos ajudará a perceber não só o crescimento da importância da devoção a São Benedito e os esforços para a realização de sua festa, que se tornou, no século XIX, uma das mais importantes celebrações da fé católica na vila.

A ideia de uma empresa ou empreendimento religioso passa pela criação, existência e manutenção de uma instituição religiosa. No caso das irmandades, cuja essência era associativa, como já vimos, tinha em seu termo de compromisso a condição mais importante e decisiva, ao lado de uma receita capaz de manter seu “negócio”. Se por um lado, seu termo lhes dava legitimidade perante o Estado e a Igreja, definia e

---

<sup>371</sup> SILVA, D. Francisco de Paula e. Op. cit. p. 60.

<sup>372</sup> Segundo o Padre Aloísio, o Brasil é o país que ainda ostenta a existência de uma maior devoção a São Benedito no mundo. Cf. SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. **Vida de São Benedito**. 15 ed. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1992. p. 8.

traçava sua organização, seu corpo jurídico, entre outras necessidades organizacionais; por outro, suas contas lhes garantiam a sobrevivência e por que não dizer, sua condição social.

Esse empreendedorismo, normalmente interpretado como assistência social, prefigurada em uma série de atividades, como sepultamentos, fazia as vezes de outras instâncias, como as da própria Igreja, conferindo às irmandades capacidades que podem ser vistas, à luz das observações sobre campo religioso de Bourdieu<sup>373</sup>, como extensão e braços administrativos de um mesmo corpo, o que nos parece mais pertinente e condizente com o que iremos discutir ao longo da tese, pelo menos até quando isso foi possível, no caso de Lagarto, peremptoriamente a partir da administração do Padre Geminiano de Freitas.

O professor Francisco José Alves destaca nas irmandades brasileiras a sua característica de “polifuncionalidade<sup>374</sup>”. Elas não só lidavam com o auxílio material, como também com o espiritual, às voltas com a assistência aos membros ou irmãos e com o culto a um determinado santo. Além disso, promoviam eventos cujo mote principal eram as festas, inicialmente, no caso da Vila de Lagarto, dedicadas à Virgem do Rosário, na segunda oitava de Natal, mais tarde, como veremos com maior profundidade na sequência de nosso trabalho, a procissão de São Benedito.

Na historiografia brasileira existe uma tendência a considerar as irmandades sob o viés da solidariedade e do amansamento de escravos durante o período colonial e imperial, aspectos caídos em desuso com a república, mesmo algumas delas reincidindo em sua existência em condições adversas, como a investida romanizadora.

Entendemos que isso limita as possibilidades de estudo desse objeto de pesquisa e, muitas vezes, não traduz muito sua temporalidade conceitual. Na maioria das vezes se lança sobre as irmandades visões distorcidas, mesmo quando elas se

---

<sup>373</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>374</sup> Que tinha várias funções e que atendia a vários propósitos como rezar, zelar entre outros. Cf. ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 149.

apresentam como empreendedores religiosos, que foram além do assistencialismo e do uso ideológico, postura que adotamos aqui ao tratar delas no exemplo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, e que também não está longe do que dissemos, mas que nos parece muito mais confortável diante da necessidade de instrumentalizar sua análise em ferramentas típicas do chamado ofício do historiador. Nesse sentido, vale ressaltar o que diz Eduardo Hoornaert: “(...) as confrarias conseguiram manipular as finanças das classes comercial e proprietária, canalizando-as para as despesas do culto”<sup>375</sup>

Caio César Boschi, estudando as irmandades de Minas Gerais, pontua o caráter funcional objetivado pelo Estado, uma vez que estas irmandades poderiam contribuir para “conservar a tranquilidade e a subordinação dos povos”<sup>376</sup>. Em *Ser escravo no Brasil*, Kátia de Queiros Mattoso resalta as irmandades como uma reação, um protesto<sup>377</sup> e Reis, estudando as irmandades negras da Bahia Colonial, concebe-as, acima de tudo, como instrumento de fomento à construção identitária<sup>378</sup>. Russell-Wood também reconhece a importância das irmandades na construção identitária, no entanto inclui nessa possibilidade os homens de cor (escravos e libertos) nascidos na colônia, atribuindo ainda a estas irmandades um aspecto protecionista inexorável<sup>379</sup>.

Contrariando a historiografia oficial, Renato Silveira afirma que, longe de ser um ato fruto de uma ação piedosa, uma Irmandade era “(...) uma produtora de eventos piedosos, com investimentos, patrimônio, orçamentos, livros, contabilidade e tudo o

---

<sup>375</sup> HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 71.

<sup>376</sup> BOSCHI Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades Negras e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 105.

<sup>377</sup> “Qualquer grupo autorizado ou proibido, representa um protesto, uma reação de defesa contra a carga da escravidão, (...) mesmo quando a repulsa se dissimula numa prática social permitida pelo senhor”. Cf. MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 114.

<sup>378</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 04.

<sup>379</sup> RUSSELL- Wood, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Tradução: Maria Beatriz Medina-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 193.

mais, precursora da organização burocrática de Max Weber...<sup>380</sup>”. Esse aspecto de “empresa religiosa” pode ser verificado quando da análise dos livros de contas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lagarto.

O Arquivo do Judiciário de Sergipe possui, em seu acervo, o lançamento das Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário compreendendo o período de 1856 a 1894. Trata-se de um documento rico em informações que não só dá conta de informar o movimento financeiro da irmandade, mas também pode apontar aspectos da vida social da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto às voltas com uma tradição religiosa de cunho popular.

O mesmo está dividido em dois livros: o **Livro 1** corresponde ao movimento financeiro registrado entre os anos 1856 e 1876; e o **Livro 2**, cobrindo os anos de 1877 a 1894. Para o presente capítulo, valer-nos-emos do primeiro, sendo o segundo utilizado posteriormente para o capítulo seguinte, correspondente cronologicamente ao período que cobre a administração de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro.

No ano de 2009, Anne Caroline Santos Lima, à época concluindo seus estudos no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Alves, fez um importante trabalho de edição da primeira parte das receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Lagarto (Livro 1)<sup>381</sup>. Ela encarregou-se de digitalizar e transcrever o material original e comentar alguns aspectos nele contidos. Seu trabalho foi de singular ajuda para as questões expostas em nossa pesquisa, pois, além de permitir uma análise mais acurada, abre outras possibilidades, sobretudo para pesquisadores no campo da história econômica, por exemplo. A nós, interessa-nos mais de perto, perceber e entender a dinâmica empreendedora da festa por parte da irmandade, sobretudo na

---

<sup>380</sup> SILVEIRA, Renato. *Sobre o exclusivismo e outros ismos das Irmandades negras na Bahia Colonial*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006, p. 164.

<sup>381</sup> Cf. LIMA, Anne Caroline Santos. **Edição do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto/SE (1856-1876)**. Monografia. São Cristóvão: Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

perspectiva de ter a irmandade levado adiante um importante empreendimento religioso no chamado catolicismo popular da Vila de Nossa Senhora da Piedade.

Um levantamento geral permite perceber que havia uma variada quantidade de contribuições entre as camadas sociais, não se restringindo a uma única classe e nem mesmo a restrições de cor, por exemplo. Brancos e negros davam sua contribuição. Os valores das doações variavam, mas não levava em conta a condição social, pois era comum um cativo fazer generosa doação.

Segundo dados do Recenseamento de 1872, a população da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade era composta por 10.365 almas (habitantes). Desse total, 9.172 pessoas eram livres e 1.193 eram escravas. Com relação à nacionalidade brasileira, estes escravos eram oriundos das seguintes Províncias: Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia; Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, estas últimas, em menor quantidade. No que se refere à nacionalidade estrangeira, não constam escravos. Do total de homens e mulheres escravos, 717 eram classificados como pretos e 476, pardos. No montante dos indivíduos livres, 797 eram pretos. Esse quadro demográfico releva uma diminuição considerável da escravidão na Vila. Em termos de classificação religiosa, 100% da população era católica e não havia escravos instruídos<sup>382</sup>.

Para fazer parte da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, como já vimos no Compromisso de 1771, o sujeito tinha que fazer o pagamento de uma taxa cujo nome dado era “joia”. Até 1874, o valor dessa taxa era de \$320 reis, sofrendo um aumento, posteriormente, para 2\$000 réis. Depois de ingresso, o irmão, como era chamado o membro da irmandade, ainda tinha que dispor de uma quantia a ser paga anualmente (a anuidade). Do levantamento feito por Anne Caroline, fica claro que esta contribuição regular não equivalia ao melhor das receitas. O voluntarismo generoso dos fiéis, não necessariamente irmãos, dava saúde

---

<sup>382</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. Província de Sergipe. Vila de N. Sra. da Piedade do Lagarto. pp. 64-67. In: <http://ia601506.us.archive.org/4/items/recenseamento1872bras/ImperioDoBrazil1872.pdf>. Acessado em 22 de agosto de 2013.

financeira à irmandade. Isto sem deixar de mencionar os recursos e bens advindos de sepultamentos e testamentos. Era comum, irmãos e mesmo não irmanados deixarem prescrito os chamados “bens de raiz” ou imóveis aos santos patronos, notadamente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

**Tabela 1**  
**RESUMO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DA IRMANDADE (1856-76)**

ALTA		BAIXA	
ANO	ARRECADAÇÃO	ANO	ARRECADAÇÃO
1856	396\$710	1857-1859	6\$400
1875	973\$000	1869	32\$090
1876	1.204\$670	1871	27\$464

**Fonte:** Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Livro 1 (1854-1876). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289.

Ao longo de 21 anos (1856-1877), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário oscilou muito em sua receita. Curiosamente, o momento de maior arrecadação se deu numa época, como veremos adiante, onde as primeiras investidas de romanização já se faziam sentir em Sergipe, não necessariamente na Vila do Lagarto. No ano de 1875, foram contabilizados 973\$000 réis de receita. No ano seguinte, a cifra foi de 1.204\$670 réis. É fato que, em 1877, houve um considerável decréscimo desse montante, mas, no geral, os dados revelam uma movimentação financeira considerável. A oscilação da receita também dominou o quadro das despesas, aumentando consideravelmente entre os anos 1874 e 1876. Particularmente, boa parte do montante gasto era despendida para a realização de festas. Tais dados apontam para o que iremos destacar nos próximos capítulos: a festa alcança seu auge na segunda metade do século XIX, em especial, à dedicada a São Benedito nas chamadas janeiras. É bem verdade que desde o Compromisso da Irmandade de 1771, as manifestações festivas giram em torno da Virgem do Rosário. Mas o seu o movimento financeiro evidencia que o rei da festa tornou-se São Benedito. A expressão “bolça de São Benedito” aparece no documento, pela primeira vez, em 1874. No dia 01 de fevereiro daquele ano, o Sr. Manoel Baptista doa 1\$360 para a mesma. Um mês depois, ele faz outra doação: 1\$700; e outra nos meses subsequentes. Além dessa expressão, outra também se verifica: “bolça de Nossa Senhora”.

## CAPÍTULO III

### MARGEANDO A SANTA SÉ EM FESTA DE PRETO E DE BRANCO – UMA ROMANIZAÇÃO EM PROCESSO? (1874-1896)

#### 3.1. De Olhos e ouvidos voltados para Roma

Como vimos, o mundo mudou com o século XIX e a Igreja Católica também teve que mudar com ele, buscando amoldar-se às novas exigências de uma sociedade, cujo ritmo era determinado pelo avanço do capitalismo<sup>383</sup>. Para muitos, foi o século do ultramontanismo<sup>384</sup>, mas também de reafirmação política e social, frente às investidas Estatais verificadas em 1848, depois com Victor-Emanuel em 1870<sup>385</sup>, na Itália.

As querelas com o Estado Brasileiro, verificadas na primeira metade do século XIX, atingiram seu auge em sua segunda metade e deixaram um legado para a Igreja Católica, até como desdobramento de um plano mais geral, a necessidade de se reforçar a autoridade do papa. Segundo Katia Mattoso: “(...) A Igreja se libertava de seus antigos

---

<sup>383</sup> Segundo Dom Jaime Câmara, foi também um século fecundo no aumento considerável de festas de devoção. Cf. CÂMARA, D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. pp. 366-367.

<sup>384</sup> Trata-se de um ideário católico, surgido no século XVIII como iniciativa da Igreja Francesa. À época, caracterizou-se por uma reação ao ideário liberal, uma vez que este poderia ser uma ameaça aos princípios sociais defendidos pelo clero, dentro de sua concepção teológica. Profundamente romanos, afirma Lustosa, destacou-se por centrar na figura do Papa a centralização do poder e dos desígnios da Igreja Católica. Propugnava a uniformização doutrinária e a infalibilidade do papa. Elementos estes, e outros, que serão maturados ao longo dos próximos séculos e alcançando proporções mundiais, também sob a denominação de romanização. Cf. LUSTOSA, Oscar F. *Reformistas na Igreja do Brasil – Império*, São Paulo, **Boletim** nº17, 1977. p. 38. No Concílio Vaticano I (1869-1870), por ocasião da quarta sessão, em 18 de julho de 1870, quando foi discutida a infalibilidade do Papa, houve uma divisão de pensamentos a respeito da matéria. O grupo composto por leigos franceses, que apoiava a questão e que tinha à frente Louis Veuillot, eram chamados de ultramontanos: aqueles que ultrapassavam a Cordilheira dos Alpes para apoiar Roma.

<sup>385</sup> A Unificação da Itália foi um duro golpe para a Igreja Católica, pois a mesma sofreu uma série de golpes de políticos que quase a desmantelaram enquanto instituição, entre eles: secularização de seus bens, desmantelamento de seu alcance moral (que não surtiu muito efeito na prática), implantação do casamento civil como o único reconhecido pelo Estado, obrigação de prestar o serviço militar e exclusão das escolas públicas. Cf. CÂMARA, D. Jaime de Barros. Op. cit. Pp. 233-235.

entraves, afirmando a profundidade da fé católica e a necessidade de os poderes leigos, defensores da ordem social, se curvarem ante as forças espirituais<sup>386</sup>.

Na segunda metade do século XIX as mudanças seguiram a passos firmes na Igreja Católica. Dois pontificados se destacaram não só por sua singular importância no cenário de profundas mudanças, mas também no que tange às estratégias de “fortalecimento organizacional”: Pio IX (1846-78) e Leão XIII (1878-1903). Ambos permitiram e forçaram a Igreja a “proceder uma ampla reformulação dos conteúdos do apostolado católico”<sup>387</sup>.

Os vários documentos produzidos pela Igreja naquele século, por exemplo, revelam a preocupação de uma instituição religiosa ou empresa religiosa em reorganizar seus quadros, redefinir e afirmar hierarquias e funções vitais de governo, afora as questões de ordem teológica frente a um ambiente sempre mais laicizante de época.

Ao Papa Pio IX<sup>388</sup> coube a definição do dogma da Imaculada Conceição, por meio da bula “*Ineffabilis*”, no ano de 1854. Com a encíclica “*Quanta Cura*”, de 1864, Sua Santidade chama a atenção do mundo católico-cristão para alguns aspectos importantes e que punham a Igreja em alerta: a submissão do poder clerical à autoridade civil; o aumento do liberalismo e o seu conteúdo anticlerical e antirreligião; a concepção universal da revolução como a ser ditada unicamente pela vontade do povo, excluindo a ação salvífica de Deus. Afora isso, a encíclica “*Syllabus*”, que se apresenta como uma reação teológica da Igreja ao avanço do panteísmo, do racionalismo e do indiferentismo<sup>389</sup>.

Coube a esse Sumo Pontífice as linhas mestras do chamado ultramontanismo do catolicismo, com o fortalecimento dos laços de obediência em relação à Santa Sé. Afora isso, vale destacar que ele restabeleceu a força diretriz do Concílio de Trento. A Igreja

---

<sup>386</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 295.

<sup>387</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 18-19.

<sup>388</sup> Pio IX foi eleito papa no dia 21 de junho de 1846 e faleceu no dia 07 de fevereiro de 1878.

<sup>389</sup> CÂMARA, D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. pp. 357-358.

volta-se para as questões teológicas e administrativas, abandona e orienta seus subordinados a reverem suas preocupações políticas. As atitudes de Pio IX puseram Roma, em definitivo, no centro do mundo católico e essa ideia passou a tomar conta de todos os seus rincões, mesmo aqueles onde existia uma resistência forte a sua influência nas questões do clero, como foi o caso do Brasil, mais tarde, e as primeiras contendas com o Império em razão da manutenção do Padroado<sup>390</sup>.

Em meio a tantos acontecimentos no campo religioso católico, O Concílio Vaticano I (1869-1870) se apresenta como um dos mais importantes, sobretudo pelo impacto que causou na Igreja. Coube, portanto, ao Papa Pio IX essa iniciativa. Ao que consta, o Sumo Pontífice já intencionava fazê-lo desde 1864, quando havia confidenciado a autoridades eclesiásticas próximas a ele. Por meio de Bula, datada de 29 de junho de 1868, o evento foi convocado e não tardou a mobilizar toda a instituição. Foi aberto, oficialmente, no dia 08 de dezembro de 1869, na Basílica de São Pedro. Dia em que a Igreja celebra a Imaculada da Conceição.

O Concílio Vaticano I estabeleceu a infalibilidade do Papa “Pastor Aeternus”. A ideia da infalibilidade do Papa foi, de algum modo, o motor para fazer nascer entre os bispos brasileiros, a missão da Igreja Católica de combater o que ela considerava como o “mundo de erros”. Evidentemente, em meio a tais “erros”, como veremos adiante, estaria o que ela classificava como “ignorância” e “superstição” presente nas manifestações de fé mais espontâneas do povo brasileiro. Os fiéis, clientes incondicionais da Igreja, deveriam enquadrar-se ao doutrinamento romanizador dos cultos e devoções populares<sup>391</sup>. Esse clima marcou os anos que se seguiram ao marco 1870 e fez crescer, no íntimo da instituição católica, a vontade de ser autônoma e, de fato, vir a ser universal.

---

<sup>390</sup> Nesse sentido, o que se configurava nesse momento era a ruptura entre o Estado e a Igreja, concretizada na Constituição de 1891. Entretanto, a quem entenda, a exemplo de Oscar Beozzo, que a referida ruptura mais foi a substituição de uma tutelas: a tutela do Estado pela tutela de Roma. Cf. BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a imigração*. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 31.

<sup>391</sup> Cf. AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

Com o Papa Leão XIII, ocorrem dois movimentos: uma abertura para o chamado mundo moderno; mas, em contraposição reage às mobilizações operárias. Na encíclica *Immortale Dei* (1855), propugnava a ideia de que os homens, reunidos em sociedade, não poderiam abrir mãos de uma autoridade, com vistas a regê-los e discipliná-los. Nesse sentido, o Estado laico cumpriria as obrigações civis, de ordem e organização, enquanto o Estado religioso e cristão, notadamente católico, cumpriria a missão de unir aqueles homens a Deus sob a autoridade papal. Assim, na encíclica *Satis Cognitum* (1896), ele discute sobre a natureza da Igreja e sobre a autoridade bispal, disserta sobre a necessidade de uma unidade de governo, uma unidade de comunhão. A ele, coube a defesa de soluções cristãs para os problemas sociais da humanidade<sup>392</sup>, da santidade do matrimônio e a inviolabilidade dos direitos de propriedade. Também combateu o que ela considerava de falso moralismo, a escravatura e as sociedades secretas<sup>393</sup>, e foi em seu pontificado que se prescreveu o mês de outubro dedicado ao Rosário.

Também de sua seara, merece destaque nesse novo momento de reafirmação da Igreja, sobretudo no que diz respeito à formação dos padres, a encíclica *Aeternae Patris* (1879) que recomendava especial atenção aos estudos, notadamente dos Santos Padres, dos escolásticos, de modo especial de São Tomás de Aquino, na preparação filosófica e teológica<sup>394</sup>.

No Brasil, agora sob a tutela de Roma e não mais de Portugal, inicia-se um processo que mais tarde será como conhecido como romanização. A partir da segunda metade do século XIX, dá-se início uma segunda evangelização no país que de alguma forma deveria estar em consonância com o projeto modernizador do Estado brasileiro, cuja expressão maior será alcançada na primeira metade do século XX, como será tratado adiante nessa tese.

---

<sup>392</sup> Nesse aspecto, vale destacar a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, onde o papa se opõe clara e abertamente às proposituras do filósofo Karl Marx.

<sup>393</sup> CÂMARA. D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. pp. 358-359.

<sup>394</sup> Idem. pp. 237-239.

Como se diria à época: “(...) não basta ser católico, era preciso se católico romano<sup>395</sup>”. Trata-se de uma máxima defendida pelo movimento ultramontano brasileiro e que ganhou forma a outras tendências, como veremos mais adiante.

Uma definição muito apropriada para entender aquele momento da Igreja Católica no mundo e no Brasil, nos parecer ser a de Isnard Câmara. Vejamos o que ele diz a respeito do ultramontanismo:

Operação de cunho francamente bélico-espiritual e hierarquicamente verticalizada, onde o concurso do povo não se fez notar senão como elemento coadjuvante a quem cumpria obedecer, o ultramontanismo representou, em essência, a reação de uma Igreja que não mais encontrava em meados do século XIX uma saída para a torrente de acontecimentos políticos, sociais e econômicos que questionavam a sua hegemonia desde a Revolução Francesa<sup>396</sup>.

Como se vê, trata-se de uma ação unilateral, na qual constam entre as mudanças propugnadas, mas não necessariamente efetivadas as seguintes: 1) a afirmação da autoridade do papa, a quem era conferida a eficiência da aplicação das novas orientações teológicas e eclesiais; 2) em consonância ao fortalecimento da figura papal, os olhos e atenções do mundo católico deveriam se voltar para a cidade de Roma<sup>397</sup>, sede da Igreja; 3) ajustes nas deliberações do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>398</sup>; 4) a afirmação na crença em um único Deus que revela seus ensinamentos à humanidade por meio dos agentes sociais da Igreja, sobretudo, os clérigos; 5) ênfase na hierarquia e na obediência irrestrita dos subalternos e leigos.

<sup>395</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 2. **Período Imperial e Transição Republicana**. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Igreja na História). p. 74.

<sup>396</sup> NETO, Isnard Câmara. **A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)**. Aparecida: Editora Santuário, 2009. p. 51.

<sup>397</sup> Essa ênfase na romanidade propugnada pelo Concílio Vaticano I é tratada por Riolando Azzi com muita propriedade. Para ele, uma nova concepção de católico se impunha: o “católico romano”. Cf. AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulinas, 1994.

<sup>398</sup> Para Dom Jaime Câmara, o acolhimento das questões de Trento foi diverso pelos países europeus e por outras partes do mundo. Sua aceitação variou muito de lugar para lugar, assim, conclui o autor: “Jamais um concílio teve de enfrentar tantas dificuldades, e jamais um concílio fez tanto bem”. Cf. CÂMARA. D. Jaime de Barros. Op.cit. p. 271-276.

Nesse sentido, um ponto que chama a atenção para entendermos o que aconteceu em Lagarto num espaço de tempo correspondente à administração de três párocos, invariavelmente engajados, ou não, naquele espírito reformador verificado a partir de então no Clero brasileiro, mormente sergipano: “(...) a ação missionária constituía num esforço para fortalecer a fé dos brasileiros, purificando-a daqueles elementos que eram considerados como expressão da ignorância e superstição<sup>399</sup>”.

Sobre a precariedade do sacerdócio no Brasil, assim se expressa Abelardo Romero Dantas: (...) Com exceção, pois, de seus heróis de batina, o clero nacional não se elevava, do ponto de vista moral, acima das outras classes. Os párocos encontravam-se no mesmo nível de seus paroquianos<sup>400</sup>

O quadro de precariedade do sacerdócio brasileiro exigia mudanças imediatas, sob pena de cair no descrédito e na desconfiança. Fazia-se necessária uma reforma urgente, sobretudo no aspecto formação de padres. Nesse sentido, Dom Romualdo Antônio de Seixas se destacou como uma figura proeminente, capaz de fazer valer seu projeto de reforma, sem abrir mão do conservadorismo, no que tange, sobretudo, à obediência à Santa Sé<sup>401</sup>.

Dom Romualdo Antônio de Seixas<sup>402</sup> (1787-1860) era Arcebispo da Bahia, à cuja jurisdição estava vinculada a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. No dia 06 de abril 1834, ele fundou o Seminário Episcopal da Bahia. Considerado o “Primeiro Brasileiro na Sé da Bahia”, assume a Arquidiocese daquela província em 1827. Notadamente moralista, preconizava obediência e subordinação de seus clérigos. Adepto da ideia da distinção entre o clérigo e o leigo, ele imprimiu na formação do

---

<sup>399</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. P. 74.

<sup>400</sup> DANTAS, Abelardo Romero. **Origem da Imoralidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1967. p. 198.

<sup>401</sup> Afora o projeto reformador de Dom Romualdo Seixas, também conhecido como regalismo tradicional, vale destacar também o projeto, mais liberal, do Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), regalismo radical, que não logrou êxito. Ele preconizava a ideia de que os padres tivessem maior independência em relação à Santa Sé, às voltas com o Estado. Seu projeto ficou conhecido como regalismo. Prevaleceu, como se vê, o projeto centralizador, regulador e umbilicalmente ligado à Roma.

<sup>402</sup> Dom Romualdo Antônio de Seixas tomou posse no Arcebispado da Bahia, por procuração, no dia 31 de janeiro de 1828. Faleceu no dia 29 de dezembro de 1860.

padre o zelo pelas coisas da Igreja, a preocupação com a aparência, dando ênfase na questão do uso dos paramentos como sinal de afastamento e superioridade. O fiel precisava perceber no seu pastor um sujeito consagrado, só em vê-lo, portando-se efetivamente como um agente social da administração da Igreja. Também foi pioneiro na realização de Conferências Eclesiásticas, uma estratégia para se fazer presente junto aos seus clérigos, não só perscrutando, mas também vigiando, admoestando (se fosse o caso) e orientando.

Afora Dom Romualdo, outros bispos se somaram ao programa de feições tridentinas iniciado por ele, destaque para Dom Marcos de Sousa (Maranhão), Dom Antônio Ferreira Viçoso (Mariana) e Dom Antônio Joaquim de Melo (São Paulo); cobrindo, assim, as mais importantes regiões do país, de norte a sul. Para Kátia Mattoso, esse projeto de reforma da Igreja Católica no Brasil, resumia-se a três pontos chaves: fazer do clero brasileiro um corpo instruído e sadio; trabalhar pela instrução religiosa do povo; assegurar a independência da Igreja em relação ao poder temporal<sup>403</sup>.

As mudanças provocadas por Dom Romualdo Seixas não tardaram a chegar a Sergipe. E elas chegaram com a primeira leva de padres formados por ele, em sua administração. Péricles Moraes acredita que isso se deu com a instalação deles nas paróquias sergipanas, trazendo consigo os ideais das reformas do Bispo<sup>404</sup>. Entre as orientações, a condenação às práticas do chamado catolicismo popular e a denúncia dos colegas no sacerdócio em relação aos seus desvios “imorais” no exercício do sacerdócio.

No capítulo anterior, já havíamos mencionado, principalmente, a preocupação do Presidente da Província Amâncio João Pereira de Andrade, em 1850, com a preparação dos padres sergipanos. Dez anos depois, o Governo de Sergipe volta a se manifestar a respeito do assunto. O Presidente Thomaz Alves Junior, em Relatório entregue à Assembleia Legislativa, datado de 15 de agosto de 1860, faz uma explanação

---

<sup>403</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 314.

<sup>404</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 63

amiudada sobre o estado da vida dos sacerdotes no Brasil, destacando o caso particular de Sergipe naquele momento. Segundo ele, a missão dos mesmos era laboriosa e repleta de privações. Muitos deles, sem recursos e sem proteção material alguma, encontravam-se limitados para exercerem seus ofícios. Nesse sentido, sobretudo no que tange a um melhor preparo intelectual e espiritual que os novos tempos exigiam, o Presidente entendia que era necessário a criação de mais seminários, pois os existentes não atendiam a demanda. Assim, embora reconheça os esforços das autoridades eclesíásticas, Dom Marquez de Santa Cruz (Arcebispo da Bahia) e Cônego Ignácio Antonio da Costa Lobo (Vigário-Geral), apela para que a Igreja Católica leve adiante um projeto que dê conta de preparar melhor seus padres e que se invista com mais empenho no catecismo:

(...) lamento que todos os Vigários em suas Parochias nas Missas conventuaes não chamem a atenção dos fieis para os preceitos do Christianismo; lamento que os cidadãos não tenham ao seu lado o seu pastor durante as duas enfermidades, para aconselhar e consolar; lamento em fim que o Christianismo não seja explicado aos meninos pelos Vigários aos domingos<sup>405</sup>.

No que se refere à desqualificação das manifestações religiosas populares, o Bispo esteve entre aqueles mandatários da Igreja que contribuíram, inclusive, para alterar a relação delas com os clérigos. Em síntese, afirma Cândido da Costa e Silva, a ideia era: “(...) tolher iniciativas de leigos nas camadas mais pobres, pelo controle rígido de suas realizações grupais no campo do culto; e não permitir o apoio do baixo clero<sup>406</sup>”.

---

<sup>405</sup> Relatório com que foi entregue a administração da provincia de Sergipe no dia 15 de agosto de 1860 ao illm. e exm. snr. doutor Thomaz Alves Junior pelo doutor Manoel da Cunha Galvão. Sergipe, Typ. Provincial, 1860. pp. 4-5. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1056/000006.html>. Acessado em 21 de julho de 2013.

<sup>406</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 104.

Esse empenho também era encarado, catequeticamente, como uma forma de extirpar a influência do demônio em Sergipe, não só por conta da violência política, bem como pela vida pregressa de muitos padres sergipanos. Entre os objetivos da romanização brasileira, estava a regeneração moral do clero. Os sacerdotes que estudamos à luz de uma cultura religiosa de análise histórica tiveram uma vida nada condizente com o pretendido pela Igreja.

A julgar pelo que ponderaremos nos próximos capítulos, Sergipe não deve ser tomado como modelo, sobretudo Lagarto. Dos três padres aqui analisados nessa relação com a festa de São Benedito, pelo menos dois, até mesmo Geminiano de Freitas, são acusados ou ao menos se tem notícia de desvios de caráter. Este último, como se verá mais adiante, chega a ser denunciado por Vicente Francisco de Jesus. Quanto ao Padre Daltro, este soube com habilidade ficar à margem entre os dois extremos.

A nosso ver, o que se seguiu em Sergipe (particularmente na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto) foi uma espécie de romanização tardia, em doses homeopáticas, por conta do comportamento de nossos três personagens. Em certa medida, não é de todo incorreto dizer que efetivamente só se deu e provocou desdobramentos mais significativos com o Padre Geminiano de Freitas, a partir de 1919. Além disso, não se nota esse processo, pelo menos em Lagarto, apenas como uma transferência de capital simbólico de um tipo de catolicismo para outro, mas à possibilidade concreta de transferência de recursos financeiros antes auferidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, através da bolsa de São Benedito.

### **3.2. O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto (1874) e a Chegada do Padre Daltro**

Após a Questão Religiosa, de 1872, a Igreja compreendeu que a presença das Irmandades afetava a autoridade dos prelados e, desde então, elas não foram mais criadas. Outrossim, consta da documentação oficial sergipana que, em 1874, o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, originalmente datado de 1771, em sua primeira versão, foi compilado, com algumas atualizações que chamam a atenção para uma questão muito particular da Vila de Lagarto no que se refere a esse assunto: se o momento era de arrefecimento das irmandades no Brasil, pelo menos num primeiro momento, isto se deu em contrário, pois a devoção e a festa de São Benedito atingem seu clímax exatamente no final do século XIX.

O desconhecimento da existência de um Compromisso referente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na Vila do Lagarto, anterior a 1874, levou muitos pesquisadores sergipanos a acreditarem que ela só tivesse começado a funcionar, oficialmente, com esse documento do século XIX. A essa altura, já se sabia da existência dos livros de receita e despesas que registravam o movimento financeiro da irmandade entre os anos 1856 e 1894, o que causava estranheza, inclusive a nós quando do levantamento das fontes para a confecção do presente trabalho.

Desse modo, o que se deu, a nosso ver, em 1874, por Resolução do Governo Provincial de Sergipe, Número 963 de março daquele ano, além do registro das leis sergipanas mediante iniciativa do Juiz de Direito, Dr. Cândido Augusto Pereira Franco<sup>407</sup>, foi uma renovação quase que completa do Compromisso de 1771. Evidente que a maturidade da irmandade e a inserção da festa de São Benedito de alguma forma

---

<sup>407</sup> Trata-se de uma compilação de leis, decretos e resoluções existentes na Província de Sergipe àquela época. Alguns dos documentos referentes a irmandades sergipanas se referem a uma cópia transcrita dos seus manuscritos originais. É o caso, por exemplo, do Compromisso da Irmandade do Rosário de São Cristóvão, que, em 1860 teve sua versão impressa e referendada pelo Governo de Sergipe. Sobre isto, é curioso notar que no artigo 1<sup>o</sup> do compromisso da Irmandade de Lagarto fale-se em “criação”, o que talvez pudesse dar a ideia de uma extinção da anterior, o que não se configura ao longo da análise do documento.

influenciaram para isto. Sobre este último particular, o capítulo XI, das Disposições Gerais, estabelece, em seu artigo 33, o seguinte dispositivo: “A festa de S. Benedito terá lugar no dia 6 de janeiro, e será feita por esmoleres fieis<sup>408</sup>”. É a primeira vez, desde 1771, que a festa a São Benedito se configura como parte integrante das atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Vila do Lagarto, o que confirma a ideia de que ela rouba a cena no século XIX, notadamente ao longo deste, e particularmente, em sua segunda metade.

Em relação ao Compromisso de 1771, o documento de 1874 aponta algumas mudanças bem significativas, além do acréscimo da realização da festa de São Benedito, de que trataremos mais adiante. De imediato, a supressão do termo “pretos” de sua nomenclatura, o que lhe caracterizou como uma associação do tipo mista e a constatação do crescimento de suas principais devoções, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, entre elementos de outras condições étnicas da sociedade lagartense dos oitocentos. É bem verdade, como vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho, que esta questão de cor estivesse subentendida no primeiro compromisso, embora agora mereça uma configuração mais tácita, pois, no que se refere a esse assunto, assim preceitua em seu artigo 1º: “(...) comporá de todas as pessoas de ambos os sexos, casados, viúvos, e solteiros até a idade 7 annos sem distincção de cor e condição<sup>409</sup>”.

A composição da parte administrativa permaneceu inalterada, com tesoureiro, procuradores, escrivão, juízes e mordomos, para este um total de doze. O capítulo VI definiu as obrigações da mesa e de cada membro e praticamente são as mesmas do primeiro compromisso, alterando apenas o estilo da redação. Para ocupar a condição de escrivão, manteve-se a exigência de ter estudo, saber ler e escrever ao menos, mas não a restringiu a apenas ao elemento de cor branca, como antes. O mesmo valendo para a função de tesoureiro.

---

<sup>408</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Villa do Lagarto - 1874). In: FRANCO, Cândido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Vol. I. Aracaju: Typographia da F. das Chagas Lima, s/d. p. 442.

<sup>409</sup> Idem. p. 433.

No critério admissão como irmão, algumas questões importantes. Pelo presente documento, a condição de professar o catolicismo é obrigatória. Seria um reflexo das primeiras investidas da romanização na Vila do Lagarto? Se considerarmos as influências de matizes religiosas africanas em devoções concernentes à irmandade do Rosário e a preocupação de extirpa-las, ainda que gradualmente, das celebrações da Igreja Católica, é bem verdade que sim. Acresce-se a isto, a necessidade do controle da moralidade, pois não seriam aceitos os “suspeitos de maus costumes<sup>410</sup>” (Art. 4<sup>o</sup>), típico das posturas romanizadoras que ganham corpo, sobretudo a partir dos anos 1870. Outros tipos de exceção exclusiva, para fins de registro, os menores de 7 e os maiores de 80 anos.

Os Capítulos III e IV, em seus artigos 5<sup>o</sup>, 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup>, são especiais para atestar o que vimos dizendo, pois se configurou a suplantação do mês de outubro, dedicado ao Rosário, pelo mês de janeiro, onde se celebrava a festa de São Benedito. A expressão “as janeiras”, de que já tivemos oportunidade de comentar anteriormente, ganharam corpo ao longo do século XIX e encontram repouso oficial por meio do Compromisso de 1874, embora as eleições sempre ocorressem, desde sua criação no século XVIII, na segunda oitava de natal. No Compromisso de 1771, há menções à celebração da festa de Nossa Senhora do Rosário também em outubro, mas o tempo cristalizou o mote festivo da irmandade cada vez mais em janeiro, sobretudo pela celebração da Festa de São Benedito no dia de Reis, 06 de janeiro. Pelo calendário litúrgico, tanto Nossa Senhora do Rosário como São Benedito estão cravados no mês de outubro, mas o dia 06 de janeiro alcança uma importância singular na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Aliás, no que diz respeito ao processo eleitoral da mesa diretora, os seis primeiros dias de janeiro eram de intensa movimentação, acrescida, é claro, das providências em torno da realização da festa de São Benedito.

---

<sup>410</sup> Ibidem. p. 433.

Qual a causa desse anachronismo no calendario romano da localidade, não procuramos verificar; mas o que é exacto é que a festa em questão, n'aquellas paragens, fechava o cyclo das janeiras, tal a sua pompa, tal o esplendor absorvente das do Natal e Reis<sup>411</sup>.

Para Beatriz Góis Dantas, a transferência da efeméride em torno de Nossa Senhora do Rosário e da memória de São Benedito do mês de outubro para o dia seis de janeiro teve uma intenção prática e ocorreu em diversas partes do Brasil. A ideia era aproveitar a Epifânia e a Adoração dos Reis Magos para fazer uma associação com os reis e rainhas da festa. É sabido, inclusive, que entre os reis magos havia um de cor negra. Além disso, sendo em janeiro não atrapalharia a dinâmica da vida econômica nos engenhos e lavouras<sup>412</sup>.

Outra mudança importante em relação ao Compromisso de 1771 se refere ao pagamento feito ao pároco ou capelão. Os Capítulos VII e VIII apresentam duas situações. Quando a missa fosse festiva, diz o Art. 18, o pároco ou capelão devia fazê-la gratuitamente. Em contrapartida, quanto às demais celebrações de missas, cabia ao Tesoureiro dispor de recursos para prover o celebrante<sup>413</sup>.

A julgar pela análise dos Livros 01 e 02 das Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Lagarto (1856-1894), não era comum a celebração de missa em período não festivo. Em outubro de 1859, consta o pagamento de 4\$000 para a celebração de duas missas no novenário de Nossa Senhora do Rosário<sup>414</sup>. No dia 06 de outubro de 1873, há uma referência a pagamentos no valor de

---

<sup>411</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). p. 88.

<sup>412</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Nota Prévia sobre Rituais Folclóricos numa Festa de Igreja – A Festa de São Benedito na Cidade de Laranjeiras*. In: **Revista Sergipana de Folclore**. Ano I. Número 1. Aracaju-SE. Agosto de 1976. pp. 9-10.

<sup>413</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Villa do Lagarto - 1874). In: FRANCO, Cândido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880)*. Vol. I. Aracaju: Typographia da F. das Chagas Lima, s/d. pp. 438-439.

<sup>414</sup> Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Livro 1 (1854-1876). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289. fl. 01.

10\$000<sup>415</sup>. No dia 02 de outubro do ano seguinte, 1874, outra referência, porém, com um valor menor: 5\$000<sup>416</sup>. Preliminarmente, notificamos duas situações, explícitas nominalmente, envolvendo o Padre João Batista de Carvalho Daltro: no dia 04 de junho de 1876, ele recebe a quantia de 10\$000<sup>417</sup>; no dia 08 de julho de 1880, portanto, quatro anos depois, o mesmo valor<sup>418</sup>.

Por outro lado, podemos também inferir que as missas comuns se concentrassem na Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Ou ainda, além dessa situação, que o padre Daltro as realizassem aos domingos e em dias de finados na Capela do Rosário sem cobrar nada<sup>419</sup>, dado que a irmandade, como apregoam os artigos 20 e 22, advertia que tais celebrações só ocorressem com financiamento ao vigário “enquanto não houver fundos para aumentar esse numero<sup>420</sup>”. Em tese, a irmandade iria à falência só de celebrações de missas pagas.

Assinam o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto de 1874, as seguintes figuras, cuja presença no período que a este ano antecedem se fazem notar nas atividades referidas irmandade em seus livros de receitas e despesas: Antônio dos Santos Menezes – Tesoureiro; Miguel Theotônio de Castro – Procurador; Manoel José de Almeida – Procurador; além de José de Paula Menezes Lima e José Antonio de Menezes Carvalho, cujas funções não foi possível detectar.

Foi, portanto, por essa época de aprovação do novo Compromisso da Irmandade do Rosário, que se instalou na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto o vigário João Batista de Carvalho Daltro. Ele chegou a Lagarto em 1874, onde foi

---

<sup>415</sup> Idem. fl. 24.

<sup>416</sup> Ibidem. fl. 34.

<sup>417</sup> Ibidem. fl. 34.

<sup>418</sup> Ibidem. fl. 07.

<sup>419</sup> É bem possível que isto tivesse acontecido, sobretudo se levarmos em conta as memórias do Dr. Gervásio Prata sobre Monsenhor Daltro a quem lhe imputava a fama de “doar cédulas de 2\$000 e cortes de fazenda” aos mais necessitados da Vila do Lagarto. Cf. PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. p. 23.

<sup>420</sup> Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Villa do Lagarto - 1874). In: FRANCO, Cândido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880)*. Vol. I. Aracaju: Typographia da F. das Chagas Lima, s/d. p. 439.

nomeado Vigário de 24 de junho de 1875 a 02 de fevereiro de 1910. Segundo Armindo Guaraná foi “onde passou a maior parte de sua longa e proveitosa existência, semeando o bem em torno de si pelo exemplo de suas virtudes, realçadas pela mais nobre dentre todas, - do absoluto desprendimento dos seus haveres em favor dos desprotegidos da fortuna<sup>421</sup>”.

Significativa para a História de Lagarto foi a permanência do Padre João Batista de Carvalho Daltro e pároco da cidade de Lagarto por mais de 35 (trinta e cinco) anos. Costumamos dizer, como se verificará nessa tese, que Lagarto foi um antes e outro depois de Monsenhor Daltro. Além de ter promovido uma espécie de reforma agrária, ou sociologia agrária como diria seu primeiro biógrafo, o Desembargador Gervásio Prata<sup>422</sup>, com suas ações de pároco e de administrador mudou as feições da antiga vila sertaneja para uma cidade com sua estrutura urbana.

João Baptista de Carvalho Daltro nasceu em Simão Dias – SE, no dia 23 de Junho de 1828. Filho caçula de uma prole de seis rebentos dos pais Domingos José de Carvalho e Antonia Francisca de Carvalho. Fez sua formação intelectual, basicamente, entre as cidades de Estância, onde estudou humanidades, e São Cristóvão, no Colégio Barroso.

Pertenceu a uma família abastada de Simão Dias, proprietária da Fazenda Baixão<sup>423</sup>. Seu pai, o Capitão Domingos José de Carvalho, possuía uma considerável

---

<sup>421</sup> GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico**. Rio de Janeiro: Pongeti, 1925, p. 131-132.

<sup>422</sup> Nascido na Vila de Simão Dias em 18 de julho de 1886, tornou-se um célebre jurista sergipano, chegando a ocupar o Cargo de Desembargador do Poder Judiciário de Sergipe nos anos 1930. Intelectual de profícua oratória, ele deixou uma série de escritos, alguns deles ainda inéditos. Tinha o hábito de registrar os acontecimentos das comarcas por onde foi juiz, a exemplo de Lagarto, em 1908, tendo sido testemunha ocular das ações de Daltro naquela cidade. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1968. Cf. FONSECA, Ana Medina Fonseca (Org). **Des. Gervásio de Carvalho Prata** (Série Presidentes). Aracaju: Gráfica Editora Liceu, 2008.

<sup>423</sup> A propriedade, que fica entre os Municípios de Simão Dias (Sergipe) e Paripiranga (Bahia), ainda pertence à família. Atualmente está dividida em duas fazendas: Mercador, do lado sergipano, onde fica a sede do dono, João Eduardo Barreto de Carvalho, e uma capela de 1904, onde repousa os restos mortais dos pais de Daltro; e a Fazenda Baixão, do lado baiano, onde ficava a casa onde o Monsenhor nasceu e morreu. Segundo Gervásio Prata, de tempos em tempos Daltro voltava ao local, aos cuidados do irmão Antonio Manuel de Carvalho, para gozar de suas férias. Cf. PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 47.

propriedade nas dependências da Vila do Lagarto. Perto de completar 19 anos, ele vendeu sua parte nas terras aos irmãos e com as economias amealhadas junto ao trabalho na lavoura, resolveu seguir a vida sacerdotal.

Em Salvador, no dia 22 de Março de 1847 matriculou-se no Seminário da Bahia, iniciando sua formação pastoral até 1853, quando recebeu ordens sacras<sup>424</sup>. Trata-se do Seminário Santa Tereza, que tanto influenciou na formação de padres sergipanos, a exemplo de Daltro e mesmo dos demais aqui estudados, como Vicente Francisco de Jesus e José Geminiano de Freitas. Antigo convento carmelita baiano, do século XVII, aquele seminário passou a funcionar, efetivamente, no ano de 1837, pelo menos até 1954, quando suas instalações foram adaptadas para abrigar o Museu de Arte Sacra. Daltro se insere numa segunda geração de padres formados a partir dos oitocentos. A necessidade do aumento do número de clérigos para exercer as funções de vigários e de párocos nas vilas brasileiras em ascensão, fez com que a Igreja Católica ignorasse a não aceitação de descendentes de judeus em seus quadros. Ao que tudo leva a crer, Daltro descendia de Manoel de Carvalho Carregosa (1719-1789)<sup>425</sup>, cristão-novo que aportou em Sergipe na segunda metade do século XVIII, mais precisamente no ano de 1750<sup>426</sup>.

---

<sup>424</sup> Cf. Inquirição de Gênero de João Batista de Carvalho Daltro. Câmara Eclesiástica. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1858. Estante 1. 21-GE 18, cx. 7.

<sup>425</sup> Daltro é da terceira geração de Manoel de Carvalho Carregosa. Este era seu bisavô paterno. Trata-se um antigo proprietário do engenho Moendas no Termo da Vila de Lagarto. Ele e sua esposa, Ana Francisca de Menezes, doaram, 1784, uma porção de terras à Nossa Senhora Santana, equivalente ao que seria, mais tarde, o Encapelamento de Simão Dias. Cf. SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Algumas considerações sobre o Registro de Terras da Freguesia de Simão Dias*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 33. Aracaju-Se, setembro de 1997. p. 136. Sua genealogia compreende ainda, seus irmãos: Manoel de Carvalho Carregosa, Antonio Manoel de Carvalho, Joaquin Januario de Carvalho, Francisco Antonio e Jose Zacharias de Carvalho. Seus pais: Domingos Jose de Carvalho e Antonia Francisca de Carvalho. Seus avós paternos eram: Geraldo Jose de Carvalho e Joaquina de Mattos Freire. Alguns ramos familiares da família de Daltro, antes e após seu nascimento: Carregosa, Carvalho, Mattos, Meneses, Freire e Dortas. E em menor proporção, os Barretos. Famílias que se constituíram e se assentaram num espaço de dois séculos entre as cidades sergipanas de Lagarto e Simão Dias, além da cidade de Paripiranga-BA.

<sup>426</sup> Ver <http://genforum.genealogy.com/carvalho/messages/69.html>. Acessado em 28.12.2012

Este, pouco tempo depois se instalou em Lagarto, adquirindo propriedades naquela vila e constituindo família, casando com a Sra. Ana Francisca de Menezes<sup>427</sup>.

**Figura 12**



**Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro**  
**Acervo do Arquivo da Arquidiocese de Salvador<sup>428</sup>**

---

<sup>427</sup> A descendência judaica de Daltro não interferiu em seu processo de aceite no Seminário Santa Tereza. Pelo menos não há nada que deponha contra ou que ao menos mencione isso. Cf. Inquirição de Gênero de João Batista de Carvalho Daltro. Câmara Eclesiástica. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. 1852. Estante 1. 21-GE 18, cx. 7.

<sup>428</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe**. O Clero Oitocentista na Bahia. Salvador: UFBA, 2000. p. 499.

O contexto histórico vivido por Monsenhor Daltro, entre seminarista e sacerdote, se insere no bojo do movimento de romanização da Igreja brasileira, desencadeado a partir da laicização do Estado. Ficou conhecido como sendo o Movimento Brasileiro de Reforma Católica do século XIX. Coincide também com o período em que se deram os efeitos da realização do Concílio Vaticano I (1869-1870).

A julgar pela metodologia aplicada por Cândido da Costa e Silva para traçar o perfil de quatro gerações de clérigos formados a partir da segunda metade do século XVIII e que se estendeu à segunda metade do século XIX, pode-se dizer que Daltro esteve na geração em que ocorre a instalação de um seminário como condição importante para o fortalecimento da Igreja Católica no Brasil, de modo particular na Arquidiocese de Salvador. Trata-se da geração propugnada sob as hostes de Dom Romualdo Seixas que levou adiante a formulação de um projeto que pretendeu formar melhor seu clero.

Sobre essa geração de clérigos, composta também por sergipanos que foram estudar em Salvador, assim se refere Cândido:

(...) oriunda do Seminário [Santa Tereza] só lentamente vai sendo burilada em seu perfil. Entre a letra das diretrizes e a absorção na mentalidade dos candidatos, há distância. Costumes inveterados, resistências ao plano de estudos e a nova disciplina, dissipam ilusões imediatistas quanto à efetiva mudança na formação e desempenho [grifos nossos]<sup>429</sup>.

Foi ainda no Seminário Santa Tereza que Daltro foi ordenado com pouco mais de trinta anos, à época de D. Romualdo Antonio de Seixas (1828-1860). Esteve, portanto, inserido na segunda fase da gestão desse Arcebispo da Bahia, quando se colocava ênfase no papel da Igreja como defensora da ordem estabelecida.

---

<sup>429</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe**. O Clero Oitocentista na Bahia. Salvador: UFBA, 2000. p. 152.

Sobre os Padres formados na administração de Dom Romualdo Seixas, o que Péricles Andrade afirma, com certeza não se aplica a Daltro: “(...) Tais ideais reformadores ecoam em Sergipe à medida que os recém-ordenados iniciam suas atividades nas suas freguesias, condenando práticas do catolicismo popular e denunciando atividades “imorais” do clero e dos leigos<sup>430</sup>”. Para justificar o uso de um aparelho burocrático que levasse a cabo as medidas daquele Bispo, o historiador e sociólogo sergipano pontua a existência de um corpo de “sacerdotes homogêneos”, na sua concepção, capaz de assegurar o domínio do mercado oferecido a estes bens.

Monsenhor Daltro como exemplo dos padres formados e sob a direção de Dom Romualdo Seixas esteve muito longe de ser uma regra. É fato que Daltro se notabilizou como um daqueles exímios sacerdotes de sua geração, mas, é fato, também, que ele esteve às voltas com situações que o excluem de qualquer exemplo de moralidade, para os padrões pretendidos pela reforma do chefe da Igreja na Bahia e em Sergipe.

Como sacerdote, iniciou sua trajetória por Salvador, com rápidas passagens pela Paróquia de Nossa Senhora do Pilar e pela Igreja do Bomfim, na condição de Capelão. Desta última função havia pedido demissão, segundo Gervásio Prata, por “haver discordado de certos atos da alta direção da Irmandade<sup>431</sup>”. Desse modo, a primeira paróquia de Daltro foi Nossa Senhora do Amparo, na então Vila de Riachão do Dantas-SE. Foi nomeado em 1856. Segundo Arivaldo Fontes: “Não transcorreram facilmente os primeiros anos de seu vicariato. O “cólera morbus” atacou violentamente a Província nos anos 1855/56, dizimando milhares de criaturas”<sup>432</sup>.

Durante sua estada na Vila de Riachão do Dantas, o Padre Daltro levou adiante diversas iniciativas no sentido de melhorar as condições de vida dos riachãoenses, enfrentando, para tanto, as autoridades eclesiásticas na necessidade da assistência

---

<sup>430</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. pp. 26-27

<sup>431</sup> PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 46

<sup>432</sup> FONTES, Arivaldo. *Riachão do Dantas: Os Primeiros Tempos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. p. 77.

espiritual. Assim, em 1863, consegue trazer uma Santa Missão para a vila sob a coordenação dos religiosos Frei Paulo de Casas Novas e David Perrugia.

Do resultado da Missão diz bem o número de fiéis que compareceram: 8 a 10 mil pessoas. E nos intervalos da mesma foi arrazado um monte ao pé da Matriz, que na estação invernososa lhe trazia grande umidade, e que foi calçada em seguida, entupiu-se um barracão que ameaça iminente perigo ao pé doutra rua e estrada pública<sup>433</sup>.

De certo modo, pode-se dizer que a passagem de Daltro por Riachão lhe serviu como um significativo laboratório. Enfrentou diversas ordens de problemas que afetaram sobremodo a vida social daquela vila, e, porque não dizer a sua própria vida.

Em Lagarto, sua atuação foi significativa em diversos aspectos e se fez sentir não só no campo político como também no campo religioso. Um dos principais problemas enfrentados por Daltro foi a questão da saúde pública, sobretudo no que se refere aos sepultamentos. A construção do cemitério da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto se deu a partir de 1855. Em 1875, já havia uma capela dedicada ao Senhor do Bomfim e era administrado pelo poder público<sup>434</sup>. Tudo leva a crer que sua construção se arrastou por mais de duas décadas até a finalização, em definitivo, por obra do religioso, em 1888. A partir desse ano, passou a ser de responsabilidade exclusiva da paróquia. Quando ele assumiu a Paróquia encontrou uma vila mergulhada em sérios problemas financeiros. Com alguma frequência, a Câmara Municipal de Lagarto reclamava, junto à Presidência da Província de Sergipe, de dificuldades financeiras. No dia 13 de dezembro de 1876, por exemplo, o Sr. Sebastião da Avila Gracez informou que os recursos eram tão minguados que mal davam para realizar como se deveria as eleições municipais<sup>435</sup>. Portanto, qualquer operação que envolvesse melhorias estruturais para a vila demandava muita criatividade e persistência para

---

<sup>433</sup> Idem. p. 78.

<sup>434</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 75. 13 de setembro de 1875. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

<sup>435</sup> Ofício de Sebastião da Avila Garcez. Câmara Municipal de Lagarto. Cm1- 1876. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

driblar os empecilhos. Assim, em 1889, um ano após o término das obras de Daltro em relação ao Cemitério Senhor do Bomfim, um Diretor de Higiene do Governo de Sergipe esteve inspecionando o local e constatou que o lugar atendia às condições mínimas de higiene e que se encontrava bem organizado e ornado com bons materiais de construção e com boas acomodações funerárias<sup>436</sup>. Anos mais tarde, em 1896, a organização do espaço sagrado será atestada por Severiano Cardoso, embora o mesmo reclamasse de sua localização, classificando-a como inconveniente, sobretudo pelo fato de estar quase no centro da cidade<sup>437</sup>. Esta observação só demonstra como a antiga vila sertaneja de Lagarto teria se urbanizado com Daltro, pois o cemitério havia sido pensado, desde o início, para ser construído em local ermo.

No dia 03 de maio de 1875, a Câmara Municipal de Lagarto solicitou à Presidência da Província de Sergipe ajuda de custo para a construção de um novo prédio que abrigasse o seu funcionamento. Seu Presidente, Sebastião da Avila Garcez, e demais vereadores reclamavam do estado de abandono em que se encontrava o lugar, antiga cadeia pública, começando, inclusive a desabar. Pelo avanço das ruínas, eles entendiam que se fazia necessário destruí-la e aproveitar a sobra de material para a construção de outro prédio, que poderia ser no mesmo lugar para, enfim, atender aos seus fins<sup>438</sup>. O pleito da Câmara de Lagarto não foi atendido de imediato. Em ofício datado de 02 de março de 1884, dirigido em resposta ao Presidente da Província de Sergipe, Dr. Francisco de Gouveia Cunha, que desejava saber das reais necessidades da cidade, os vereadores reputavam a conclusão do edifício que servia para a referida instituição, como também para as atividades do Júri<sup>439</sup>.

---

<sup>436</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 77. 22 de setembro de 1889. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

<sup>437</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 18v.

<sup>438</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 75. 03 de maio de 1875. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

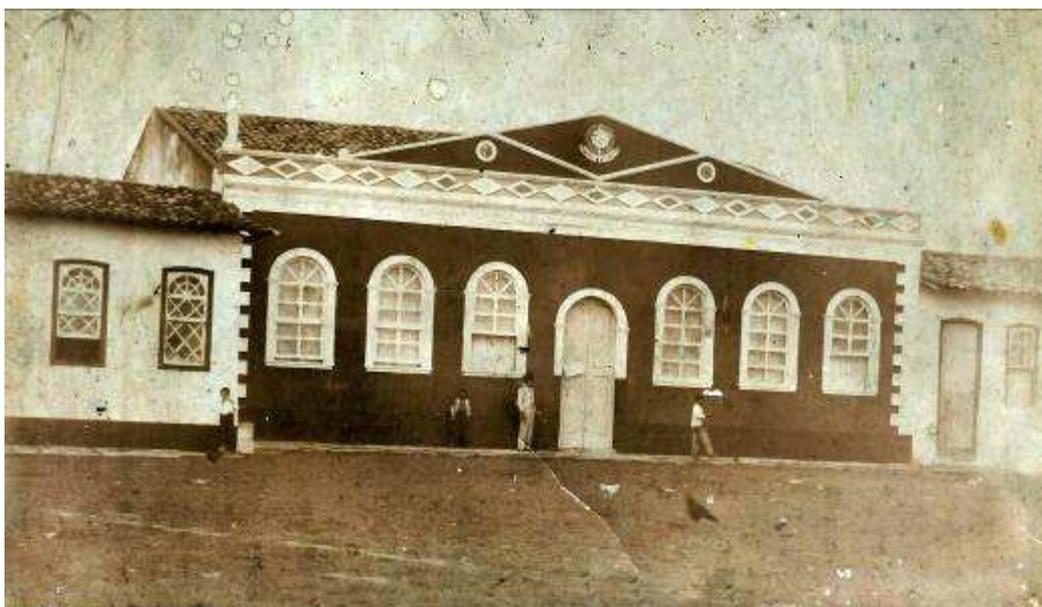
<sup>439</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 72. 02 de março de 1884. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Figura 13



Cemitério Senhor do Bomfim – Lagarto (Início do Século XX)  
Acervo do Cônego Vicente Francisco de Jesus (Paróquia Santo Antônio – Lins-SP)

Figura 14



Prefeitura de Lagarto - Álbum de Sergipe (1927)  
Miguel Teixeira da Cunha (Teixeirinha)

Nesse sentido, mais uma vez, entra em cena o espírito empreendedor de Daltro. Na condição de Presidente da Câmara, entre 1890-1893, ele leva adiante a construção de um novo prédio para as reuniões da instituição. Trata-se do Paço Municipal, localizado na Praça da Matriz. Quanto ao prédio da antiga cadeia pública, este foi destinado, mais tarde, a abrigar o Grupo Sílvio Romero, como veremos mais adiante.

No que diz respeito às questões religiosas, ficou conhecido por ter posições firmes e nutrir a prática da admoestação. Em alguns momentos, relativo à fé e ao comportamento religioso chegava a ser intransigente. Nesse sentido, disse Dr. Gervásio Prata: “Tudo fazia pelo prestígio e esplendor do culto católico. Na sua Igreja esse culto ganhou a justa fama de que gozava<sup>440</sup>”.

Daltro combateu manifestações consideradas à sua época como fanáticas ou heréticas, a exemplo das pregações de Antônio Conselheiro, expulso de Lagarto, inclusive com a ajuda de força policial e mobilização adversa dos fiéis católicos contra ele; e, da “seita” do Padre Felismino da Costa Fontes, no Município de São Paulo (atual Frei Paulo), que pregava, entre outras coisas, o fim do celibato e do casamento. Neste último caso, o Monsenhor foi designado pela Igreja a levar o religioso para ser internado no Asilo São João de Deus, em Salvador-BA. Por conta de seus préstimos, ele chegou a ser nomeado Capelão da Irmandade de Nosso Senhor do Bomfim, na capital baiana, mas declinou da honraria para permanecer atuando em Lagarto.

A julgar pelo que vimos, não há dúvida de que Daltro estava a par das novas orientações da Igreja no que tange à aplicação das práticas típicas da romanização. Entretanto, o que diferenciou ele dos demais padres que vimos analisando aqui, nessa relação com a Festa de São Benedito, foi a sua capacidade de saber dosar aquelas medidas sem se comportar como total e irrestritamente intransigente, sobretudo no que se refere aos cultos e práticas do chamado catolicismo popular. Prova disto é que foi exatamente durante a sua administração que aquela festa atingiu o seu maior

---

<sup>440</sup> PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. p. 25-26.

esplendor<sup>441</sup>. Afora uma série de ações que lhe renderam até mesmo o apelido de “Ioiô<sup>442</sup>”, expressão normalmente atribuída aos escravos na relação deste com seus senhores, se de forma subserviente, também carinhosa e respeitosa.

### 3.3. O Padre Daltro e o Auge da Festa de São Benedito em Lagarto

Corria o tempo na antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Um frenesi de pessoas, de diversas idades, cores e condições sociais, se moviam “feito cobra pelo chão” entre as ruas estreitas que separavam o Largo do Rosário e a Praça da Piedade. Fiéis ansiosos esperavam a saída do cortejo real, o qual levaria o Rei e a Rainha daquele ano, para, com entusiasmo e fé serem acolhidos por todos e serem coroados pelas mãos do padre. Cantos, fogos, repiques e danças completavam o cenário ano após ano, cristalizando-se numa das maiores manifestações de devoção popular já vistos naquelas paragens de Sergipe Del Rey.

Severiano Cardoso, em manuscrito datado de 1896, afirma que os lagartenses eram apaixonados por festas de toda ordem: das cívicas às religiosas. Era do seu feitio por a vila em polvorosa, celebrando e comemorando com requintes de muita efusividade. Entre as festas religiosas, a de São Benedito se sobressaía. Somavam-se a ela, outras, como o mês de Maria (maio), o Natal e o Ano Bom. Sem falar na realização de quermesses<sup>443</sup>.

Pela narrativa de Severiano Cardoso fica claro que havia dois tipos de comportamentos religiosos com relação às festas. O Natal, por exemplo, era celebrado

---

<sup>441</sup> É sabido, pela análise das fontes disponíveis, que as festa que Daltro levou adiante com dedicação de pastor foram: a Semana Santa, o mês de Maria (maio) e de Nossa Senhora da Piedade (a padroeira). A documentação relata como havia toda uma mobilização da fábrica da Matriz nesse sentido. Ainda assim, a festa de São Benedito teve seu espaço e não esteve aquém das aqui referidas.

<sup>442</sup> PRATA, Gervásio. Monsenhor Daltro. Op. cit. p. 25.

<sup>443</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 40v.

com “profundo e respeitoso silêncio”. O mesmo não se sucedendo aos dias seguintes, até o seis de janeiro, uma vez que:

A musa popular é fecundíssima no Lagarto, onde abundam os improvisadores de porfia, que derramam pela bocca com uma facilidade enorme uma alluvião de versos, totalmente descuidados na forma, mas de um bucolismo grandemente attrahente e verdadeiramente admirável<sup>444</sup>.

O período marcado pela administração do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro (1874-1910) na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto coincide com o que teria sido o auge da festa de São Benedito, pelo menos quando ela se apresentou em sua plenitude. A postura do padre foi de tolerância, apesar dele ter sido uma figura representativa no processo de romanização da Igreja Católica<sup>445</sup>.

Entre as referências mais antigas a respeito da festa de São Benedito em Lagarto, destaque para os estudos de Sílvio Romero e Melo Morais Filho, que remontam à segunda metade do século XIX. A ideia teria partido da Bahia, através da chamada difusão do complexo cultural daquela região. A Festa de São Benedito, exclusivamente realizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e pela Confraria que levava o nome do santo preto, esteve inserida no chamado ciclo natalino das festas religiosas daquele lugar.

É fundamental ressaltar a importância da festa para aquele tipo de irmandade, principalmente a de seu patrono. Para João Reis, “(...) celebrar bem os santos de devoção representava um investimento ritual no destino após a morte - além de tornar a vida mais segura e interessante”.<sup>446</sup> Por isso o esplendor dela, seja nas igrejas, seja em

---

<sup>444</sup> Idem. fl. 41.

<sup>445</sup> SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

<sup>446</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.61.

todos os seus aspectos, o que era justificado pelo esforço de todo um ano por parte dos irmãos devotos.

Em geral, as manifestações em torno da devoção a São Benedito em todo o país e durante anos foi marcada pela lúdica do povo. As celebrações sempre foram marcadas por muito entusiasmo. Algo muito incomum na maioria das procissões e festas da Igreja Católica, onde o leigo é condicionado pela sisudez que a pompa clerical pós-romanização irá determinar. Para o santo preto, o riso, a alegria, a dança, coreografias complexas que definem uma cultura musical e um frenesi sem igual.

Nesse sentido, vale destacar o que diz Amâncio Cardoso sobre a Festa de São Benedito em Lagarto, precisamente no século XIX. Para o pesquisador, ela se comportou como a um espetáculo, por isso mesmo, barroca, sobretudo no que pese seu colorido e seu comportamento pitoresco e sua desenvoltura teatral. Nesse sentido, afirma o autor: “Tal carnavalização mistura o sagrado e o profano, que frequentemente se justapunha ou se entrelaçavam. Música, missa, cantos, danças, comidas, bebidas, repiques, leilões, foguetórios, rezas, vestes, brinquedos e cortejos formavam uma elaborada cerimônia<sup>447</sup>”.

Essa foi a marca do catolicismo brasileiro por pelos menos três séculos. Essa característica medieval e popular, segundo José Comblin<sup>448</sup> deu a tônica das manifestações da vivência de fé cristã do povo brasileiro, que se convencionou chamar de catolicismo tradicional. Na figura do santo, nos atos, festas, procissões e demais aspectos daquela vivência, concentrava-se toda a atenção.

No ano de 1853, o famoso intelectual sergipano Tobias Barreto instalou-se em Lagarto para estudar na escola do Padre José Alves Pitangueira, de quem recebeu enorme influência. Nesse período, pode testemunhar o auge das manifestações de fé em relação a São Benedito. À época, a tradicional festa estava inserida na Vila de Nossa

---

<sup>447</sup> CARDOSO, Amâncio. *Lagarto Barroca: a Procissão de São Benedito, Sergipe séc. XIX*. In: **Jornal Cinform**, Edição 1068. Aracaju, 29/09 a 05 de outubro de 2003. p.9.

<sup>448</sup> Ver COMBLIN, José. *Situação histórica do catolicismo no Brasil*. **REB**, vol. XXVI, fasc. 3, p. 575-601.

Senhora da Piedade do Lagarto no que ficou conhecido como janeiras: festas populares, como os bailes pastoris e reisados, que faziam parte do Natal, Ano Bom e Reis. Alguns escritos atestam a presença do Bumba Meu Boi, de Charangas, canções, sátiras, entre outros.

Segundo Paulo Mercadante, no ano de 1855<sup>449</sup> Tobias Barreto havia participado de uma dessas janeiras, provavelmente na Casa do Padre ou Liceu Lagartense (atual povoado Urubutinga). Um grupo de brincantes invadiu-lhe a residência, impondo-lhe, como de costume, um desafio. No caso, tratou-se da feitura de uma ode, no que o jovem intelectual o teria feito a contento, por escrito<sup>450</sup>. O episódio vivido por ele em 1855 revela que também a zona rural era afetada pelo clima festivo que girava em torno da devoção e festa de São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, a exemplo das citadas janeiras.

Sílvio Romero dedica atenção às janeiras em seu livro “Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil” (1888). Para ele, em Lagarto pode-se perceber mais de perto a dinâmica “alegre e travessa” do povo brasileiro. Nesse sentido, entende que seriam duas as festas populares do Brasil: as da Igreja, popularizadas; e as, exclusivamente, populares<sup>451</sup>. Se levarmos em conta o modo como a festa de São Benedito acontecia em Lagarto, fica difícil saber onde começava uma e terminava a outra, posto que os dois tipos se fundiam.

Vejamos como o intelectual sergipano descreveu a festa no tempo do vigário Daltro:

(...) No Lagarto, em Sergipe, no dia de Reis celebra-se a festa de S. Benedicto e apreciam-se então alli dous folguedos especiaes: o dos Congos, que é próprio dos negros, o das Tayêras, feito pelas mulatas. Os Congos são uns pretos vestidos de reis e príncipes, armados de espadas, e que fazem uma espécie de guarda de honra e tres rainhas pretas. As rainhas vão no centro, acompanhando a procissão de S.

<sup>449</sup> No texto, o autor grafa o ano de 1885, mas percebe-se que foi uma falha gráfica.

<sup>450</sup> MERCADANTE, Paulo. *Formação Humanista em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 30, 1988-1989. p. 15.

<sup>451</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. p. 28.

Benedicto e de Nossa Senhora do Rosário, e são protegidos por sua guarda de honra contra dous ou tres do grupo, que forcejam por lhes tirar as coroas<sup>452</sup>.

Trata-se de um dos primeiros registros científicos sobre a festa que servirá de base para muitos outros estudos e que incidirá em outros relatos congêneres e contemporâneos, com algumas ligeiras alterações que podem, ora mostrar a impressão do observador, ora a dinâmica de cada ano ou época.

Entre as festas de cunho religioso e com forte presença de elementos que também transcendem essa característica, os chamados séquitos reais do Congo podem ser observados de diversas formas, não só através dos tempos, mas, também nos dias atuais, mostrando que a ideia de fim ou desaparecimento de uma tradição ou até de sua imutabilidade deve ser vista e revista com muito cuidado. A coroação de Reis de Congo assume diversas facetas, verificadas de diversas formas em estudos.

Sendo considerado o primeiro registro da festa de coroação de reis do Congo no Brasil, o relato de Francisco Calmon revela informações, que, segundo Silvia Hunold<sup>453</sup>, dão conta de mostrar a significativa presença de costumes, trajes e adornos simbólicos pertencentes à cultura centro-africana no País. Como verificado em outros trabalhos e registros, revelam e de certo modo rememoram o cerimonial de Coroação dos Reis no Congo. Isto teve uma ressonância marcante na cultura brasileira, alterando-se de acordo com o tempo e o lugar.

Os relatos estudados por Silvia Hunold mostram, ainda, como nessas manifestações se davam as influências de outras culturas. Ao se referir aos séquitos reais congueses, representados nas festas realizadas no Brasil, identifica a presença de elementos dos séquitos reais europeus, particularmente portugueses. Essa observação e outras que se seguem, e também verificadas em outros estudos, imprimem e reforçam a ideia de **espetacularização das festas** de negros na América Portuguesa, notadamente

---

<sup>452</sup> Idem. p. 28.

<sup>453</sup> Cf. LARA, Silvia Hunold. *Espetáculos Negros*. In: **Fragmentsos Setecentistas. Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

as que se remetiam à coroação simbólica dos Reis do Congo no interior de igrejas e outros espaços cristão-católicos.

Outro elemento importante, destacado por Silvia, é a ideia de que cada ornamento presente nos relatos se comportasse como hieróglifos a serem decifrados. Traduzidos, tais ornamentos podem lançar luzes sobre elementos que não estejam tão evidentes como aqueles claramente demonstráveis. Nesse sentido, afirma a autora: “(...) práticas discursivas correspondem a rituais que também precisam ser desvendados em seus significados políticos<sup>454</sup>”.

A análise dos relatos sobre os séquitos reais congueses representados em festas realizadas no Brasil revela que a sua presença em determinados locais não se deu à toa e que se inserem em estratégias civis, religiosas e militares levadas a cabo pelos portugueses em terras brasileiras, não muito diferentes em Sergipe, e de modo particular em Lagarto. De certo modo, tais espetáculos reafirmavam a dominação portuguesa no Brasil em manifestações que atendem a vários propósitos: socializar, encantar, divertir, surpreender e enobrecer.

Na descrição de Silvio Romero, de 1888, sobre a festa todas essas considerações podem ser levadas em conta. O canto, por exemplo, dá um toque especial, como, por exemplo, no momento em que os guardas de honra tentam proteger as coroas das rainhas da festa de São Benedito em Lagarto: “Fogo de terra, / Fogo do mar, / Que a nossa rainha / Nos ha de ajudar<sup>455</sup>”. Afora isso, vale também destacar como se sobressai a presença feminina em todos os seus momentos. É o caso das Taieiras: “(...) As Tayêras são mulatas, vestidas de branco e enfeitadas de fitas, que vão na procissão dansando e cantando com expressão especial e cor toda original<sup>456</sup>”.

Para Beatriz Góis Dantas, a Taieira de Sergipe sempre se apresentou com dois traços distintos: o fato de estar vinculada a reis e rainhas de Congo e ao fato de ser

---

<sup>454</sup> Idem. pp. 180-181

<sup>455</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. p. 30.

<sup>456</sup> Idem. p. 31.

executada por ocasião de festas da Igreja Católica, notadamente às dedicadas ao Rosário e a São Benedito<sup>457</sup>.

Tendo objetivos diferenciados entre brancos (oportunidade de amansamento e dominação) e pretos (perpetuação e transplantação de ritos e situações africanas), a coroação de negros, verificada na Festa de São Benedito, em Lagarto, tinham um destaque especial. Na cidade, as Taieiras formavam o que Beatriz Góis Dantas chama de séquito real. Iam buscar os soberanos em suas casas e, dançando, enfeitavam o cortejo no seu deslocamento para a Igreja ou durante a procissão. Devendo os reis recolher-se após os atos religiosos, as Taieiras acompanhavam até suas residências, e só então, se punham a dançar nas casas das pessoas, independente da condição social, realizando a chamada parte profana da festa<sup>458</sup>.

Ainda sobre a descrição de Sílvio, importante perceber que o tom de realeza se manifesta nos dois principais personagens das janeiras: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Suas imagens ricamente ornadas remetem ao luxo e opulência das cortes reais. A Virgem é encarada como a Senhora do Mundo, invocada para aplacar a sede, louvando Jesus de Nazaré. Por sua vez, São Benedito, ainda que desprovido de coroa, a si lhe conferem à honra de carregar o Menino Jesus nos braços.

Virgem do Rosário,  
Senhora do mundo,  
Dai-me um côco d'água,  
Senão vou ao fundo...  
(...)  
Meu S. Benedicto  
Não tem mais coroa;  
Tem uma toalha  
Vinda de Lisboa...<sup>459</sup>

---

<sup>457</sup> DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 56-57.

<sup>458</sup> Idem. p. 59.

<sup>459</sup> ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. p. 31.

Em 1895, Melo Moraes Filho publicou a primeira edição da obra *Festas e tradições populares do Brasil*. Trata-se de um valioso registro para compreender a dinâmica da festa de São Benedito em Lagarto. A propósito, o autor dedica um capítulo a respeito, intitulado *A Procissão de São Benedito*<sup>460</sup>.

A festa de São Benedito em Lagarto, na descrição de Moraes Filho, ganhava um caráter necessariamente particular de originalidade, dado que ao povo, momento raro de então, cabia o comando da situação. Ele era o construtor efetivo da história, com direito a uma liberdade que não se via naquele momento. Esse aspecto de agente da história, se por um lado tranquilizava os mandatários da política e da Igreja, por outro ajudava a consolidar laços como os de fraternidade, coletividade, solidariedade e identidade, de modo especial entre os pobres, escravos e libertos. Para o autor, a procissão era um momento representativo das relações sociais, políticas e religiosas. O evento religioso, por um instante e ao menos uma vez por ano, “confundia classes e castas, construindo um todo harmônico, estranho e significativo<sup>461</sup>”.

A historiadora Jocineide Cunha é categórica na ideia de que a festa ajudou a sedimentar os laços identitários. Para ela, a construção de uma identidade negra, inclusive, em Lagarto, passa pelo alcance social que a festa de São Benedito alcançou. Se eles já existiam de algum modo, a celebração em torno do santo preto deu uma tônica diferenciada<sup>462</sup>.

De certo modo, pode-se entender que o momento da festa era de extravasamento. Um momento de ir à forra, livrar-se, ao menos temporariamente, da opressão e procurar aproximar-se do nível social das classes mais abastadas, nem que fossem com o luxo e na exuberância do evento, como se nota, algumas de suas marcas

---

<sup>460</sup> Para o presente estudo, utilizamos a segunda edição, datada de 1901 e publicada pela Garnier.

<sup>461</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1901. p. 90.

<sup>462</sup> SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004. p. 78.

registradas<sup>463</sup>. Na concepção de Beatriz Góis Dantas, o surgimento dos folguedos, típicos àquele tipo de festa, está inserido numa espécie de reação às muitas limitações impostas aos populares pelas elites coloniais. A dança, a festa e a religiosidade popular serviam como válvula de escape ao reacionarismo da época<sup>464</sup>.

Se ao longo dos anos, São Benedito roubou a cena no cenário devocional das atividades promovidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o mesmo pode-se dizer a respeito de sua festa. Do mesmo modo que Sílvio Romero, o estudioso Alexandre José de Melo Moraes Filho a inclui no chamado ciclo natalino das janeiras. O autor a caracteriza como pomposa e esplendorosa. Era enorme o entusiasmo em torno dela, a ponto de “prejudicar” o regozijo dos demais momentos das janeiras, ficando estes em segundo plano, inclusive as celebrações do Natal e do Ano Bom<sup>465</sup>.

Era enorme o poder de mobilização das pessoas em torno da festa. Ela atraía devotos dos diversos pontos da Paróquia de Lagarto. Alguns se deslocavam de longas distâncias para cortejar o santo preto. Nesse sentido, chama atenção duas expressões usadas por Moraes Filho em seu relato: “Villa em peso, pode-se dizer, participava do folguedo<sup>466</sup>”; e mais adiante: “o povo em penca<sup>467</sup>”. Assim, a suntuosidade daquele momento era tão marcante que não seria apressado dizer que a vida produtiva de Lagarto parava; as pessoas eram dispensas de suas funções, não sendo diferente à época da escravidão.

O culto ao santo era familiar, acontecendo no interior das casas e de forma socializada. Sua imagem era recebida nas residências como a uma visita muito ilustre. No local onde repousava, havia uma rica decoração. Esse procedimento antecedia aos dias da festa, marcados por rezas e terços, novenas, cantos e encontros. Pela descrição

---

<sup>463</sup> Cf. REGINALDO, Lucilene. *Festas dos Confrades Pretos: Devoções, Irmandades e Reinados Negros na Bahia Setecencista*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. p. 204.

<sup>464</sup> DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 18.

<sup>465</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1901. p. 90.

<sup>466</sup> Idem. p. 90.

<sup>467</sup> Ibidem. p. 93.

de Melo Moraes é possível perceber como São Benedito era intensamente devotado na cidade.

Além do espaço dedicado ao início e concentração da maior parte das atividades desenvolvidas em torno da festa de São Benedito, o Largo do Rosário, outro lugar merecia o esmero e a atenção dos devotos. Trata-se da praça da Matriz, que ainda não se chamava Praça da Piedade. Considerando as referências aqui utilizadas, mais de perto Melo Moraes Filho, ela era ricamente ornada, sobretudo o templo (interna e externamente). As expressões “graciosa e elegante” dirigidas pelo autor ao edifício revela os efeitos da reforma promovida por Monsenhor Daltro por ocasião dos duzentos anos da paróquia, comemorados em 1879. Enfim, na praça da Matriz se realizavam ações lúdicas e socializantes, como o “leilão das prendas” e o estouro de fogos de artifício<sup>468</sup>.

Na antiga Villa de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, o lado extravagante da festa dedicada a São Benedito lhe dava o tom que a referendava como a mais fantástica e atraente festa realizada durante o ano. Sua faceta opulenta assumia uma magnitude que se lhe cercava o mítico, o lúdico e o religioso. Um exemplo raro de misturas de sentimentos e orientações religiosas, resultado de um processo de aculturação por que passava o Brasil nos finais do século XIX. Entre os elementos que a tornavam única e especial, destaque para a existência de “personagens extravagantes que nella figuravam<sup>469</sup>”. O vestuário dava o tom solene da festa. Moraes destacou em sua descrição a variedade e principalmente a ideia de que na crença popular ao santo preto era necessário se apresentar a ele, e não teria sido diferente à Nossa Senhora do Rosário, garbosamente bem vestido. Era nítida a pompa no vestir-se bem ou ao menos parecer estar assim ao seu modo e com o que lhe aprouvesse: “(...) Na esplanada o olhar entretinha-se no pitoresco dos trajés vistosos, exquisitos e de colorido vivíssimo das

---

<sup>468</sup> Ibidem. p. 92.

<sup>469</sup> Ibidem. p. 90.

sertanejas, cada qual com sua saia mais espantada, lenço de chita na cabeça, e bello chale azul ou encarnado, que realçava aos raios do sol<sup>470</sup>”.

O andor de São Benedito era pajeado por três rainhas<sup>471</sup> e outros devotos, como já vimos pela descrição de Sílvio Romero, que encenavam uma luta de espadas, disputando suas coroas por um prêmio. Também Moraes afirma que era de responsabilidade dos Congos esse cortejo real. Enquanto isso, o andor de Nossa Senhora do Rosário era pajeado pelas Taieiras: “Este grupo, encantador e original, compunha-se de faceiras e lindas mulatas, vestidas de saias brancas entremeadas de rendas, de camisas finíssimas e de elevado preço, deixando transparecer os seios morenos, buliçosos e lascivos<sup>472</sup>”.

Ainda sobre a questão do vestuário, e nesse particular, das Taieiras, é possível entrever algumas questões, entre as quais, podemos elencar duas. A primeira, do ponto de vista do pudor, tão apregoado pela Igreja romanizadora. A descrição de Moraes revela um comportamento que foi, mais tarde, combatido pelos padres romanizadores, a exemplo de Geminiano de Freitas, como veremos mais adiante, sobretudo no que tange à defesa da moral e dos bons costumes. O outro aspecto importante diz respeito ao custo das roupas e dos adereços.

Um torço de cassa alvejava-lhes á fronte trigueira, enfeitado de argolões de ouro e lacinhos de fita; ao collo viam-se-lhes trêmulos collares de ouro; grossos cordões do mesmo metal volteavam-lhes com elegância e mimo, os dois ante-braços, desde os punhos até o terço superior<sup>473</sup>.

---

<sup>470</sup> Ibidem. p. 92.

<sup>471</sup> Moraes não menciona em seu relato o ritual de coroação de reis e rainhas negros.

<sup>472</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1901. p. 96.

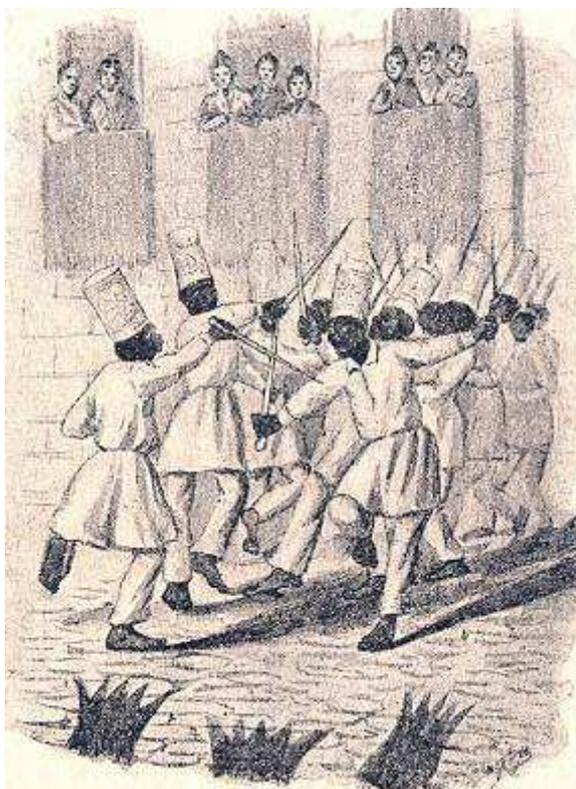
<sup>473</sup> Idem. p. 96.

**Figura 15**



**As Rainhas - Imagem da pg. 94 (Melo Moraes)**

**Figura 16**



**Os Congos - Imagem da pg. 95 (Melo Moraes)**

Tudo isso para louvar os santos, e, em particular, São Benedito. A pompa pode revelar que havia uma mobilização financeira notável, ainda se reconhece a baixa condição social de algumas daquelas. A origem não se sabe ao certo. Talvez fruto de uma economia de custo oriundo de um parco trabalho que levava o ano inteiro; do investimento de um senhor ou patrão; a paga de uma promessa; ou ainda, dentro da perspectiva que já apontamos em capítulos anteriores, de um financiamento da irmandade. O fato é que a festa era um grande empreendimento religioso, cujas reverberações ecoavam na sociedade e na economia.

Alisson Eugênio, ao estudar a presença de irmandades negras no século XVII, em Minas Gerais, detecta que os gastos com festas eram vultosos e isso, em geral, despertava a atenção dos visitantes eclesiásticos.

O destaque dado às festas devocionais pode ser um exemplo de uma vivência religiosa, característica cultural barroca mineira (mas não só dela), marcada pelo prazer em contemplar a exuberância das imagens, dos incensos, das músicas, dos sermões e das procissões com badaladas de sinos e queimação de fogos de artifício<sup>474</sup>.

De algum modo, pode-se também afirmar que não tardou para que a Igreja percebesse que aquelas vultosas somas de donativos e esforços humanos pudessem ser canalizados para suas obras, assumindo outras formas e vias de agrupamento de leigos, a exemplo do que veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

No dia que encerrava os preparativos e que festa atingia seu ápice, 06 de janeiro, havia celebração de Missa pela manhã. O ritual dentro da igreja seguia os moldes tradicionais das grandes celebrações litúrgicas católicas, com repiques de sino, hinos, glórias, o típico tom solene: “(...) o vigário, paramentado, encaminhava-se com os demais sacerdotes para o altar-mor, começando a cerimônia<sup>475</sup>”. Nesse sentido, uma

---

<sup>474</sup> EUGÊNIO, Alisson. *Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no Século XVIII Mineiro*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, nº. 43, p. 38. 2002.

<sup>475</sup> MORAES FILHO, Melo. Op. cit. p. 92.

curiosidade nos chama atenção quando Moraes afirma que havia uma espécie de frenesi espera do sermão, que segundo ele “era sempre pregado por afamado orador<sup>476</sup>”. Nota-se bem que o sacerdote era dado à prerrogativa do sermão, e, se era afamado, não o fora diferente com Monsenhor Daltro, reconhecidamente um exímio pregador. Via de regra, na Festa de São Benedito, em Lagarto, os papéis eram bem claros: à irmandade cabia a responsabilidade do lado lúdico e da produção; ao vigário, cabia a parte litúrgica.

Para a historiadora Edilece Couto, a participação dos leigos era fundamental nas festas e eventos religiosos de rua. Eles não só assumiam como cuidavam de sua realização sem a interferência do clero<sup>477</sup>. Esse aspecto autônomo e de liberdade marcou a administração do Monsenhor Daltro, pelo menos nesse quesito, daí a ideia que ele fora condescendente com a festa de São Benedito em Lagarto, embora fosse um representante conceituado da Igreja Romana. Seus sucessores, como veremos, não tiveram a mesma postura, classificando aquele tipo de celebração como temerária para as pretensões centralizadoras e policiaescas da Igreja romanizadora.

A procissão, comumente, acontecia à tarde, às vezes varando noite à dentro. Era o momento mais sublime da festa de São Benedito. Cumpria-se um ritual marcado por gestos e adereços que, como já foi mencionado, remetiam a uma corte real. O cortejo cobria boa parte do centro da antiga vila sergipana, entre a Igreja do Rosário e Matriz.

A concentração dos devotos e membros se da irmandade se dava no Largo do Rosário, representação da chamada “geografia eclesiástica<sup>478</sup>”: o espaço dos pobres e dos negros, momento da folia e da festa, onde os espíritos e vontades “dionisíacas” se voltavam para louvar o santo preto, com cantos, danças, brincadeiras e comidas. A procissão saía da capela de Nossa Senhora do Rosário, que, segundo consta, em 1881,

---

<sup>476</sup> Idem. p. 93.

<sup>477</sup> COUTO, Edilece Souza. *Festejar os Santos em Salvador: Tentativas de Reforma e Civilização dos Costumes (1850-1930)*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. p. 267.

<sup>478</sup> Termo utilizado por Cândido da Costa e Silva para explicar a presença dos exemplares arquitetônicos do catolicismo (cemitérios, ninchos, capelas e igrejas) na geografia espacial das vilas e cidades brasileiras, em seu caso particular, a cidade de São Salvador-BA. Cf. SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. pp. 23-25.

por exemplo, era “pequena, mas muito decente”<sup>479</sup>. Depois seguia um cortejo que compreendia a atual Praça Possidônio Rocha, a Rua Acrízio Garcez com direção à Praça da Piedade, contornando-a até chegar ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade: “Rompendo a marcha, o porta-estandarte da irmandade, vergado para traz e olhando para cima, aprumava o guião, equilibrado igualmente por quatro individuos que sustinham as pontas das cordas”<sup>480</sup>.

---

<sup>479</sup> Descrição do Município de Lagarto, na Província de Sergipe. 06 de abril de 1881. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 111. Rio de Janeiro, 1991. p. 268.

<sup>480</sup> MORAES FILHO, Melo. Op. cit. p. 93.



Mapa Indicativo do Roteiro da Procissão de São Benedito (Googlemaps -2013)

Era comum a presença de crianças travestidas de anjos. Entre as imagens que eram ornadas e desfilavam em andores, destaque para Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. A descrição iconográfica do santo preto feita por Melo Moraes filho não condiz com as duas imagens que constam atualmente do acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade,

sobretudo no que diz respeito ao fato de estar representada “rindo, com os dentinhos de fora<sup>481</sup>”.

Ainda sobre a festa de São Benedito que acontecia no tempo de Daltro, merece atenção um terceiro relato que se soma aos de Silvio Romero e Melo Moraes Filho. Trata-se de Severiano Cardoso, em sua obra “Rimas Sertanejas” de 1896. Um texto composto em versos, onde o autor descreve a cidade de Lagarto. O estilo é lírico, com ênfase na natureza, no clima, paisagens e lugares:

Eu vou cantar do Lagarto  
Os encantos sem eguaes,  
Suas ternas madrugadas,  
Seus risonhos candeaes<sup>482</sup>.

Entre as qualidades atribuídas ao lagartense, destaque para a amizade pelo trabalho, a bondade, a mansidão e a piedade. Trata a cidade de Lagarto com figuras femininas, por quem lhe rende um amor quase devoto:

Oh! Lagartenses mimosas!  
Cantar só podem seus liços,  
Ao arfar dos braços roliços,  
A vossa terra formosa<sup>483</sup>.

Severiano Cardoso, dos três relatos, é o único que se refere à coroação do rei e da rainha negros<sup>484</sup>, que se dava anualmente no dia 06 de janeiro, após a Procissão, pelas mãos do vigário. O autor chama São Benedito de o “patrono dos pretinhos”. O povo era o senhor da festa. Ele a tomava para si numa intensidade tão forte que a Igreja,

---

<sup>481</sup> MORAES FILHO, Melo. Op. cit. p. 94.

<sup>482</sup> CARDOSO, Severiano. **Rimas Sertanejas**. Aracaju: Typographia da Folha de Sergipe, 1896. p. 7.

<sup>483</sup> Idem. p. 8.

<sup>484</sup> É uma tradição brasileira que remonta ao século XVI, de herança portuguesa, normalmente praticada em Lisboa. Em geral, é encarada como uma espécie e reminiscência africana que remete aos antigos reinados daquele continente, notadamente do Reino do Congo, conquistado pelos católicos.

por vezes, ficava em segundo plano. Seus versos revelam ainda uma festa de pretos e de brancos, pois o entusiasmo tomava conta de todos indistintamente. Afirma, também, que a devoção era fervorosa e tradicional.

A festa de São Benedito, para Severiano Cardoso, ofuscava o fosso que existia entre ricos e pobres, pretos e brancos, pois, geralmente, seus patronos eram eleitos no ano para serem coroados autoridades reais, ainda que simbólicas. Em seus versos, em particular, cita a coroação de João Nagô e Margarida. Durante todo o ano que antecedia à próxima festa, eram tratados como celebridades na cidade.

Fez-se a festa, a mais pomposa  
Que no Lagarto se fez;  
Inda hoje o povo chora,  
Quando lembra-a alguma vez...<sup>485</sup>

Elizabeth Kiddy, contrariando a ideia de que as festas de coroação de Reis do Congo no Brasil não conferiam nenhum tipo de poder aos brincantes e patrocinadores ou organizadores, além de seus reis e rainhas coroados, reforça a ideia de serem instrumentos de sociabilidade e de rememoração de tempo da África Central que dão ênfase à ancestralidade. Aponta para a necessidade de o pesquisador ir fundo no exame de suas raízes culturais e históricas. Segundo a autora: “(...) comunidades afro-brasileiras criaram um ritual de memória ligado a um passado distinto e unicamente brasileiro<sup>486</sup>”.

Quanto a isso, a ideia de que a coroação dos reis do Congo no Brasil podia ser usada como controle social pelos portugueses e pela Igreja Católica é contestada por Kiddy, na medida em que assim se expressa: “(...) Longe de simbolizar o triunfo da cultura européia sobre a africana, a emergência dos reis do Congo brasileiros simboliza

<sup>485</sup> CARDOSO, Severiano. **Rimas Sertanejas**. Aracaju: Typographia da Folha de Sergipe, 1896. p. 169.

<sup>486</sup> KIDDY, Elizabeth W. *Quem é o Rei do Congo? Um Novo Olhar Sobre os Reis Afro-brasileiros no Brasil*. In: HEYWOOD, Linda M. (org<sup>a</sup>). **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 166.

um processo de tradução cultural e transformação que representa uma continuidade da cultura centro-africana entre os afro-brasileiros<sup>487</sup>”.

Em sua análise sobre a festa de caboclo, Severino Vicente da Silva demonstra a sobrevivência da cultura indígena, por exemplo, nas apresentações do Macaratu da Zona da Mata Norte de Pernambuco, em que pesem suas mudanças e ressignificações: “(...) Os habitantes da terra tiveram que aceitar a cultura trazida pelos portugueses. Esconderam o que pensavam. Esconderam seus deuses para sobreviver<sup>488</sup>”.

Muito pertinente, também, sobretudo para pensar na sobrevivência das festas muitas vezes chamadas depreciativamente de folguedos, é o que diz Isabel Guillen. Ao se referir aos Maracatus, a autora ressalta que muitas dessas manifestações culturais tiveram que desaparecer para deleite de uma gente que não via com bons olhos essas “coisas de pretos”, mostrando que elas ainda estão vivas e que ao longo de anos se mantiveram assim, negociando seu lugar no mundo: “(...) re-significando as tradições, e criando para as antigas práticas novos significados e sentidos<sup>489</sup>”.

Sobre o que ele entende por decadência dos reis de Congo, assim se posiciona Edison Carneiro:

Enquanto houve a necessidade social dos reis de Congo, estes se sustentaram com toda a pompa, em muitos pontos do país, mas começaram a declinar com o movimento abolicionista, por um lado, e com a deserção dos escravos, de outro, o que punha fora de moda, e reduzia à inutilidade, a sua monarquia<sup>490</sup>.

---

<sup>487</sup> Idem. p. 167.

<sup>488</sup> SILVA, Severino Vicente da. **Festa de Caboclo**. 2 ed. Recife: Associação Reviva, 2012. p. 24.

<sup>489</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Maracatus-nação, uma história entre a tradição e o espetáculo*. In.: GUILLEN, Isabel Cristina Martins (Org.). **Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008. p. 184.

<sup>490</sup> CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 20.

Seguindo nossa tese de romanização tardia ou de seus efeitos tardios, limitações e contradições dela, quando se pensa em Lagarto a afirmação de Carneiro não se aplica no todo. Primeiro, porque o auge da festa de São Benedito, como vimos afirmando, alcança o final do século XIX, portanto, quase uma década depois do fim da escravidão. Além disso, como veremos mais adiante, a posição contrária do Padre Geminiano de Freitas no final da segunda década do século seguinte à festa ocorre, quando se presume ainda existir o séquito real, se não mais promovido por uma irmandade, ao menos por uma família ou um particular, que o que se configurou ser ao longo de nosso estudo.

Referindo-se à festa de coroação de reis negros, realizada hoje em dia, Marina de Mello e Souza<sup>491</sup> adverte para o equívoco de serem vistas como que deslocadas, meramente folclóricas e desprovidas de um sentimento de permanência que fundamenta uma identidade. Considerado um dos mais completos trabalhos sobre o assunto na historiografia brasileira, aponta caminhos para o pesquisador das festas que podem render importantes observações e teses, muitas das quais nos guiaram na escrita do nosso trabalho, particularmente no momento em que os séquitos reais congueses se inserem no ritual da festa de São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Da mesma forma que Melo Moraes Filho, Severiano Cardoso afirma que a festa de São Benedito criava uma mobilização sem igual. A expressão usada por ele, “papouco”, deixa entrever a repercussão que causava e a expectativa gerada em torno de sua chegada. A propósito, o autor se atém muito aos preparativos:

Dizem que hão de mostrar  
Que ha de tudo embasbacar,  
Dentro e fora da cidade.  
(...)  
Andam nas ruas ligeiros,  
Só falam na festa, só!<sup>492</sup>

---

<sup>491</sup> Cf. SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa de Coroação de Rei de Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

<sup>492</sup> CARDOSO, Severiano. **Rimas Sertanejas**. Aracaju: Typographia da Folha de Sergipe, 1896. pp. 165-166.

O alvoroço que antecedia à festa, segundo o autor, avolumava-se nas vésperas de um mês. Para ser mais preciso, no início do mês de dezembro. Era a busca pelo pau da bandeira, pelo mastro que seria fincado no Largo do Rosário, de frente da capela, e de onde tremularia a flâmula de São Benedito<sup>493</sup>. Melo Moraes descreve a bandeira do santo preto como sendo branca e ostentado sua estampa, com “meiadas de cordéis<sup>494</sup>”.

**Figura 17**



**LARGO DO ROSÁRIO - JANEIRO DE 2013**  
Lagarto-Se - Acervo: Claudefranklin Monteiro

---

<sup>493</sup> Idem. p. 167.

<sup>494</sup> MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1901. p. 94.

Os dois autores só não concordam quanto ao ritual em torno da retirada do mastro. Importante notar que entre um relato e o outro dista apenas um ano. Ambos só concordam que ele ficava exposto o ano inteiro. Moraes, afirma que ele era retirado no dia primeiro de dezembro, levado em procissão por algumas artérias da cidade e depois recolocado, substituindo a flâmula gasta com o tempo e pendurando prêmios para provocar a subida de desafiantes em algumas das brincadeiras realizadas durante os dias que antecediam ao seis de janeiro. Por outro lado, Severiano afirma que o mastro era buscado na mata, anualmente, e depois fincado, dando a entender que o pau do ano anterior era substituído.

Entre os anos 1960 e 1970, um importante médico lagartense, nascido no dia 04 de setembro de 1883, Edilberto de Souza Campos, publicou suas memórias com o título de “Crônicas da Passagem do Século”, composta de 7 volumes. No segundo volume (1964-1966), ele dedica um capítulo para registrar suas recordações de infância quando testemunhou, entre o final do século XIX e início do século XX, a realização da procissão do mastro de São Benedito. O escrito foi uma crítica ao monge Dom Marcos Barbosa que, em junho de 1966, pela Rádio Jornal do Brasil, fez duras observações contra os católicos que insistiam em devotar atenção a atos da cultura popular que o mesmo considerava como fetichismo. Entre os argumentos contrários ao referido monge, Dr. Campos se utiliza da importância que devoção a São Benedito teve para a formação religiosa católica do povo da antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade.

Segue abaixo, um trecho do relato memorialístico que faz da Festa de São Benedito em Lagarto, notadamente do mastro erguido por ocasião da realização da mesma:

(...) Defronte da capelinha do santo, na antiga Praça da Cadeia, encontrava-se fincado no chão um grosso poste de madeira roliço, com uns 10 a 12 metros de altura, tendo no topo a bandeira da Confraria e no dia 5 ou 6 de janeiro, Dia dos Reis, os devotos do santo negro desenterravam o pesado madeiro e passeavam com êle nos ombros pelas ruas, precedidos por uma charanga típica de gaitas, tambores e zabumbas, muito sérios e convencidos de que, se não

praticassem aquêl ritual de penitência, seriam castigados com doenças e infelicidades durante todo o ano<sup>495</sup>.

Os elementos lúdicos da festa eram encarados de duas maneiras. Havia quem os classificassem como inocentes e inofensivos, mas também quem os considerasse como imorais e prejudiciais à vida social. Essa segunda vertente prevaleceu na maior parte do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, dada a postura reformista que a Igreja assumiu, sobretudo no que diz respeito aos costumes dos membros e fieis das irmandades<sup>496</sup>. Em Lagarto, isso levou um tempo maior a acontecer, e só alcançou eco nos primórdios da década de 20 do século vinte.

Nos versos “e a canna do Piauhý, vae correr como um riacho<sup>497</sup>”, presente no relato de Severiano Cardoso deixa entrever que a festa era regada à cachaça, sobretudo em seu momento lúdico. Embora não seja de todo impossível um devoto acompanhar a procissão ou participar da missa, ébrio. No senso-comum, havia até quem se identificasse com o santo exatamente por ele ter sido como o povo, consumidor de álcool, embora nada conste nesse sentido entre seus hagiógrafos. Se considerarmos o relato de Moraes, isto ganha forma, sobretudo se levarmos em consideração algumas das canções entoadas, como o trecho a seguir:

Meu S. Benedicto  
É santo de preto;  
Elle bebe garapa,  
Elle ronca no peito!<sup>498</sup>

<sup>495</sup> CAMPOS, Edilberto de Souza. *O Mastro de São Benedito*. In: **Crônicas da Passagem do Século**. Volume 1 (1964-1966). Aracaju. pp. 61-62.

<sup>496</sup> Cf. COUTO, Edilece Souza. *Festejar os Santos em Salvador: Tentativas de Reforma e Civilização dos Costumes (1850-1930)*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. p. 279.

<sup>497</sup> CARDOSO, Severiano. **Rimas Sertanejas**. Aracaju: Typographia da Folha de Sergipe, 1896. p. 165.

<sup>498</sup> MORAES FILHO, Melo. Op. cit. p. 91.

Ainda a respeito do consumo de cachaça em Lagarto no século XIX, um dado curioso da pesquisa de Jocineide Cunha pode dar uma ideia bem pertinente daquele contexto. Segundo levantamento feito pela autora, só em 1855 verificou-se a existência de pelo menos 15 alambiques<sup>499</sup>, do que se depreende, também, um rico movimento de exportação do produto para regiões circunvizinhas.

Se fizermos um paralelismo com outros lugares, notadamente em Sergipe, é possível perceber ritmos diferenciados e manifestação e louvação em torno das festas do gênero. Um caso, em especial, no chama atenção, até porque nos permite fazer algumas considerações para compreender a particularidade do processo de Lagarto. Trata-se da cidade de São Cristóvão, mais de perto, de um relato, embora datado de 1920, por Serafim Santiago<sup>500</sup>, mostra-se como atemporal e trazem à tona alguns elementos festivos de outras épocas, como a que no momento estamos pontuando e que dizem respeito aos relatos de Sílvio, Melo Moraes e Severiano Cardoso. Sobre os seis de janeiro, em especial, pelo depoimento de Serafim Santiago percebe-se uma nítida predominância em torno da adoração dos Reis Magos ou Epifania, na antiga capital de Sergipe. Para Serafim, a celebração era admirável e recebida com grande entusiasmo pelo christovenses (como eram conhecidos).

A exemplo de Lagarto, o cenário era a igreja do Rosário, segundo a tradição, a mais antiga da cidade, bem como a irmandade que levava o nome da santa. O Mastro era erguido a sua frente, no dia 21 de dezembro, reservado à memória de São Tomé. Havia coroação de Reis e Rainhas negros, pelas mãos do Vigário, mas fora do templo, nas escadarias. A exemplo do que ocorria em Lagarto, o afluxo de gente era intenso: “(...) A maior parte do povo collocava-se na pequena praça do Rozário, por não comportar a referida da Igreja, todos interessados em procurar melhor lugar para

---

<sup>499</sup> SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004. p. 33.

<sup>500</sup> Originalmente datado de 1920. Acervo do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Fundo Serafim Santiago, caixa 192, doc. 001p002.

apreciar as funções<sup>501</sup>”. A Chegança ocupava lugar de destaque na festa do Rosário. Num outro plano, com a presença marcadamente feminina, as “Tayeras” faziam sua apresentação à porta da igreja do Rosário. Em seus cantos, elas faziam menção a São Benedito, com versos muito semelhantes aos executados, tradicionalmente, em Lagarto. Apesar disso, o santo preto não figurava como devoção principal, ficando a primazia para Nossa Senhora do Rosário e para os Reis Magos. O mote, como se vê, era a celebração da festa da Epifânia, com a proeminência de elementos e manifestações populares. A julgar pelas palavras do Serafim, e, as localizando na década de 20, nota-se, na contramão do que se sucedeu em Lagarto no mesmo tempo, uma manutenção daqueles elementos, sobretudo nos dias atuais.

Outro caso merecedor de nossa atenção é o da cidade de Laranjeiras, onde a presença e a referência aos cultos afros em honra a São Bendito foi marcante, por muitos anos, com reverberações até mesmo no tempo presente. Para a antropóloga Beatriz Góis Dantas isto é muito evidente. Percebe-se um quê de existência de universos religiosos paralelos, dado que os ritos, prefigurados na apresentação das Taieiras se dão após a celebração da missa. Assim também à cerimônia de coroação de reis e rainhas do Congo o que se segue, com coreografias repletas de significações, não se misturando ao rito litúrgico programático, ainda que o padre fosse sempre seu condutor, como nos casos de São Cristóvão e Lagarto<sup>502</sup>.

Os relatos aqui apresentados devem ser visto com um olhar mais cuidadoso, pois em sua escrita podem revelar uma realidade ou estar floreando e mesmo, organizados para atender algum fim ideológico. Daí a intenção de não só apresentá-los e por eles tentar entender a festa, mas também confrontá-los. Como diria Silvia Lara, cada uma dessas fontes podem e carregam algum significado e embora, às vezes, díspares e de

---

<sup>501</sup> SANTIAGO, Serafim. **Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]**. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Pérciles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 161.

<sup>502</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe: uma dança folclórica*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 24.

naturezas diferentes, podem convergir e atestarem ou ajudarem a evidenciar elementos realtivos ao festejo, cuja presença de práticas culturais africanas esteja presente<sup>503</sup>.

Se por um lado, Daltro foi um exímio disseminador de práticas ultramontanas, procurando regular a vida social de seus fiéis, bem como a vida política e seus aspectos urbanísticos (construção de cemitério, lazaretos, hospital, feira-livre etc), o pároco também chegou a criar e legitimar laços matrimoniais de negros escravos, apadrinhá-los e conceder-lhes alforria. Sendo, portanto, do primeiro tempo reformador da Igreja Católica no Brasil, onde as condições já estavam postas, inclusive no sentido de desencorajar e desmoralizar as chamadas “superstições do povo”, chama-nos, assim, atenção o porquê de Daltro não ter se esforçado por minar a Festa de São Benedito, chegando esta, curiosamente, a assumir seu auge durante seu paroquiato, como já o dissemos.

### 3.4. A Sociologia Agrária de Daltro

Cristalizou-se na memória dos lagartenses a ideia de que Daltro foi uma espécie de sujeito que levou adiante um projeto que nos dias de hoje, seria encarado com um reformador agrário. O Padre exigia dos casais que o procuravam para celebrar os laços matrimoniais, que ele exigia dos noivos ao menos a posse de um pedaço de terra e uma vaca ou animal de criação. Caso contrário, ele não permitia a realização do casamento. Desse modo, forçava os pais do noivo a cederem uma parte de suas terras para os nubentes.

Adalberto Fonseca, numa das passagens de *História de Lagarto*, conta que Daltro exigia, para a realização de um casamento quatro condições: ter uma casa, um “taco” de terra, um cavalinho e uma vaquinha ou cabra. Do contrário, os noivos não poderiam se casar. Na ótica do historiador, Daltro foi um verdadeiro defensor da

---

<sup>503</sup> LARA, Sílvia Hunold. Espetáculos Negros. In: Fragmentos Setecentistas. Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 201-202.

política agrária<sup>504</sup> que incentivava a existência da pequena propriedade, em contrapartida ao domínio do latifúndio, típico daqueles tempos. Esse aspecto de justiça social da terra teria deixado herdeiros, a exemplo do Sr. Antônio Martins de Menezes<sup>505</sup>.

A relação entre terra e religiosidade presente no trabalho de Murilo Marx<sup>506</sup> ajuda a compreender a chamada “sociologia agrária” levada a cabo por Daltro em sua estada em Lagarto, sobretudo quando o autor disserta sobre a noção de patrimônio religioso. Percebe-se, claramente, que as exigências feitas pelo padre não se deram à toa, sem propósito, ou meramente por caridade e preocupação cristã. Ela estava inserida numa prática a muito realizada pela Igreja e que teve no religioso, guarida e força. Aquela prática não só orientava, mas também direcionava a forma de ocupação do espaço físico por parte da população, sob as hostes diretas de seu pároco.

Diz Marx: “Esse crescimento às custas do patrimônio religioso era o próprio mecanismo físico da expansão da localidade, muito antes, o próprio instrumento social de obtenção de um lugar para morar, de uma possibilidade de coabitar<sup>507</sup>”.

Segundo Mariana Emanuelle, na condição de sacerdote, Daltro orientava a população para o trabalho e para a vida produtiva<sup>508</sup>. Estudando o caso específico de Riachão do Dantas, como já vimos, é possível perceber isso como uma forma de livrar a população da indolência, também, levando as pessoas a se mobilizarem em torno da necessidade de buscar seu próprio sustento, como havia preconizado a Bíblia, em seu Antigo Testamento: “Viverás do suor de teu corpo” (Gênesis, 13:19). Esse tipo de

---

<sup>504</sup> Para Gervásio Prata (p. 87 – O Lagarto Que Eu Vi – de História de Lagarto, Adalberto Fonseca), Daltro foi realizador de uma economia privada pelo método da providência divina.

<sup>505</sup> Vereador nos anos 1950, quando chegou a ser Presidente da Câmara, foi ainda Prefeito de Lagarto de 1958 a 1962. E vice de Artur de Oliveira Reis, de 1983 a 1989. Seu grande legado em muito se assemelha ao saudoso Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro: o estímulo ao desenvolvimento da pequena propriedade e a distribuição de terras a famílias menos abastadas que pudessem tirar seu sustento da atividade agrícola.

<sup>506</sup> MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991.

<sup>507</sup> Idem. p. 44.

<sup>508</sup> BARRETO, Mariana Emanuelle. **Rixosas e Turbulentas: Mulheres nas Vilas de Lagarto e Riachão Oitocentista, Sergipe (1850-1890)**. Mestrado em História. Universidade Federal de Feira de Santana, 2012. p. 32.

orientação ia ao encontro das orientações pastorais do Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Seixas. Ele era adepto da ideia de que não haveria maneira mais eficiente de se combater a fome e a miséria dos camponeses, particularmente, se não o estimulassem à labuta na lavoura<sup>509</sup>.

Em matéria do jornal *Gazeta de Sergipe*, de 1976, Arivaldo Fontes também ressalta, a partir das memórias de seus familiares, a importância do religioso na melhor distribuição de terras, no período em que ele passou em Riachão do Dantas. Aliás, diz o autor, de terra o padre entendia muito bem, tendo sido, como já vimos, descendente de família abastada e ele mesmo, proprietário antes de entrar no seminário<sup>510</sup>. Seu irmão, o Coronel José Zacarias de Carvalho esteve, na condição de Deputado Provincial, em 1861, defendendo os interesses territoriais de Sergipe frente à questão dos limites com a Bahia, de que trataremos melhor mais adiante<sup>511</sup>.

Um depoimento de Severiano Cardoso, datado de 1896, a respeito da feição rural de Lagarto e outros elementos de sua vida produtiva pode demonstrar como a chamada “sociologia agrária” de Monsenhor Daltro já havia surtido efeito: “(...) É muito notável a distribuição da fortuna no Lagarto; pois todos ali são proprietários e criadores, isto é, cultores da pequena criação e da pequena lavoura, sendo por isso independentes entre si<sup>512</sup>”. Em outro momento e circunstância<sup>513</sup>, Dr. Gervásio Prata assim se refere ao que ele chama de peculiaridade do “homo lagartensis”: “(...) produto

<sup>509</sup> Cf. BARRETO, Luiz Antônio. **Apologia de Deus e outros escritos**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1993. p. 75.

<sup>510</sup> No Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador há um considerável acervo sobre a vida patrimonial de Daltro, o que deixa entrever como fora um sujeito abastado, cuja fonte era, necessariamente, a terra ou a lida com ela. Cf. Patrimônio de João Batista de Carvalho Daltro. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador 1855. Estante 1. 79-PA33, caixa 22. Cf. João Batista de Carvalho Daltro. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1872. 128 - Pr 4. CRD. Caixa 36.

<sup>511</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 05 de fevereiro de 1976. p. 3.

<sup>512</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 20, frente e verso.

<sup>513</sup> Discurso pronunciado na festa de inauguração do bronze, que perpetuava a efígie do Monsenhor Daltro na praça que tem seu nome, na cidade de Lagarto, em 1947.

do homem assimilado à terra e enleado a cenários que lhe empolgam de prazer os dias<sup>514</sup>”.

Na opinião de Jorge Calmon, que levou adiante uma profunda análise da questão agrária no Brasil e os processos migratórios provocados pela má distribuição de terras, Monsenhor Daltro esteve longe de ter sido um “reformador social”, pelo menos nos moldes que conhecemos hoje. Nem tão pouco teve, diz o autor, a intenção de realizar uma reforma agrária. Para Calmon, o padre “apenas pôs em prática uma ideia que o bom-senso e o espírito cristão lhe inspiraram, ao pensar no futuro das pessoas que se apresentavam para casar-se”. Por outro lado, o estudioso reconhece a importância do padre, sobretudo no que tange ao fato dele ter contribuído para diversificar a produção agrícola do município e por ter mantido por muitos anos a prática da disseminação de minifúndios, que não conseguiu se sustentar após sua morte em 1910<sup>515</sup>.

Sem perder de foco a ideia de que a mera distribuição de terra não significa que o processo da reforma agrária esteja completo, a estratégia usada por Monsenhor Daltro de só permitir o casamento mediante a posse de um torrão de terra e uma vaquinha cria uma prática comum de formação das pequenas propriedades rurais, dominantes nos povoados.

---

<sup>514</sup> PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. p. 27.

<sup>515</sup> CALMON, Jorge. **As Estradas Corriam para o Sul. Migração Nordestina para São Paulo**. Salvador: EGBA, 1998. pp. 72-73.

## CAPÍTULO IV

### RECATOLIZAÇÃO DE SERGIPE: UMA FESTA ESVAZIADA EM AGONIA, SILENCIAMENTO E INVISIBILIDADE (1896-1913).

#### 4.1. Daltro - Um homem de transição

Daltro esteve entre os padres chamados de padres políticos e manteve essa condição mesmo depois da Proclamação da República, quando se sabe que, anos antes, 1870, cada vez mais os clérigos eram recomendados por seus superiores a se afastarem das atividades políticas.

Os embates políticos com o Estado Brasileiro, cujo mote principal foi a Questão Religiosa de 1872, minaram em definitivo uma longa tradição do Padroado e levou a Igreja Católica a se fortalecer enquanto “personalidade jurídica singular<sup>516</sup>”, valendo-se de diversas estratégias de manutenção de sua influência, sobretudo com sua presença no sistema de ensino, com veremos mais adiante.

Além de guia religioso, Daltro teve uma atitude relativamente tranquila como político<sup>517</sup>, sendo muitas vezes elemento de conciliação; embora ligado partidariamente ao grupo denominado Cabaús<sup>518</sup>, o que lhe teria permitido-lhe efetivar algumas obras civis<sup>519</sup> e também religiosas. Daltro foi amigo do Padre Francisco Freire de Meneses, primeiro prefeito de Campo do Brito-SE, cuja filiação política era o Grupo Cabaú.

---

<sup>516</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 22

<sup>517</sup> Gervásio Prata o define como politicamente moderado, estranho à política e aos cargos públicos. Cf. PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. pp. 23.

<sup>518</sup> Chamado assim por conta do mel de cabaú extraído do melaço da cana-de-açúcar, partido dos senhores de engenho de Sergipe, de postura conservadora, cuja principal liderança era o também Monsenhor, Olímpio Campos. O partido peba era assim chamado em função de um tipo muito comum de tatu existente na região sergipana. Este último era o partido dos chamados republicanos históricos, de postura mais liberal.

<sup>519</sup> A construção do prédio da Prefeitura Municipal é um exemplo disso, uma obra que contou com a parceria com o poder público.

A ligação aos Cabaús, para Gervásio Prata, não teria lhe tirado aquilo que o autor considerava um dos traços mais intensos da personalidade política de Daltro: o de saber circular sem nódoas ou arranhões, entre os segmentos rivais da política local e sergipana (Liberal e Conservador, na Monarquia; Cabaús e Pebas, na República)<sup>520</sup>.

Ao que nos parece, Daltro teve boas relações com o Imperador Dom Pedro II e com sua corte. Tudo teria começado quando o vigário teria ido, pessoalmente, a Sua Majestade, o Imperador do Brasil, agradecerem por nomeá-lo pároco da Vila de Lagarto. Gervásio Prata afirma que ele foi escolhido de uma lista tríplice apresentada ao Monarca, mas não tece maiores comentários a respeito de seus “concorrentes”<sup>521</sup>.

O fato é que o estreito relacionamento com o Imperador lhe valeram títulos e honrarias em vida, tais como: Arcipreste<sup>522</sup> e Vigário Geral de Sergipe, pelas mãos do Arcebispo da Bahia D. Luis Antonio dos Santos (1881-1890); Cônego (1879)<sup>523</sup> e Monsenhor (1898); e mais tarde, recebeu da Princesa Isabel, em 1888, a Comenda da Ordem de N. Sr. Jesus Cristo<sup>524</sup>. Sobre esta última honraria, atribui-se a ele o fato de, há algum tempo, desenvolver ações em prol da libertação de escravos, alguns deles, com certa frequência, seus afilhados de batismo. Em 1877, na Lista de Classificação dos Escravos da Vila de Lagarto<sup>525</sup>, consta um escravo de sua propriedade, conhecido pelo

---

<sup>520</sup> Cf. PRATA, Gervásio. *O Lagarto Que Eu Vi*. In: FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. p. 87.

<sup>521</sup> PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. p. 25.

<sup>522</sup> Segundo o Dicionário Houaiss, 2001, p. 78: o termo Arcipreste significa “presbítero mais antigo, idoso, que aconselhava e assistia o governo da diocese”. Nesse sentido, Monsenhor Daltro era o “braço direito” do Arcebispo baiano na “distante” freguesia sergipana, sendo um dos vigários dessa região. (Sergipe pertencia à Arquidiocese da Bahia).

<sup>523</sup> O Padre João Batista de Carvalho Daltro foi o único, dos três padres aqui estudados, a ser agraciado com o título de Cônego pela Bahia. O Padre Vicente Francisco de Jesus, pela Diocese de Lins-SP. O Padre José Geminiando de Freitas, por Aracaju-SE.

<sup>524</sup> Daltro foi um grande incentivador do abolicionismo, comprando inclusive a liberdade de muitos cativos.

<sup>525</sup> Lista de Classificação dos Escravos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Anexo. p. 43. 31 de março de 1877. Arquivo Geral – Ag1-04. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

nome de Luis, de cor parda, solteiro e com 24 anos. O referido escravo foi liberto pelo Fundo de Emancipação<sup>526</sup>.

Jocineide Cunha afirma que a Festa de São Benedito era uma excelente oportunidade para os batizados, ocasião perfeita e propícia para os apadrinhamentos, não só de brancos, mas também de cativos (em época de escravidão). Para tanto, a pesquisadora se baseou no significativo número de registros verificados no período que antecedia ao seis de janeiro de cada ano, dados levantados por ela nos Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lembrando que o período coberto pela autora compreende os anos 1850 e 1888<sup>527</sup>.

Sobre a elevação de Lagarto à condição de cidade no dia 20 de abril de 1880, Daltro teve uma participação significativa. Aliás, sobre esse assunto, durante anos se comete um equívoco a apontar o ato com sendo de emancipação política de Lagarto.

O Jornal de Sergipe do dia 27 de abril de 1880 publica, em primeira página, o Decreto de Número 1140 de 20 de abril daquele ano. O documento, em dois artigos, assinado pelo então Presidente da Província Theophilo Fernandes dos Santos eleva a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto à condição de Cidade. Não há nenhuma menção ao termo emancipação política, posto que desde 1596 as terras daquele termo fossem doadas em forma de sesmaria ao Sr. Antônio Gonçalves de Santomé, pelas mãos do conquistador de Sergipe, o Capitão Cristóvão de Barros. Em 1896, Severino Cardoso afirma que Lagarto sempre fora autônomo e que isso lhe permitiu a condição

---

<sup>526</sup> Trata-se de um dispositivo legal instituído pela Lei Nº. 2040, de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre. A partir de então, levou-se adiante um minucioso levantamento que permitiu a libertação de milhares de cativos. Na Província de Sergipe, entre os escravos matriculados em 1873 e classificados entre 1873 e 1875, verificou-se os quantitativos 2.635 e 1.108, respectivamente. Em números absolutos, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto só ficava atrás de Laranjeiras, Capela, Estância e Itabaiana. Na lista utilizada por Josué dos Passos Subrinho, ex-Reitor da Universidade Federal de Sergipe, curiosamente não consta a informação sobre Daltro. O Documento utilizado pelo pesquisado tem a seguinte referência: APES. Ag1, 03<sup>a</sup> Doc.8. O que difere do nosso. Cf. SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (Org.). **Catálogo Os classificados da Escravidão**. Aracaju: Governo de Sergipe / Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2008.

<sup>527</sup> SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004. p. 110.

de se desenvolver e progredir<sup>528</sup>. Assim, a sua elevação à condição de cidade só atesta isso, se configurando geopolítica e administrativamente de outra maneira que não lhe dissesse mais respeito a antiga condição de vila.

Em 1881, um fato ocorrido em Aracaju, chama atenção para entender a atitude conciliadora de Daltro. O então Presidente da Província de Sergipe, o Sr. Herculano Marcos Inglês de Souza, levou à cabo uma reforma da instrução pública e decretou o fim da cadeira de ensino religioso na Escola Normal de Sergipe. A decisão gerou uma enorme contenda com o vigário de Aracaju, Padre Olímpio Campos, que havia assumido o posto naquele ano<sup>529</sup>. Esse litígio entre Igreja e Estado antecipa em dez anos, pelo menos no plano prático, a cisão entre as duas instâncias, ocorrida em 1891. Além disso, o Padre Campos se apresentava como uma referência, na Província, dos efeitos do Concílio Vaticano I no que diz respeito à existência de padres que fortalecessem o papel da Igreja na sociedade civil. É bem verdade que a política em Olímpio Campos tornou-se algo visceral, lhe custando a vida alguns anos mais tarde<sup>530</sup>.

Sobre o assunto, um ofício de Monsenhor Daltro ao Sr. Herculano Marcos Inglês de Souza, datado de 02 de agosto de 1881, revela um sujeito que sabia transitar entre dois mundos sem maiores afetações. Dirigindo-se respeitosamente ao Presidente da Província, Daltro, apoiando-se no argumento de que a sociedade não pode prescindir do ensino religioso, frise-se católico, sobretudo pelo fato da fé cristã ser professada pelo Estado, e, apelando aos “sentimentos religiosos do Presidente”, pede a este mandatário que reconsidere o ato de 4 de julho, restabelecendo, assim, o curso de religião no antigo Lyceu Sergipano, então Escola Normal. O vigário se compromete a convencer seus

---

<sup>528</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 20v.

<sup>529</sup> A esse respeito, há, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, uma pesquisa em curso que promete desvelar mais sobre o assunto. Trata-se do trabalho de Dissertação do Prof. Leonardo Feitoza, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Souza: “Em Meio à Reforma da Instituição a Indignação do Vigário: o Fim da Cadeira de Ensino Religioso na Escola Normal da Província de Sergipe, 1881”.

<sup>530</sup> Monsenhor Olímpio Campo foi assassinado no dia 09 de novembro de 1906, na cidade do Rio de Janeiro. À época, era Senador da República, por Sergipe. O crime foi uma represália ao assassinato de Fausto Cardoso, ocorrido três meses antes, de cuja autoria estava o padre sergipano envolvido. Cf. OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

colegar de batina a ofertarem a matéria, abrindo mão de qualquer contribuição monetária. Dá ciência ao Presidente, que a revogação do ato não lhe seria um demérito e que estaria se elevando a mais alta nobreza, alcançando “as bênçãos do Céu<sup>531</sup>”.

Considerando que a Igreja Católica se indispôs com o novo regime, a continuidade e até mesmo o aumento do prestígio de Daltro na República dá pistas para um caráter de especificidade dentro do que era considerado padrão no Brasil naquela época.

Para a historiadora Maria Thetis Nunes, as condições socioeconômicas dominantes em Sergipe, assentadas numa produção agropecuarista, não lhe permitiram a existência de uma “inteligentzia”, e, portanto, de uma consciência e propaganda ou formação partidária republicana ante de 1888<sup>532</sup>.

Naquele ano, no dia 01 de novembro, foi fundado o Clube Republicano de Sergipe, cujo mentor intelectual foi o lagartense Sílvio Romero. Não tardou para que fosse fundado, também, o Partido Republicano de Sergipe, que reunia a nata da intelectualidade da Província à época: “(...) O ponto inicial de convergência das novas ideias foi a cidade de Laranjeiras, o principal centro econômico e cultural da zona da Cotinguiba...”<sup>533</sup>

A vitória dos republicanos, no dia 15 de novembro de 1889, permitiu à chamada “colônia sergipana”, radicada no Rio de Janeiro, indicar o nome de Felisbelo Freire para Presidente da Província de Sergipe, o que ocorreu, de fato. Disso, pode-se inferir, que, num primeiro momento, os intelectuais sergipanos foram vitoriosos, deixando a cena mais tarde para militares e representantes das oligarquias ligadas à Igreja Católica, a exemplo do Padre Olímpio Campos.

---

<sup>531</sup> Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del'El Rey. Lagarto, 02 de agosto de 1881. APES, Fundo AG4-27 – Clero, doc. 123.

<sup>532</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe no Processo Republicano Brasileiro*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. p. 10.

<sup>533</sup> Idem. p. 12.

Com a Proclamação da República, uma nova leva de bispos assumiu os destinos do projeto romanizador. No dia 07 de janeiro de 1890, o Governo Provisório já antecipa o que virá a ser preconizado na Constituição de 1891, o Decreto 119-A, em seu artigo 4, extingue o Padroado e propaga a liberdade de culto, entre outras medidas que retiram da Igreja uma série de responsabilidades que, a partir de então passam a ser da esfera civil, apenas. Não satisfeito e disposto a assentar o novo regime sobre bases racionais e positivistas, o Decreto 155-B, de 14 de janeiro daquele ano, tenta<sup>534</sup> imprimir um calendário eminentemente republicano, desqualificando os feriados religiosos.

Um dos exemplos disso foi a instituição do casamento civil pela aprovação do Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890. Para Maria da Conceição Silva, isto contribuiu, significativamente, para o processo de secularização que se consolidaria com a Constituição de 1891: “Os padres consideraram o casamento civil como uma verdadeira afronta aos direitos dos católicos e um atentado à liberdade da sociedade. Casar no civil era visto como um atentado aos bons costumes da família cristã e uma “mancebia legalizada”.<sup>535</sup>

Naquele mesmo ano, um importante documento, “A Carta Pastoral” vai se antecipar em muito aos novos tempos da Igreja Católica no Brasil, traçando as principais coordenadas a serem seguidas diante do novo quadro político, cujos reflexos atingiram, em cheio, a estrutura administrativa da instituição<sup>536</sup>. Coube ao mesmo Dom Macedo Costa, portanto, dentro desse contexto de implantação da República no Brasil, sua redação. O trecho abaixo, ilustre bem esse momento inicial de impacto das novas medidas do governo brasileiro:

---

<sup>534</sup> O decreto representou mais um arroubo ideológico de momento do que uma efetiva prática jurídica, pois os feriados religiosos continuaram a ser levados em conta pelas repartições públicas, sobretudo os referidos à natividade e morte de Jesus Cristo.

<sup>535</sup> SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos* (1860-1920). Revista Brasileira de História. [online]. 2003, vol.23, no.46 [cited 22 January 2005], p.123-146. Available from World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200006&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-0188. p. 14

<sup>536</sup> Curiosamente, Dom Macedo não chegou a ver os resultados de sua ação pastoral, pois ele faleceu no dia 21 de março de 1891.

Que será de ti, coitado e querido povo do Brazil se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no governo e nas representações públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até na morte e na sepultura sem Deus! Será possível!<sup>537</sup>

Com vistas a reagir contra o laicismo do novo regime, o documento não só revelou um desapontamento da Igreja com a Monarquia deposta, sobretudo pelos desgastes já aqui salientados, mas também se apresentava como um aporte para a instituição católica no país a partir de então. Era, mais do que necessário, rever e alinhar os discursos e práticas eclesiásticas católicas em todos os níveis e lugares.

Em linhas gerais, o documento propugnava as seguintes medidas: a ampliação da pregação sacerdotal, bem como de seu alcance; a doutrinação do povo, visto como repositório da ignorância e da ignomínia manifestada nos cultos e festas voltadas para santos que se notabilizaram entre os menos abastados, a exemplo de São Benedito. Nesse aspecto, o objetivo era claro e tácito: era preciso resolver, de uma vez por todas, a situação das irmandades e confrarias, expurgando-as de elementos maçônicos<sup>538</sup>.

A romanização ganhou novas cores porque novas condições históricas assim o determinam. A propalada liberdade religiosa, presente no texto constitucional de 1891, deixa a Igreja Católica numa encruzilhada: se, por um lado, ficava mais à vontade para gerir seus projetos, por outro, precisava se reafirmar enquanto instituição religiosa e enquanto estrutura de poder mesmo. Ela, de alguma forma, foi levada a se reinventar sem abrir mão da tradição.

Para Dom Jaime Câmara, se por um lado, a Igreja perdeu em termos de ter a condição privilegiada de religião oficial, de ter alguns de seus subsídios extintos, e perder autoridade em assuntos relativos à vida doméstica e mesmo social (como o

---

<sup>537</sup> CARTA PASTORAL. **Episcopado Brasileiro aos fiéis da igreja do Brasil**. São Paulo: Typografia a vapor de Jorge Seckeler & Cia, 1890. p.7.

<sup>538</sup> OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 283.

casamento), por outro lado, o catolicismo brasileiro ganhou em vigor e intensidade. Segundo ele:

O padroado concorria muito para a apatia no serviço divino. Muitos sacerdotes pouco trabalhavam, e os Bispos, sem liberdade, precisavam tolerar-lhes a inércia. Na república logo surgiu vida nova, pastorais enérgicas, congressos católicos e eucarísticos (...). Congressos de vocações, de ação católica, de operários e jornalistas católicos, etc<sup>539</sup>

Para Severino Vicente da Silva, o que pareceu ser uma cisão foi, na verdade, uma remodelação de uma relação. Segundo o historiador pernambucano, o que se seguiu a 1890 foi “(...) um grande esforço para demonstrar que a Igreja não é inimiga do Estado ou do governo<sup>540</sup>”. E isto se deu em nível nacional.

Ao contrário do que se possa crer, sobretudo aos mais apressados, presença marcante na formação e história de Sergipe, a Igreja Católica não perdeu seu status com a proclamação da República. Embora separados constitucionalmente<sup>541</sup>, seu “harmônico conluio<sup>542</sup>” com o Estado seguiu num ritmo tradicional. Para o professor Francisco José Alves<sup>543</sup>, de longe, aquele momento histórico “(...) não significou, em Sergipe, um arrefecimento do prestígio social da igreja católica, nem a diminuição de sua atuação como agente em setores chaves da vida sergipana”.

Ao que parece, em Sergipe, a cisão das duas instâncias mostrou-se efetivamente contrário ao seu efeito prático e jurídico e se deu em dois momentos: um de

<sup>539</sup> CÂMARA. D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. Pp. 317-320.

<sup>540</sup> SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. p. 37.

<sup>541</sup> Em 1891, o regime republicano aprovou uma nova carta constitucional. Entre as várias medidas que buscaram dar um perfil à mais nova etapa da vida brasileira, depois de anos de dominação portuguesa e regime monárquico, uma merece destaque: a separação da Igreja do Estado. A historiografia brasileira não é unânime quanto a real situação desse rompimento. Porém, predomina a idéia de que isto só teria ocorrido no plano jurídico apenas.

<sup>542</sup> Expressão usada pelo Professor José Francisco Alves no prefácio do livro de Péricles Moraes, *Sob um Olhar Diligente do Pastor* (2010); a propósito, muito apropriada para o que foi e continuou sendo, em outro nível, essa relação entre Estado e Igreja.

<sup>543</sup> Prefácio do livro de Péricles Moraes, *Sob um Olhar Diligente do Pastor* (2010). p. 11.

estranhamento e outro de acomodação e aproximação. Em mensagem dirigida à Assembleia de Sergipe em 1895, o Presidente Coronel Manoel P. de Oliveira Valladão revelou a intenção do Governo naquele momento, sobretudo no que dizia respeito às questões administrativas e sua relação com a Igreja. Ao se referir à Igreja Católica em Sergipe, ilustrando seu posicionamento com um caso particular da Ilha de Brejo Grande, o mandatário mostrou-se enfático quanto à importância da divisão territorial eclesiástica, a seu ver, sem razão de existir para o Regime Republicano, de caráter federativo. Entendia que o Estado deveria respeitar a crença do cidadão, sem maiores constrangimentos, mas não deveria, também, medir esforços para obrigá-lo a cumprir a lei<sup>544</sup>.

Em 1897, o Presidente do Estado de Sergipe, Dr. Martinho Garcez, comparou a República recém-implantada a uma vasta catedral, que, infelizmente, destaca, “recebeu no seu amplo seio todos que a procuraram”, dos mais fiéis aos mais resistentes à ideia de um novo regime. Lamentou, apenas, não ter havido, ainda, o que ele chamou de “solução de continuidade” entre um e outro. Republicando convicto, em meio ao clima belicoso provocado pela campanha de Canudos, ele encerra sua mensagem à Assembleia Legislativa com um apelo religioso à figura do Cristo, desejando paz à República, evocando o que ele classificava como sendo o “evangelho da igualdade e do amor”, configurado no ideal republicano de “ordem e progresso<sup>545</sup>”.

Na década de 1910, a proximidade entre o Presidente do Estado, José Siqueira Menezes, com o primeiro Bispo de Aracaju, Dom José Tomas, não só estreitou os laços

---

<sup>544</sup> Mensagem do Coronel Manoel P. de Oliveira Valladão à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1895. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&PagFis=10&Pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 5-6.

<sup>545</sup> Mensagem do Dr. Martinho Garcez à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1897. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 9/44.

entre as duas instituições, como também colaborou para que a primeira se fortalecesse<sup>546</sup>.

Sobre a separação entre a Igreja e o Estado, verificado a partir de 1891, assim se posiciona Sérgio Miceli: “A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento de setores sociais subalternos<sup>547</sup>”.

Prova disto pode ser verificada, em Lagarto, a partir da figura de Monsenhor Daltro que não só esteve a frente do poder executivo, na condição de Camareiro, mas também por ter continuado a exercer uma forte liderança política mesmo depois da separação das duas instâncias (civil e religiosa). Daltro, sobretudo, foi um homem de transição no campo político e, por muito pouco<sup>548</sup>, no campo eclesiástico.

#### **4.2. De Daltro a Vicente Francisco de Jesus: O Crepúsculo de uma Tradição.**

O grande desafio da Igreja Católica Brasileira, a partir da implantação da República, foi o de afastar o padre das questões políticas. A romanização, iniciada ainda no século XIX, exigiu, no século XX, uma nova postura sacerdotal. Os padres deveriam se preocupar mais com suas paróquias e responsabilidades sacerdotais. Por isso mesmo, entre 1903 e 1914, o Cardeal José Sarto, então papa Pio X, leva adiante uma série de ações no sentido de modificar a Cúria, além de criar o Instituto Bíblico, codificar o direito canônico e reformar o breviário e o missal<sup>549</sup>. Pode-se mesmo dizer que em seu

---

<sup>546</sup> NAVARRO, Raylane Andreza Barreto. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 43.

<sup>547</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 26.

<sup>548</sup> Monsenhor Daltro faleceu no dia 02 de fevereiro de 1910, na antiga fazenda Baixão, de propriedade de sua família. Seu sepultamento se deu em Lagarto, em pleno processo de instalação da Diocese de Aracaju.

<sup>549</sup> CÂMARA. D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945. p. 359.

pontificado, as questões relacionadas à política ficaram em segundo plano, dando ênfase aos aspectos administrativos, institucionais e litúrgicos.

Por outro lado, mesmo nos círculos da romanização, há quem defendesse a presença do padre na política, sobretudo para ocupar espaços frente à necessidade que a Igreja tinha de se afirmar diante do novo quadro que impunha uma predominância do político sobre o religioso. Assim, como já havíamos mencionado, em Sergipe ficou evidenciado que as coisas ganharam outro rumo do propugnado em nível nacional e internacional.

Raylane Navarro, por exemplo, entende que aquela crise de hegemonia nacional, fez com que a Igreja sergipana reagisse no sentido de atrair para perto de si a sociedade civil e, mesmo, apelando para as forças políticas. Nesse sentido, ela incorporou representantes das maiores instituições civis e interferiu, participativamente, em suas esferas. Isto foi considerado uma forma de garantir sua manutenção frente aos novos representantes do Estado, mas também sua legitimação, por entender que a sociedade sergipana era, eminentemente, católica<sup>550</sup>.

A presença de um clérigo, Monsenhor Olímpio Campos, na Presidência do Estado de Sergipe em 1900 demonstrou, em grande medida, que a separação entre Igreja e Estado de que vimos refletindo ficou no plano jurídico. No plano prático, sua condição de chefe do Estado representou o fortalecimento da instituição religiosa que ele representava. Outrossim, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, o padre deu ciência que não esteve entre os entusiastas do novo regime em seus primórdios, e, que, na condição de Presidente entendia que devesse prevalecer o que determinava a Constituição vigente, sentido-se na obrigação de ofício de cumpri-la e fazer cumprir. Nesse sentido, vale ressaltar as suas palavras de encerramento para entender sua nova condição:

---

<sup>550</sup> NAVARRO, Raylane Andreza Barreto. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 62.

Ministro da Fé, não me é lícito velar a palavra, nem transigir com o dever e muito menos guiar por caminhos tortuosos aqueles que foram entregues à solicitude do humilde Ministro de Deus. Pregoeiro da República, só me é dado governar em conformidade dos princípios da democracia...<sup>551</sup>.

Um dos episódios mais complexos da vida política de Lagarto acontece no mesmo dia na inauguração do hospital Nossa Senhora da Conceição, dia 8 de dezembro de 1902. Enquanto a solenidade acontecia no que seria a Praça que mais tarde levaria o nome de Daltro, em outro extremo, num lugar onde funcionava o mercado municipal, uma contenda política acabou num duplo homicídio. Um furriel de polícia, Adolfo Monteiro, matou a queima roupa o Juiz de Direito Filomeno Hora. No dia seguinte, o policial foi assassinado no Povoado Santo Antônio com requintes de crueldade.

Sobre o fatídico episódio, assim se referiu o Presidente de Sergipe ao relatar, mais tarde, o caso à Assembleia Legislativa: “(...) o abalo produzido por estes fatos na pequena cidade sertaneja foi de prompto sanado pela ação enérgica da autoridade, restabelecendo-se logo a ordem e o socego<sup>552</sup>”. Afirmou o Sr. Josino Menezes.

O fatídico episódio deve ter minado as resistências de Daltro. A essa altura da vida, com 74 anos de idade, o velho líder político e religioso de Lagarto já apresentava sinais de cansaço. Os tempos eram outros e ele já não tinha mais saúde e disposição para enfrentar os embates de antes. Simbolicamente, o definhamento de Monsenhor Daltro entre anos que se seguem até a sua morte, em 1910, representou o crepúsculo de uma tradição. A Festa de São Benedito, aos poucos foi perdendo sua força religiosa e social, como também a irmandade do Rosário que a mantinha, recebendo as influências

---

<sup>551</sup> Mensagem do Monsenhor Olímpio Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1900. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 5/73.

<sup>552</sup> Mensagem do Sr. Josino Menezes à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1903. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20190&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 6.

do novo quadro da Igreja Católica em Sergipe que se configurava cada vez mais como romanizadora, sobretudo com o surgimento de novas devoções, com a implantação de novas posturas e comportamentos e, sobretudo, com a criação da Diocese de Aracaju, como veremos mais adiante.

Os últimos dois anos da vida de Daltro, entre 1908 e 1910, foram de enorme prostração para aquele que foi considerado, em vida, o “Pai do Lagarto”. Cada vez mais tomado pela idade, 80 anos, doente, ele não conseguia mais dar conta de suas atividades administrativas. Passava a maior parte do tempo em sua residência na Praça da Piedade, na companhia de sua filha Dona Ester Matos<sup>553</sup>.

Em 1896, quando ainda ele gozava de seus 68 anos de idade, Monsenhor Daltro já dava sinais de cansaço e iniciava um período de, aproximadamente, dez anos de luta contra uma enfermidade que ainda é uma incógnita em sua biografia. Em carta enviada ao Sr. Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, ele já àquela época, informava-o de estar acometido de uma “grave enfermidade<sup>554</sup>”. Ao que consta, entre aquele ano e o seu falecimento em 1910, ele se dividiu entre Lagarto e Simão Dias, particularmente se licenciando para se recolher a uma propriedade da família, a Fazenda Baixão, quando parecia tentar se recuperar da doença.

Como diria seu biógrafo, octogenário, o Monsenhor vivia o “crepúsculo de tristeza e de sombras”: “A extrema idade já lhe havia abatido as energias, e, no fim, para ir ao templo, único lugar até onde seus pés chegavam, era arrimado a mãos amigas ou dedicadas, que não faltavam<sup>555</sup>”.

---

<sup>553</sup> Nascida em Simão Dias, no ano de 1870, Ester Deolinda de Matos era filha de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro com Dona Madalena Matos. Em 1885, com quinze anos de idade, foi morar na casa do Vigário, em Lagarto, fazendo-lhe companhia e ajudando nas atividades domésticas da casa e no cuidado do mesmo. Cf. Carta de Pedro Garcia Moreno. In: FONSECA, Adalberto. História de Lagarto. Governo de Sergipe, 2002. pp. 239-244.

<sup>554</sup> Carta de Monsenhor Daltro ao Barão de Jeremoabo. Lagarto-SE, 04 de março de 1896. IHGSE. Fundo João Dantas Martins (Quadro de Correspondências – JR – 47). 040\_Cx. 14.

<sup>555</sup> PRATA, Gervásio. Monsenhor Daltro. In: Revista da Academia Sergipana de Letras. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. pp. 21-29

Por essa época, o Padre Vicente Francisco de Jesus já auxiliava Daltro nas funções administrativas e sacerdotais. Foi, por dois anos, um importante auxiliar de Daltro, como pro-pároco, com quem aprendeu as funções de pároco, que se tornaria em 1910.

Depois de dois anos de prostração, Monsenhor Daltro faleceu no “seio da família”, no dia 02 de fevereiro de 1910, na Fazenda Baixão, propriedade da antiga cidade de Anapolis (Simão Dias), hoje divisa entre esta e a cidade baiana de Paripiranga. O Vigário de Lagarto tinha 81 anos. Segundo matéria do jornal “A Razão”, de 13 de fevereiro daquele ano, ele foi vítima de uma doença chamada uretorragia, que o vinha debilitando há alguns anos<sup>556</sup>.

Segundo Dr. Gervásio Prata, seu corpo foi transferido para a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, “consoante o pedido sempre feito de misturar os seus restos mortais à terra a que dispensou, como á sua, o mesmo e profundo amor natal<sup>557</sup>”. Curiosamente, entre os dias 02 e 03 de fevereiro, seu corpo ficou exposto e velado na antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, recebendo as últimas homenagens de seus paroquianos. O cortejo fúnebre, pelas artérias da cidade, seguiu o mesmo roteiro da tradicional Festa de São Benedito. Seu corpo foi sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Piedade, por volta de 1 hora da tarde, no piso que dá acesso às escadarias do altar-mor.

As representações construídas em torno de sua pessoa sempre remetem a um sujeito dado a boas qualidades morais e cristãs. Severiano Cardoso, que testemunhou de perto seu trabalho em Lagarto, afirma que ele foi muito amado pelos seus paroquianos, comportando-se como um “extremoso pai espiritual<sup>558</sup>”. À propósito dessa ideia de “pai-pároco”, Kátia Matoso entende que os mesmo eram assim chamados não só pelo fato de apadrinharem paroquianos, mas de cuidar, como seus filhos, de suas carreiras e

---

<sup>556</sup> A Razão. Estância-SE. 13 de fevereiro de 1910. Capa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

<sup>557</sup> PRATA, Gervásio. **O Lagarto Que Eu Vi**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1943. p. 12.

<sup>558</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 35v.

de sua educação<sup>559</sup>. É sabido que Daltro foi afeito a essas práticas, apadrinhando, inclusive, escravos e aconselhando as pessoas em diversas situações de seu cotidiano, na Vila do Lagarto.

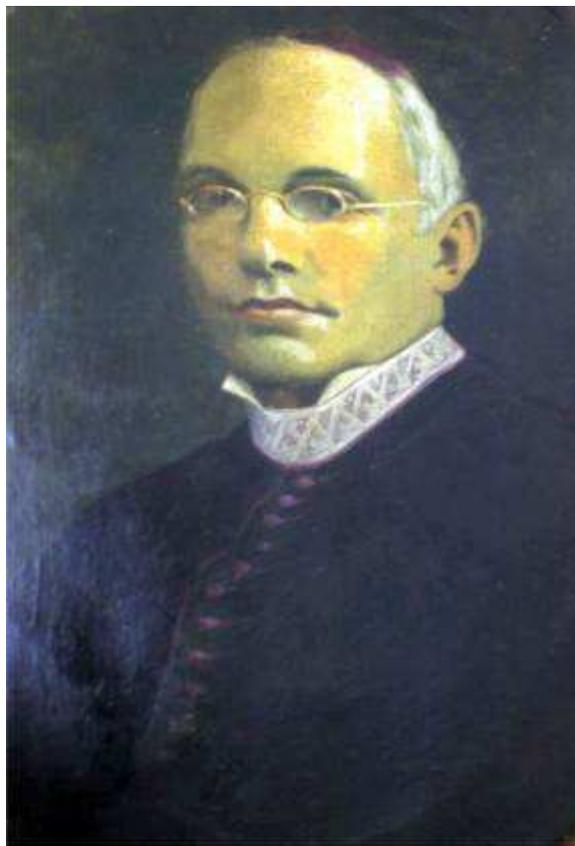
Dr. Gervásio Prata talvez tenha sido o que melhor construiu uma imagem de Daltro. Não só pelo fato de ter dedicado alguns de seus escritos a biografá-lo, mas também, em razão disto, transmitir alguns dos predicados atribuídos a ele que ainda reverberam, com intensidade, na memória coletiva do povo lagartense. Nesse sentido, merece atenção um de seus textos mais panfletários de que já escreveu em torno da figura do religioso. Não poderia ter sido diferente, pois se tratava de uma solenidade de inauguração de um busto em bronze com a efígie do homenageado. A solenidade aconteceu em 1947 e lhe rendeu um discurso que cria uma efemeridade poucas vezes vistas na história da cidade. Assim, naquela ocasião, o autor não só intencionou trazer à lume a memória do padre, como também perpetuá-la em Lagarto, sobretudo na condição de “seu bem amado e inesquecível vigário<sup>560</sup>”. Afora isto, figuram entre as deferências de Prata legadas a Daltro, as de: “bondoso apóstolo romano da cristandade”; “patriarca de uma terra”; vanguardista em relação ao interesse coletivo; “pai do Lagarto”. Em que pesem tais considerações serem, necessariamente, panegíricas, é importante ressaltar que os escritos de Prata revelam passagens importantes da vida de seu biografado e que ajudam a compreendê-lo como agente social, político e religioso em prol de um ideário católico.

---

<sup>559</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 340.

<sup>560</sup> PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. p. 22.

Figura 18



Retrato a óleo de Mons. João Batista de Carvalho Daltro, pintado por **Lopes Rodrigues**, em 1910.

Restaurada pelo Museu de Arte Sacra de São Cristovão-SE em Janeiro de 1987.

(Acervo da Paróquia de N. Sra. da Piedade de Lagarto-SE)

Outro autor que também foi responsável pela propagação da representação de Daltro em Lagarto, foi o pesquisador Luiz Antônio Barreto. Por diversas vezes, ele o apresentou como um sujeito que soube, com maestria, transitar entre o trono e altar, e, depois, entre o altar e o Paço Municipal. Intitulando-o de “o Varão da Igreja”, Barreto foi um dos primeiros a tocar numa questão espinhosa de sua trajetória sacerdotal, depois do médico lagartense Edilberto de Souza Campos. Este, em 1916, de volta a Sergipe, deparou-se com o Padre João de Matos numa estação de trem, quando lhe apresentava uma filha, estando às voltas de comprar um enxoval para casamento. Segundo Edilberto: “(...) O velho Daltro também não escapou da sedução aguçada pelo celibato.

Os que viveram no seu tempo sabem que êle teve descendentes diretos que se notabilizaram pela inteligência e pela cultura<sup>561</sup>”. Dessa forma, é sabido que Daltro deixou dois filhos, situação que só veio à lume muitos anos após o seu falecimento.

Segundo Luiz Antônio Barreto, Pedro Garcia Moreno, importante farmacêutico sergipano, com destaque, notadamente, entre Maruim e Laranjeiras, nascido no dia 01 de novembro de 1880, era filho do Vigário de Lagarto. Considerando que não cabia ao sacerdote assumir publicamente a paternidade de um rebento seu, coube a ele dá-lhe o sobrenome de Garcia Moreno<sup>562</sup>, um líder político do Equador, de comportamento reconhecidamente religioso, que sempre se dispôs a ajudar a Igreja Católica em seu país, admirado por Daltro<sup>563</sup>.

Como não poderia ser diferente, ele nasceu no anonimato na fazenda Tanque Novo, entre Simão Dias e Lagarto, num propriedade do Padre Daltro. Sua mãe teria sido uma jovem de 15 anos de idade, filha de lavradores: Clara Batista de Melo. O Vigário tinha 52 anos e era Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, à época<sup>564</sup>.

Para Odilon Machado, a família Garcia Moreno não tem precedentes no quadro das famílias sergipanas e tão pouco uma linhagem específica que se tenha notícia em outro lugar do Brasil. Desse modo, ela foi fundada a partir do nascimento de Pedro Garcia Moreno, o filho “bastardo” do Vigário de Lagarto<sup>565</sup>.

---

<sup>561</sup> CAMPOS, Edilberto de Souza. *João Batista de Carvalho Daltro e João de Matos freire de Carvalho*. In: **Crônicas da Passagem do Século**. Volume 3 (1968). Aracaju. p. 52.

<sup>562</sup> Gabriel Garcia Moreno (1821-1875).

<sup>563</sup> BARRETO, Luiz Antônio. *Padre Daltro, um Varão da Igreja*. In: SANTOS, Claudefranklin Monteiro (Org.). **Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Apontamentos e Fragmentos Biobibliográficos**. Lagarto: Prefeitura Municipal de Lagarto; Paripiranga: Faculdade AGES, 2011. pp. 15-16.

<sup>564</sup> Dados colhidos de diários pessoais de Pedro Garcia Moreno. Cf. MACHADO, Odilon Cabral. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte II**. 13/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107239&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

<sup>565</sup> MACHADO, Odilon Cabral. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte II**. 13/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107239&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

**Figura 19**



**Pedro Garcia Moreno (1880-1956)**  
**(Acervo: Luiz Antônio Barreto)**

O neto de Monsenhor Daltro, Dr. João Batista Perez Garcia Moreno<sup>566</sup>, curiosamente nasceu no mesmo ano de seu falecimento: 12 de dezembro de 1910. Como se vê, se o padre teve o cuidado de nomear seu filho com o nome de Perez Garcia Moreno para não levantar suspeição de sua paternidade, o mesmo não se fez de rogado atribuindo a seu neto seu homônimo, numa nítida manifestação de homenagem, uma das primeiras a serem feitas publicamente, ainda que de forma discreta, sem maiores alardes.

**Figura 20**



**Dr. João Batista Peres Garcia Moreno (1910-1976)**  
**Médico Sergipano (Neto de Monsenhor Daltro).**  
(Acervo Luiz Antônio Barreto)

---

<sup>566</sup> João Batista Perez Garcia Moreno foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe entre os anos 1947-1949 e entre 1949-1951. Também foi Vice-Reitor da Universidade Federal de Sergipe, se destacando como Professor e Psiquiatra. Esta última competência, lhe conferiu ser membro da Academia Sergipana de Letras, da Sociedade Brasileira de Medicina e da Academia Nacional de Medicina Por ocasião de seu sepultamento em 1976, assim se expressou Luiz Antônio Barreto: “Volta à terra de Laranjeiras aquele que em vida foi chamado de João Batista Perez Garcia Moreno, descendente do notável Padre Daltro”. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. *Homenagem Prestada pelo IHGSE ao Dr. João Batista Perez Garcia Moreno, em 1976, seu sepultamento*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. p. 107.

Duas descrições físicas de Daltro, feitas por Gervásio Prata e Edilberto de Souza Campos, chamam atenção, considerando suas escapadelas sexuais. Sobre a primeira, assim se configurava o Vigário de Lagarto: “Alto, alvo, rosado, olhos intensamente azuis, forte, sadio, feitio preponderantemente varonil, assim como se impunha de sua voz e de seus modos, a cabeça, rosto e mãos talhadamente bem feitos<sup>567</sup>”. A respeito da segunda, no mesmo patamar da primeira, o religioso foi assim descrito: “(...) parecia um britânico, alto, claro, avermelhado, cabeça redonda, fala macia e cantante<sup>568</sup>”. Desse modo, fica claro entender como era difícil manter o celibato por tanto tempo, considerando os suspiros e olhares que aquela imagem provocou entre as paroquianas mais incautas.

A outra cria de Monsenhor Daltro, com já tivemos oportunidade de mencionar, foi Dona Ester Deolinda Matos. Seu sobrenome é flagrante no que pese a descendência do Vigário. A tradicional família Matos, cujo maior expoente foi o Padre João de Matos Freire, sobrinho de Daltro e, portanto, pertence a um dos seus ramos familiares, como já havíamos destacado em outra ocasião. Quando das visitas do Dr. Gervásio de Carvalho Prata, primeiro biógrafo do Vigário, cabia a ela hospedá-lo e fazer-lhe as honras da terra<sup>569</sup>. Tornou-se uma mulher influente e querida no cenário religioso lagartense, sobretudo quando alcançou a maturidade, fazendo parte de associações de leigos, como o Apostolado da Oração e a Pia União dos Pobres de Santo Antônio<sup>570</sup>.

Em maio de 1952, uma carta enviada por Pedro Garcia Moreno a sua irmã Ester Deolinda Matos, não deixa dúvidas sobre a paternidade comum de Monsenhor Daltro<sup>571</sup>. Naquele ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe fez uma

---

<sup>567</sup> PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 46..

<sup>568</sup> CAMPOS, Edilberto de Souza. *João Batista de Carvalho Daltro e João de Matos freire de Carvalho*. In: **Crônicas da Passagem do Século**. Volume 3 (1968). Aracaju. p. 50.

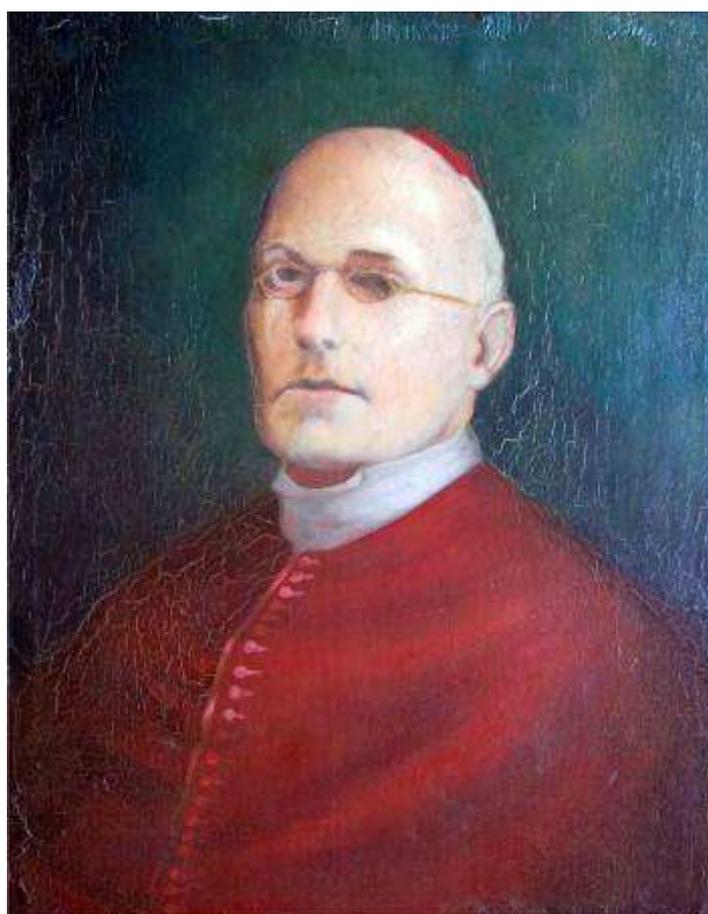
<sup>569</sup> PRATA, Gervásio. *O Lagarto Que Eu Vi*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1943. p.10.

<sup>570</sup> Criada em 1933, por iniciativa do Vigário Monsenhor Marinho, tendo como idealizadora e mentora a Senhora Maria José Hora.

<sup>571</sup> *Carta de Pedro Garcia Moreno*. In: FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. pp. 239-244.

homenagem ao Padre, com uma tela sua. A ocasião exigia a realização de uma solenidade, onde um parente consanguíneo, de preferência, pudesse fazer uso da palavra sobre ele. Pedro Garcia Moreno chegou a consultar os Doutores Antônio Manuel de Carvalho Neto e Gervásio Prata, mas os dois acharam por bem, por ser filho do homenageado, fazê-lo. Desse modo, via carta, a consulta também foi feita à irmã, uma vez que ela era mais velha dez anos do que ele e havia convivido com o pai por muito mais tempo. Dona Ester achou por bem que o irmão fizesse uso da palavra no evento em seu lugar e que seu pai comum estaria bem representado.

**Figura 21**



**Título: Mosenhor João Baptista de Carvalho Daltro**  
**Autor: Álvaro Santos - Ano: 1948 - Matéria: Tecido**  
**Técnica: Óleo sobre Tela**  
**Coleção: IHGSE**

Foi a primeira vez que o assunto era tratado publicamente. Para Odilon Machado, o tempo vivido pela Igreja à época do nascimento de Pedro Garcia Moreno, como já tivemos oportunidade de detalhar e contextualizar, em que pese a romanização, era um momento em que a Igreja procurava moralizar a vida de seus clérigos. Um caso desses, diz o pesquisador, se viesse à tona poderia causar ao Vigário “expulsão dos sagrados votos, em reprovação de caráter, tão público quanto condenação religiosa, até com promessas além de doações eternas<sup>572</sup>”.

**Figura 22**



**Dona Ester Deolinda de Matos  
(Acervo de Floriano Fonseca)**

---

<sup>572</sup> Cf. MACHADO, Odilon Cabral. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte III.** 20/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107549&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

Sobre o assunto, na carta de Pedro Garcia Moreno enviada para sua irmã, Ester Matos, em maio de 1952, ele afirma entender as razões do pai em omitir e esconder a paternidade de ambos, e que sua condenação ou absolvição só caberia a Deus e não a eles. De sua parte, não havia mácula nisto<sup>573</sup>.

O comportamento de Daltro em tudo lembra a típica postura dos padres formados até a segunda metade do século XIX. Sem apresentarem posições homogêneas, iam de um extremo a outro e, por vezes, se comportavam de forma ambígua ou mesmo bipolar. Como diria Kátia Mattoso, suas posturas não lhe diminuía em nada a influência que exercia sobre a fé dos leigos, notadamente os menos abastados; mas ele “levou os fiéis a estabelecerem uma diferença entre o padre dentro da Igreja, em sua função sagrada, e o padre na vida profana e cotidiana, que ele vivenciava com todo o mundo<sup>574</sup>”, inclusive no trato com às as devoções e festas populares.

Por tais motivos, os chamados reformadores da Igreja que compunham a ala do regalismo radical, cujo principal expoente, como vimos, foi o Padre Diogo Antônio Feijó, chegaram a defender com veemência o fim do celibato por se tratar, no entendimento deles, uma questão de direito eclesiástico e sem fundamento teológico, o que, certamente, não encontrou eco no seio da Igreja e nem tampouco na sociedade, que, embora sabedora dos escapes sexuais do padre, continuavam a tê-lo na conta de um exímio pastor. Caso exemplar do que estamos tratando, certamente, foi o de Monsenhor Daltro em Lagarto.

Em contrapartida, Dom Romualdo Seixas entendia que a moralização do clero não passava pelo fim do celibato, mas, sobretudo pela reforma moral da sociedade

---

<sup>573</sup> *Carta de Pedro Garcia Moreno*. In: FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. pp. 239-244.

<sup>574</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A Igreja. In: Bahia, Século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 308

brasileira, pelo fortalecimento dos seminários diocesanos e pela rigorosa seleção dos candidatos ao sacerdócio<sup>575</sup>, como veremos mais adiante.

Em que pese a Diocese de Aracaju apenas ser instituída em 1910, ano de falecimento de Daltro, poderia ser usado como contra-argumentação ao que entendemos por romanização tardia. Mas apesar da exigência de uma formação sacerdotal em seus moldes já existente em Salvador, o fato de ainda assim ele não ter se empenhado, com afinco, como deveria, o desmonta. A julgar pelas considerações até aqui expostas, pode-se dizer, de alguma forma, que Monsenhor Daltro não era o tipo de padre que a romanização queria ou propugnava. Esteve diretamente ligado à política, esteve amasiado e gerou filhos. Entretanto, doutrinária e administrativamente, no círculo da Igreja de sua época, ainda que ultramontana, ele foi importante.

Desse modo, os anos que se seguem a sua morte coincidem com a necessidade de modificar a imagem do padre até então. Era necessário, como diria Isnard Câmara: “(...) Um padre verdadeiramente cioso de seu estado, em que o uso constante da veste clerical materializava sua profissão e suas preocupações seriam dirigidas tão-somente à causa da Igreja”<sup>576</sup>. Isto, também implicou rever a relação com as irmandades de leigos, como veremos mais adiante.

#### **4.3. Uma Diocese para Sergipe sob os Auspícios Romanizadores – A Ação Diocesana e Pastoral de Dom José Tomaz.**

Eduardo Hoornaert defende a ideia de que pensar a Igreja como projeto unificado é uma incursão equivocada. A forma como se processou a romanização em Sergipe, cuja maior expressividade se deu, como veremos, a partir de 1910, com a criação da Diocese de Aracaju, nós dá a convicção de que o catolicismo brasileiro é do

---

<sup>575</sup> Ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: Bahia, Século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 311.

<sup>576</sup> NETO, Isnard Câmara. *A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)*. Aparecida: Editora Santuário, 2009. p. 69.

tipo “plural, diversificado, complexo e não uniforme<sup>577</sup>”. O catolicismo esteve longe de seguir um figurino. Isto fica mais evidente quando optamos por enxergá-lo a partir das tensões e acomodações entre os clérigos e devotos populares, verificados entre o final do século XIX e, mais de perto, a primeiras décadas do século seguinte.

A romanização colocou em tensão ao menos três tipos de culturas: a cultura secular, em franca expansão; a cultura clerical ou eclesiástica, ávida por se impor frente às ameaças de desmoralização e descrédito; e a cultura religiosa do leigo, que predominou no cenário das manifestações e atos de fé católica até a extinção do Padroado em 1890<sup>578</sup>.

O que se verificou ao longo desse processo de recatolização do Brasil durante a romanização, em, pelo menos três momentos, não sendo diferente em Sergipe, foram alguns movimentos bem significativos, até mesmo para entender a relação que vimos analisando aqui entre os padres e a festa de São Benedito, em Lagarto, por exemplo.

No primeiro movimento, nota-se um claro conflito de competência e entre o Estado e a Igreja, cujo desfecho foi a separação jurídica de ambas as instâncias administrativas. Num segundo movimento e, em certa medida, também presente no primeiro, verifica-se um conflito de interesses, onde o principal desdobramento foi o desmantelamento (em alguns casos imediatos, noutros paulatino) das irmandades e confrarias religiosas, seguido de uma afirmação sistemática do clero como a única autoridade a determinar os destinos da fé católica. Finalmente, um terceiro momento, quando se solidifica uma acomodação de competências e um certo ajuste de interesses. As culturas em conflito se reinventam e se reorganizam de tal modo a se manterem existentes, cada uma de acordo com níveis diferentes de poder e de importância social, no novo tecido histórico e social pós-proclamação da república.

---

<sup>577</sup> HOORNAERT, Eduardo. *Sociologia do Catolicismo no Brasil*. In: AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social (Prefácio)**. Salvador: EDUFBA, 2002. pp. 11-12.

<sup>578</sup> Cf. SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 16.

De algum modo, a laicização verificada no período pós 1890 foi fundamental para que a Igreja Católica procurasse lutar para reconquistar seu espaço, revendo posturas e adotando novas estratégias. Nesse sentido, é muito pertinente a afirmação de Candido da Costa e Silva, para entender aqueles movimentos, sobretudo o último ao qual partir de então dedicaremos uma maior atenção:

(...) o clero reelabora o seu discurso ou doutrina, as formas e disciplina do culto, as normas do viver. Relê suas certezas, realimenta sua mística, reiventa seus instrumentos de ação, ainda que pressionado por fatores exógenos. Sob inúmeros aspectos o que estava em jogo era o controle de práticas comuns, decorrentes de representações comuns, mas em descompasso<sup>579</sup>.

Em 1899, o Papa Leão XIII realizou o Concílio Plenário Latino-Americano em Roma. Além de fortalecer os laços com os prelados da América Latina, o Sumo Pontífice pôs em evidência as resoluções que diziam respeito ao Concílio de Trento, ao Vaticano I e às encíclicas dos últimos dois Papas, Pio IX e Leão XIII. Para o Brasil, os efeitos foram sentidos nos próximos anos com diversas iniciativas no sentido de fazer valer a romanização.

Em termos diplomáticos, Severino Vicente da Silva aponta uma atenção especial da Santa Sé para com o Brasil, consagrando o país a Nossa Senhora Aparecida em 1903 e fazendo de um brasileiro, o Cardeal Arcoverde, o primeiro da América Latina. Para o historiador: “(...) Esses gestos de boa vontade para com o Brasil, fazem parte de uma ofensiva diplomática da Santa Sé para conseguir um melhor relacionamento como o novo Estado brasileiro<sup>580</sup>”.

---

<sup>579</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000.

<sup>580</sup> SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. p. 60.

O ano de 1910 nos parece muito decisivo. Neste ano, Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre realizaram uma pastoral coletiva cujos objetivos gerais foram: 1) ordenação e regulação das festas populares; 2) submissão da religiosidade popular aos ditames da Igreja; 3) regulação e inserção de pontos nevrálgicos da religiosidade popular na ortodoxia da Igreja.

No afã de “demarcar claramente os espaços de ação”, a romanização levou adiante uma tentativa de atrair para a Santa Sé o controle das práticas religiosas dos fiéis. Foi uma resposta contundente, mas não necessariamente bem-sucedida, ao avanço do “projeto civilizatório da modernidade” e à valorização da “secularização das instituições”. Portanto, a criação e organização de novas dioceses levadas à cabo, notadamente, nas primeiras décadas do século XX, levou a Igreja Católica a buscar concretizar uma “vasta rede diocesana”. Era preciso reagir, de algum modo, ao rumo laicizante que o mundo, o Brasil e, não muito diferente, Sergipe, tomavam.

Nesse sentido, o lastro histórico das primeiras décadas do século XX ajuda a entender aquela onda diocesana, da qual Sergipe fez parte e se inseriu de forma pertinente. Para tanto, as pesquisadoras Maria Helena Santana da Cruz e Vera Lúcia Alves França explicam que: “O decisivo enfrentamento das influências contrárias ao ideário católico teria contribuído fortemente para a ampliação desse aparato institucional, o que potencializaria a influência católica junto à sociedade brasileira, que também passava por transformações bastante significativas<sup>581</sup>”.

Criada pelo papa Pio IX, através da Bula *Divina Disponente Clemência*, a Diocese de Aracaju foi efetivada no dia 03 de janeiro de 1910<sup>582</sup>. Este ato desmembra

---

<sup>581</sup> CRUZ, Maria Helena Santana, FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Contexto da Romanização: a Expansão do Aparato Burocrático-institucional. In: Educação Feminina: Memória e Trajetórias de Alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe (1950-1970)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.p. 59.

<sup>582</sup> Curioso notar que um fato tão singular não tivesse merecido o registro das autoridades republicanas, mesmos sendo notória a melhoria da relação entre Estado e Igreja. Desde a Proclamação da República que as questões específicas do Clero não figurassem como assunto dos Relatórios dos Presidentes de Sergipe. Nem mesmo quando da administração de Monsenhor Olímpio Campos esse quadro se alterou, que sequer dedicou uma nota a respeito da criação da Diocese de Aracaju. Para se ter uma ideia desse longo silêncio, pelo menos naquele tipo de documento oficial, somente em 1925, na administração de

Sergipe da Arquidiocese da Bahia, compreendendo a circunscrição civil do Estado. Oficialmente, a Diocese de Aracaju só foi instalada no dia 04 de dezembro de 1911. Era Núncio Apostólico eleito para o Brasil o Monsenhor José Aversa.

Nascido na cidade de Martins (Rio Grande do Norte), no dia 04 de agosto de 1879, o primeiro Bispo da diocese recém-criada foi Dom José Tomaz Gomes da Silva<sup>583</sup>. Sua escolha se deu no dia 12 de maio de 1911. No mesmo ano, foi sagrado na Catedral da Paraíba, pelo Bispo Dom Aduino Aurelio de Miranda Henriques<sup>584</sup>, assistido pelos Bispos de Natal e de Floresta: Dom Joaquim Antonio de Almeida e Dom Augusto Alvaro da Silva, respectivamente.

Para Raylane Navarro, Dom José reunia três características importantes para que suas ações pastorais lograssem êxito em Sergipe: espirotuosidade, afetividade e sagacidade. Sua fama, antes de chegar a Aracaju, era de possuir um ardor missionário, tendo a disposição de percorrer os vários rincões de seu rebanho, enfrentando inúmeras dificuldades. Ao assumir a Diocese de Aracaju, ele “interferiu, angariou não só recursos

---

Graccho Cardoso houve um registro sobre uma visita pastoral de D. Bento Lopez, delegado do Sumo Pontífice, à Diocese de Aracaju. Chama atenção o teor da nota: “As relações diplomáticas do Brasil com a Santa Sé autorizam, e as crenças religiosas do povo sergipano impõem, registrar a innegável significação da honrosa e distinta visita feita á diocese deste Estado pelo illustre beneditino D. Bento Lopez, delegado do Sumo Pontífice”. Cf. Mensagem do Sr. Graccho Carodoso à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1925. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 7.

<sup>583</sup> Alguns dos Arcebispos baianos, romanizadores, que antecederam a criação da Diocese de Aracaju: Dom Romualdo Antônio de Seixas (1828-1860); Dom Manoel Joaquim da Silveira (1861-1874); Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1877-1879); Dom Luis Antônio dos Santos (1881-1890 – renúncia); Dom Manuel dos Santos Pereira (1890-1893); e, Dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924)

<sup>584</sup> Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques foi o fundador do primeiro Seminário do Nordeste após a Constituição de 1890, a qual separou a Igreja do Estado, pondo fim ao Padroado Régio. O Seminário Nossa Senhora da Conceição, do Estado da Paraíba, foi criado no ano de 1894. Dom Aduino é considerado o mentor intelectual de Dom José Tomás Gomes da Silva. Ambos foram importantes artífices do processo de reorganização da Igreja Católica no Nordeste. Pioneiros em suas novas dioceses, suas ações romanizadoras se fizeram sentir em seu tempo. Cf. NAVARRO, Raylane Andreza Barreto. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFERN, 2011. p. 25.

financeiros, mas recursos humanos, para o propósito de retomar o poder exercido pelo catolicismo que vinha perdendo espaço<sup>585</sup>”.

A exemplo do que ocorrera com Dom Romualdo Seixas, no século XIX, na Bahia, Dom José Tomaz criou um seminário para preparar padres. Trata-se do Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus<sup>586</sup>, aberto em 04 de abril de 1913<sup>587</sup>. O Seminário pretendeu formar padres que tivessem comportamentos acima da média e até mesmo o mais próximo do ideal de Jesus Cristo. Seus “soldados”, como se deduz da análise da documentação disponível, deveriam estar prontos para a batalha contra as sedições do catolicismo popular e suas “armadilhas”. Recolhidos, estariam afastados do “murmurinho contínuo do mundo<sup>588</sup>”. Assim, o futuro clérigo deveria ter uma moral ilibada. Deveriam conter as escapadas sexuais e portar-se como uma autoridade consagrada<sup>589</sup>.

Para o professor Calazans, no que se refere à importância de Dom José: “(...) O Seminário é, indiscutivelmente, sua maior obra. Aquela que se projetou, através da ação de seus vultos exponenciais, dentro e fora do Estado. O Seminário tem sido uma escola

---

<sup>585</sup> NAVARRO, Raylane Andreza Barreto. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 54.

<sup>586</sup> A chamada Cúria Episcopal foi originalmente composta da seguinte forma: Monsenhor Adalberto Sobral (Vigário Geral); Padre José Augusto da Rocha Lima (Secretário Geral); e o Cônego Flodualdo Fontes (Promotor). Essa foi também a mesma composição para o Seminário, ocupando aqueles, respectivamente, as funções de Reitor, Vice-Reitor e Diretor Espiritual.

<sup>587</sup> A título de informação, no ano anterior, no dia 04 de agosto de 1912, foi instalado o Cabido da Sé de Aracaju, composto inicialmente por dez Cônegos. Cf. Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Diocese de Aracaju. p. 40 (verso) No dia 08 de dezembro do mesmo ano, ficou assim constituído, com os seguintes Cônegos, dois deles, com destacada passagem pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto: Carlos Cornelio Costa (Deão); **José Geminiano de Freitas** (Arcediago); Serapião Machado Aguiar Menezes (Teologal); **João de Souza Marinho** (Penitenciário); Miguel Monteiro Barbosa (1º Presbítero); Olívio Teixeira (2º Presbítero); José Cuvêlo de Mendonça (1º Diácono); Eraldo Barbosa (1º Subdiácono); Antonio de Freitas (2º Subdiácono). Cf. Lista de Cônegos Efetivos. Cabido Diocesano de Aracaju. 1912. fl. 1. Acervo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Aracaju.

<sup>588</sup> *Esboço Histórico do Seminário do Sagrado Coração de Jesus*. In: **Revista Scientia et Virtus**. Aracaju: Seminário Sagrado Coração de Jesus / Tipografia Comercial, 1933. p. 2.

<sup>589</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. pp. 121-124.

no sentido lídimo da expressão<sup>590</sup>”. Esta ênfase em seu sentido educador refletia o que o intelectual apontava como uma das mais urgentes necessidades para a Diocese de Sergipe, em 1912, qual era a formação dos seus sacerdotes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Seminário de Aracaju foi a primeira instituição de nível superior do Estado de Sergipe, pois, mais do que uma entidade que formou padres, também figurou entre as ações educativas da Federação, formando, também, intelectuais e professores<sup>591</sup>. Trata-se, portanto, de uma significativa página da história da educação sergipana.

Se no período colonial e mesmo durante o Império, no Brasil não se exigia uma maior preparação, muito menos formação, a partir da segunda metade do século XIX, como vimos, e principalmente na primeira metade do século seguinte, a formação intelectual passou a ser uma condição fundamental no sacerdócio.

Também a observância ao comportamento sexual foi posta em questão nesses novos tempos. Se isto não esteve na ordem do dia para o Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, passou a ser a tônica para seus sucessores na administração da Paróquia Nossa Senhora da Piedade do Lagarto: padres Vicente Francisco de Jesus e José Geminano de Freitas. A necessidade de reforçar o celibato eclesiástico levou a Igreja a estabelecer como grande meta “a preparação de sacerdotes santos<sup>592</sup>”.

As determinações do Concílio de Trento, por diversas razões, particularmente por conta da existência do Padroado Régio que afastou o padre de suas funções clericais, não surtiu efeito no Brasil por um longo tempo. Ele não alcançou aquilo que seria uma de suas metas mais importantes no combate ao avanço do protestantismo, que era a necessidade de formar padres ilustrados e santos. Tanto é verdade, que coube aos

---

<sup>590</sup> Discurso Pronunciado pelo Dr. José Calazans Brandão da Silva (23.10.1946) em nome da Congregação da Escola Normal “Rui Barbosa”, de Aracaju, por ocasião das Festas Jubilares de Dom José Thomaz Gomes da Silva, 1º Bispo de Aracaju. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 19, 1945-1949. p. 18.

<sup>591</sup> Cf. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 23.

<sup>592</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 83.

jesuítas e demais religiosos a formação dos padres e catequização dos povos. Até que as hostes do movimento ultramontano se fizessem valer, em geral, os padres eram preparados precariamente e pouco afeitos à disciplina moral, por exemplo. Assim, com um atraso de pelo menos três séculos, aquela predisposição de Trento foi se configurando à medida que a romanização avançava com a criação das Dioceses nos século XIX, e , sobretudo, na primeira metade do século XX. Logo, pode-se dizer que, no Brasil, os ecos de Trento vão ressoar nas práticas romanizadoras muito tardiamente, e, em Sergipe, isto ficou ainda mais evidente, em que pese também suas variações, inflexões, limites e contradições, algumas delas, flagrantes na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Assim como se deu no Concílio de Trento, os bispos romanizadores recorreram à criação de seminários. A educação intelectual e sacerdotal dos postulantes a padre era coisa necessária e premente. A criação do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus era justificada não só pela necessidade de formar padres romanizadores<sup>593</sup>, mas de formá-los bem<sup>594</sup>. Isto se deu dentro do contexto de romanização e implicou: reforçar a atuação e o controle dos clérigos frente às práticas do catolicismo popular sergipano renitente; doutrinar e educar o povo; racionalizar dogmas e cultos; formar padres em Sergipe. A romanização muda a compreensão em torno da figura do padre. Sua imagem se configurou de forma intemporal. Com relação aos leigos, estes, segundo Cândido “tornaram-se executores dóceis, quando assim o foram, dos imperativos hierárquicos<sup>595</sup>”.

---

<sup>593</sup> Em 1920, dez anos após a criação da Diocese de Aracaju, havia 34 alunos matriculados no Seminário Episcopal de Aracaju Sagrado Coração de Jesus, sendo 16 deles em curso superior. Cf. Diocese de Aracaju. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 9, 1920. p. 137.

<sup>594</sup> Na visão da Diocese de Aracaju, os primeiros momentos da Igreja em Sergipe não foram dos melhores e a necessidade de preparar e formar melhor os padres vinha a esse encontro: “Infelizmente com a riqueza e a falta de vigilância, foi arrefecendo o espírito religioso e o clero, em boa parte, se deixou levar e envolver pelos negócios temporais, com grande prejuízo para as almas”. Cf. Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Diocese de Aracaju. p. 9 (verso).

<sup>595</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000.

Sobre o Seminário de Aracaju, assim se refere Raylane Navarro: “(...) oferecia à sociedade nordestina e brasileira uma elite intelectual, com ampla e sólida formação sacerdotal, acadêmica e, por vezes, erudita”<sup>596</sup>. Além disso, acrescenta a autora, foi um instrumento a serviço da renovação da Igreja e do seu trabalho pastoral.

Raylane Navarro está entre as mais promissoras promessas da historiografia sergipana e nordestina no que diz respeito aos estudos sobre a formação de padres nos seminários criados entre os finais do século XIX e inícios do século XX. Parte considerável desses padres formados em seminários nordestinos compuseram importantes quadros da intelectualidade local e regional, como também brasileira. À guisa de suas observações, é possível conhecer o perfil daqueles agentes religiosos e entender as ações pastorais dos clérigos em Sergipe, notadamente após a criação do Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju-SE. Essas considerações ficam latentes não só no trabalho referenciado anteriormente, como também em sua pesquisa sobre os primórdios daquela instituição<sup>597</sup>.

Tendo como referência documentos produzidos pela Igreja Católica em Sergipe e o jornal “A Cruzada”<sup>598</sup>, outra referência sobre o Seminário de Aracaju é o trabalho do pesquisador Péricles Andrade<sup>599</sup>. Ele defende a ideia de que os “padres de Dom José<sup>600</sup>” tinham uma missão de cunho quase bélico-militar, cruzadista, aos moldes da chamada igreja militante. Os padres deveriam ser soldados à serviço do catolicismo renovado.

---

<sup>596</sup> BARRETO, Raylane Dias Navarro. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 24.

<sup>597</sup> Cf. BARRETO, Raylane Andreza Dias. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012.

<sup>598</sup> O Jornal “A Cruzada” foi fundado em 1918. Era dirigido pelo Monsenhor Sobral (Secretário da Diocese de Aracaju) e tinha como seu redator o Cônego Flodualdo de Britto Fontes (professor do Seminário Diocesano). Circulou em dois momentos: até 1925, quando teve suas atividades interrompidas e a partir de 1935, quando retomou seu fluxo normal. Em sua Hemeroteca, o Instituto Histórico e Geográfico Sergipano (IHGSE) possui seus exemplares devidamente digitalizados e à disposição dos pesquisadores.

<sup>599</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. pp. 132-133.

<sup>600</sup> Expressão atribuída a José Calazans, segundo Urbano Neto. Cf. NETO, Urbano Oliveira Lima. “Era um Sábio... Era um Santo”. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 28. Aracaju-Se, setembro de 1981. p. 181.

A exemplo de Péricles, Raylane se propôs a estudar a criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Nesse sentido, ela contribuiu para desvelar novas questões à luz da historiografia educacional sergipana, focando sua atenção para o aspecto formativo daquela instituição. A ideia da pesquisadora foi perceber o seu produto, de modo particular, o papel e importância dos padres. Com ela mesma diz: “(...) perceber usos e práticas dos atores sociais diretamente envolvidos na constituição de uma cultura escolar<sup>601</sup>”, e, porque não dizer, de saberes e de práticas culturais que influenciaram de forma pontual e decisiva na sociedade civil sergipana, numa época em que a Igreja procurava se fortalecer frente ao crescente laicismo.

Outra iniciativa que merece destaque no sentido de propagação da fé católica pelos meios intelectualizados, ou a partir deles, foi a criação, por parte dos seminaristas do Sagrado Coração de Jesus, da Academia Literária São Tomás de Aquino. Uma iniciativa que se fazia no sentido de criar e manter uma instituição cultural que procurasse “fomentar o gosto pela literatura, pelas ciências e pelas artes”<sup>602</sup>, conforme propugnava seu principal veículo de disseminação de ideias, qual seja a Revista *Cientia et Virtus* (1933). A Academia Literária São Tomás de Aquino teve como mentor o Reitor Monsenhor Adalberto Sobral, e foi fundada no dia 20 de abril de 1919. É considerada a precursora da Academia Sergipana de Letras ASL, que, entre membros da Igreja Católica, teve a participação do Monsenhor Carlos Costa, em sua fundação no dia 01 de junho de 1929, e, posteriormente, Dom Antônio Cabral, como membro da primeira leva de imortais sergipanos.

A nosso ver, a partir do momento em que Dom José Tomaz toma a iniciativa de criar um Seminário para formar, e formar bem, os padres sergipanos, seguindo, como se viu, uma tradição iniciada por Dom Romualdo Seixas, fica claro que a Igreja Católica em Sergipe não conseguiu dar conta de formar o “corpus sacerdotal homogêneo” que pretendia outrora. Daí a necessidade de um reforço e a urgência de fazer valer a

---

<sup>601</sup> BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Op.cit. 2012. p. 28.

<sup>602</sup> BARRETO, Raylane Dias Navarro. Op. cit. 2011. Pp. 182-184

primazia do clero sobre os leigos, destacadamente sobre as devoções populares sergipanas que insistiam em perdurar em Lagarto, por exemplo.

Ao se referir aos documentos do Arquivo Secreto do Vaticano, especialmente no que tange aos fundos da Nunciatura Apostólica do Brasil (ANAB), Antônio Lindvaldo<sup>603</sup> revela uma Igreja Católica sergipana longe de atingir um corpo burocrático homogêneo. A Igreja dos tempos de Dom José Tomaz revelava uma Diocese com inúmeros e gravíssimos problemas, alguns dos quais irei apresentar ao longo da tese, revelando também sacerdotes imbuídos de um discurso moralista romanizador, mas com posturas que beiravam, ou até mesmo ultrapassavam, as mais leves transgressões celibatárias e outras do gênero.

Os documentos revelam D. José como um pastor que possuía vícios não muito condizentes com a sua postura eclesial: consumia bebidas alcoólicas, mantinha certa “familiaridade” com pessoas do sexo oposto, descuidava-se do aperfeiçoamento intelectual e religioso, mantinha acordos políticos, facilitando as interferências de leigos nos assuntos da Igreja<sup>604</sup>.

Durante sua administração, Dom José Tomaz também levou adiante outras obras diocesanas de cunho doutrinário e catequético, a exemplo da instituição da Obra dos Tabernáculos, da criação da Pia União das Filhas de Maria, abertura do Instituto Bento XV e fundação do jornal católico “A Cruzada”, importante órgão oficial da Diocese de Aracaju.

Da relação de padres conhecidos como “os padres de Dom José”, detectamos pelo menos 5 deles que nasceram ou foram vigários na paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Uma análise de seus perfis aponta algumas limitações daquilo que pretendeu o Seminário para seus padres, considerando o fato de, três deles, terem largado a batina para se casarem.

---

<sup>603</sup> Cf. SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 28-29.

<sup>604</sup> Idem. p. 28.

Entres os nascidos em Lagarto, estavam: Gileno Francisco de Jesus, José Araújo Machado e José Dias de Oliveira. Padre Gileno nasceu no dia 4 de novembro de 1912. Quatorze anos depois, entrou no Seminário, formando-se em 1936. Não chegou a ser vigário em sua terra natal, ministrando o Sacerdócio nas Paróquias de Rosário do Catete e Carmópolis. Formou-se em Direito, tornando-se, depois, Juiz. Foi também professor do Colégio Tobias Barreto. Em 1946, foi suspenso das ordens e se casou.

Outro padre lagartense de Dom José Thomaz que largou o sacerdócio para se casar foi José Dias de Oliveira. Nascido no dia 30 de março de 1914, entrou para o Seminário em 1927, ordenando-se em 1938. A exemplo do Padre Gileno, não foi vigário em Lagarto, atuando em Estância, Santa Luzia e Capela. Deixou a vida religiosa para se dedicar ao Direito e à Educação, tendo sido Diretor do Ginásio da CNEC.

Dos três padres lagartenses da leva formada por Dom José, somente José de Araújo Machado<sup>605</sup> atual em terra natal e não deixou o sacerdócio. Nascido no dia 02 de junho de 1909, era irmão de uma das mais importantes lideranças da história política de Lagarto: Dionísio de Araújo Machado. Entrou para o Seminário em 1921, tornando-se padre dez anos depois. Foi um sacerdote atuante e ocupou cargos importantes na vida clerical sergipana, tendo sido vice-reitor e Diretor Espiritual do Seminário de Aracaju.

Dos não nascidos em Lagarto, mas tendo atuado na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, destaque para o Padre Jugurta Feitosa Franco<sup>606</sup>. Sucedeu ao Padre Geminiano de Freitas em 1928 e administrou a Paróquia até 1933. Outro caso de sacerdote formado pelo Seminário Sagrado Coração de Jesus que deixou a batina para

---

<sup>605</sup> O Bispo Dom José Thomas nunca foi dado a registrar os fatos da Diocese de Aracaju por meio de livro de tombo, como sempre fora de costume na tradição da Igreja Católica. Assim, coube ao Cônego José de Araújo Machado, na condição de Secretário Geral, a redação do seu Livro de Tombo 1, aberto no dia 03 de junho de 1949 e do Livro de Tombo 2, aberto no dia 10 de junho de 1953. Ao sucessor de Dom José, Dom Fernando Távora ficou designada a tarefa, portanto, de construir uma memória da diocese sergipana. Arquivo da Diocese de Aracaju. Ainda sobre a participação do Cônego Machado na Cúria, vale lembrar que coube a ele, também, a responsabilidade da abertura do Livro 2 (1949-1979) do Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus.

<sup>606</sup> Em carta dirigida ao Bispo de Aracaju, o Padre Jugurta assim tenta definir as razões de seu afastamento da função de padre: "(...) Designios irrevogáveis em que imperaram sensibilidade e consciência, forçam-me a abandonar a vida sacerdotal". Cf. Carta de Renúncia ao Sacerdócio do Padre Jugurta Franco. Aracaju-SE, 30 de agosto de 1939. Arquivo da Diocese de Aracaju. Pasta Avulsa Nº 120.

casar-se. Infelizmente, os lagartenses não têm boas lembranças dele, pois, como vigário, em 1936, mandou pintar de tinta a óleo a tradicional imagem de Nossa Senhora da Piedade, tirando suas feições originais do século XVII. Sobre este episódio, no ano de 1974, após 14 meses de “exaustivo trabalho”, a imagem foi, finalmente, restaurada para a festa daquele ano. A equipe que realizou tal proeza era liderada por Liana Silveira, que ressaltou alguns aspectos técnicos, como fato de o artefato, possivelmente, ter sido esculpido de um único bloco de madeira, formando, assim, um todo homogêneo<sup>607</sup>. Segundo parecer de Valentim Calderón, Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia à época, onde a peça foi tratada, trata-se de um exemplar raríssimo da escultura portuguesa no Brasil, em estilo barroco e rococó: “(...) única existente na imaginária brasileira”, rara de se encontrar no país, sobretudo, por seu tamanho e qualidade<sup>608</sup>.

Fechando a lista, o Padre José Alves de Castro. Nascido em Mangue Seco-BA, no dia 12 de maio de 1912, atuou em Lagarto entre os anos 1956 e 1960. Com o fechamento do Seminário de Aracaju em 1933, teve que terminar seus estudos sacerdotais no Seminário Santa Tereza, em Salvador-BA. Ainda assim, é considerado um dos “Padres de Dom José”, com importantes trabalhos pelas paróquias que passou.

Como vimos, nem o Padre Vicente Francisco de Jesus, nem tão pouco o Padre Geminiano de Freitas foram formados no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju. Portanto, não foram considerados “padres de Dom José”. Entretanto, sobretudo em relação ao segundo caso, em Lagarto, eles estiveram às voltas com suas coordenadas pastorais diocesanas, cada um, ao seu modo, agindo com mais ou menos veemência para fazer valer as determinações daquele Bispo sobre os destinos da Paróquia de Lagarto. Foram do tipo de padres que procuravam “moldar uma hierarquia preocupada com a moralidade e a educação, mais condizente com o modelo ideal de padre católico<sup>609</sup>”.

---

<sup>607</sup> Diário de Notícias. Salvador-BA, 04 de setembro de 1974. p. 3

<sup>608</sup> Jornal “A Tarde”. Salvador-BA, 04 de junho de 1974. Capa.

<sup>609</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 369.

#### 4.4. Cônego Vicente Francisco de Jesus

Vicente Francisco de Jesus é natural de Lagarto, nascido no dia 05 de abril de 1885, filho de Saturnino Francisco de Jesus e Edurvigis Maria da Conceição. Aos 14 anos, mudou com a família para Salvador. Entrou muito jovem no Seminário Santa Terezinha<sup>610</sup>. Aos 28 de outubro de 1908, foi ordenado padre. A passagem dele por Salvador, na condição de seminarista ainda é uma incógnita. Não há registro algum, sobretudo processo de gênero. No acervo da Arquidiocese de Salvador, hoje sob a responsabilidade do Laboratório Eugênio Veiga (Universidade Católica de Salvador), estranhamente não há nenhum registro dessa passagem.

Considerando à metodologia aplicada por Cândido, de que já tratamos nesse capítulo, à luz dos insípidos dados biográficos constantes de Armindo Guaraná, Vicente poderia estar entre a terceira e quarta gerações de padres formados pelo Seminário Santa Tereza entre os séculos XVII e XIX. Vicente Francisco de Jesus não é da fornada de padres de José Tomaz. No que diz respeito à formação de padres lagartenses, ele se insere no que seria a “raspa de tacho” dos clérigos sergipanos formados ainda sob os auspícios da Bahia. Vicente estudou e se ordenou naquele seminário, sob o comando de Dom Jerônimo Thomé de Souza.

Depois de ordenado seguiu para a freguesia do Lagarto, onde ficou até janeiro de 1913. Padre Vicente esteve na leva de padres nomeados por Dom José Tomás no dia 15 de dezembro de 1911, para assumirem freguesias sergipanas na condição de vigários encomendados. Assim, sua presença em sua cidade natal na condição de pároco

---

<sup>610</sup> No dia 12 de julho de 1898, atendendo a uma solicitação de seu pai do Padre Vicente, Saturnino Francisco de Jesus, o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha atestou o seu batismo, ocorrido no dia 25 de abril de 1855, na Matriz de Nossa Senhora da Piedade. O Padre Possidônio estranhou o porquê do Sr. Saturnino lhe ter feito tal documento, não sabendo ele que se tratava dos preparativos para a inserção de seu filho no Seminário Santa Tereza, afinal, Vicente havia sido batizado pelo padre Salustiano da Rocha Prata, que também era seu padrinho, fato que poderia lhe depor em seu favor no aceite daquele seminário. À época do documento, Vicente era apenas um jovem adolescente de 13 anos de idade. Cf. Certidão de Batismo do Padre Vicente Francisco de Jesus, de autoria do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Pasta do Clero Diocesano, nº 120. Arquivo da Diocese de Aracaju. Lagarto, 12 de junho de 1898.

representou o esforço daquele Bispo, em Sergipe, de organizar o clero de acordo com novas orientações da recém-criada Diocese de Aracaju.

**Figura 23**



**Padre Vicente Francisco de Jesus**  
**Acervo: Paróquia de Santo Antônio – Lins-SP**

Como já havíamos afirmado, entre janeiro de 1909 e fevereiro de 1910, o Padre Vicente Francisco de Jesus foi pró-Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, auxiliando Monsenhor Daltro, diante do agravamento de sua debilidade física em função das complicações de sua enfermidade. Seu primeiro ato foi a reorganização e difusão do culto ao Sagrado Coração de Jesus, abrindo seu livro de ata no dia 12 de janeiro de 1909.

No início do século XIX, coube ao Padre José Maria Coudrin (1801), na cidade de Paris, a instituição da Congregação de Picpus ou dos Sagrados Corações. A ideia teve a aprovação do papa Pio VII (1800-1823). Segundo José Curvelo Soares, o primeiro templo brasileiro dedicado ao Sagrado de Coração de Jesus foi sergipano, da cidade de Laranjeiras<sup>611</sup>. No dia primeiro de janeiro de 1900, o Padre João de Matos Freire consagrou a Paróquia de Nossa Senhora Santana, Simão Dias (terra natal de Daltro) ao Sagrado Coração de Jesus<sup>612</sup>. Porém, a disseminação de seu culto, em Sergipe, foi uma atitude de Dom José Tomaz. Por ocasião da criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em 1913, sua devoção se apresentava como uma estratégia para manter o seminarista afastado da influência de manifestações populares, comuns em seus lugares de origem. Para Raylane Navarro, era uma maneira de fazer com os futuros padres permanecessem fiéis aos princípios romanos e protegidos das influências profanas daquelas festas. Especificamente naquele seminário, ela foi instalada em abril do ano seguinte, em 1914, e segue ainda muito influente no tempo presente.

Em várias igrejas sergipanas, o Sagrado Coração de Jesus passou a ocupar de destaque nos altares ou figurarem como alternativas substitutivas à festa como a de São Benedito, em Lagarto, por exemplo. O mesmo ocorrendo com a valorização do culto à padroeira Nossa Senhora da Piedade, como veremos mais adiante.

---

<sup>611</sup> SOARES, José Curvelo. *O Sagrado Coração de Jesus, a Diocese de Aracaju e seu Bispo*. In: **Revista Scientia et Virtus. Aracaju**: Seminário Sagrado Coração de Jesus / Tipografia Comercial, 1933. p. 36

<sup>612</sup> Livro de Tombo nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora Santana. Ato de Consagração. 01 de janeiro de 1900. fl. 2, verso. Simão Dias-SE.

Sua ação foi incisiva na tentativa de combate à “má influência” de uma tradição popular, procurando, sobretudo, manter um rígido controle sobre o funcionamento das irmandades. Nesse sentido, os párocos deveriam ser a peça-chave desse processo de controle e regramento das festas religiosas.

Curiosamente, a eleição para a escolha da primeira mesa diretora do Apostolado da Oração do Santíssimo Sacramento de Lagarto ocorreu no dia 13 de fevereiro de 1905 e somente em 1909, como vimos, recebeu algum tipo de registro oficial que define sua existência, de fato e de direito. Ao que se sabe, Daltro havia autorizado seu funcionamento, sem ao menos fazer às vezes de seu Diretor Espiritual, coisa que nunca o foi, relegando esse encargo para coadjutores ou padres neófitos, de passagem pela Paróquia, a exemplo do Padre Elfrasio Teixeira Lobo e do Padre Filadelfo Macedo, mais tarde coadjutor do Cônego Geminiano de Freitas e Pároco de Simão Dias. Por isso mesmo, a associação não teve muita consistência até a disposição do Padre Vicente em levar isso adiante, assumindo a condição de Diretor Local em janeiro de 1909.

Entre 1905 e 1910, o Apostolado da Oração mostrou-se tímido e sem maiores iniciativas. As reuniões, normalmente, aconteciam na Sacristia da Matriz, após a Missa. Elas eram esporádicas. A partir da direção do Padre Vicente, o quadro muda de figura. A associação enfim se reorganiza e ganha fôlego no cenário religioso lagartense. No dia 06 de fevereiro de 1909, ele chama a atenção das associadas, cobrando-lhes maior empenho à missão que abraçaram e que “o sustentaculo do apostolado era exclusivamente devido a ellas<sup>613</sup>”. Na mesma ocasião, definiu-se a necessidade de providenciar um estandarte para dar maior identidade ao grupo frente à sociedade. Mais tarde, em outra ocasião, estimulou a confecção de fitas e medalhas.

---

<sup>613</sup> Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 06 de fevereiro de 1909. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 06. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Figuras 24 e 25



**Medalha do Apostolado da Oração - 2009**  
(Acervo de Dona Isaura da Fonseca Menezes Costa)

As reuniões do Apostolado em Lagarto se tornaram mensais, com o Padre Vicente. Era comum, em cada uma delas, não só como pró-Pároco e como Pároco, o discurso de encorajamento, ressaltando a importância da devoção ao Sagrado Coração para a manutenção da unidade entre as associadas e, segundo ele, para a salvaguarda do povo lagartense.

Durante sua estada em Lagarto, sobretudo à frente do Apostolado da Oração, uma personagem se destacou e sintetizou bem as mudanças ocorridas com os leigos lagartenses e sua nova forma de se relacionar com a Igreja e com as coisas de Deus. Trata-se de Ana Dantas Romero. Ela ocupou a condição de Presidente do Apostolado por dez anos (1905-1915), compondo a Diretoria com mais dezesseis moças e senhoras, inclusive mais duas outras familiares: Maria Romero de Jesus (Procuradora) e Dulce Dantas Romero (Zeladora). Essa influência dos Romeros na vida religiosa de Lagarto no início do século XX se explica não só pela importância econômica e política da família, como também de seu mais importante membro: Silvio Vasconcelos da Silveira

Ramos Romero. Além disso, nunca é demais lembrar que a matriarca do clã, Maria Joaquina Vasconcelos Silveira Ramos Romero, juntamente com seu esposo, André Ramos Romero, educar sua numerosa prole com formação religiosa, eminentemente, católica<sup>614</sup>.

Ana Dantas Romero foi casada com um irmão de Sílvio Romero, Emílio, surdo, que também era seu primo. Ela era a típica moça católica, branca, de origem abastada, filha do Coronel Dionísio da Silva Dantas e Dona Maria da Silveira Dantas, proprietários do Engenho Moreira<sup>615</sup>. Como veremos mais adiante, com a administração do Cônego Geminiano de Freitas, as moças, sobretudo brancas e “bem-nascidas” passam a ocupar o novo cenário religioso lagartense, sobretudo no que tange à participação de leigos, do sexo feminino, em associações que tinham o propósito claro de desbaratar a velha prática, normalmente legada a pretos e pobres, das devoções mais populares. A exceção à regra será Dona Ester Deolinda de Matos, mulata, porém abastada, filha do Monsenhor Daltro, aceita no Apostolado no dia 04 de junho de 1909, de quem trataremos oportunamente<sup>616</sup>. Ela foi Tesoureira do Apostolado entre os anos 30 e 40, com destacada passagem e contribuição<sup>617</sup>, ajudando a organizar as finanças da associação que estiveram, por algum tempo, em sérias dificuldades, chegando a ficar sem realizar sua festa algumas vezes em décadas anteriores.

---

<sup>614</sup> Cf. FONTES, Aglaé d'Ávila. *Um Homem e sua História*. In: CARVALHO, Ana Conceição Sobral de, ROCHA, Rosina Fonsêca. **Sílvio Romero e a Sergipanidade**. Aracaju: Imprensa Gráfica Editora Ltda, Secretaria de Estado da Cultura, 2004. p. 10.

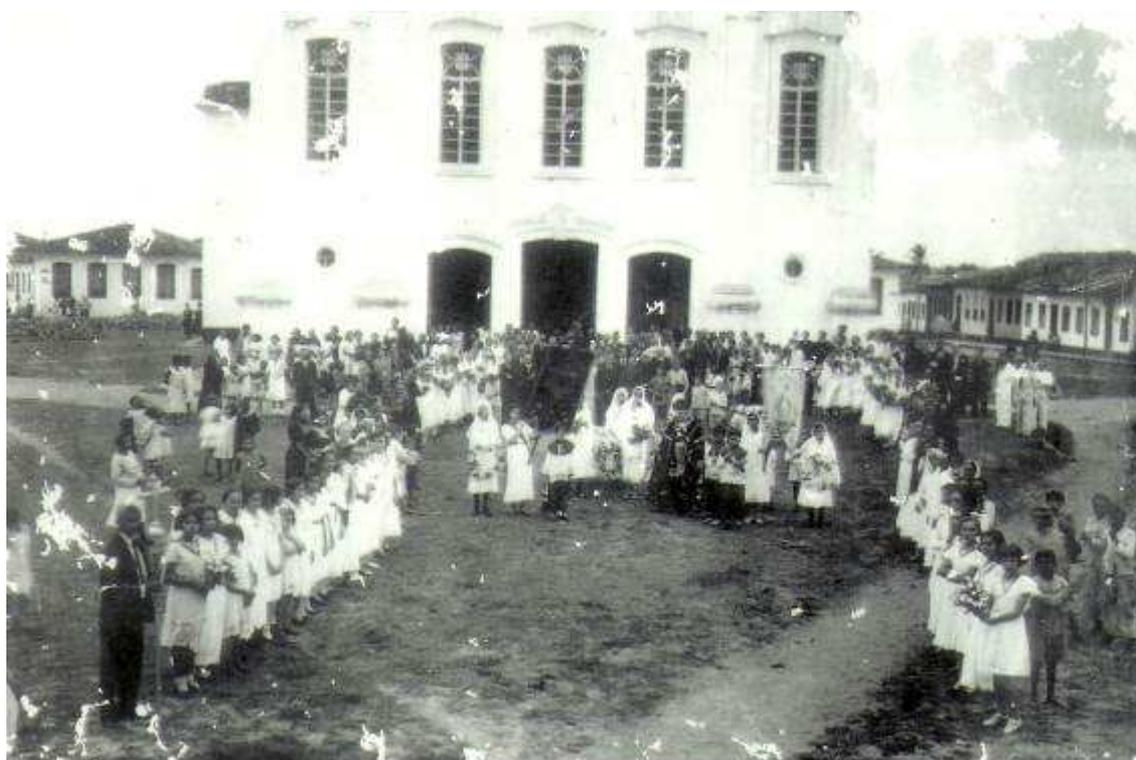
<sup>615</sup> Cf. FONSECA, Adalberto Fonseca. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. p. 318.

<sup>616</sup> Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 04 de junho de 1909. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 7. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>617</sup> Livro de Atas do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus Nº 02 (1937-1945). Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

A foto abaixo, datada de 01 de maio de 1933, é do enterro de Dona Ana Dantas Romero. O Registro é emblemático, pois mostra como estava a vida religiosa pós-Vicente e pós-Geminiano, quando as associações dominam a cena, ao lado de clérigo, garbosamente paramentado, ladeado pela Pia União das Filhas de Maria e pelo Apostolado da Oração.

**Figuras 26**



**Acervo: Floriano Fonseca**

Com o falecimento de Monsenhor Daltro, o Padre Vicente Francisco de Jesus é efetivado na condição de Pároco de Lagarto<sup>618</sup>. Sua administração foi relativamente curta, aproximadamente três anos. A partir de suas atitudes, é possível inferir que foi um sujeito organizado e sistemático. Não só na condição de coadjutor de Daltro como também de efetivo administrador da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, revelou-se preocupado com os registros das ações da Igreja, do levantamento minucioso, por meio de inventários e livros de tombos ou atas de associações leigas. Faculdades demonstradas não só em Lagarto, como nas demais paróquias por onde passou.

**Figuras 27**



**O Cônego Vicente em foto com o Apostolado da Oração de Lins-SP  
(Acervo da Paróquia Santo Antônio – 1939)**

---

<sup>618</sup> Nas atas que compõem o Livro de Atas Nº 01 (1905-1920) do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Lagarto, não consta nenhuma menção ao falecimento de Daltro.

O Livro de Contas da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade<sup>619</sup>, aberto por Monsenhor Daltro em 1878 e encerrado em 1949, pelo Monsenhor Marinho, revela ainda outras facetas e habilidades administrativas do Padre Vicente Francisco de Jesus. No período que foi pró-Paróco, demonstrou cuidado e gerenciamento com as finanças. Era cuidadoso com o asseio do Cemitério Senhor do Bomfim, o qual ocorria mensalmente. Além disso, dava suporte logístico e financeiro ao Apostolado da Oração<sup>620</sup>. No período subsequente (1910-1913), que corresponde ao seu paróquiato efetivo, seguiu levando adiante as ações aqui destacadas, percebendo-se que a tônica maior passou a ser o zelo com a Matriz<sup>621</sup>, ao contrário da Capela do Rosário que não lhe mereceu nenhuma atenção<sup>622</sup>.

Como Pároco, deu continuidade ao fortalecimento das ações do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus, iniciando um processo de expansão que não teve tempo de concluir, instalando a associação num lugar chamado Oiteiro, atual povoado de Lagarto, no mês de julho de 1912<sup>623</sup>. Naquele ano, ele consagrou, em definitivo, a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade àquela devoção, em cumprimento à Carta Pastoral do Bispo Diocesano de Aracaju, Dom José Thomaz. Na ocasião, encaminhou ao Bispo um relatório contendo informações das festividades religiosas de sua administração, onde já é possível perceber o ofuscamento e desaparecimento da Festa de São Benedito, em detrimento das demais, a exemplo das que eram realizadas pelo Apostolado<sup>624</sup>.

---

<sup>619</sup> Curiosamente, o documento apresenta um hiato de registros considerável entre os anos 1890 e 1909.

<sup>620</sup> Livro de Contas Nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1878-1949). fls. 71-75.

<sup>621</sup> A beata Benedicta esteve a frente do asseio da Matriz de Nossa Senhora da Piedade e demais atividades de limpeza e cuidados com a vestimenta sacerdotal. Essa personagem aparece com regularidade nas prestações de contas das administrações do Padre Vicente e, sobretudo, do Padre Geminiano de Freitas.

<sup>622</sup> Livro de Contas Nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1878-1949). fls. 77-88.

<sup>623</sup> Para se ter uma ideia de como a devoção ao Sagrado Coração de Jesus crescia naquela época na Diocese de Aracaju, na paróquia vizinha a Lagarto, Paróquia de Nossa Senhora Santana (Simão Dias) era instalada, aos seis dias de junho daquele ano, seu Apostolado da Oração. Cf. Livro de Tombo nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora Santana. Ato de Consagração. 01 de janeiro de 1900. fl. 12, verso. Simão Dias-SE.

<sup>624</sup> Cf. Boletim Diocesano. Ano 1, nº 6, junho de 1912. Aracaju. p. 113.

Ainda em 1912, em reunião do dia 01 de novembro, propôs aos presentes duas ideias que foram bem recebidas e, que não vigaram, por conta de sua transferência para a Paróquia de Santo Antonio das Almas de Itabaiana, em janeiro do ano seguinte. Trata-se da colocação da efígie de Jesus Cristo no salão da Intendência Municipal, “como incentivo a todo catholico que dever ter sempre por escopo a adoração e respeito<sup>625</sup>”. Além disso, pretendia fundar uma biblioteca na Matriz de Nossa Senhora da Piedade para que o Apostolado pudesse “deleitar-se de leituras amenas e religiosas<sup>626</sup>”.

Naquele mesmo mês de julho de 1912, mais precisamente no dia 21, instalou, em sessão solene a Confraria das Almas<sup>627</sup>. À tarde, houve ato inaugural, presidido pelo Padre Possidônio Pinheiro da Rocha, a convite de seu Diretor, o Padre Vicente Francisco de Jesus. Nas palavras do cerimonialista convidado, tal ato representava “a crença na imortalidade da alma na antiguidade e o sufrágio em favor da mesma na Igreja Catholica<sup>628</sup>”.

Entre as associadas e componentes da Diretoria, nomes de moças e senhoras que já figuravam no Apostolado da Oração, a exemplo da já citada Ana Dantas Romero. Ficou acordado que em todas as segundas-feiras de cada mês seria celebrada Missa em sufrágio dos fieis defuntos e almas da paróquia. Para ocupar a função de Presidente, ficou designada Dona Josefa Maria de Jesus. Dois elementos chamam atenção na instalação, atas e funcionamento dessa nossa associação de leigos da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto: todos assinam a documentação e não somente o Padre e uma ou duas componentes da Confraria; não havia uma regularidade de reuniões.

---

<sup>625</sup> Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 01 de novembro de 1912. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 13. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>626</sup> Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 01 de novembro de 1912. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 13. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>627</sup> Na folha 3, do Inventário nº 1 (1831-1914) da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, consta um altar dedicado a São Miguel, cuja devoção estava associado às almas.

<sup>628</sup> Livro de Atas da Confraria das Almas (1912-1934). fl. 1. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

Em reunião ordinária da Confraria, do dia 04 de agosto de 1912, o Padre Vicente esclareceu, historicamente, a crença entre os católicos sobre o dogma do Purgatório. Na ocasião, disse aos presentes que é santo e salutar rogar pelos mortos para que eles alcançassem a liberdade de seus fracassos<sup>629</sup>. Em várias ocasiões, o Vigário falou da importância de se ter uma vida reta e da necessidade da conversão. Para ele, a crença na imortalidade da alma deveria impulsionar todos nesse sentido, evitando os tormentos do inferno e as agruras do purgatório. Assim, as confradeiras deveriam zelar por buscar o céu, a partir de seus gestos de amor e de caridade e que não apartassem, jamais, da obrigação de rezar pelas almas do purgatório.

Após a posse do sucessor do Padre Vicente, o Padre José Geminiano de Freitas, e durante a sua administração, a Confraria das Almas teve suas atividades interrompidas, retomadas pelo Cônego Jugurta no dia 27 de fevereiro de 1918. A tradição de rezar pelos mortos perdurou e ainda se faz sentir na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Durante anos, todas as segundas-feiras, reza-se Missa pelas almas do purgatório, seja na Capela do Cemitério Senhor do Bomfim, seja na Capela do Rosário, normalmente às 11 horas da manhã. Outro elemento que depõe em favor da permanência do culto aos mortos em Lagarto é a existência de um grupo de leigos, penitentes, conhecido pelo nome de Encomendação das Almas, que até a presente data, duas vezes por ano (dia de finados e Sexta-Feira Santa), saem às ruas da cidade rogando pelas almas do purgatório. Em seu canto, dizem: “Irmãos meus, lembrai-vos; das almas do purgatório; Por um Padre Nosso, por uma Ave-Maria<sup>630</sup>”.

Como se vê, coube ao Padre Vicente Francisco de Jesus, em seu curto período de Pároco, estimular à organização dos leigos lagartenses em novas formas de associação religiosa, onde a figura do clérigo se destacava não só como Diretor, mas como alguém que pudesse imprimir novas formas de conduta e posturas, à luz das determinações e orientações romanizadoras de então. Atitudes como as do Padre

---

<sup>629</sup> Ata de Reunião da Confraria das Almas. 04 de agosto de 1912. In: Livro de Atas da Confraria das Almas (1912-1934). fl. 4. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

<sup>630</sup> Acervo do Folclorista José Antônio da Costa, mais conhecido como Maninho de Zilá.

Vicente podem não ter sido contundentes e em nenhum momento se revelaram intransigentes em relação à Festa de São Benedito, por exemplo; mas a sua indiferença para com ela e para com o templo e para com o cenário onde se realizava a mesma minaram a existência das reminiscências da antiga Irmandade do Rosário, abrindo caminho para que seus reflexos se avolumassem com seu sucessor.

Afora a reorganização do Apostolado da Oração e a instalação da Confraria das Almas, merece destaque, ainda, como ações do paróquiato do Padre Vicente Francisco de Jesus, a exemplo de seu antecessor, à realização de Santa Missão em Lagarto. Entre os dias em 24 de setembro de terminou no dia 04 de outubro 1910, estiveram em Lagarto os Freis Caetano de San Leo e Frei Camillo de Crispiero. A julgar pelos números de batismos, crismas, comunhões e casamentos, segundo a historiadora Tatiane Oliveira, a passagem desses religiosos foi bem sucedida<sup>631</sup>.

No dia 05 de outubro daquele ano, o Padre Vicente Francisco de Jesus, juntamente com o Frei Capuchinho Caetano de São Leo, inaugurou um tanque (poço artesiano), num local à época denominado de Campo da Vila, hoje Bairro Adhemar de Carvalho, a fim de tentar aplacar os sérios danos provocados pela seca de então. O evento foi, efusivamente, celebrado e se revestiu de um forte simbolismo religioso<sup>632</sup>.

Assim iniciativa, antes de ter sido somente uma medida social, no sentido prático das pessoas e de suas necessidades materiais, foi um auto de fé e redenção. Os fiéis eram orientados a realizar toda a tarefa de construir o tão desejado tanque, e que por ser penosa e dura, serviria para punir aqueles que houvessem pecado, daí a importância, naquele contexto, das chamadas missões, tão bem frequentadas nas terras do Lagarto.

---

<sup>631</sup> Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira. *Santa Missão Capuchinha e a Romanização em Sergipe: uma demonstração de fé e sociabilidades (1901-1923)*. In: **Anais do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**. 25 a 27 de maio de 2009. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

<sup>632</sup> Inventário nº 1 (1831-1914) da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. fl. 18.

Desse modo, era criado um “véu de proteção na freguesia em favor do triunfo do bem contra o mal”, conforme afirmava Monsenhor Raimundo, representante do Arcebispado da Bahia. Naquele contexto, segundo o Prof. Dr. Lindvaldo Souza, as festas religiosas eram fundamentais, não só para socializar as pessoas, mas, também, para torná-las mais dóceis e generosas, contribuindo, decididamente, para fazer valer as orientações romanizadoras da época.

Outro fato curioso e que explica bem a presença de Santa Missão em Lagarto, é o avanço do protestantismo. Na primeira década, os primeiros sinais já se faziam sentir e no ano seguinte à realização da passagem do Frei Caetano, chega efetivamente. Aliás, a situação de Lagarto se insere num contexto mesmo de ampliação do alcance dos chamados evangelistas, pois os mesmos já se faziam presentes também em Aracaju (1901) e Estância (1904). A Igreja Presbiteriana foi fundada naquela por Manoel Felizando Pereira e Eduana de Jesus. Em 1911 contava com 54 membros e em 1920, 80 membros. As primeiras ações se concentraram no interior, mais precisamente no Povoado Urubutinga, e depois ganharam a zona urbana<sup>633</sup>.

Sua trajetória sacerdotal em Sergipe não foi das melhores, sobretudo depois de sua transferência de Lagarto para Itabaiana, anunciada em 05 de dezembro de 1912 e efetivada em janeiro do ano seguinte<sup>634</sup>. Na Paróquia de Santo Antonio e Almas, sempre as voltas com problemas com políticos e mesmo com membros do clero, apesar de ocupar funções importantes na Diocese de Aracaju. Isto se configurou quando pároco em Itabaiana, por exemplo. Vicente Francisco de Jesus é personagem de uma trama histórica no livro “O eclipse de um farol” (2008), de Antônio Lindvaldo Sousa. Em 1916, o padre se indispôs com o Coronel Sebrão, líder político da cidade. Contando com o apoio de seu conterrâneo, Dr. Itajahy, fez frente ao mandonismo do mandatário, o que lhe custaram incontáveis perseguições, entre elas, a sua exoneração do cargo de Delegado de Ensino. O revide não tradou e logo Vicente negou à Carolina de Almeida

---

<sup>633</sup> Cf. MACHADO, Pedro. *Um Século de Evangelismo em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 9, 1920. p. 207-214.

<sup>634</sup> Boletim Diocesano. Ano 2, nºs 1 e 2, 05 de dezembro de 1912. Aracaju. p. 8.

(concubina do coronel) a condição de madrinha de Crisma. O resultado não poderia ser diferente e o clima esquentou entre os dois personagens brigãos, com trocas de farpas e insultos de toda ordem, algumas delas publicadas na imprensa aracajuana. A pendenga resultou num homicídio. Trata-se do Sr. Luiz Pereira de Andrade, um dos três homens que estiveram a serviço do padre para tentar lhe garantir a vida, uma vez que vinha sendo, constantemente, ameaçado. O referido capataz foi morto por forças policiais, a mando do desafeto do religioso. Esse fatídico episódio provocou a transferência cautelar do Padre Vicente para Aracaju, por determinação do Bispo Dom José Tomaz.

Ao tratar da deserção, do abandono ou negação do presbítero de títulos nobiliárquicos da Igreja Católica, como a condição de Cônego, o padre estaria “abraçando a sua morte religiosa e social<sup>635</sup>”. Nesses termos, em 14 de novembro de 1914 foi nomeado cônego, renunciando a este título algum tempo depois. Assim, de algum modo isto teria acontecido ao Padre Vicente em Sergipe, mas seus efeitos não se fizeram sentir no todo<sup>636</sup>, pois tornou a ser nomeado algum tempo depois pelo Bispo de Aracaju, para ocupar função no Seminário<sup>637</sup>.

Na condição de Cônego, o padre Vicente Francisco de Jesus ocupou, entre 1916 e 1917, a função de Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Em 1917, integrou a terceira leva de docentes daquela instituição, onde lecionou Latim, Francês, Aritmética, Música e Canto Gregoriano. Demonstrava um preparo intelectual além de seu tempo, fato que teria despertado a atenção do professor e jornalista Manoel Cândido dos Santos<sup>638</sup> no sentido de juntos fundarem, em 1922, o Educandário Tomás de Aquino, instituição que ajudou a formar importantes nomes da sociedade sergipana.

---

<sup>635</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000, p. 209.

<sup>636</sup> Na Diocese de Lins-SP, o Padre Vicente Francisco de Jesus tornou-se Cônego, além de assumir funções importantes no Cabido daquela diocese.

<sup>637</sup> Esboço Histórico do Seminário do Sagrado Coração de Jesus. In: Revista Scientia et Virtus. Aracaju: Seminário Sagrado Coração de Jesus / Tipografia Comercial, 1933. p. 5.

<sup>638</sup> Natural de Rio da Contas-BA (01 de setembro de 1844), estudou para padre no Seminário Santa Tereza, Bahia, mas não concluiu a sua formação, dedicando-se ao ensino, ao jornalismo e ao direito. Mudou-se para Aracaju em 1912, a convite do Presidente de Sergipe, General Siqueira de Meneses, depois de uma prodigiosa passagem pela imprensa da cidade baiana de Alagoinhas. Foi professor de

A julgar pelas considerações de Lindvaldo, dos três padres objetos de análise da presente tese, Vicente Francisco de Jesus foi o único que sofreu algum tipo de gerência por parte de seus supervisores, tendo sido, segundo o professor, silenciado misteriosamente, sobretudo com sua saída da Diocese de Aracaju no ano de 1918. Em outubro do mesmo ano iniciou uma incursão por algumas partes do Brasil, como Caitité, na Bahia, sendo nomeado, em janeiro do ano seguinte, vigário da freguesia de Bela-Flor, Umburanas e Gentio na mesma diocese.

Em 1920, esteve de passagem por Sergipe, antes de seguir para a Paróquia de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde ocupava o cargo de cura. Na ocasião, esteve visitando a redação do jornal católico sergipano “A Cruzada<sup>639</sup>”. Tudo leva a crer, que foi sua última estada em terra natal. Ainda na Bahia, antes de seguir para São Paulo, foi Vigário de Juazeiro e Vigário Capitular na Diocese de Barra<sup>640</sup>.

Em São Paulo teve uma vida ativa e, finalmente encontrou paragem. Foi o nono vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, Diocese de Jaboticabal, cidade de Barretos. Era chamado pelos barretenses de “monsenhor<sup>641</sup>”. Sua administração se deu entre os anos 1933 e 1935, quando pode imprimir sua marca de sujeito obreiro e reformador, levando adiante alterações no mobiliário da matriz, bem como mudanças de ordem estrutural e iconográficas em altares, paredes e fachadas. Tais ações pastorais revelaram um agente religioso atento com os desdobramentos e com afirmação das orientações romanizadoras da Igreja Católica, imprimindo uma feição mais clerical e menos popular aos templos, celebrações e devoções.

---

Latim e de Português no Colégio Atheneu Sergipense. Em 1913, foi convidado pelo Bispo Dom José Thomas para ocupar o corpo de docentes do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Cf. NETO, Urbano Oliveira Lima. “Era um Sábio... Era um Santo”. In: Revista da Academia Sergipana de Letras. Nº 28. Aracaju-Se, setembro de 1981. pp. 181-183.

<sup>639</sup> Jornal “A Cruzada”. Aracaju, 08 de fevereiro de 1920. p. 3.

<sup>640</sup> Ficha Cadastral do Cônego Vicente Francisco de Jesus. Diocese de Lins. São Paulo.

<sup>641</sup> Cf. LOMBARDI, José Paulo. **O coração de Barretos**. Barretos: Gráfica Barretos, 2002.

Em 1935, mudou-se para a Diocese de Cafelândia, também no Estado de São Paulo. Mudou-se em definitivo para a cidade paulista de Lins<sup>642</sup>, na companhia de sua irmã Sinhazinha dos Anjos de Jesus e de sua afilhada, Graça Maria de Jesus, em 1936. A exemplo do que ocorreu em outras paróquias, levou adiante o embelezamento do templo dedicado ao santo de sua devoção, Santo Antônio. Instalou a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e à Imaculada Conceição. Além das inúmeras imagens tipicamente pertencentes ao elenco de devoções romanizadas, adquiridas em seu paróquiato em Lins, chama atenção uma de São Benedito<sup>643</sup>. Estimulou as associações já existentes e criou a Liga Católica e Asilo São Vicente. No dia 24 de maio de 1939, ele criou a Paróquia de São João Bosco.

Não tardou a ter seu trabalho reconhecido, tornando-se Cônego pela Diocese de Lins. Nos anos 50, apresentou uma série de programas na Rádio Clube da cidade (a Hora Católica) tornando-se um dos primeiros clérigos da região a usar a ferramenta radiofônica de comunicação como instrumento de evangelização<sup>644</sup>. Em 1958, comemorou, já apresentando sinais de convalescência, suas bodas de ouro presbiteral, no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, onde foi professor do Padre Oscar Beozzo. A partir de 1959, cada vez mais doente e cego de um olho, passou a dividir suas funções com Monsenhor Luiz Gonzaga Passetto. Faleceu na Santa Casa de Lins, em plena Festa de Santo Antônio, no dia 13 junho de 1960<sup>645</sup>. Seus restos mortais encontram-se sepultados no Cemitério da Saudade. Definitivamente ficou marcado na história daquela cidade e tem até hoje seu nome referendado pelos linenses.

---

<sup>642</sup> Lins pertencia à Diocese de Cafelândia e depois foi, também, alçada à condição de Diocese em 1950. Por conta da idade, Vicente Francisco de Jesus, cotado, não pode sagrar-se primeiro Bispo de Lins. Entretanto, ocupou importantes cargos em seu Cabido. Em 1953, tornou-se Consultor do Bispo Diocesano, Dom Henrique Gelain. Em 1957, torna-se membro do Cabido e Cura da Catedral de Lins. Em 1960, pouco antes de falecer, foi sagrado Chanceler da Cúria Linense. Cf. Anuário do Brasil Católico (1953-1960). páginas 141-142; 421-424; 653-656. Acervo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

<sup>643</sup> Antes da reforma da Igreja de Santo Antônio, sua imagem figurava num dos altares laterais, tendo ao centro a imagem de São José e do lado, a de Dom Bosco. Após a reforma, ela foi transferida para uma Igreja que leva o nome do Santo, nas proximidades do Cemitério da Saudade, numa região mais periférica da cidade de Lins.

<sup>644</sup> Anuário do Brasil Católico. 1957. p. 421. Acervo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

<sup>645</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio (1941-1960). Diocese de Lins. São Paulo. fls. 52-53.

Entre os pertences pessoais do Padre Vicente Francisco de Jesus, que compõem o Arquivo da Paróquia de Santo Antônio, na Diocese de Lins, encontramos uma série de pequenos bilhetes, cartas, cartões, santinhos, opúsculos comemorativos, entre outros, que revelam o carinho e a gratidão de seus paroquianos por ele. Esses sentimentos, também podem ser observados, quando os destinatários daqueles documentos são seus antigos paroquianos de sua terra natal.

A faceta romanizadora do Padre Vicente Francisco de Jesus ficou mais evidente em sua estada na Paróquia de Santo Antônio, Diocese de Lins. Aproximando-se, em muito, do estilo de seu sucessor, em Lagarto, o Padre José Geminiano de Freitas, sobretudo, como veremos mais adiante, no que diz respeito ao estímulo à criação de inúmeras entidades e associações de leigos sob seu controle direto.

Essa vida sacerdotal ciganeira denuncia, em si, o espírito do Padre Vicente e de sua época, quando alguns membros da Igreja, a exemplo dele, se insurgiam contra políticos locais, os chamados coronéis, típicos de nossa região e ainda vistos aqui e ali sob novas formas. A peleja se dava de modo sintomático, a partir da interferência dos poderosos em assuntos restritos à Igreja, como o funcionamento das irmandades, muito fomentadas e usadas para ambos os fins.

Ao assumir um posicionamento contrário à intervenção do político no religioso, Padre Vicente não só foi angariando o ódio dos donos do poder, como também dos chamados notáveis da sociedade, além da fama de 'maldito', 'mentiroso', 'desordeiro' (quem teria plantado tais adjetivos?). Sua ação “rebelde”, segundo Lindvaldo, era contundente, a exemplo da redação de manifestos em veículos jornalísticos, como O Povo.

Curiosamente, dos três clérigos que atuaram em Lagarto, aos moldes de uma romanização restrita, Vicente foi o único que efetivamente fez valer suas ações sem levantar dúvidas quanto a sua vida pessoal e sacerdotal. O mesmo não se pode afirmar de Daltro e de Geminiano de Freitas.

Por isso mesmo, consideramos importante o que diz o pesquisador sergipano, Antonio Lindvaldo, a seu respeito: “Reveladora das contradições da romanização da Igreja Católica em Sergipe, a análise da história de vida de Vicente Francisco de Jesus propõe questionamentos singulares em relação à romanização<sup>646</sup>”.

No que se refere ao período em que foi Pároco de Lagarto (1912-1913), o Padre Vicente Francisco de Jesus pode ser enquadrado na categoria de padres romanizadores que não combatiam diretamente as devoções tradicionais<sup>647</sup>. Entretanto, não perdia a oportunidade de por em prática ações que, de algum modo, iam de encontro a elas.

#### **4.5. Festa Popular e Festa Romanizada em Sergipe (Algumas Considerações)**

Com a criação da Diocese de Aracaju, a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, naturalmente passou a fazer parte dela e, por conseguintemente, a ser inserida nesse mais novo ímpeto reformador.

Ainda na esteira regulamentadora do contexto romanizado pós-criação da Diocese de Aracaju, é preciso destacar, também, a preocupação da Igreja Católica sob os auspícios de Dom José Thomaz com as festas religiosas, de modo particular com as realizadas pelas irmandades. A principal preocupação era como desmantelá-las, com vistas a combater o que a Igreja, naquele momento, entendia como paganismo.

Em geral, no Brasil, e não foi diferente em Sergipe, foram inúmeras as tentativas de controle das festas organizadas por irmandades de pretos ou pardos. Miceli avalia isso como um problema em tudo semelhante à existência das irmandades, pois o cerne delas eram exatamente as festas. Todos os esforços dispensados por seus membros durante o ano, como vimos anteriormente, se davam nesse sentido. A tarefa nem sempre

---

<sup>646</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 32.

<sup>647</sup> GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A Cultura clerical e a folia popular**. Revista Brasileira de História. 1997, vol.17, n.34, pp. 183-202.

foi fácil, apesar das estratégias por parte da Igreja, como, por exemplo, o uso da autoridade conferida por Roma. Assim: “Através de pastorais, circulares, apelos, verifica-se ampla unanimidade entre os prelados do período quanto à urgência de severa regulamentação das festas religiosas [grifos nossos]”<sup>648</sup>.

Entre as estratégias de desbaratamento das festas populares, como a de São Benedito, merecem destaque as seguintes: 1) disseminação de cultos romanizados; 2) criação de filiais do Apostolado da Oração; 3) acusar as festas religiosas populares de terem se desvirtuado, se secularizado e se comportarem como pagãs; 4) estimular a concorrência com confrarias e outros agrupamentos e associações religiosas de leigos, porém sob as hostes dos padres e dos bispos.

Analogamente ao observado em relação ao avanço do projeto de Canudos, no final do século XIX, pode-se dizer, dentro de suas especificidades e considerando as suas devidas proporções, que o esvaziamento religioso e cultural da devoção e festa de São Benedito, em Lagarto, esteve na ordem do dia no que se refere às necessidades da Igreja Católica de enfrentamento a “movimentos religiosos concorrentes”<sup>649</sup>.

Ao contrário do que teria ocorrido em outras partes do território sergipano, como nas cidades de Aracaju, Laranjeiras e de Japarutuba, a manutenção desse tipo de tradição do catolicismo popular de algum modo afetaria os interesses de uma elite eclesiástica sergipana, notadamente representada em Lagarto pelo Cônego Geminiano de Freitas.

O clero reformador sergipano passou a coibir o manuseio dos fiéis com as imagens. A idéia era inibir o culto particular e familiar. Curioso notar como até hoje, mesmo com toda aquela proibição e tentativa de regramento dos leigos, devotos ainda pratiquem esse tipo de rito. Em Lagarto, ainda é comum que nichos móveis frequentem casas num sistema de rodízio. Isso ocorre muito com devoções a Santa Rita, São Miguel e a Nossa Senhora Auxiliadora.

---

<sup>648</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 14.

<sup>649</sup> Idem. p. 20.

A troca constante de correspondências com seus padres revela a nítida intenção de impor uma uniformização e uma pretensa unidade ao clero sergipano. A necessidade de saber do procedimento das festividades religiosas em Sergipe em suas paróquias, pretendia lhe dar um pleno controle da situação, que o orientasse a tomar medidas que disciplinassem seu clero e os leigos.

Segundo Lindvaldo Souza, a idéia de criação de uma Diocese em Sergipe, frente às dificuldades econômicas da região, animou a população que em parceria com seus vigários empreendeu uma série de ações do sentido de angariar dinheiro para o intento. Entre elas, merecem destaque as festividades religiosas, principais capitaneadoras e catalisadoras de recursos<sup>650</sup>.

As festas religiosas se apresentavam como um excelente meio de aproximar e reaproximar os homens de Deus, para que eles pudessem confessar seus pecados e fazerem penitência<sup>651</sup>. Segundo Péricles Moraes, o clero foi taxativo nesse intento estabelecendo o controle e marginalizando seus agentes sociais, e, dessa maneira, desqualificando o poder que esse laicato até então possuía: “(...) Definia-se a autoridade exclusivamente religiosa, tornando o sacerdote o agente mais importante deste campo<sup>652</sup>”.

Com gradações diferenciadas, mas sempre decadentes, as manifestações de fé a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e, principalmente, a São Benedito foram ganhado movimentos diversos até o seu completo esquecimento em Lagarto, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, quando ares civilizadores e romanizados já tomavam conta de vários aspectos da vida social e religiosa do lagartense.

---

<sup>650</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 81.

<sup>651</sup> D. Joaquim Thomé da Silva. Correspondência ao Monsenhor Alessandro Bavona, Núncio Apostólico do Brasil. 20.08.1909. fasc. 611, ANAB, ASU.

<sup>652</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 84.

Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico de Sergipe, Paulo de Carvalho Neto explicou, com muita propriedade, o que ocorreu em alguns lugares de Sergipe, notadamente na cidade de Lagarto, a partir das duas primeiras décadas do século XX. Ao se referir às chamadas “danças do povo”, ele verifica um “processo lento e progressivo de decadência que se mostra na paralisação total ou no sincretismo<sup>653</sup>”.

Não foram suficientes os esforços de Padres como o Cônego Jugurta, Monsenhor Marinho e Monsenhor Juarez, de políticos como o Prefeito José Emílio de Carvalho e de figuras populares e agentes culturais como Tonho de Senhor e João Briba. O Santo Preto perdeu seu protagonismo e repousa quase que despercebido à direita da imagem de Nossa Senhora da Piedade (a Padroeira, desde 1669) e à esquerda da imagem de Nossa Senhora do Rosário, respectivamente, no atual Santuário de Nossa Senhora da Piedade e na antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário.

É fato que isso não é uma exclusividade de Lagarto, mas um sujeito ajuda a perceber que essa trama tem fios e nós que conduzem essas linhas iniciais a um roteiro que já vai longe no tempo e que implica uma série de imbricações de ordens diversas, capaz de “dar um bom caldo” aos estudos sobre catolicismo popular em Sergipe, bem como de parte do que se deu após a criação da Diocese de Aracaju, no ano de 1910. Trata-se do Padre Geminiano de Freitas.

---

<sup>653</sup> NETO, Paulo de Carvalho. *Danças Populares de Aracaju*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 19, 1945-1949, p. 98.

## CAPÍTULO V

### A FESTA E O TEMPO DE GEMINIANO DE FREITAS: ENTRE RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS, UM VÉU DE ESQUECIMENTO (1913-1928)

#### 5.1. Cônego José Geminiano de Freitas: um romanizador intransigente

Nascido em Propriá-SE, no dia 07 de fevereiro de 1878, filho de Pedro Geminiano de Freitas e Maria Adelaide de Santa Ritta Freitas<sup>654</sup>. A exemplo de seus predecessores, também estudou e fez-se padre pelo Seminário Santa Tereza, entre 1893 e 1901, ordenado por Dom Jerônimo Thomé da Silva no dia 29 de setembro<sup>655</sup>. No seminário, Geminiano compôs o que teria sido a quarta geração de clérigos formados por aquela instituição. A chamada geração dos “doutores romanos<sup>656</sup>”, os “porta-vozes” das mudanças levadas a termos pela Arquidiocese de Salvador desde o século XVIII, com Dom Romualdo Seixas. Na prática, Geminiano irá representar, em Lagarto, o que, em linhas gerais, mas não única e uniforme, o clero baiano (e depois o sergipano) foi se tornando a cada nova geração “diferente do conjunto dos fiéis”, sobretudo por conta de sua especialização. Uma Igreja cada vez mais “clericalizada”, buscando alcançar uma hegemonia que considerava imprescindível.

---

<sup>654</sup> Examinando sua Inquirição de Gênero, detectamos um fato curioso que ilustra bem como eram rigorosas as condições para fazer parte do corpo de seminarista do Seminário Santa Tereza. Por ocasião da apresentação de sua Certidão de Batismo, constava que sua mãe se chamava Maria Adelaide de Santa Ritta. Tratava-se de seu nome de solteira. Dessa forma, nada constava a respeito no Arquivo da Freguesia de Santo Antônio do Urubú (Propriá). Uma pesquisa incessante foi feita até se descobrir, e, portanto, esclarecer-se que se tratava da mesma pessoa. Cf. Inquirição de Gênero de José Geminiano de Freitas. Câmara Eclesiástica. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1900. Estante 1. 28-GE 25, caixa 9.

<sup>655</sup> *Expediente do Governo Diocesano*. In: **Boletim Diocesano**: A Diocese de Aracaju, Ano 1, número 5, maio de 1912. p. 82.

<sup>656</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 156.

Levou pelo menos uma década para, finalmente, assumir uma paróquia e se fixar por mais tempo. Foi coadjutor em Maruim-SE (1901-1902), vigário encomendado de Aratuhybe-BA acumulando-se com as Freguesias de Estiva e Jaguaripe, também Bahia, (1902); coadjutor e capelão da Santa Casa de Misericórdia da Freguesia de Nazaré-BA (1903-1904); vigário de Vila Nova (1904-1912)<sup>657</sup>. No dia 05 de dezembro de 1912 é transferido para Lagarto, primeiro, como coadjutor e depois, em dois momentos, como pároco: 1) 1913-1919, substituindo o Padre José Vicente de Jesus; 2) 1919-1928, substituindo o Padre Philadelfo Macedo<sup>658</sup>.

Essa falta de paradeiro que antecedeu a sua estada em Lagarto, por mais tempo do que o normal, pode ser explicada por uma querela até hoje mal explicada com o Padre Vicente Francisco de Jesus. Ao ser indicado por Dom José Tomás para ser Cônego, o Padre José Geminiano de Freitas foi denunciado por seu antecessor. Vicente enviou para o Núncio Apostólico do Brasil uma carta acusando seu colega de batina de indigno para receber o cargo. Escreveu o Padre Vicente em 15 de outubro de 1917: “escandalizou as paróquias da margem do S. Francisco, Penedo, Villa-Nova etc, trajando a secular e frequentando lugares (?). O mesmo depois que é cônego teve união sacriliga com uma rapariga da qual tem um filho. Fato este conhecido na freguesia<sup>659</sup>”. Tudo leva a crer, que junto com o Philadelfo Macedo frequentavam lugares impróprios à moralidade de um padre.

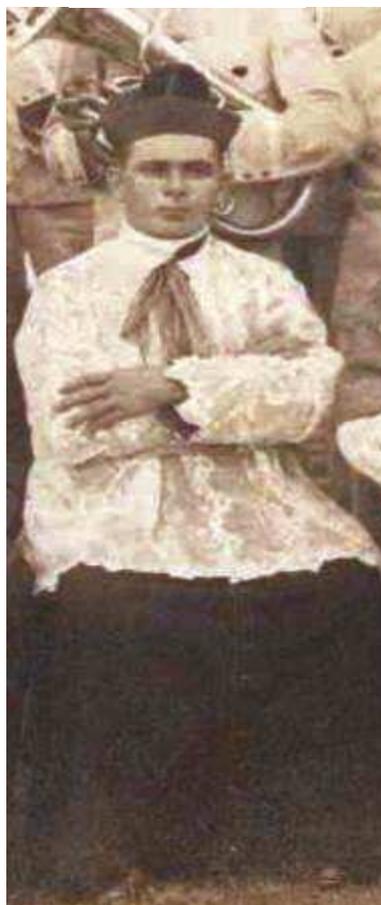
<sup>657</sup> José Geminiano de Freitas (Pasta). Arquivo da Diocese de Aracaju. Caixa 133.

<sup>658</sup> No dia 22 de abril de 1919, o Cônego José Geminiano de Freitas se afastou da Paróquia de Lagarto, pois havia sido designado para ocupar a Paróquia de Aracaju. Assim, o paróquiato do Cônego Philadelfo Macedo não durou sequer três meses, cujo tempo não foi suficiente para levar adiante maiores iniciativas, além das sacerdotais e meramente administrativas. No dia 22 de junho daquele ano, o Cônego Geminiano toma posse pela segunda vez, em Lagarto. Cf. Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fls. 32-35. Esta situação e a ocorrida com o Padre Daltro anteriormente, quando ele havia recusado convite para administrar em Salvador, nos faz pensar sobre a importância, para um sacerdote, em ser Pároco de Lagarto, situação esta que se estende até a presente data. A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, ao longo de sua história tricentenária, sempre se notabilizou pelo fervor religioso católico e, sobretudo, pela disponibilidade dos seus fiéis em ajudar financeiramente nas obras da Igreja, sejam elas materiais e imateriais. Ser Pároco de Lagarto foi, e continua sendo, muito confortante para um Clérigo que pretende seguir carreira e mesmo se notabilizar por sua catequese.

<sup>659</sup> Carta do Padre Vicente Francisco de Jesus ao Núncio Apostólico do Brasil em 15 de outubro de 1917. ANAB – ASV, no. 1485, fasc. 850.

A posse do Padre José Geminiano de Freitas na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade se deu no dia 20 de janeiro de 1913. Coube ao Padre Vicente Francisco de Jesus, até então Vigário de Lagarto, a condução da solenidade. Na ocasião, segundo palavras do novo administrador paroquial, o Padre Vicente fez uma tocante alocução de despedida ao povo, emocionando os presentes. Seguiu-se ao ato, celebração de Missa Conventual, tendo como acólitos de honra o próprio Vicente e o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha<sup>660</sup>.

**Figuras 28**



**Cónego José Geminiano de Freitas<sup>661</sup>**

---

<sup>660</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 1.

<sup>661</sup> Fotografia de Antônio Fernandes Soutelo oferecida ao irmão Domingos Fernandes Soutelo, como lembrança da Festa do Castro (Santa Luzia do Itanhim-SE) – 20.02.1916. Acervo: Luiz Fernando Ribeiro Soutelo.

Em apenas um ano de paroquiato em Lagarto, ficava evidente que o Padre Geminiano de Freitas viria para recomeçar e dar rumo a sua trajetória sacerdotal, deixando marcas de pastor cuidadoso, zeloso e intransigentemente defensor das causas que ele considerava importantes à luz da romanização reinante à época. Assim, entre os dias 14 de outubro e 31 de dezembro de 1913, fez uma ampla limpeza no interior da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, dando ênfase à pintura dos altares, com destaque para a Capela-Mor e para a Capela do Sagrado Coração de Jesus. Os trabalhos foram inaugurados no dia 01 de janeiro de 1914<sup>662</sup>.

Nesse sentido, asseio e cuidado com os templos católicos lagartenses, excetuando a Capela do Santo Antônio, o Padre Geminiano foi um exímio administrador. A preocupação com o asseio foi uma constante. Foram muitas as iniciativas ao longo de seus mais de quinze anos na Paróquia de Lagarto. Coube a ele a nova iluminação da Matriz, no dia 23 de setembro de 1915. Sete anos depois, de 21 de março a 4 de setembro de 1922, ele levou adiante uma nova tarefa de “asseio geral” na referida Matriz, com pintura interna e externa, incluindo as imagens. Coube ao artista plástico e pintor Júlio Phidias a condução da obra<sup>663</sup>. Com a reforma pronta, o Vigário mudou a disposição das imagens no Altar-Mor e, desse modo, São Benedito deixa de figurar neste lugar<sup>664</sup>. Dois anos depois, deu-se a instalação de luz elétrica no templo, conseguindo tal êxito com doações de diversos homens notáveis e políticos, a exemplo de José Monteiro de Carvalho e da tradicional e poderosa família dos Garcez. Como se vê, tudo isso só foi possível porque conseguiu, com destacada habilidade, angariar

---

<sup>662</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 2.

<sup>663</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 47, verso.

<sup>664</sup> No final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, o então Padre Mário Rino Sivieri (atualmente Bispo de Propriá), recolocou o Santo Preto no Altar-Mor, ao lado direito da imagem de Nossa Senhora da Piedade. Informações colhidas junto a pessoas que viveram aquele período dão conta de afirmar que o gesto partiu do Sacristão Antônio Carlos dos Santos (Tonho de Sinhô), antigo devoto de São Benedito e admirador da cultura popular religiosa católica de Lagarto. Na última grande reforma que o templo passou em 2012, o Padre José Raimundo Soares Diniz, sabedor da importância do santo na história religiosa do Município de Lagarto, manteve a imagem no mesmo lugar e fez erguer na frente da Capela de Nossa Senhora do Rosário um Cruzeiro de Madeira, com base de alvenaria, em memória dos devotos de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário.

recursos. Entre as fontes corriqueiras, com a arrecadação da Fábrica de Nossa Senhora da Piedade, vale ressaltar o montante de recursos advindos das associações criadas pelo seu antecessor e, principalmente, por ele.

Antes de sua passagem pela Paróquia de Lagarto, o Padre Geminiano, ao contrário de seu antecessor, o Padre Vicente, não ocupou funções importantes no Seminário Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju. Isto explicaria sua pouca erudição e influência em relação à Vicente? Ou denunciaria outra situação: de que as escolhas para ocupar a condição de Reitor, por exemplo, e mesmo de Professor do Seminário não estivesse condicionada ao mérito e à competência, mas aos condicionantes da política eclesiástica local, às voltas com as vontades e manobras do Bispo Dom José.

Dom José Thomaz fez a primeira Visita Pastoral a Lagarto, na administração do Padre Geminiano, entre os dias 2 e 3 de setembro de 1914. Na ocasião, destacou o papel do Vigário à frente da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, ressaltando a importância de sua atuação junto aos leigos por meio do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e da Pia União de Maria, recém-criada. O Bispo também aproveitou a estadia para fazer uma visita à Capela do Rosário, sem maiores alardes, apenas para conhecê-la e avaliar seu estado físico<sup>665</sup>.

No dia 05 de outubro de 1915, o Bispo Dom José Thomaz esteve outra vez em Lagarto, desta feita para participar de um Retiro Espiritual com a Pia União das Filhas de Maria. As visitas pastorais e outras não formais se tornaram frequentes com a administração do Padre Geminiano. Elas, cada vez mais, se transformavam em momentos de grande mobilização do clero local e dos leigos engajados, particularmente, por parte dos membros de três associações religiosas: Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, Pia União das Filhas de Maria e Associação dos Santos Anjos. Estas cresciam em importância e assumiam, fragorosamente, a predileção do Padre Geminiano, em detrimento das manifestações eminentemente populares que sempre marcaram a vida religiosa de Lagarto até a morte do Monsenhor Daltro.

---

<sup>665</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fls. 5 e 6.

Vejamos como o Vigário de Lagarto descreveu a recepção do Bispo no referido dia 05 de outubro de 1915: “(...) por entre as maiores manifestações de jubilo do povo que, em verdadeiro delírio, mais uma vez patentava quanto de coração querem seu virtuoso Prelado, que, lhes vem trazer e espalhar as mãos cheias de bênçãos do Céu<sup>666</sup>”. Nesta ocasião, fazendo uso da palavra durante encerramento da Missa Solene, Dom José Thomaz comunicou a nomeação do Padre José Geminiano de Freitas como mais novo Cônego da Catedral de Aracaju. Segundo palavras do Bispo, tratava-se de uma dívida de gratidão junto ao Vigário de Lagarto<sup>667</sup>.

O fato é que a relação entre Dom José Thomaz e o Cônego Geminiano se tornaram mais estreitas ao longo de sua estada em Lagarto. Foram muitas as manifestações de apreço de um para com o outro. No dia 21 de novembro de 1916, em nova visita à Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, o Bispo recebeu de três associações religiosas uma batina ricamente ornada com as insígnias de seu ministério, no que se mostrou agradecido e comovido<sup>668</sup>. Como veremos mais adiante, em 1918, levou adiante uma, de pelo menos três, reformas e melhoramentos que realizou na Capela do Rosário, a fim de que esta pudesse, entre outras coisas, servir de lugar para que o Bispo pudesse se paramentar e seguir em procissão para a Matriz, toda vez que fosse recebido na Paróquia. Curiosamente, no dia 21 de julho de 1924, precisou ficar em Lagarto por 18 dias, uma vez que seu retorno a Aracaju estava impossibilitado, pois revoltosos tenentistas haviam tomado de assalto o Palácio do Governo de Sergipe e destituído o Presidente Graccho Cardoso<sup>669</sup>.

---

<sup>666</sup> Idem. fl. 12.

<sup>667</sup> O dia 05 de outubro, como já vimos, é, liturgicamente consagrado à memória de São Benedito. Note-se que nessa ocasião de 1915, em Lagarto, não houve qualquer menção ao santo preto, que, flagorosamente saía de cena do cenário cultural e religioso de Lagarto.

<sup>668</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 19, verso.

<sup>669</sup> Idem. fl. 54.

Figuras 29



A foto acima, datada de janeiro de 1916, dá uma mostra do grau de ascensão que o Cônego Geminiano Freitas foi adquirindo com sua estada em Lagarto. Trata-se da festa de senhor do Bomfim, ocorrida no Povoado Crasto, cidade de Santa Luzia do Itanhy, em Sergipe. No plano inferior, constando várias pessoas sentadas, estão, além do Bispo Dom José Thomaz, ao centro, o Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, o único com os braços cruzados e importantes membros do Cabido da Sé de Aracaju, como o Cônego Adalberto Sobral (à esquerda do Bispo) e o Padre Abílio Silva Mendes (Vice Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus), à direita de Geminiano. Ao fundo, no primeiro plano, em pé, componentes da Lira Vitória, da Fábrica Santa Cruz.

A presença do Padre Geminiano em Lagarto lhe garantiu alcançar um novo status junto ao bispado de Sergipe<sup>670</sup>, levando adiante ações pastorais que iam ao encontro das orientações de Dom José, e, entre elas, o combate aos cultos, devoções e festas populares.

Em 1917, já na condição de Cônego e Vigário Encomendado, os primeiros resultados de seu prestígio auferido à frente da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade já se faziam sentir e seus préstimos chegaram a ser solicitados, inclusive, para colaborar na questão dos limites entre Sergipe e Bahia. No dia 27 de abril daquele ano, o pesquisador e estudioso sergipano, Francisco Antonio de Carvalho Lima e Júnior<sup>671</sup>, a fim de complementar seus argumentos sobre aquela pendenga territorial entre os dois Estados, solicita do Padre José Geminiano de Freitas a busca, no acervo documental da paróquia. O resultado de seu trabalho foi enviado para a comissão coordenada por Lima Júnior e pôde esclarecer algumas questões envolvendo a criação de freguesias baianas e sergipanas, envolvidas na disputa. Em seu relatório<sup>672</sup>, constam pareceres do padre

---

<sup>670</sup> Ente 1930 e 1931, o Cônego José Geminiano de Freitas ocupou o cargo de Primeiro Presbítero, Arcediago e Procurador no Cabido Diocesano de Aracaju. Na ocasião, era pároco de Aracaju. Ainda como parte de suas atividades diocesanas, em junho de 1932, tornou-se Diretor da Propagação da Fé e Defensor do Vínculo Matrimonial. No dia 28 de fevereiro de 1933, foi nomeado membro da Comissão Tridentina, pelo Bispo Dom José Thomaz. Sua função era administrar espiritualmente o Seminário. Em 1936, alegando problemas de saúde, pediu dispensa do paróquiato da capital sergipana e do Curato da Sé, sendo substituído pelo Cônego Carlos Cornélio Costa, iniciando uma nova rotatividade em sua vida sacerdotal. Assim, entre 1936 e 1938, ocupa a função de Capelão da Penitenciária do Estado de Sergipe; entre 1940 e 1941, foi Diretor da Imprensa Oficial; em 1949, foi nomeado para a mesma função no Asilo Rio Branco. Cf. Pe. José G. de Freitas. Pasta Avulsa nº 133. Arquivo da Diocese de Aracaju. Em outubro de 1954, já no final de vida, o Bispo de Aracaju comunicou ao Clero que o Papa Pio XII havia elevado o Cônego Geminiano à condição de Camareiro, recebendo, enfim, o título de Monsenhor. Cf. Registro Histórico do Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus. Livro 2 (1949-1979/1998). Digitalizado pelo Instituto Tobias Barreto. Aracaju. Definitivamente, a passagem pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade lhe fez muito bem.

<sup>671</sup> O Sr. Lima Júnior havia sido designado em 1916, pelo então Presidente de Sergipe, o General Manuel P. de Oliveira Valladão, para recolher documentos comprobatórios a fim de reforçar o pleito de terras de Sergipe junto à Bahia. A questão era uma “velha pendência” entre os dois Estados que se arrastava desde a época imperial. O mote da questão teria sido a invasão, pelos baianos, de uma antiga possessão sergipana chamada Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, atualmente a cidade de Paripiranga. À época, haviam sido prejudicados os municípios sergipanos de Simão Dias, São Paulo (atual Frei Paulo) e Porto da Folha. As disputas territoriais, que já renderam ao longo dos anos vários estudos e trabalhos publicados, estiveram concentradas numa região chamada “Mattas de Simão Dias”, que foi termo da antiga Vila de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>672</sup> Limites entre Bahia e Sergipe. Cônego Geminiano de Freitas. Lagarto, 1917. APES (Documentos Especiais - DE\_42).

sobre o Livro de Registros de Provisões, Pastorais e Portarias do Arquivo da Paróquia entre os anos 1813 e 1883. Constam, ainda, transcrições de algumas resoluções provinciais que definiam os limites de lugares como Simão Dias, Lagoa Vermelha, Boquim e Riachão do Dantas.

## **5.2. Novas Formas de Engajamento Religioso, Novas Devoções e a Importância das Pias Uniões no Processo Romanizador da Administração do Cônego Geminiano de Freitas.**

A instalação de novas associações concorrentes foi uma constante com a criação da Diocese de Aracaju. No dia 11 de fevereiro de 1912, com sede no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, foi instalada a Pia União das Filhas de Maria, sob a direção do Monsenhor Raimundo Melo. No dia 06 de junho do mesmo ano, foi a vez da Obra dos Tabernáculos, com sede na Igreja de São Salvador, sob a direção do Cônego Francisco Lima<sup>673</sup>.

Em Lagarto esse processo deu considerável quantidade de exemplares, sobretudo à época de Geminiano. Em sua administração (dividida em dois momentos, entre os anos 1913 e 1928), foram criadas as seguintes instituições, o que demonstra seu empenho em expurgar manifestações fora do controle direto de Roma, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: Pia União de Maria (19 de abril de 1914); Associação dos Santos Anjos (20 de março de 1915); Confraria de Nossa Senhora do Rosário (16 de agosto de 1918); além de realização de uma série de Santas Missões, sejam Capuchinhas, Franciscanas e Jesuítas, respectivamente nessa ordem de ocorrência e de importância.

A propósito das Santas Missões em Lagarto, curioso notar como elas se intensificaram a partir da administração de Monsenhor Daltro. Em sua estada como Pároco, foram realizadas três delas: novembro de 1874; 1893 e 1901. Todas elas com a

---

<sup>673</sup> Como se pode observar, os leigos continuam a participar ativamente da vida religiosa dos municípios sergipanos, mas com um diferencial importante: o padre como agente religioso principal. Cf. Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Diocese de Aracaju. pp. 39-40.

presença de do Frei João Evangelista. No curto Paroquiato do Padre Vicente Francisco de Jesus, como vimos, Frei Caetano de S. Leo ficou responsável por uma, apenas, em 1910.

Sobre a dinâmica dessas Santas Missões em Lagarto, Gervásio Prata assim se refere:

Às manhãs e às tardes, durante 9 dias, havia catecismo e sermão. O povo acorria em enchente a mais e mais, sob a toska latada de colmos de pindoba, onde se erguia o santuário e de onde se faziam as pregações. (...) A explicação do catecismo costumava recair no frade mais chistoso, fazendo rir a assistência de espaço a espaço em comparações e ditos que não fatigavam. Às do sermão se reservava o de mais letras com assunto de mais profundidade e experiência, não esquecendo a eloquência de que fazia uso, especialmente quando era o derradeiro, o chamado sermão do perdão, com que se encerrava a tarefa eclesiástica<sup>674</sup>.

Entre os dias 14 e 25 de março de 1914, o Padre Geminiano de Freitas recebeu na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade o Frei franciscano menor, Elias Essfeld<sup>675</sup>, por ocasião de um movimentando Retiro Espiritual, com procissões, celebração de missas em sufrágio das almas de fiéis lagartenses falecidos, além de comunhão de crianças<sup>676</sup>.

Frei Agostinho Loro, retorna a Lagarto na administração do Padre Geminiano, em 1917, para outra Missão<sup>677</sup>. No dia 05 de março daquele ano, eles foram recebidos, em festa, pelos lagartenses. A abertura dos trabalhos se deu no dia 08 e encerrou-se dia

---

<sup>674</sup> PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 48.

<sup>675</sup> Trata-se de um frei franciscano que esteve em Sergipe desenvolvendo atividades em algumas de suas paróquias, assessorando os Vigários em retiros espirituais, missões e solenidades, notadamente as ações em prol da criação e orientação espiritual das Pias Uniões das Filhas de Maria. Cf. CARVALHO, João Paulo Araújo de. *Um Cruz para os Enforcados: Práticas Penitenciais em Nossa Senhora das Dores (SE)*. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

<sup>676</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 2, verso.

<sup>677</sup> Cf. *Missões e Retiros em Sergipe (1712-1980)*. Arquivo do Convento dos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade. Salvador-BA.

20. Entre as ações práticas, como de costume dos religiosos capuchinhos, a benção de um tanque dedicado a Frei Caetano, que havia sofrido melhorias: alargamento e aprofundamento. Por ocasião do encerramento daquela Santa Missão, esteve pregando o Cônego Vicente Francisco de Jesus, à época, Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju. A exemplo do que já ocorreu com outras missões, nas palavras do Cônego Geminiano de Freitas foi mais um grande momento de mobilização dos fieis católicos lagartenses<sup>678</sup>, revestindo em importância as ações capuchinhas romanizadoras na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Este crescimento da atuação de missionários capuchinhos em Lagarto foi um reflexo do bom momento que Ordem vivia no Brasil. Segundo Pietro Regni, a separação entre Igreja e Estado foi benéfica para aqueles religiosos, pois, enfim, alcançou plena liberdade de ação, permitindo a abertura de noviciados, construção de conventos e de casas religiosas<sup>679</sup>.

Até o término de sua administração, o Cônego Geminiano de Freitas estimulou a vinda de outras quatro Santas Missões não capuchinhas. Entre os dias 18 de fevereiro e 01 de março de 1922, estiveram na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, os freis Eduardo José Herberhold<sup>680</sup>, José Polhamar e Carlos Schindler<sup>681</sup>. Entre os dias 12 e 21 de setembro de 1926, eles retornam pela segunda vez. E entre os dias 01 e 08 de fevereiro de 1924, foi a vez dos jesuítas Padre Felipe Pinheiro e Padre José Henrique Foulquies<sup>682</sup>.

---

<sup>678</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 20, frente e verso.

<sup>679</sup> Cf. REGNI, Pietro Vitorino. **Os Capuchinhos na Bahia. Uma Contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 1 – Os Capuchinhos Franceses (1642-1703)**. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988. p. 36.

<sup>680</sup> Natural da cidade de Lippstadt, província de Westfália, na Alemanha, no Brasil, tornou-se um importante nome da Igreja Católica baiana, notadamente de Ilhéus, quando foi Bispo entre os anos 1931 e 1939.

<sup>681</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 20, frente e verso. fl. 45, verso.

<sup>682</sup> Idem. fl. 60.

Em Lagarto, a implantação maciça de obras pias não só vai desbaratar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário como vai minar qualquer tentativa de resistência da festa de São Benedito, esvaziada e suplantada nos anos que se sucederam à gestão do Cônego Geminiano de Freitas.

Vejamos o que diz o jornal “A Cruzada”, à propósito das pias uniões: “Essas associações, esses diversos sodalícios são de extraordinária vantagem: asseguram o bom emprego dos recursos destinados ao alívio dos infelizes<sup>683</sup>”.

A partir de então, faremos uma caracterização de cada uma delas, bem como a outras, que, embora não tivessem sido da safra romanizadora do pároco, representaram um desdobramento a partir de sua presença na paróquia. No geral, o que se percebe é a presença da mulher como um novo elo entre os leigos e a Igreja. Uma espécie de salvo-conduto frente ao apartamento do leigo das práticas religiosas do catolicismo popular, uma recondução dele ao seio da Igreja, mas assumindo uma atuação vigiada, “sob o olhar diligente de pastor<sup>684</sup>”.

A Pia União das Filhas de Maria, em Lagarto, foi criada via Decreto de Ereção Canônica, assinada por Dom José Thomaz, no dia 19 de abril de 1914. Sua solenidade de instalação ocorreu no dia 21 de junho daquele ano e o Padre José Geminiano de Freitas foi escolhido como seu Diretor Espiritual. Entre as disposições do documento destaque para a orientação de agregar “as jovens de verdadeiro espírito de piedade”, dispostas a imitar a Virgem Maria<sup>685</sup>.

Ainda sobre o ato solene de instalação da Pia União das Filhas de Maria, em Lagarto, o Padre Geminiano fez questão de frisar que se tratava de algo inteiramente novo para a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, dando a tônica de sua administração, notadamente, romanizadora, com ênfase no recato, na sobriedade e na

---

<sup>683</sup> RICARDO, Monsenhor A. As Associações Pias. XII. In: Jornal “A Cruzada”. Aracaju, 28 de março de 1920. Capa.

<sup>684</sup> Uma referência ao livro do professor Péricles. Cf. ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

<sup>685</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 3.

valorização do silêncio respeitoso das cerimônias religiosas. Como se vê, elementos e comportamentos totalmente opostos aos atos e celebrações em torno da Festa de São Benedito que predominou na sociedade por muitos anos.

Assim, nota-se que o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus exerce o papel de proeminência na referida solenidade de instalação da Pia União das Filhas de Maria. Na ocasião, foram empossadas e receberam fitas e medalhas 19 jovens e 58 aspirantes, sendo a Sra. Josefa Maria de Jesus eleita Diretora da associação recém-criada. Chama atenção, ainda, a considerável presença de padres e religiosos presentes na solenidade, entre eles o Frei Elias Essfeld e o Padre Filadelfo Macedo<sup>686</sup>.

Entre os propósitos para a criação e instalação da Pia União das Filhas de Maria, o desejo do Padre Geminano de “(...) oferecer as jovens desta terra, um meio mais seguro para cultivarem a santa virtude da pureza e preparem-se para mais tarde serem esposas dedicadas e mães solícitas<sup>687</sup>”.

Outra associação leiga e, eminentemente feminina, instalada pelo Padre José Geminiano de Freitas, em sua administração na Paróquia de Lagarto, no dia 19 de março de 1915, foi a Associação dos Santos Anjos. Na ocasião, 7 meninas e 33 moças associadas receberam fitas e medalhas<sup>688</sup>. Mais uma vez, o Vigário age em consonância com a Diocese de Aracaju, demonstrando sua disposição em investir no público feminino leigo, desta feita crianças e mocinhas. O culto a Maria ganhava, cada vez mais, força e importância.

---

<sup>686</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 3, verso, e 4.

<sup>687</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se. fl. 26.

<sup>688</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 7, frente e verso.

A presença do Bispo Diocesano de Aracaju, Dom José Thomaz, em Retiro Espiritual<sup>689</sup> realizado em Lagarto no dia 05 de outubro de 1915, reforçou e ajudou a fortalecer as associações criadas a partir da chegada do Padre José Geminiano de Freitas. Por ocasião do encerramento daquele evento, no dia 15 de outubro, assim se dirige o Vigário aos leigos engajados, em especial, a uma associação: “Ao Sagrado Coração de Jesus, que reine e impere nos corações dos meus parochianos, lançando um olhar compassivo<sup>690</sup>”.

No ano seguinte, repercutia no Brasil inteiro a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, recém-nomeado Arcebispo de Recife e Olinda. O documento apontava para a necessidade de a Igreja Católica brasileira agir, imediatamente, no sentido de “cristianizar as principais instituições sociais”, reparar o que ele diagnosticava como sendo “deficiências das práticas religiosas populares<sup>691</sup>”. Trata-se de um movimento que ficou conhecido como neocristandade, que encontrou eco em diversos clérigos e Dioceses sergipanas, a exemplo da Diocese de Aracaju e da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Desse modo, cinco anos após ter chegado a Lagarto, o Cônego José Geminiano de Freitas solicitou ao Bispo de Aracaju, no que foi prontamente atendido, a criação de mais uma associação de leigos. Desta feita a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, com sede na antiga capela que leva o mesmo nome. A autorização de Dom José Thomaz foi assinada no dia 18 de fevereiro de 1918. Tudo leva a crer, que um episódio envolvendo o Frei franciscano, Aniceto, em 1906, em São Cristóvão, de que trataremos mais adiante, tenha surtido efeitos na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. O Vigário da então capital sergipana solicitou junto ao Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo

---

<sup>689</sup> Ocorriam, com muita frequência, retiros espirituais na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade e mesmo, como forma de excursão, em outros lugares. A iniciativa era importante, do ponto de vista do reforço e da educação espiritual católica das meninas, moças e senhoras. Todas as associações religiosas de leigas faziam uso desse expediente, ora com a presença do Bispo, ora com a presença de um religioso ou padre convidado. Entre as associações, a Pia União das Filhas de Maria realizavam os retiros espirituais com mais regularidade.

<sup>690</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 13, verso.

<sup>691</sup> MAINWARING, Scott. A Igreja da Neocristandade, 1916-1955. In: A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985). Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 41.

Thomé, a extinção de todas as confrarias ali existentes. Especificamente, em Lagarto, não se sabe ao certo quando houve o encerramento das atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: se a partir daquele ato do Cônego Geminiano ou se antes mesmo, quando seu movimento já vinha se enfraquecendo, sobretudo com a doença de Daltro, que deixou de dar apoio, e também com a atitude indiferente do Padre Vicente de que já tratamos.

Em termos práticos, o ato representou um tiro de misericórdia numa tradição popular que durava há mais de dois séculos. Além disso, significou, também, o início da redefinição e resignificação do lugar, antes dedicado às manifestações religiosas de escravos e libertos em torno da devoção à São Benedito. A nova entidade ficou oficialmente conhecida pelo nome de Confraria do Santíssimo Rosário, tendo como seu Diretor o próprio Vigário e o contando com o auxílio do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha.

A instalação da Confraria do Rosário aconteceu na Capela de Nossa Senhora do Rosário, no dia 15 de agosto de 1918. Segundo o Cônego Geminiano, o ato foi marcado por crescido número de fiéis e por “entre as maiores manifestações de santas alegrias<sup>692</sup>”. Foram distribuídas e abençoadas fitas e medalhas e coube à Pia União das Filhas de Maria a condução dos trabalhos de animação, com cantos dedicados à Virgem Maria. Após a Missa, seguiu-se à escolha dos membros da Diretoria, a saber: Rodopiana Prado Fontes (Presidente); Febronia Fontes Madeira (vice-Presidente); Dalva de Almeida Menezes (Secretária) e Josefa Maria dos Anjos (Tesoureira).

---

<sup>692</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fls. 23 e 24.

Figuras 30



Fita de Nossa Senhora do Rosário (Anos 40)  
Acervo - Isaura de Maninho - 2009  
Detalhe da Medalha - Frente

À época, o Cônego Geminiano afirmava que a Capela do Rosário precisava de um asseio completo e que para atingir tal propósito recorreu a esmolas do povo. Fica claro, aqui, que a antiga Irmandade do Rosário não existia mais. O Vigário deixa entrever que há algum tempo não se havia movimento religioso no lugar. A impressão que se tem é que, após a morte de Daltro em 1910, deu-se um completo abandono. A partir da Instalação da Confraria, o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha, um dos maiores beneméritos do templo, passou a celebrar Missa diariamente<sup>693</sup>.

---

<sup>693</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se fls. 27 e 28, verso.

Embora ressalte que não o fez para sua vanglória, o Cônego Geminiano faz questão de frisar como a Capela do Rosário ganhou com sua administração, pois além de missa diária e do asseio, com limpeza e pintura, ele buscou adquirir objetos e utensílios, a exemplo de um harmônico de 13 registros<sup>694</sup>. Talvez essa necessidade de dizê-lo estivesse além do imperativo de prestar contas, mas de mostrar, também, que o espaço não era mais do povo e dos leigos, mas sim do Clero, sob as hostes e administração do Clérigo.

Nesse sentido, vale destacar o que afirma Scott Mainwaring para compreendermos a personalidade sacerdotal do Cônego Geminiano, que esteve em consonância com a Carta Pastoral de 1916. Segundo o pesquisador, o clero sob a neocristandade a religiosidade popular como ignorância, para tanto a necessidade da mudança deveria partir do povo e não da instituição, esta “poderia ajudar as massas e superar suas deficiências religiosas, mas, para ser amadurecida, a fé do povo precisava ser clericalizada<sup>695</sup>”.

O item “Festividades e outros factos”, do relatório administrativo do Cônego Geminiano, refere-se ao Novenário de Nossa Senhora da Piedade, mas não o detalha. Afora esta solenidade, destaca como festejos importantes da Paróquia, em sua administração: o mês de Maria e a Imaculada Conceição; sem falar nos atos mais solenes e de recolhimento espiritual, a exemplo da Semana Santa.

Em 1919, na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, município de Lagarto-SE, o Cônego José Geminiano de Freitas, em relatório de sua primeira passagem administrativa, compreendendo os anos de 1913 a 1918, assim se expressou sobre a Festa de São Benedito:

---

<sup>694</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se

<sup>695</sup> MAINWARING, Scott. *A Igreja da Neocristandade, 1916-1955*. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 51.

(...) Existia o costume de fazerem a festa de Reis, isto é, a festa de São Benedito no dia 06 de janeiro mas, como não me conformava e nem me conformo com festa religiosa em que se apresentam negros fantasiados de Rei e Rainha, com a sua corte, para em cadeiras preparadas, assentarem-se em meio da Matriz, com trages ridículos e até menos decente ao lugar santo, nunca promovi tal festa, desgastando talvez a alguns.<sup>696</sup>

Doravante, os devotos do Santo Preto foram dando espaço para a afirmação de outros sistemas simbólicos de representação do sagrado, e desaparecendo por completo no tecido social e cultural da cidade. Freitas se enquadra num segundo momento da presença da romanização em Sergipe, de modo especial em Lagarto. A aversão e a clara indiferença dos párocos, que ao criarem novas formas de organização religiosa, novos empreendimentos simbólicos, não só davam vazão à desqualificação das festas, rituais e devoções consideradas do povo, como até mesmo recusavam-se a apoiá-las por entenderem que elas não correspondiam às orientações da fé cristã advindas de Roma, em especial no que tinham de influência da cultura africana e seus aspectos híbridos na cultura brasileira.

Em 1900, o jornal “Novo Século” (número 3, de 14 de janeiro), da cidade de Laranjeiras-SE, reprova as festividades em torno do Rosário e de São Benedito. O teor da nota é pejorativo e depreciativo:

(...) queremos mais respeito e veneração ao culto de uma religião que constitui objeto de nossas expressões, ao menos na ocasião solene em que o sacerdote transmite ao povo a palavra de DEUS – Aperfeiçoamos os nossos costumes, deixando os usos antigos incompatíveis com os progressos da civilização<sup>697</sup>.

---

<sup>696</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se, p. 31.

<sup>697</sup> Apud DANTAS, Beatriz Góis. *Nota Prévia sobre Rituais Folclóricos numa Festa de Igreja – A Festa de São Benedito na Cidade de Laranjeiras*. In: **Revista Sergipana de Folclore**. Ano I. Número 1. Aracaju-SE. Agosto de 1976. p. 10.

Serafim Santiago registra em seus manuscritos sobre São Cristóvão-SE<sup>698</sup>, um curioso caso de contenda entre membros das irmandades e clérigos dessa cidade, que em muito nos remete ao Padre Geminiano e ajuda a compreender o contexto vivido por ele. Dois episódios, em particular, envolvendo dois religiosos franciscanos ocorreram nos primeiros anos do século XX, entre os anos 1903 e 1906. O primeiro caso, refere-se ao Frei Aniceto, revestido da função de Vigário de São Cristóvão, solicitando junto ao Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé, a “extinção de todas as confrarias ali existentes, afirmando acharem-se em completa desordem”<sup>699</sup>, [grifos do autor]. A referida solicitação foi prontamente acatada e ele não tardou em buscar, sem muito sucesso, fazer valer seu intento, encontrando forte resistência por parte dos membros das irmandades, sobretudo dos que compunham sua mesa diretora. Frei Aniceto tentou confiscar as alaias dos irmãos do Rosário e dos irmãos do Amparo. De igual modo aconteceu com seu sucessor, Frei Joaquim, particularmente num fatídico episódio envolvendo um sino da igreja dos frades capuchinhos<sup>700</sup>. Ambos os casos não encontram ressonância e apoio das autoridades civis locais e de Aracaju, de tal modo que a extinção ficou apenas no plano jurídico.

Fazendo um paralelo com Lagarto, ao contrário do que se sucedeu em São Cristóvão, os antigos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não reagiram ao ato do Padre Geminiano de Freitas, em 1919, pelo menos de forma tão contundente e explícita, que se tenha nota. A Igreja, através de pároco apropriou-se das alaias para a Matriz, mas também do espaço (leia-se, Capela do Rosário e largo sobre a qual foi construída), reformando-o fisicamente e o ressignificando simbolicamente.

---

<sup>698</sup> Originalmente datado de 1920. Acervo do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Fundo Serafim Santiago, caixa 192, doc. 001p002.

<sup>699</sup> SANTIAGO, Serafim. **Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]**. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 256.

<sup>700</sup> Idem. pp. 258-259.

Em 1926, a Capela do Rosário passou por uma “reforma radical”, segundo palavras do Cônego Geminiano. Com a autorização do Bispo de Aracaju, ela foi benta no dia 08 de setembro. A referida reforma teve como principal mentor o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha<sup>701</sup>.

**Figuras 31**



**IGREJA DO ROSÁRIO - 2013**  
**LAGARTO-SE - Acervo Claudfranklin Monteiro**

Outro aspecto significativo, que em muito aproxima Lagarto com a nota do jornal de Laranjeiras e com os dois casos de São Cristóvão, em particular o primeiro, são, certamente, a tática do discurso em torno do progresso e da civilização e a estratégia clerical de desqualificação. Para Freie Ancieta importava dizer e propagar que o estado das irmandades era de desorganização. Para o Padre Geminiano se sucede algo

---

<sup>701</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl.66.

na mesma ordem, porém com mais contundência, notadamente, quando usa termos depreciativos como “fantasiado” e “trajes ridículos”.

Para melhor definir o estilo romanizador de Germiniano de Freitas, parecem muito oportunas as considerações feitas por Péricles Moraes sobre as novas posturas definidas pela Igreja Católica num processo que remete ao ano de 1869 (Concílio Vaticano I).

Apoiado no historiador e sociólogo sergipano<sup>702</sup>, pode-se dizer que Geminiano de Freitas, ainda que tardiamente, mas com muita propriedade, se encaixa no que ele chama de um especialista investido de poder institucional. Ao proibir a realização da festa de São Benedito em Lagarto com tanta contundência e autoridade, como se viu, o clérigo transfere para a Igreja Católica o “capital religioso” antes nas mãos do laicato (leia-se, particularmente, devotos de São Benedito), porque se presumia nele a posse de uma “ignorância profana”, como nos faz crer a tese bourdieuriana<sup>703</sup>, sob a qual se apoia Péricles Andrade. Assim, também, mais que transferir, ela tomou para si o campo religioso, negando ao leigo, notadamente ao leigo negro, a possibilidade de definição do que é e o que não é sagrado.

O mesmo autor sustenta seu trabalho afirmando que os reflexos do Concílio de Trento, das Constituições do Arcebispado da Bahia e principalmente da romanização se deram, em Sergipe, num espaço de tempo que vai do ano 1830 a 1926. Nesse período, segundo ele, dois movimentos se verificaram e tentam se tornar solidificados: o primeiro seria o que diz respeito à distinção dos especialistas religiosos; depois, o da desapropriação do capital dos leigos<sup>704</sup>.

Sobre o que havia ocorrido em Estância-SE com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, um importante estudo do professor Francisco José Alves pode aventar maiores subsídios para entender o cenário de Lagarto. Num texto escrito para a revista

---

<sup>702</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 24.

<sup>703</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

<sup>704</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. pp. 24-25.

Geonordeste, em 1985, o historiador sergipano procurou fazer uma abordagem sócio-antropológica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário naquela cidade. Para tanto, entendeu o espaço como algo que ultrapassava o estritamente físico ou geográfico, valendo-se da percepção que ele pode possuir uma dimensão social e uma dimensão simbólica, que, em certa medida, contribuíram para as distinções engendradas a partir daquele templo em Estância<sup>705</sup>.

No início do século XX, diz o professor Francisco, o Monsenhor Vitorino, enquanto agente religioso de uma romanização em curso, muda a função social da irmandade do Rosário de Estância para uma “associação meramente piedosa sob a sua direção<sup>706</sup>”. A situação guarda algumas semelhanças com a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, considerando as devidas limitações e peculiaridades. O templo dedicado ao Rosário em Estância passou das mãos de escravos e libertos para as mãos de uma elite tradicional. Desse modo, curiosamente passou a encarado como sendo um templo de elite.

Nesse caso, vê-se claramente que houve uma apropriação e uma resignificação do lugar. Sem em Estância se deu a partir de uma elite tradicional econômica e social, em Lagarto se deu a partir da Igreja e de seus clérigos. Em ambas as situações, foram suplantadas as práticas religiosas e culturais atribuídas a pretos e a pobres, por cerimônias, solenidades e rituais típicos de um e outro<sup>707</sup>.

O ano de 1920 coincide com a declaração contundente do Padre Geminiano de Freitas em relação à festa de São Benedito. Trata-se do período histórico que corresponde a dois movimentos: de reorganização e de restauração católica. Estava em seu programa, como vimos, o combate sistemático à chamada “ignorância religiosa do povo”. Entre as estratégias, destaque para o favorecimento da entrada de ordens e

---

<sup>705</sup> ALVES, Francisco José. *Espaço e Distintividade: Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância, Igreja da Elite*. In: **Geonordeste**. Aracaju. n° 2, 1985. p. 63.

<sup>706</sup> Idem. p. 66.

<sup>707</sup> Atualmente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é mantida pela Paróquia Nossa Senhora da Piedade, sob a coordenação e colaboração dos membros da Legião de Maria.

congregações religiosas<sup>708</sup> e para o fomento de novas irmandades leigas, revelando um propósito muito claro: de a concorrência ir minando e ajudando diminuir e extinguir o poder de atuação das antigas irmandades e confrarias, às voltas com santos populares, a exemplo de São Benedito, e com seus “devotos ignorantes” que, por sua vez, precisavam ser regrados, disciplinados, moldados, sob a tutela do clérigo, para, enfim, atender às novas exigências devocionais advindas da romanização. E a administração de Geminiano de Freitas foi marcada pelo fortalecimento do catolicismo romanizado e pelas primeiras iniciativas efetivas da então Restauração Católica, que teve como marco a realização, em janeiro de 1922, do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro.

**Tabela 02**  
**DIOCESE DE ARACAJU EM 1920<sup>709</sup>**

PARÓQUIAS	ORAGOS	PÁROCOS
Anápolis	Sant'Anna	Cônego Philadelpho Macedo
Aquidabã	Sant'Anna	Padre Jose Machado
Aracaju	N. S. da Conceição	Cônego Serapião de Aguiar
Araúá	N. S. da Conceição	Padre Carlos Falcone
Boquim	Sant'Anna	Padre Antônio Anacleto Brandão
Campo do Britto	N. S. da Boa Hora	Padre Francisco F. Meneses
Campos	Imperatriz dos Campos	Cônego Emilio de Moura
Capela	N. S. da Purificação	Padre Jose da Motta Cabral
Divina Pastora	N. S. da Divina Pastora	Anexa a Riachuelo
Dores	N. S. das Dores	Padre Elpidio Teixeira Lobo
Espírito Santo	Espírito Santo	Anexa a Araúá
Estância	N. S. de Guadalupe	Monsenhor Victorino Fontes
Gararú	S. Bom Jesus dos Aflitos	Anexa a Porto da Folha
Itabaiana	S. Antonio e Almas	Padre Constantino Sangreman
Itabaianinha	N. S. da Conceição	Cônego Hortencio Vieira
Itaporanga	N. S. da Ajuda	Anexa a S. Cristóvão

<sup>708</sup> Para Oscar Beozzo, ao fazer isso, a Igreja Católica Brasileira procurou se desvencilhar de sua herança religiosa dos portugueses. Se europeizando e se romanizando, essa Igreja torna-se, portanto, estranha ao modelo luso-brasileiro de religião, notadamente, ao longo de anos, praticada pelo povo. Cf. BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: Antônio F. Pierucci *et alii*. **O Brasil Republicano**, v. 11. 2.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. p. 279. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

<sup>709</sup> **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 09. 1920.

Japarutuba	N. S. da Saúde	Padre Caio Tavares
<b>Lagarto</b>	<b>N. S. da Piedade</b>	<b>Cônego Jose Geminiano</b>
Laranjeiras	S. Coração de Jesus	Padre Philadelpho de Oliveira
Maruim	S. Bom Jesus dos Passos	Pe. Antidio Telles de Meneses
Pacatuba	São Felix	Cônego Jose B. Nabuco
Porto da Folha	N. S. da Conceição	Padre Manoel Jose de Oliveira
Propriá	Santo Antonio	Monsenhor Juvencio Britto
Riachão	N. S. do Amparo	Cônego Manoel L. da Fonseca
Riachuelo	N. S da Conceição	Padre João Marinho
Rosário	N. S. do Rosário	Padre Affonso Tojal
Santa Luzia	Santa Luzia	Anexa a Estância
Santo Amaro	Santo Amaro	Anexa a Maruim
Santo Antonio	Santo Antonio	Anexa a Aracaju
São Cristóvão	N. S. do Vitória	Frei Cornelio Neises
São Paulo	São Paulo	Padre Jose Antonio Leal Madeira
Siriri	Jesus, Maria e José	Anexa a Rosário
Socorro	N. S. do Socorro	Anexa a Laranjeiras
Vila Cristina	S. Francisco de Assis	Anexa a Itabaianinha
Vila Nova	Santo Antonio	Padre Arthur Passos

Por essa época, em Lagarto, sobretudo por meio do Padre Geminiano, ocorreu o que Sérgio Miceli define de “romanização do culto”, verificado no que ele classifica de “estilística ritual e litúrgica ao surto expansivo da instituição clerical<sup>710</sup>”. Da leitura de seu trabalho é possível perceber algumas peculiaridades ocorridas em Lagarto, fruto de uma certa inversão do eixo dos aspectos festivos do lugar. A necessidade de afirmação da autoridade eclesial, primeiro do prelado e depois do pároco, o atrelamento desta com os interesses dos poderes locais civis deram nova conotação aos ares e motivos festivos do lugar.

De modo que, gradualmente, a festa de São Benedito, o seu lugar e tempo de realização, foi sendo suplantada por outros tipos de festividades e cerimônias religiosas, como a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Piedade, a festa do Sagrado Coração de Jesus, outros tipos de procissões devocionais, de formas leigas de organização da fé, e mesmo de momentos cívicos em parceria com o clero. Nesse cenário, afirma Miceli, a Igreja converteu-se, também, em um “espaço de encenação das solenidades de

<sup>710</sup> MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 11.

legitimação e ostentação do poder oligárquico”<sup>711</sup>. Ou, como diria Beatriz Góis, ocorrem “(...) a resignificação dos elementos da cultura em consonância com as novas demandas e valores da sociedade”<sup>712</sup>.

A luz das assertivas de Bordieu<sup>713</sup>, o capital religioso muda de mãos e passa de um extremo a outro: dos leigos para as elites e autoridades eclesiais. Notadamente, dá-se também uma resignificação do capital simbólico em torno das festas devocionais e votivas. Isso explica a contundência de Germiniano de Freitas em suas palavras registradas nos anais da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade e sua dificuldade (ou má vontade) em entender e não aceitar “preto fantasiado de rei” pulando dentro da igreja, da Matriz. Considerado local sagrado e inviolável para os romanizadores, o seu interior não comportava, era contraproducente, danças, entusiasmos, manifestações efusivas de fé em detrimento do recato pretendido, bem como cantos e oblações que não fossem as geridas pelo pároco.

Em relatório sobre suas atividades na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade entre os anos 1913-1919 (primeira gestão), o Cônego Geminiano de Freitas deixa claro seu propósito em Lagarto: reorganizar. E o fez assim que chegou, modificando a maneira como vinham sendo conduzidos os trabalhos de seu antecessor, Cônego Vicente, sobre o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus<sup>714</sup>. Por sua orientação, a partir de agosto de 1914, nas atas da associação deveria constar o número de pessoas do sexo masculino e feminino que comungavam nas solenidades do Apostolado. Nesse quesito, a proporção de mulheres em relação aos homens era exorbitante. Em várias das

---

<sup>711</sup> Idem. pp. 27-28.

<sup>712</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Calendário e festas na antiga São Cristóvão*. In: SANTIAGO, Serafim. **Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]**. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p. 27.

<sup>713</sup> BOURDIEU, Pierre. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

<sup>714</sup> Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se. fl. 25, verso.

reuniões, a queixa do Vigário era a mesma: o baixo quantitativo de frequência à mesa da Comunhão<sup>715</sup>.

Assim, no que se refere ao que encontrou, ele pretendeu dar sua contribuição, no sentido de fazer valer as determinações romanizadoras da Santa Sé. A reorganização, portanto, esteve na ordem do dia daquele Vigário, em Lagarto.

Como se viu, a presença de mulheres à frente das novas associações religiosas imprimiu e reforçou a tendência de uma devoção mariana, em Lagarto, desde a fundação, apresentando Maria como modelo de castidade, de mulher e de mãe, modelo eminentemente de orientação romanizadora<sup>716</sup>. Além disso, outras devoções ganharam destaque. O culto ao Sagrado Coração, também, se aprofundou e ganhou em importância. Era comum, nas solenidades religiosas, o Cônego Geminiano proceder à Consagração ao Sagrado Coração de Jesus. Santa Inês tornou padroeira da Pia União das Filhas de Maria em Lagarto, em 1914. Com a instalação da Associação dos Santos Anjos, as devoções a São Miguel e a São José passam a ocupar lugar no cenário das devoções católicas lagartenses. Este último foi, efusivamente, celebrado no dia 19 de março de 1915, como vimos, data da instalação da Associação dos Santos Anjos. No dia 29 de setembro de 1926, ano que Geminiano comemorava seu jubileu de prata de vida sacerdotal, a imagem de Santa Terezinha foi entronizada no interior da Matriz, gerando e despertando interesse dos leigos lagartenses. Por fim, a partir de sua administração, o dia 06 de janeiro passou a ficar restrito à celebração da Epifania e da Festa de Reis, sem qualquer menção ou realização de evento que promovesse a memória de São Benedito.

---

<sup>715</sup> Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, agosto de de 1914. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 23. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>716</sup> A exemplo do que ocorreu com as pias uniões e outros tipos de associação, seguiu uma tendência que tinha a cidade de Aracaju como eixo irradiador. No dia 12 de fevereiro, na Igreja São Salvador, foi instalada a Associação de Senhoras da Caridade, sob a Direção do Cônego Francisco Gonçalves Lima. Cf. Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Diocese de Aracaju. p. 39 (verso).

### **5.3. Proteção para Vida Atribulada – Devoção a Nossa Senhora Auxiliadora e Catolicismo Romanizado em Lagarto-SE**

No Brasil, a devoção a Nossa Senhora Auxiliadora pode ser encontrada entre as suas principais cidades e Estados. Ela chega a Sergipe no início do século XX, trazida pelos Salesianos e não tardou para se incrustar na sociedade sergipana, não só por meio das práticas religiosas, mas também educacionais. A presença dos Salesianos foi estimulada pelo Monsenhor Olímpio Campos, desde 19 de março de 1902. Na ocasião, foi inaugurada a Escola Agrícola São José, localizada entre as cidades de São Cristóvão e Aracaju. Seis anos depois, instalou-se o Oratório Festivo, inspirado na obra de Dom Bosco. No dia 01 de março de 1911, em Aracaju, foi a vez do Colégio Salesiano Dom Bosco.

O Colégio Salesiano se destaca, hoje, no cenário aracajuano como uma das mais importantes de ensino particular do Estado e está localizado na Rua Dom Bosco e na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Aracaju-SE. Aliás, essa era uma estratégia catequética muito comum nas novas devoções de caráter romanizador, pois, por meio da educação, a Igreja procurava arrebanhar novos adeptos, com vistas a incutir os novos valores propalados pela Santa Sé, como ênfase na família e no culto à Eucaristia.

Em Lagarto, a Devoção a Nossa Senhora Auxiliadora se configura como parte das ações da Diocese de Aracaju em seu esforço de continuidade do Projeto de Romanização<sup>717</sup> iniciado na segunda metade do século XIX em Sergipe. Suas práticas, verificadas ao longo dos anos, se dão no sentido de dar aporte às atividades gestadas e inspiradas pela Diocese de Aracaju (inicialmente) e, depois, pela Diocese de Estância. Em síntese, pode-se dizer que ela estava imbuída do espírito romanizador<sup>718</sup>.

---

<sup>717</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

<sup>718</sup> OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Catolicismo popular. Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v. 36, fasc. 141, p.p. 131-141, março de 1976.

Coube a Dona Maria Teles Cerqueira sua cristalização em Lagarto. Ela manteve, desde a década de 1920, em sua residência, um processo de alfabetização de crianças. Entre seus alunos, destaque para Monsenhor José Carvalho de Souza<sup>719</sup>. Aluno da professora Maria Teles nos anos 40, ele se orgulha de dizer que foi alfabetizado por ela<sup>720</sup>. Sua metodologia era típica das chamadas “tias” de época: os aprendizes se dirigiam a sua casa, levando, muitas vezes, os próprios assentos, e lá lhes era tomada a leitura, sob a supervisão e orientação da mestra, que tivera formação secundarista. Nesse sentido, vale lembrar o que afirmou Dom José Thomaz em correspondência dirigida ao clero sergipano: “É tão necessário o ensino da doutrina Christã aos meninos e aos ignorantes que nenhum obstáculo pode autorizar sua omissão nos Pastores d’alma<sup>721</sup>”.

Ao que se sabe, Dona Maria Teles nunca foi casada e nem teve herdeiros. Teve um irmão, por nome de José Teles, pedreiro, que depois se tornou militar e com quem costumava trocar correspondências. Era neta de escrava de ventre livre<sup>722</sup>, filha da Senhora Luíza Santos e do Sr. José Manoel Francisco. Nasceu no dia 07 de abril de 1900 e foi criada por seu padrinho, o Cel. José Cirilo de Cerqueira<sup>723</sup>. Sua postura na sociedade lagartense sempre foi de respeito e ela era quase venerada entre seus munícipes. De moral irretocável, sempre se conservou entre seu lar e a Igreja Matriz, quando ia religiosamente às missas e onde prestou serviços de escrituraria até os anos

---

<sup>719</sup> Nasceu em Lagarto, no dia 24 de novembro de 1926. Aos 17 anos, mudou-se para Aracaju a fim de cursar o ginásio no colégio Tobias Barreto em regime de internato. Em 1946, iniciou sua formação sacerdotal no Seminário Diocesano de Aracaju, concluindo-a, aos 30 anos, em 1956. No ano seguinte, torna-se reitor do Seminário Arquidiocesano e capelão da Igreja S. Coração de Jesus, em Aracaju. Criou, na década de 1960, com o nome de Universidade Pequeno Príncipe, o que viria a ser mais tarde o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus. Foi Reitor do Seminário Sagrado Coração de Jesus por 22 anos.

<sup>720</sup> CARVALHO, Monsenhor José de Souza. Entrevista. 29 de janeiro de 2013. Por Claudefranklin Monteiro Santos. Mídia digital. Aracaju-SE.

<sup>721</sup> SILVA, José Thomaz Gomes da. Circular ao Revmº Clero do Bispado de Aracaju. Aracaju: Estabelecimento Graphico F. Sampaio, 1923, p. 8-9).

<sup>722</sup> FONSECA, Adalberto. História de Lagarto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.p. 192.

<sup>723</sup> O Coronel José Cirilo de Cerqueira foi o primeiro Intendente de Lagarto-SE entre os anos de 1893 e 1897. Foi o primeiro civil a governar a cidade com a Proclamação da República, porque, antes dele, monsenhor João Batista de Carvalho Daltro ocupava a função de Camareiro (1890-1893).

oitenta. São diversos os depoimentos de ex-alunos sobre seus ensinamentos e sobre situações em que ela fora conselheira e mediadora de situações tensas.

Em sua residência, onde hoje funciona uma associação que leva o nome da invocação, bem como um pequeno santuário, com fotos de familiares, seus pertences ainda conservados em perfeito estado e, há uma placa, ao lado do altar, onde se lê: “*Aqui viveu Dona Maria Teles de Cerqueira, Mãe e Mestra Espiritual do Povo Lagartense*”.

Numa de suas muitas anotações, feitas de próprio punho em cadernos ou folhas pautadas em separado, Dona Maria Teles registra o dia em que recebeu das mãos do Cônego Germiniano de Freitas, a 26 de setembro de 1918, a fita azul da Pia União das Filhas de Maria. O Vigário foi um importante incentivador da devoção a Nossa Senhora Auxiliadora. Em 1926, Dona Maria já lecionava em sua residência, onde fundou uma escolinha particular que levava o nome da santa. Logo passou, também, a realizar o culto e a procissão.

Nos registros sonoros deixados pelo folclorista Maninho de Zilá<sup>724</sup> e do que pudemos, particularmente, testemunhar, é possível perceber de Dona Maria Teles Cerqueira uma presteza incomum no uso das palavras e nas escolhas delas, seja em orações, seja em discursos que se seguiam aos encontros dos novenários, revelando uma mulher que, ao longo dos anos, fez jus às atividades de docência e de orientação religiosa. Em geral, uma clara formação e postura salesianas, com ênfase na educação dos mais jovens e observância dos atos aos mais velhos.

Na Matriz de Nossa Senhora da Piedade, em um altar lateral à esquerda da nave central, garboso e bem cuidado, revestido de mármore, encontra-se uma imagem de Nossa Senhora Auxiliadora.<sup>725</sup> É curioso notar, reforçando a ideia de uma devoção

---

<sup>724</sup> José Antônio da Costa, o Maninho de Zilá, comerciante e entusiasta da cultura lagartense, ao longo das décadas de 50, 60 e 70, registrou em fotografia e áudio diversas passagens da vida de Lagarto, dando destaque às coisas do povo, às festas e às tradições.

<sup>725</sup> Com exceção da Missa do dia da festa, todas as atividades devocionais são, desde sua implantação, realizadas na casa da Professora e Religiosa Dona Maria Teles Cerqueira, mesmo depois de seu falecimento.

romanizadora, que a entronização de sua imagem foi responsável pela “aposentadoria”<sup>726</sup> de outros santos, antes de devoção popular.

Nossa Senhora Auxiliadora é padroeira do povoado Várzea dos Cágados, zona rural do município de Lagarto-SE. Nessa ocasião, cabe à comunidade com a Igreja Católica a celebração da invocação à Virgem Maria, com missas e novenário. Esse tom particular e independente da Devoção e Festa de Nossa Senhora Auxiliadora realizado na residência de Dona Maria Teles de Cerqueira jamais se mostrou como uma postura de pé de guerra à instituição católica, sendo mantida sua obediência, sempre pedia e rezava pelos padres e pelos seminaristas, com um carinho especial por aqueles nascidos em Lagarto-SE. No acervo particular de Dona Maria Teles, centenas de santinhos, cartas, cartões, entre outros, demonstram essa relação peculiar da mestra lagartense com os padres.

As questões até então expostas apontam para algumas situações que deixam em evidência o tipo de romanização levado a cabo em Lagarto-SE seja no final do século XIX e, sobretudo, no início do século XX, aqui, em particular, por meio da Festa de Nossa Senhora Auxiliadora. Devoções e festas feitas por leigos, mormente de baixa renda e que têm como marca o seu fervor espontâneo à sombra de um clericalismo atuante, atento e diligente. Foi essa relação entre a devoção a Nossa Senhora Auxiliadora e à Igreja Católica em Lagarto-SE o que mais nos chamou atenção, revelando uma força particular das devoções romanizadoras na cidade, como desdobramento de um projeto reforçado após o Cônego Germiniano de Freitas (1913-1928) e que se mostrou não só consistente, mas, também, de certo modo, vitorioso em seus propósitos básicos: arrefecimento de um catolicismo tradicional popular, até então dominante, reforço da hierarquia da Igreja centrada na figura do Padre como porta-voz da palavra do Papa e a propagação de **novas devoções e práticas**, sobretudo de cunho mariano, como sempre pareceu ser a tendência desde a fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em 1679.

---

<sup>726</sup> MELLO, Adilson da Silva. Cunha: relações religiosas e transformações, tradição e transição cultural. Revista Nures nº 15. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP – Maio / Agosto 2010.

#### 5.4. Modernização e Romanização: o Grupo Sílvio Romero

No século XIX, grande parte das normas de conduta advindas do processo civilizador do século XIII, atravessando os demais séculos que o precederam, foram utilizadas como necessidades imperativas, não só de controle social, mas, também, de combate a epidemias que dizimavam muitas pessoas. No Brasil, por exemplo, num primeiro momento, padres e professores, num segundo, médicos e higienistas. Em nome daquelas normas, estes agentes sociais levaram adiante diversos projetos como construções de cemitérios, escolas e hospitais. Esse movimento também pôde ser verificado nas primeiras décadas do século XX, em Sergipe.

Ao condenar o comportamento dos fiéis de São Benedito nas festas religiosas populares, padres, a exemplo de Geminiano de Freitas, fazem efeito à necessidade romanizadora da Igreja Católica de uniformizar as posturas dos leigos, evitando o que ela passava a classificar desde então como excessos que representavam uma postura ou modos mal-educados. Essa missão religiosa da Igreja Católica em Lagarto revela também, um projeto civilizador das massas, que, de algum modo, vai ao encontro do projeto do Estado.

Segundo Elias: “(...) A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se, como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos<sup>727</sup>”. Ainda que o autor não disserte a respeito, pode-se dizer, de alguma forma, que o regramento moral definido pela Igreja para o celibato e para o casamento também esteve na esteira do chamado processo civilizador, aumentando o controle social, pelo medo, e o autocontrole pela culpa de pecar.

(...) grande parte do que nos parece contraditório – a intensidade da religiosidade, o grande medo do inferno, o sentimento de culpa, as penitências, as explosões desmedidas de alegria e divertimento, a súbita explosão de força incontrolável do ódio e da beligerância – tudo

---

<sup>727</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Vol. I: uma História dos Costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 107.

isso, tal como a rápida mudança de estados de ânimos, é na realidade sintoma da mesma estrutura social e de personalidade<sup>728</sup>.

Num dado momento de sua obra, particularmente no volume 1 de *O Processo Civilizador*, Norbert Elias afirma que, no século XIX, o conceito de civilização indicava com clareza, que seu processo havia sido completado e até mesmo esquecido. Além disso, que as pessoas queriam que o mesmo processo se realizasse em outras nações, de modo particular nas classes mais baixas de suas sociedades.

(...) O homem sem restrições é um fantasma. Reconhecidamente, a natureza, a força, o detalhamento de proibições, controles e dependências mudam de centenas de maneiras e, com elas, a tensão e o equilíbrio das emoções e, de idêntica maneira, o grau e tipo de satisfação que o indivíduo procura e consegue<sup>729</sup>.

Se a atitude da Reforma Católica, de meados do século XIX até então foi defensiva, com a Restauração Católica a Igreja Católica abriu duas frentes ofensivas: presença efetiva na sociedade brasileira e estreitamento das relações com o Estado, ainda que juridicamente seguissem separados<sup>730</sup>.

Para Severino Vicente da Silva, no que se refere ao estreitamento das relações com o Estado, isto ficou mais evidente com a decisão do Estado brasileiro de entrar na Primeira Guerra Mundial. Além de servir de “muleta do Estado”, a Igreja viu naquele fatídico episódio da história da humanidade uma excelente oportunidade para que os Bispos brasileiros pudessem falar mais de perto aos cidadãos e fieis católicos brasileiros<sup>731</sup>. Doravante, deu-se um novo o que o autor vai chamar de neo-cristandade, marcante nas ações da Igreja, seja no plano religioso, seja no plano civil, aproximando-a do Estado, sobretudo à luz da necessidade de educar e de civilizar.

---

<sup>728</sup> Idem. p. 190.

<sup>729</sup> Ibidem. p. 202.

<sup>730</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. Pp. 98-99.

<sup>731</sup> SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985. pp. 51-52.

A Vila de Lagarto, por muitos anos, viveu predominantemente sob um véu de simplicidade bucólica, portanto, distante do dos “olhos dos dirigentes religiosos” e do “orgulho dos sábios”, assentando-se sob uma ignorância que virá à tona com a especialização dos clérigos<sup>732</sup>. Nesse sentido, teria sido o chamado atraso cultural, à luz da civilização propugnada à época, o que explicaria o retardamento dos efeitos romanizadores sobre as devoções populares?

Isso explica a presença do Grupo Escolar Sílvia Romero no Largo do Rosário<sup>733</sup>, palco principal da festa de São Benedito? Explica, também, a presença atuante e efetiva do Pe. Possidônio Pinheiro da Rocha<sup>734</sup> (coadjutor de Padre Geminiano) naquele grupo? Este e o Padre Geminiano, de alguma forma, colaboraram com o Estado no sentido de extirpar do seio da sociedade o que consideravam atitudes e condutas ignorantes e supersticiosas? Afora isso, nunca é demais lembrar que o cisma entre Estado e Igreja a partir de 1891 criou, também, uma espécie de dilema. Para Kátia Mattoso, em certos momentos o povo ficou sem saber a quem obedecer: se a um ou se a outra<sup>735</sup>. Esse movimento de tensão e acomodação explica bem o cenário verificado em Lagarto nas três primeiras décadas do século XX, cujas consequências trataremos a seguir.

Convencido do atraso cultural dos sergipanos, o Presidente José Calazans, em 1893, compreendia que se fazia necessário despender-se largamente com “a disseminação da instrução, mas de modo conveniente e productivo<sup>736</sup>”. Por isso, o

<sup>732</sup> Cf. SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 222.

<sup>733</sup> Espaço que compreende, atualmente, a Praça José Emílio de Carvalho, Grupo Sílvia Romero e a Igreja do Rosário. Até a primeira metade do século XX, era o espaço cênico dos devotos de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

<sup>734</sup> Nasceu em Lagarto, no dia 17 de maio de 1867. Tornou-se Presbítero no dia 01 novembro de 1891. Quatro dias depois, foi nomeado coadjutor da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, assumindo dia 22 daquele mês. Entre 1894 e 1904, tornou Pró-pároco, durante a administração de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Ainda residindo em sua Vila natal, tornou-se vigário da Freguesia de Boquim. Em 1904, assume o paróquiato de Arauá. De lá, muda-se para Aracaju, retornando mais tarde para ser Coadjutor de Padre Geminiano e Diretor do Grupo Sílvia Romero. Também foi Advogado de formação e Deputado Estadual por Sergipe.

<sup>735</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 303.

<sup>736</sup> Mensagem do Dr. José Calazans à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1893. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

combate à ignorância se apresentava como condição para que a sociedade viesse a ser “genuinamente democrática”. Em 1896, a instrução pública havia avançado em relação à iniciativa pioneira do Padre Pitangueira na primeira metade do século, de que já tivemos oportunidade de dissertar no segundo capítulo do presente trabalho. Ainda assim, muitas eram as necessidades naquele campo. O ensino oficial era formado por cadeiras primárias, uma para cada sexo e outra, mista. O ensino particular, em geral, era doméstico e familiar, sob a responsabilidade de “inteligentes moças”<sup>737</sup>, popular e carinhosamente conhecidas, mais tarde, pela alcunha de “tias”<sup>738</sup>.

Com a instituição do ensino leigo pelo governo republicano, a Igreja, mesmo condenando esta atitude, teve que buscar outros caminhos e métodos para não perder seu espaço no campo educacional, ora com a proliferação de escolas confessionais particulares<sup>739</sup>, ora fazendo parte do corpo de educadores das escolas públicas, como é o caso de Lagarto, sobretudo na pessoa do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Aliás, este bem soube transitar entre os dois mundos que pensavam a necessidade de educar do Estado de Sergipe: o IHGSE e a Igreja. Os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), criado no dia seis de agosto de 1912, manifestaram por

---

Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 24-25.

<sup>737</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fl. 31, frente e verso.

<sup>738</sup> Lagarto, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, se notabilizou pelo trabalho de algumas dessas moças que fizeram história no campo educacional, contribuindo para superar as dificuldades de acesso à escola formal e na educação das primeiras letras. Entre elas, destaque para Dona Laura Vieira, atuante no Povoado Pé da Serra do Qui; Dona Mirian Machado, no centro da cidade; Dona Maria Teles, com ênfase no campo religioso, também; Dona Buiú e, mais recentemente, Dona Eliane Machado. Estas últimas, dentro de uma concepção mais formal de ensino: a primeira, responsável pela Direção da Escola Chapeuzinho Vermelho (antiga casa do Padre Daltro e Hospital Nossa Senhora da Conceição); a segunda, pela formação primária de uma geração de lagartenses entre os anos 70 e 90, mais de perto no Colégio Cenecista Laudelino Freire.

<sup>739</sup> Na capital sergipana, foram fundados: o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903), por iniciativa do Monsenhor Raimundo de Melo, visando formar meninas à luz da doutrina católica vigente; e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1913). Cf. SOUSA, Monsenhor José Carvalho de. **Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 Anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade, 2006. Cf. BERGER, Miguel André. *Igreja x Educação: o Papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na Formação da Elite Feminina*. **Cadernos de História da Educação**. Nº 03, janeiro/dezembro de 2004. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. pp. 147-154. Cf. COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, Civilidade e Ilustração: as Memórias de Ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. Dissertação de Mestrado. UFS. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2003.

diversas vezes, preocupação com a educação em Sergipe. O padre era um dos muitos religiosos que fazia parte dos associados da chamada Casa de Sergipe, desde a sua fundação.

Indicado para ser Diretor do Grupo Sílvio Romero em 1926, pelo Presidente Graccho Cardoso, o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha já havia sido Diretor de Instrução e da Escola Normal no Governo de Guilherme de Sousa Campos, em 1907<sup>740</sup>. A presença de um clérigo à frente de questões relativas ao campo da educação revela o que já havíamos discutido anteriormente: que se tornou cada vez mais estreita a relação entre Igreja e Estado, em Sergipe, e o fortalecimento político e social da mesma nas primeiras décadas do século XX<sup>741</sup>. À época, o Padre já dava pistas de como a educação no Estado deveria ser tratada e de como isto vai se refletir nove anos depois no Grupo Sílvio Romero e, mais de perto, na sociedade lagartense: “Se faz mister também que a instrução firme se nas bases da moral, fazendo ruir a metaphysica turbulenta e sediciosa, atropellando os princípios conservadores da ordem, abrindo caminho ao despotismo, e immolando victimas em nome da liberdade<sup>742</sup>”.

---

<sup>740</sup> À propósito, a passagem do Padre Possidônio foi profícua e lhe rendeu bons dividendos. Isto fica claro da leitura de seu testamento, lavrado no dia 28 de setembro de 1928 no Cartório do Tabelião Ananias de Souza Libório, na cidade de Lagarto. Não tendo herdeiros naturais, nem ascendentes e nem tão pouco ascendentes, o religioso deixa seus bens para três beneficiários: José Monteiro de Carvalho, Maria Guiomar de Oliveira (que criou desde a tenra idade) e Severiana do Sacramento, esta última, na condição de sua criada e com quem dividia residência com a referida filha adotiva. O Padre morreu, deixando uma fazenda na Tapera do Nico, com oitenta cabeças de gado, um sítio na Rua de Estância, onde tinha, ainda, uma casa residencial e um terreno e outra casa alugada. Fora uma conta na Caixa Econômica, onde depositada um benefício do Monte Pio, pago pelo Governo do Estado, pela condição de Professor Catedrático de Latim do Colégio Atheneu Pedro II. Cf. Certidão de Testamento do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Cartório do Tabelião Ananias de Souza Libório. In: Pe. Possidônio Pinheiro da Rocha. Pasta do Clero Diocesano, nº 120. Arquivo da Diocese de Aracaju. Para fins de esclarecimento sobre a possível existência de herdeiros ascendentes, consta no Arquivo do Judiciário de Sergipe uma Ação de Paternidade contra o Padre Possidônio, datado de 1942, que não chegou a termos. Cf. Ação de Paternidade contra Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. 16.01.1942. Cx. 04/1836. Arquivo do Judiciário de Sergipe. Aracaju.

<sup>741</sup> O Cônego José Geminiano de Freitas também ocupou cargos no campo educacional, a exemplo do Padre Possidônio. Já residindo em Aracaju e depois de frequentar importantes postos no Cabido da Sé, ele, por dez anos (1938-1948), foi Diretor do Grupo Escolar Barão de Maruim. Cf. Pe. José G. de Freitas. Pasta Avulsa nº 133. Arquivo da Diocese de Aracaju.

<sup>742</sup> Relatório da Instrução e da Escola Normal. Padre Possidônio da Rocha. In: Mensagem do Sr. Guilherme de Sousa Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1907. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em

De algum modo, essas novas concepções de instrução pública irão determinar na inserção de novos comportamentos sociais, os quais condenarão aquilo que era mais significativo nas festas populares ocorridas em Lagarto: a espontaneidade de seus devotos, muitas vezes encarada como desordem e falta de civilidade. O combate à ignorância e a defesa de uma formação que pudesse aliar moral e civilização (cultura livresca) incidirá, com o tempo, sobre a sociedade e atingirão, também, as camadas menos abastadas, afetando seus modos e suas sociabilidades. Esse ideário educacional, sob as bênçãos de uma Igreja romanizadora, suplantou, ou tentou, os elementos mais espontâneos do viver social, das sociabilidades, festas, cultos e devoções, em nome de uma pretensa unidade que via os organismos sociais em perfeita harmonia, como se pode aventar pelas palavras do Padre Possidônio quando na condição de Diretor de Instrução Pública do Estado de Sergipe:

O poeta inglês Gray, em face da triste contemplação de uma cidade dos mortos, suppunha alli dormirem talentos privilegiados, que instruídos, fossem capazes de descrever com perfeição [grifos nossos] os movimentos dos corpos celestes em suas orbitas, ou de fazer vibras com sua harmonia divina as cordas de uma Lyra [grifos nossos] (...) conclue tornando patente a necessidade de fazer penetrar a luz da instrução até as ultimas camadas sociaes, despertando do talento os germes que dormitam<sup>743</sup>.

O Largo do rosário, local de onde partia o cortejo da festa de São Benedito em direção à Matriz de Nossa Senhora da Piedade e onde está, até hoje, a Igreja do Rosário, foi o espaço encontrado pelo Presidente do Estado, Graccho Cardoso<sup>744</sup> para se erguer o Grupo Sílvio Romero, em 1924.

---

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20190&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 25.

<sup>743</sup> Relatório da Instrução e da Escola Normal. Padre Possidônio da Rocha. In: Mensagem do Sr. Guilherme de Sousa Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1907. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20190&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 37.

<sup>744</sup> Nascido em Estância-SE, no dia 09 de agosto de 1874, parte considerável de sua vida foi dedicada à política, tendo sido Deputado Estadual, Secretário da Fazenda, Deputado Federal, Senador, 1º vice-

Nunca é demais lembrar que a necessidade de se criar grupos escolares em Sergipe, como estratégia para a melhoria dos quadros educacionais caóticos, esteve presente nas mensagens de vários Presidentes de Sergipe, antes mesmo do Governo Graccho Cardoso. Em 1910, Dr. José Rodrigues da Costa Dória já apontava para aquela necessidade. Se referindo à ideia de construção dos grupos, sobretudo na capital, Aracaju, ele assim se pronunciou junto à Assembleia Legislativa: “A remodelação do ensino no Estado é trabalho que necessita tempo, perseverança, e introdução de elementos novos, educados em meio adiantado neste serviço<sup>745</sup>”. Anos mais tarde, o Presidente Manuel P. Oliveira Valladão, em 1915, também encampava a ideia dos grupos, afirmando que era uma necessidade que se impunha, e, que o mesmo só estava aguardando a iniciativa dos municípios, sobretudo dos mais importantes, a exemplo de Lagarto<sup>746</sup>, para que os prédios fossem, enfim, instalados<sup>747</sup>. Cinco anos depois, a realidade se configurava com o Governo do Coronel José Joaquim Lobo, que assim se expressava a respeito:

---

presidente do Estado de Sergipe (1901-1912) e depois presidente (1922-1926). Morreu no Edifício da Câmara dos Deputados, da cidade do Rio de Janeiro, em 1950. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. **Graccho Cardoso. Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tobias Barreto, 2003.

<sup>745</sup> Mensagem do Dr. José Rodrigues da Costa Dória à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1910. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20191&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 33.

<sup>746</sup> Em 1915, Lagarto era composto por 39 povoados, sendo o mais habitado o Povoado Brejo com 1025 fogos. A sede municipal tinha apenas 658 fogos. Existiam 3 engenhos, 11 olarias, 10 caieiras, 5 máquinas de descaroçamento de algodão, 5 fábricas de calçados e uma de cigarros e charutos. No quadro educacional, havia 8 escolas estaduais, com uma frequência de 328 alunos. Afora o fumo, os gêneros da cultura de subsistência eram o forte de sua economia, eminentemente rural, com destaque para o milho e o feijão. Cf. Mensagem do General Manuel P. de Oliveira Valladão à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1915. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20191&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 101.

<sup>747</sup> Mensagem do General Manuel P. de Oliveira Valladão à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1915. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20191&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 19.

Como excelente typo escolar, os Grupos vão satisfazendo as exigências do nosso ensino. Em bellos e conportaveis edificios, em que são asseguradas as condições hygienicas de par com os preceitos pedagogicos, elles dão um testemunho muito honroso da segura orientação das administrações, neste particular<sup>748</sup>.

A defesa de Graccho Cardoso em prol da educação da massa popular manifestou uma clara intenção de resgatá-la da ignorância com vistas a elevá-la ao mais alto grau de moralização:

O Estado que reconhece em todos os títulos e os direitos de cidadãos, em compensação deve exigir que cada um saiba, ao menos para errar por ignorância o que lhe cumpre fazer teoricamente, juridicamente e legalmente, pois, está justificada a intervenção do Estado em coisas do ensino, como também outras do regime social. Se o Estado obriga o pai a alimentar e nutrir o filho, como não coagi-lo também a instruir-lhe o entendimento? Quem lhe denegará em sanção moral<sup>749</sup>.

Mais tarde, já na condição de Presidente de Sergipe, Graccho Cardoso incorpora ao seu discurso, e porque não dizer também às suas ações administrativas o ideário do movimento da Escola Nova. Dos pontos aplicados por ele, em sua administração, merecem destaque, até para entender o contexto de implantação do Grupo Sívio Romero, os seguintes: a redução do número de horas de trabalho escolar, aplicando o excesso a jogos, desportos, exercícios ao ar livre e diversões; a reforma dos métodos e o descongestionamento dos programas; desenvolvimento da vocação do aluno; criação do ensino para a vida cívica e para a escolha de uma profissão futura<sup>750</sup>.

---

<sup>748</sup> Mensagem do Coronel Joaquim Pereira Lobo à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1920. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 18.

<sup>749</sup> Discurso de 05 de novembro de 1907. Apud. BARRETO, Luiz Antônio. **Graccho Cardoso. Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tobias Barreto, 2003. p. 23.

<sup>750</sup> Idem .p. 36.

O Estado, nessa época, deu um salto de qualidade, poucas vezes visto nas áreas descritas anteriormente. Praticamente todo o território sergipano foi beneficiado por suas ações mecênico-culturais. Prova disso, foi a queda substancial do índice de analfabetismo que beirava aos quase 70%, em 1920, em Sergipe. Foi, por exemplo, por meio do Decreto nº. 783, de 24 de fevereiro de 1923 que alguns edifícios de cadeias públicas de Sergipe se converteram em escolas, grupos escolares. Entre as cidades beneficiadas, destaque para Lagarto, com a criação do Grupo Escolar Sílvio Romero, inaugurado no dia 23 de dezembro de 1924<sup>751</sup>.

De acordo com o estudioso Miguel André Berger<sup>752</sup>, o Grupo Escolar Sílvio Romero foi planejamento para atender não só a uma concepção pedagógica de época, marcada pelo método intuitivo e pelo método analítico de ensino da leitura, mas também para enfatizar a feição monumentalizante da arquitetura de então, haja vista a presença marcante da águia, símbolo do governo Graccho, como um pássaro que enxerga longe e voa alto - pretensões ideológicas e guias daquela profícua administração estadual.

Embora o Grupo Sílvio Romero não tenha sido confessional, de alguma forma, atuação de padres, interna e externa, naquela instituição foi ao encontro do que se vinha propugnando aos mesmos desde 1911, no sentido de cuidar da alma e do espírito, mas também do magistério moral e ideológico<sup>753</sup>.

---

<sup>751</sup> O edifício do grupo esteve entre uma das melhores cadeias públicas desde a segunda metade do século XIX, mas precisando de reparos orçados em 800\$000 rs, no que o governo dispendeu apenas dois terços à época. Cf. Discurso de Ignácio Barbosa (Palácio do Governo Provincial, 20 de abril de 1854) à Assembleia Provincial de Sergipe. Apud.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 19. Além disso, segundo consta de relatório governamental, teria sido erguido como novo, havendo algumas adaptações, mínimas. Cf. Mensagem do Sr. Graccho Carodoso à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1925. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 154.

<sup>752</sup> BERGE, Miguel André. *Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e da civilidade. Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v. 11, p. 51-68, jul./dez. 2005.

<sup>753</sup> BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)*. Maceió: EDUFAL, 2012.

Considerando que as ações do Pe. Geminiano, no período que vai a partir de 1913 a 1918 (primeira fase) e de 1919 a 1928 (segunda fase), se deram no sentido de racionalizar a fé católica na cidade (como se depreende da afirmação do início do texto), o local-chave de realização dos cultos considerados impróprios para a romanização reinante deveria ser ofuscado por essa onda modernizante e civilizatória.

Interessante notar também, que além dessa inserção e resignificação do espaço dos devotos de São Benedito por parte da Igreja, é acompanhada por uma série de intervenções materiais e simbólicas do poder político. Intervenções essas que também buscavam dá melhor assistência a outros espaços nascidos a partir de Santas Missões realizadas por Capuchinhos na cidade, sobretudo a partir do Padre Vicente, antecessor de Geminiano. O relatório do Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente de Sergipe, informou no movimento financeiro de 1922 a realização de obras do governo em parceria com a Intendência Municipal de Lagarto, de “um grande concerto na barragem do tanque dos Missionários” e calçamento nas ruas do Rosário; bem como, consertos e serviços de calçamento nos tanques do Pacheco e de Frei Caetano<sup>754</sup>. Em 1923, a cidade ganhou melhorias no campo da iluminação pública, com a construção de sua usina elétrica, inaugurada no ano seguinte. Em 1924, a rua em frente às instalações do Grupo Sílvio Romero foi garbosamente calçada<sup>755</sup>.

O estímulo às festas escolares de valor cívico, com o enaltecimento da pátria e de seus vultos, também esteve entre as estratégias dos governos estadual e municipal. Nesse sentido, merece destaque o pronunciamento do Dr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente de Sergipe em 1927: “Com o fim de arraigar nos espírito da mocidade

---

<sup>754</sup> Mensagem do Coronel Joaquim Pereira Lobo à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1922. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 68-69.

<sup>755</sup> Mensagem do Sr. Graccho Carodoso à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1925. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 154.

escolar o culto dos grandes homens e o amor aos grandes feitos de nossa pátria, vem a Escola comemorando as datas cívicas de maior significação para a nossa história<sup>756</sup>”.

No dia 08 de setembro de 1922, comemorou o 1º Centenário da Independência do Brasil, quando houve a reinauguração da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, com celebração de Missa contando com a presença do Bispo Dom José Thomaz<sup>757</sup>. Naquele ano, o Sr. Etelvino Dantas compôs o Hino da Padroeira de Lagarto, que foi musicado pelo Maestro Ferreira, pai do jornalista Euller Ferreira. A data e o Hino, num momento de afirmação da romanização, também podem ser encarados como de cristalização de uma devoção mariana que atravessou os séculos da História de Lagarto.

Esse quadro depõe como o espaço público para as festas populares vão, gradativamente, sendo substituídos pelas festas cívicas e mesmo religiosas de outro gênero, que não fosse as do tipo que se realizavam em memória de São Benedito, por exemplo. Um caso de típico e flagrante de transmutação simbólica de espaços sagrados do povo sergipano.

A onda civilizatória que já se prefigurava com saltos significativos à época de Monsenhor Daltro, alcança os anos 20 do século XX, com veemência. Lagarto conheceu um momento de investimentos governamentais qualificativos e o Grupo Sílvio Romero, de alguma forma, simbolizou isto. No combate à ignorância, na melhoria dos serviços públicos, das estradas, na organização e reorganização dos espaços públicos e religiosos, a redefinição dos mesmos, somou-se o ideário romanizador da Igreja Católica, sobretudo, com a ação Pastoral do Cônego José Geminiano de Freitas.

Sobre a presença do Grupo Sílvio Romero num espaço notadamente popular que era o Largo do Rosário, vale ressaltar o que afirma Riolando Azzi:

---

<sup>756</sup> Mensagem do Dr. Manoel Corrêa Dantas à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1927. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&PagFis=1989&Pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 6-7/12.

<sup>757</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl. 48.

A educação e instrução deviam servir, não só de marca registrada da classe média urbana em formação, mas ao mesmo tempo como sinal distintivo desse segmento populacional, estabelecendo-se pouco a pouco, não só a separação material, mas também cultural, com relação às camadas populares dos camponeses e operários<sup>758</sup>.

A presença do Grupo Sílvia Romero no Largo do Rosário a partir da primeira metade do século XX, deixa entrever que, em alguns momentos, os dois projetos (do Estado e o da Igreja) convergiam para a mesma direção: a necessidade de acesso ao conhecimento e à cultura. Nesse sentido, Estado e Igreja, embora separados pela Constituição de 1891, seguiram juntas, aqui, no mesmo propósito: educar as elites e extirpar os valores e as crenças de origem afro, impondo novas formas de coerção simbólicas.

---

<sup>758</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. pp. 72.

Figuras 32



GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO – JANEIRO DE 2013  
Largo do Rosário - Lagarto-SE - Acervo Claudefranklin Monteiro

No que diz respeito à Igreja Católica, isto a levou “a insistir na necessidade de alfabetização dos fiéis, auxiliando, especialmente os jovens, a ter acesso à cultura letrada<sup>759</sup>”.

Nunca é demais lembrar que tais intenções, do Estado e da Igreja, não implicavam numa redenção social das massas pelo acesso ao saber. Não se tratava de um projeto popular, mas de elite, sobretudo de reforço da hierarquia. O Estado precisava controlar as massas, impor padrões de comportamento, disseminar novos hábitos de higiene, inclusive preparar e condicionar a sociedade para as novas condições históricas e econômicas.

---

<sup>759</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. pp. 73-74.

Já a Igreja, reforçar a autoridade de Roma, retirar do leigo e das irmandades a responsabilidade dos cultos e das ações de fé cristã, centrando fogo na ação evangelizadora e catequética dos Bispos, os quais precisavam preparar melhor seus padres, braço último da ação reformadora do catolicismo brasileiro.

De alguma maneira, a presença do Grupo Sílvio Romero no Largo do Rosário é mais do que simbólica, pois também pode ser encarada como demarcação de poder. Ali é possível perceber a vitória de uma política positivista que não só marcou os anos que antecederam a Proclamação da República, mas o viés ideológico que norteou o novo regime por várias décadas. Ao estimular a participação da Igreja Católica na vida pública, notadamente no campo educacional, o Estado “tirava proveito da tradição católica do povo brasileiro para implantar sem muita dificuldade seu próprio projeto de sociedade”<sup>760</sup>

A julgar pela assertiva de Bourdieu (cujas teorias são perfeitamente aplicáveis na presente tese), teria sido o desaparecimento da festa de São Benedito, em Lagarto, fruto de uma sistematização, racionalização e moralização bem sucedida ao longo de três administrações paroquiais, em diferentes momentos e circunstâncias históricas? Acrescente-se a isto, também, a ação do Estado a partir de Graccho Cardoso?

Era muito comum atribuir à palavra “civilizadores” aos reformadores da Igreja. Isso se devia, em grande medida, ao fato de a visão ortodoxa da romanização considerar as devoções e cultos praticados por populares, escravos, ex-escravos e até homens livres (alguns deles abastados), como sendo de origem inferior e primitiva, aberrantes ao bom convívio social. Como o clima do início do século XX era de ordenamento e policiamento das ações das camadas subalternas, em nome da civilização se cometiam atos os mais atrozes, como desocupação de casas, vacinação forçada e atitude religiosa direcionada. De algum modo, pode-se dizer que a necessidade reguladora daquele clero trouxe para dentro da Igreja o *modus operandi* sistematizador do cientificismo do século passado.

---

<sup>760</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 318.

Além das transformações econômicas e sociais, Bourdieu aponta a ação sacerdotal como um elemento importante para o processo de racionalização da simbologia religiosa. Para tanto, afirma: “O corpo de sacerdotes tem a ver diretamente com a racionalização da religião e deriva o princípio de sua legitimidade de uma teologia erigida em dogma cuja validade e perpetuação ele garante<sup>761</sup>”.

É sabido que havia uma valorização importante da Irmandade do Rosário na comunidade lagartense, não só política, como também economicamente (a arrecadação de esmolas para a bolsa de São Benedito era generosa). Destituídos de seu capital simbólico, acumulado ao longo de anos, os devotos e, principalmente, os “empreendedores” da festa foram destituídos da sociedade, dando espaço a uma nova realidade a que deveriam se adequar, posto que fosse excludente: a de Roma. Ocorre o que Bourdieu afirma de “(...) a “pauperização” religiosa e a separação simbólica entre o saber sagrado e a ignorância profana que o segredo exprime e reforça<sup>762</sup>”.

Isso fica claro quando nos debruçamos a analisar as ações e o discurso do Pe. Geminiano, em Lagarto, numa intenção precisa e objetiva contra quaisquer atos que desabonem a moral e as orientações de Roma. Pode-se dizer que sua ação “legitimadora de uma teologia” foi amplamente alcançada não só na proibição tácita da Festa de São Benedito, mas também, na repercussão disso nos tempos subsequentes.

Após ter sido nomeado vigário de Nossa Senhora da Conceição de Aracaju, pelo Bispo Diocesano Dom José Tomaz Gomes da Silva<sup>763</sup>, o Padre Geminiano de Freitas encerrou sua segunda administração à frente da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade em 1928. No dia 22 de janeiro daquele ano, em duas páginas, dirigiu-se aos seus paroquianos para expressar sua gratidão e prestar contas dos quinze anos que esteve à frente da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Na carta, denomina-se obreiro, tendo procurado fazer o que esteve ao seu alcance para cumprir com seu dever, não ficando de “braços cruzados”. Entende que deveria ter feito mais e que não pode,

---

<sup>761</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 38.

<sup>762</sup> Idem. p. 38.

<sup>763</sup> A nomeação aconteceu no dia 04 de janeiro de 1928.

embora tivesse tentado. Afirma ter a consciência tranquila, e que semeou a piedade entre os paroquianos. Com relação à Matriz, diz tê-la tornado “digna de visita”, que não permitiu, mediante obrigação de ofício, “manter o devido respeito” pelo templo – “casa de Deus”; não permitindo sequer que ela se transformasse em “lugar de colóquios de namorados”, praticando atos que depreciassem a “boa educação” e dos sentimentos religiosos. Dedicava saudações e orações a todos, de modo especial à Pia União do Apostolado do Coração de Jesus, à Confraria das Almas, à Confraria do Rosário e a Confraria dos Santos Anjos. Encerra a carta chamando a todos de “filhinhos”, pedindo orações<sup>764</sup>.

Como vimos, seguiu para Aracaju onde iniciou uma trajetória sacerdotal dividida entre a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e a Diocese, morrendo às 22 horas do dia 29 de março de 1957<sup>765</sup>. Segundo um de seus alunos, Monsenhor José Carvalho, viveu um final de carreira módico, ao lado de sua irmã, numa residência modesta da capital sergipana<sup>766</sup>.

Seu sucessor, na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, foi o Cônego Jugurtha, que tomou posse no dia 29 de janeiro de 1928. No dia 22 de março do mesmo ano, tratou de reorganizar a Confraria do Santíssimo Rosário, com eleição de nova Diretoria e estabelecendo o primeiro domingo de cada mês como sendo o dia para suas reuniões<sup>767</sup>.

---

<sup>764</sup> Carta de Despedida do Padre José Geminiano de Freitas. Lagarto. 22 de janeiro de 1928. In: Livro Nº 01 (Tombo, 1913-1933). Paróquia Nossa Senhora da Piedade. fl. 71, frente e verso.

<sup>765</sup> Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, 29 de março de 1957.

<sup>766</sup> CARVALHO, Monsenhor José de Souza. Entrevista. 29 de janeiro de 2013. Por Claudefranklin Monteiro Santos. Mídia digital. Aracaju-SE.

<sup>767</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

### 5.5. Entre Resistências e Permanências, um Véu de Esquecimento.

Como se viu, o que ocorreu em Lagarto no período que se seguiu ao Padre Geminiano de Freitas, e já mesmo a partir dele, associado ao esvaziamento da festa de São Benedito, aqui em particular, é também a resignificação de católico, sobretudo no que diz respeito a sua atuação enquanto leigo.

A realização da festa de São Benedito punha o fiel católico no controle da situação, no papel até mesmo de protagonista da fé cristã. A partir de Geminiano, por excelência, esse fiel é instado ou doutrinado a ceder seu espaço para o clérigo que, por sua vez, irá reclamar a sua conduta em nome de um catolicismo concorrente, que suprime a espontaneidade da fé popular do lagartense. Essa “mutação” fisionômica do devoto ocorre ao passo em que o clérigo assume a dianteira de todo o processo. Ele se torna o “propositor, organizador, financiador das práticas religiosas”, num processo gradual de “progressiva inversão”, operado ao sabor das novas condições históricas<sup>768</sup>.

No tempo de Daltro, por exemplo, se dizia a respeito dos lagartenses, como uma de suas características definidoras, fora o fato de cuidar da limpeza doméstica e de ser hospitaleiro, serem eles obedientes: “(...) de modo que o que existe municipalmente prescripto sobre o assunto não tem a menos duvida que seja fielmente executada<sup>769</sup>”. Teria sido esse comportamento pacato, de algum modo, contribuído, ao longo dos anos, para desmantelar a festa de São Benedito?

Nesse mesmo compasso, alguns anos mais tarde, Gerásio Prata define o povo lagartense com um rebanho fiel ao seu pastor e a suas orientações, o que deixa entrever a marca determinante dos clérigos na definição e redefinição de seu comportamento religioso. Vejamos o que testemunha o Juiz do Lagarto a esse respeito:

---

<sup>768</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000. p. 38.

<sup>769</sup> CARDOSO, Severiano. **Manuscrito**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896. fls. 18v.

Comunidade discreta, endógena na sua fidelidade aos velhos princípios educativos, comandados por sacerdotes cuja voz era como ouvir a divindade falando para a Terra, quando ainda os frades missionários se supliciavam navalhando-se por simples pecados em pensamento, deitando-se para a salga dos seus flagícios, às vistas do povo estarecido, confrangindo, quando a palavra de Deus na sua boca de um apóstolo possuía mais força do que de um rei na sua falação do trono...<sup>770</sup>.

Assim, ocorre que ao passo em que se deu a reinvenção da devoção, o desempenho dos presbíteros muda, determinando, de algum modo, a existência, manutenção e desaparecimento da força simbólica e política da festa de São Benedito, em Lagarto. O consenso e parcimônia de outros tempos foram, gradativamente, revelando um conflito que deu a tônica da repressão formalizada do clero, agora mais contundente, combativo. Um clero que tem na figura do Padre Geminiano de Freitas a concretização de uma prática que já vinha sendo preconizada já no século XIX e que somente com ele ganha forma e conteúdo. Uma prática de “continua e insistente repressão [grifos nossos] às práticas devotas tradicionais”, sobretudo, “em vilas mais desenvolvidas”<sup>771</sup>.

Nesse sentido, evocando Sérgio Micel, é possível perceber no Padre Geminiano de Freitas “a única força capaz de entronizar a nova doutrina vencedora [leia-se, aqui, as práticas romanizadora], ou então, reelaborar sistematicamente a doutrina tradicional nos casos em que consegue derrotar os ataques proféticos”<sup>772</sup>. Este nos parece ter sido o caso, quando se entende toda a repulsa do sacerdote às manifestações populares, mais de perto a festa de São Benedito, pelo menos da forma como vinha sendo celebrada e conduzida.

---

<sup>770</sup> PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 50.

<sup>771</sup> SILVA, Cândido da Costa e Silva. Op. cit p. 87.

<sup>772</sup> MICELI, Sérgio. *A Força do Sentido (Introdução)*. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. LVIII

Tereza Maia, numa descrição sobre as festas religiosas tradicionais e sobre o folclore da cidade fluminense de Paraty<sup>773</sup>, preconiza como sendo o declínio popular das festas do catolicismo brasileiro, dois fatores: o zelo antiestético dos delegados<sup>774</sup>, a necessidade imperativa de por ordem à urbes, ceifando o lado lúdico e teatral das festas; a moderna intolerância dos vigários, e, nesse aspecto, o Padre Geminiano foi emblemático.

Como se vê, é fato que um notório “desenvolvimento e a fixação de uma cultura organizacional própria” teve que conviver com peculiaridades culturais, sociais e políticas locais, não tornando único e bem-sucedido, a nosso ver, “procedimentos uniformes de gestão e de um estilo homogêneo de comando<sup>775</sup>”, em Sergipe, como se pretendeu com Dom José Tomaz, variando, assim, e também ao sabor e dissabores de ações, muitas vezes pontuais, e mesmo particulares, como nos apresentou o caso de Geminiano de Freitas.

Se a romanização pareceu ser vitoriosa em lugares como Lagarto, o mesmo não se pode dizer em outros rincões de Sergipe, onde as tradições populares religiosas continuam vivas e algumas bem resignificadas.

Em seu estudo sobre autos e danças folclóricas na cidade de Laranjeiras-SE, a Professora Beatriz Góis Dantas registra a permanência do culto a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário, representado nas apresentações das Taieiras, da Chegança e do Cacumbi. Como já vimos, o texto é da segunda metade do século XX e mostra como uma Senhora por nome de batismo Ubelina Araújo, mais conhecida como Dona Bilina, matinha a Festa de São Benedito naquela cidade. Ela era descendente de escravos e sua mãe, ama de leite em épocas remotas à escravidão. O patrimônio deixado por sua

---

<sup>773</sup> MAIA, Tereza Regina de Camargo. **Paraty, religião e folclore**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 1976. p. 50.

<sup>774</sup> No dia 03 de fevereiro de 1875, na cidade de Laranjeiras-SE, o Chefe de Polícia Dr. Aristides Augusto Milton dá conta, via ofício de censura à festa de São Benedito daquela Vila, quando, após revistas feitas por policiais a casa de particulares, constatou-se alguns excessos oriundos do consumo de bebidas alcoólicas, o qual teria gerado “desabrida imoralidade”. Ainda que fosse fato isolado, foi atribuído ao contexto da festa e que a censura se fez em nome da manutenção da ordem pública. Cf. Ofícios Recebidos e Expedidos da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe. APES. Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1875.

<sup>775</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 33.

genitora, sobretudo o religioso (culto negro fundado por ancestrais nagôs), Bilina fazia às vezes das antigas e extintas irmandades, chamando para si a responsabilidade da festa, imprimindo-lhe, como já tivemos oportunidade de destacar, elementos do culto afro ao ritual católico, ainda que isso ficasse mais no plano extralitúrgico da festa em si.<sup>776</sup>

O estudo da antropóloga sergipana, em diversos aspectos, pode até revelar a vitória da religião dominante sobre a religião popular, mas em Laranjeiras, as manifestações folclóricas em torno da festa de São Benedito, ainda realizadas nas primeiras semanas de janeiro, notadamente como parte do tradicional Encontro Cultural de Laranjeiras, também revelam a resistência renitente de gestos e jeitos de crer que ainda subsistem em folguedos e pessoas de diversas idade e condições sociais: “(...) Elas transformam a festa do santo num importante acontecimento que, segundo nos parece é o mais importante para a comunidade local<sup>777</sup>”.

Ao se referir a um fatídico episódio de proibição das apresentações de grupos folclóricos em Laranjeiras-SE no ano 2000 por um padre, curiosamente também envolvendo festejos relativos a São Benedito naquela cidade, Péricles Andrade ressalta o que ele chamaria de persistência no clero brasileiro de uma tentativa de controle e de homogeneização de práticas religiosas advindas ainda do espírito romanizador de outrora e ainda presente na seara do catolicismo sergipano<sup>778</sup>.

Embora seja obrigado a concordar em parte, devo salientar que episódios como esse não podem ser encarados como sistêmicos. Nossa pesquisa vem procurando demonstrar que mesmo existindo desde a segunda metade do século XIX, em Lagarto, a tensão entre o chamado catolicismo popular e o catolicismo romanizador, que parece persistir em padres como o citado de Laranjeiras, não representou em Sergipe um projeto harmônico e homogêneo. Em que pese o tempo que nos separa de proibição

<sup>776</sup> DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 36.

<sup>777</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Considerações sobre o Tempo e o Contexto de Autos e Danças Folclóricas em Laranjeiras*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. p. 66.

<sup>778</sup> ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 13.

similar ao Padre Geminiano de Freitas, assim como nesta outra, naquela prevaleceu o tempo, mas, sobretudo a formação e a postura quase isolada do padre.

Uma nota publicada no jornal Gazeta de Sergipe em 1976 comprova a resistência da festa e da devoção a São Benedito em alguns lugares de Sergipe, diferentemente do que ocorreu em Lagarto. O documento noticia os preparativos para a realização das tradicionais festividades em torno do santo na Igreja de São Salvador, em Aracaju, curiosamente onde fica a sede episcopal de Aracaju e de onde, no início do século havia partido toda ordem de orientação no combate aos cultos populares. A festa, celebrada por meio de um tríduo, teve seu desfecho no dia 12 de janeiro daquele ano. Na ocasião, houve celebração de Missa Solene com o Bispo Auxiliar da capital sergipana, Dom Edvaldo Gonçalves do Amaral, além da posse da nova Diretoria da Irmandade de São Benedito<sup>779</sup>. À tarde, deu-se a procissão e benção do Santíssimo Sacramento<sup>780</sup>.

Algumas décadas antes ao noticiado no jornal Gazeta de Sergipe, duas informações a respeito da Festa de São Benedito em Aracaju, constando do Livro de Tombo 2 da Diocese de Sergipe, chamam atenção. A primeira delas refere-se a duas alterações nos estatutos da irmandade, aprovadas por unanimidade no dia 13 de novembro de 1949. Entre os dados curiosos desse registro, a presença do Padre Luciano Duarte (futuro bispo de Aracaju) na condição de Presidente da Mesa Administrativa. As alterações foram referendadas no dia 03 de dezembro pelo Bispo Diocesano Dom Fernando Gomes dos Santos<sup>781</sup>. O outro registro destaca a realização da Festa de São Benedito em Aracaju, no dia 06 de janeiro de 1951. Nota-se, na observação feita pelo referido Bispo a preocupação com a ordem. Assim o faz, nos seguintes termos: “(...) Há, felizmente, nessas festas muita ordem [grifos nossos] e seus promotores procuram

---

<sup>779</sup> A Irmandade de São Benedito ainda existe e mantém um cemitério com o nome do santo preto, no Bairro Santo Antônio.

<sup>780</sup> Gazeta de Sergipe. Aracaju. 11 e 12 de janeiro de 1976. p. 8.

<sup>781</sup> Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 2. Arquivo da Diocese de Aracaju. p. 39 (frente e verso).

aproveitá-los para dar ao povo uma oportunidade de ouvir um sermão doutrinário [grifos nossos] que eleva o fervor de suas almas<sup>782</sup>”.

Eduardo Hoornaert entende que para os que estudam a História do Brasil a relação entre religião e sobrevivência é flagrante. Durante mais de dois séculos, a permissividade do sincretismo, que com a romanização passou a ser ignorância e superstição, nada mais foi do que uma “tática ou mecanismo de sobrevivência”, uma forma de se esconder, um tipo de resistência, ainda que simbólica, apenas. Como diria o estudioso da Igreja: “Tudo servia para preservar um sentido de vida e uma interpretação do mundo que desse um pouco de espaço aos pobres e oprimidos”<sup>783</sup>.

Frente à flagrante eficiência da ação do Cônego José Geminiano de Freitas e o desaparecimento gradual da festa de São Benedito, em Lagarto, é possível perceber algum tipo de tática de sobrevivência a que se refere Hoornaert? Talvez, se considerarmos o momento que se segue ao término de sua administração, quando outras tentativas de continuidade foram levadas adiante.

É importante ressaltar que mesmo proibida de ser realizada pelo Padre Geminiano de Freitas, a festa de São Benedito continuou sendo realizada nos anos que se seguiram ao término de sua administração. Mas o impacto de sua força coercitiva romanizadora, não permitiu que ele seguisse com o mesmo esplendor e entusiasmo de outros tempos. Os livros de Tombo da paróquia, pelo menos até os anos 60 do século XX, fazem o registro anual, mas percebe-se que acontecia à revelia, caindo em desuso ao longo dos anos seguintes. Prova disso é que o texto do livro de tomo é sempre o mesmo a cada ano.

No dia 06 de janeiro de 1933, a Festa de São Benedito voltou a ser realizada em Lagarto, na administração do já citado sucessor de Geminiano, o Cônego Jugurtha<sup>784</sup>. Desta feita, por iniciativa de um particular por nome de Antônio de Sousa. O Vigário

---

<sup>782</sup> Idem. p. 141.

<sup>783</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 27.

<sup>784</sup> Considerando que com o Cônego Geminiano ela não foi realizada, calcula-se um intervalo de 20 anos.

chegou, inclusive, a considerar a iniciativa louvável, concelebrando Missa com o Padre Fislimino de Jesus, a quem coube eloquente panegírico sobre o “glorioso santo”. Houve procissão à tarde, segundo Jughurta “linda e bem organizada<sup>785</sup>”.

Seu sucessor, o padre português Monsenhor João de Souza Marinho também permitiu que a festa continuasse sendo realizada nos moldes em que se passou a ocorrer no período pós-Geminiano de Freitas: ordeira<sup>786</sup>. Havia uma preocupação constante com o recato e com a ordem, sem maiores excessos, como entendia. Nos registros paroquiais encontrados nos meses de janeiro de 1940 a 1945, é possível encontrar a expressão “uma bem organizada procissão<sup>787</sup>”.

Entre os anos 40 e 80, a festa de São Benedito, devidamente moldada ao estilo romanizado de celebrar e cultuar os santos, volta a desaparecer dos registros paroquiais e da atenção de clérigos e autoridades. Um novo silenciamento. Em 1983, Monsenhor Juarez, numa tentativa não bem sucedida de reaver a festa de São Benedito em Lagarto, chegou a coroar um rei e uma rainha negros na entrada da Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Não se tem notícia até a hoje de que o clérigo tivesse sofrido algum tipo de represália ou reprimenda por parte de seus superiores, o que só comprova o que vimos dizendo.

Apesar desses registros de sobrevivências e de resistências, chama atenção o nível de passividade com que isso foi recebido pelos devotos de São Benedito e pelos antigos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto as ações do tempo do Cônego Geminiano. Se esta irmandade, como outras Brasil afora, foi uma maneira de afirmar identidades, o que teria ocorrido, de fato, em Lagarto: uma

---

<sup>785</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE. fl.92.

<sup>786</sup> Entre os anos 1943 e 1946, Sr. José Emílio de Carvalho foi Interventor de Lagarto. Durante sua administração, ele estimulou a realização de solenidades em torno da figura de São Benedito, especialmente os brinquedos folclóricos que o envolviam, como as Taieiras. Durante algum tempo, o andor do santo saía de sua residência, à Rua Mizael Vieira, para a realização da procissão festiva de 06 de janeiro. A praça, ao lado do Largo do Rosário, leva o nome do mandatário até a presente data. Cf. COSTA, Isaura da Fonseca Meneses. Entrevista. 11 de dezembro de 2009. Por Claudefranklin Monteiro Santos. Mídia digital. Lagarto-SE.

<sup>787</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1933-1955). Nº 2. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

romanização eficiente, embora tardia, e um catolicismo popular derrotado, suprimido, esvaziado ou até mesmo adestrado? O que houve e para onde foram os devotos do Santo Preto da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade<sup>788</sup>?

Pelas contas de Beatriz Góis, tendo como referência o ano de 1971 (15 anos atrás), a Taieira de Lagarto desapareceu entre o final dos 1950 e início dos anos 1960, não resistindo, segundo a autora, por conta das pressões da classe dominante. Foram informantes da antropóloga e historiadora sergipana, os senhores Rubens de Oliveira Rocha e Artulino José dos Santos, além de João Briba<sup>789</sup>. O primeiro era conhecido como Rubém, tinha 66 anos, branco e proprietário de pensão. O segundo era preto de 71 anos: “antigo rei da festa de São Benedito<sup>790</sup>”.

Os depoentes transmitiram para a pesquisadora informações de um passado distante de seu estudo, que não se refere aos tempos e fatos narrados por Sílvio Romero, Melo Moraes Filho e Severiano Cardoso. Embora em muito os elementos de Rubém e de Seu Artulino se aproximem daqueles autores, fica claro que se trata de um momento da Festa de São Benedito, em Lagarto, em a romanização havia ganhado forma e consistência, particularmente, pelo fato de não haver registro de coroação de rei e de rainha de Congo no interior da igreja, nem em outro momento, pois estes seguiam coroados e paramentados do Largo do Rosário para a Matriz. A irmandade já havia saído de cena e o próprio Rubém, a exemplo de Dona Bilina, em Laranjeiras, se apresentava como organizador da festa. Dentre os detalhes elencados por eles, destaque

---

<sup>788</sup> Tudo leva a crer que a camada social lagartense, geralmente negra e de origem pobre, que por anos cultuaram São Benedito, tenha dado origem à Rua da Caridade, atualmente conhecida por Rua do Riachão. Algumas evidências levam a isso, como o fato de ter residido nesta algumas das pessoas que fizeram parte dos séquitos reais realizados na festa do santo preto, até primórdios do século XX, afora seus descendentes, que em anos posteriores à administração do Cônego Geminiano estiveram às voltas com novas tentativas de renovação da tradição, notadamente já modificada e resignificada após, pelo menos duas décadas, de intensas ações romanizadoras do clero lagartense, no sentido de desgastá-la.

<sup>789</sup> João Francisco de Andrade nasceu em Lagarto no dia 12 de agosto de 1928. Comerciante do setor de alimentos e serviços de restaurante. Pai do célebre lagartense, José Anselmo Andrade, odontólogo e professor. No dia 06 de janeiro de 1940, esteve com Antônio Xisto dos Santos, funcionário público, encarregado da Festa de São Benedito. Em 1983, ele, Rubém e Antônio Carlos dos Santos, depois de mais um hiato de tempo, estiveram à frente da última tentativa de reavivar a Festa de São Benedito em Lagarto, no ano de 1983.

<sup>790</sup> DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 48.

para a quantidade de santos, num total de dezesseis, entre os já conhecidos, São Gonçalo<sup>791</sup>.

Os depoentes de Beatriz Góis Dantas não se recordam da existência de irmandade em seu tempo, o que leva a crer que ela já tivesse sido transformada em uma associação religiosa, apenas. Uma fala de Rubém, em particular, apresenta aspectos que comprovam o que vimos discutindo e afirmando, sobretudo após a enfática e fatídica proibição do Padre Geminiano de Freitas, em 1919. Ele deixa claro quem bancava a festa: “criaturas que pudessem gastar”. Que a escolha do rei e da rainha deveria levar em consideração a obrigatoriedade do sujeito ou sujeita ser de cor preta, “porque São Benedito era preto”. E, o mais importante: que “era preciso o consentimento do padre da paróquia<sup>792</sup>”. As memórias dos depoentes atestam, portanto, os efeitos da ação romanizadora daquele religioso na cidade.

A foto abaixo, do acervo do Sr. Antônio Martins de Menezes, ex-Prefeito de Lagarto entre os anos no final da década de 50, ilustra bem o trabalho da Professora Beatriz.

**Figuras 33**



---

<sup>791</sup> Idem. pp. 48-51.

<sup>792</sup> Ibidem. p. 63.

Em Laranjeiras, ao contrário de Lagarto, o desmantelamento da irmandade do Rosário, surtiu um efeito diferente, pois, tudo leva a crer, que São Benedito rouba a cena. O templo, por exemplo, que era dedicado à Virgem, até hoje homenageia o “mouro siciliano”<sup>793</sup>.

Como se viu, em Lagarto, com o esvaziamento dos eventos promovidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, entre eles, a festa de São Benedito, os padres romanizadores encamparam um processo de criação de uma série de congregações de cunho mariano, afastando de cena a influência de grupos considerados populares, de seus cultos e devoções, da Igreja. Segundo Edilece Couto: “(...) As festividades de iniciativa leiga deveriam dar lugar às novas devoções. As antigas irmandades perderam funções, realizaram fusões ou foram extintas”<sup>794</sup>. Talvez o termo extinção, em que pese ainda virmos a ser contrariados por isso, é apropriado para o ocorrido em Lagarto entre as décadas de 10 e 30 do século XX, com resultados persistentes nos anos que se seguiram.

Beatriz Góis Dantas, em seu estudo sobre as Taieiras em Sergipe faz uma observação que nos parece muito pertinente para compreender as atitudes diferentes dos três párcos de Lagarto que vimos estudando aqui. Para a imortal da Academia Lagartense de Letras, enquanto tais manifestações populares estiveram sob as hostes de padres naturais de seus lugares, embora eles já se afigurassem como romanizadores em suas atitudes e, portanto cientes de seu papel de coibi-las, elas sobreviveram em seu esplendor, ainda que extintas, em muitos casos, as irmandades que as patrocinavam. A seu ver, os padres, geralmente moços, e que eram escalados para as paróquias onde não eram nascidos ou menos com a criação de vínculos afetivos e identitários não se

---

<sup>793</sup> Ibidem. p. 64.

<sup>794</sup> COUTO, Edilece Souza. *Festejar os Santos em Salvador: Tentativas de Reforma e Civilização dos Costumes (1850-1930)*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. 281.

interessavam em manter qualquer tipo de tradição, sobretudo, popular. Ao contrário, na maioria dos casos, tudo fizeram para debelá-la<sup>795</sup>.

Esse quadro explica bem o caso de Lagarto. Daltro não era, necessariamente, natural de Lagarto, mas de Simão Dias, por muitos anos possessão da antiga vila sertaneja de Sílvio Romero. Ele passou mais de trinta anos no lugar, criou raízes, a ponto de manifestar em vida seu desejo de ser sepultado nas terras de Nossa Senhora da Piedade. Falecido em 1910, garantindo, de algum modo, a longevidade da Festa de São Benedito. Seu sucessor, o Padre Vicente Francisco de Jesus, era moço e nascido na paróquia. Ele foi menos incisivo e usou métodos menos traumáticos de desmantelamento da festa. O mesmo não podendo dizer do Padre Geminiano, também moço, mas estranho à cidade, sobretudo numa época em que, para a Igreja, desencorajar aquele tipo de tradição era mais do que necessário, era vital para o catolicismo vigente.

---

<sup>795</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Op. cit. 1972. pp. 74-78.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção dada à religiosidade popular pelos últimos documentos da Igreja, num espaço de aproximadamente quarenta anos, demonstram uma nítida intenção de ver nisto uma ação eficaz de neo-evangelização e de congregação de pessoas com diferentes culturas. O marco disso, certamente foi a Carta do Papa Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi*<sup>796</sup>, que traçou as coordenadas que servem até o mundo atual.

Isso pôs a Igreja em cheque, evidentemente, e com Puebla e Medelin, ela procurou repensar suas estratégias. O Pe. Soares (1986, p. 106) se refere aos festejos de São Benedito realizados em Sergipe hoje como uma manifestação folclórica ligada a um passado histórico do Brasil (à cultura da cana-de-açúcar), concentrando-se nas primeiras quinzenas do mês de Janeiro<sup>797</sup>.

A ideia de uma romanização tardia ou retardada por conta de nossos três personagens clérigos fica evidente, quando se sabe que em regra geral, já a partir do século XIX em Sergipe existia todo um movimento no sentido de ir substituindo práticas do catolicismo popular pelas do catolicismo romanizado.

É certo que a Igreja vinha mudando. A romanização procurou imprimir um único norte para uma instituição que desde a fundação do Brasil se amalgamava de uma série de influências. Nesse sentido, os padres nem sempre só rezavam, os fiéis nem sempre só obedeciam aos “santos” ensinamentos.

A religiosidade, como vimos, era vivida sem uma orientação única, precisa ou firme. Entender a sociedade e o tempo que geraram essa mudança, essa necessidade de regramentos e de unidade aos olhos e ouvidos de Roma, talvez tenha sido o caminho

---

<sup>796</sup> Exortação apostólica. 1975

<sup>797</sup> SOARES, Pe. José Fernando Ávila. *A Vivência do Divino na Tradição de um Povo*. Petrópolis, Vozes: 1986.

menos tortuoso e tosco para entendermos as palavras de Geminiano, a esquiua estratégica de Vicente e a condescendência política de Daltro.

Nunca que uma reforma nos moldes que foi o projeto de romanização no Brasil iria levar em consideração a particularidade da forma como se manifestava a Festa de São Benedito em Lagarto, por exemplo, como em outros lugares do Brasil: uns mais, outros nem tanto. Admitir isso era reconhecer a derrota de suas intenções centralizadoras e ortodoxas. Assim, foi mai fácil dizer que tal tipo de vivência religiosa em relação ao seu santo era uma superstição do que uma desobediência clerical.

Ao contrário do que possa ter parecido, a romanização esteve longe de ser uma nova colonização em modelos religiosos, mas um projeto de poder mesmo. De algum modo, o que se sucedeu em Lagarto em relação à festa de São Benedito não foi algo longe de uma “lavagem cerebral”. Talvez a intenção não tivesse sido essa, mas ocorreu na constatação de seu silêncio, ou melhor, de seu silenciamento.

Os Padres Daltro, Vicente Francisco de Jesus e Germiniano, ao seu modo e em seu tempo “*reproduziram o capital religioso por uma ação pedagógica expressa*”<sup>798</sup>, entre os finais do século XIX e inícios do XX. Para tanto, apoiado em Bourdieu, a romanização pode ser chamada, a luz das questões aqui levantadas, como uma “reinterpretação letrada” do catolicismo e de suas práticas.

A verdade é que uma elite religiosa prefigura nas biografias dos padres João Batista de Carvalho Daltro, Vicente Francisco de Jesus e Germiniano de Freitas, agindo de forma diferente e nem sempre obediente ao ritmo da romanização, imprimiu em Lagarto, entre os anos de 1874 e 1928, um eclipse, sem volta e sem precedentes na história de Sergipe, às manifestações mais destacadas da religiosidade popular lagartense.

Se São Benedito, pelos idos do século XVIII e XIX roubou a cena religiosa da Vila de Lagarto, a ponto de secundarizar a Padroeira Nossa Senhora da Piedade e sua outra representação mais popular de Nossa Senhora do Rosário, o mesmo aconteceu ao

---

<sup>798</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 40.

santo preto a partir do final da segunda década do século XX, quando, no afã de fazer valer às determinações romanizadoras, padres, como Geminiano de Freitas, roubam a cena e particularizam o processo.

Ao padre, portanto, coube a exclusividade sobre o controle das devoções, quer seja populares ou não. E isto se fez diante da figura de padres cada vez mais intelectualizados frente a uma população ignorante, que se educava mas à luz de um projeto que valorizada a cultura livresca, o regramento moral, a obediência quase que plena, do culto à pátria e com nuances civis e republicanas.

Ainda assim, pode-se dizer que uma densa camada de religiosidade popular, síntese ou simbiose da cultura tradicional do catolicismo português com as culturas autóctones dos indígenas e com as transmigrações culturais africanas, tornou a tarefa de recatolização do povo brasileiro difícil e não necessariamente vitoriosa, mesmo nos casos onde houve o silenciamento de devoções e festas como foi o caso de São Benedito, em Lagarto.

Um caso curioso, ocorrido na cidade de Aparecida-SP, chama atenção pelo efeito contrário. Para tanto, mereceu do pesquisador Ismar Câmara Neto um trabalho muito pertinente, sobretudo para entender a questão das permanências no campo das religiosidades populares. Seu livro, “A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)”, segue numa direção inversa ao que nos propomos ao longo de nossa tese.

Dr. Ismar debruçou-se sobre uma questão que endossa a nossa compreensão sobre o assunto, particularmente no caso de Lagarto-SP: que a Igreja Católica, no que diz respeito à romanização, se propõe única, mas a história e os homens, as ações destes, deram um desfecho diferente do programado e pretendido, ora complexo, ora pontual e específico às condições históricas e humanas a que foi exposta, nesse caso, a devoção e a festa de São Benedito, de modo particular na passagem do século XIX para o século XX.

No geral, concluímos que, em Lagarto, ao mesmo tempo em que houve um amadurecimento e auge das devoções ligadas à Irmandade do Rosário tardia, tardio também foi o efeito da romanização, nem por isso capaz de provocar o arrefecimento e a visibilidade do culto e festa de São Benedito. Ao contrário do que se pretendia e quer uma parte da historiografia sergipana sobre o assunto e mesmo nacional, não houve unicidade e uniformidade no projeto romanizador sergipano, mesmo depois das investidas diocesanas de Dom José Tomaz.

A bem da verdade, o santo preto foi ao longo dos anos se tornando invisível socialmente. Sua invisibilidade e o silêncio das pessoas, do tempo, gritou fundo na presente tese. Longe de ter tido a intenção de dar voz e visibilidade a São Benedito, pois ele ainda figura no altar-mor ao lado direito da imagem de Nossa Senhora da Piedade, quisemos apresentar um caso singular de esvaziamento cultural, de desmemória de uma crença e de uma lúdica popular do Estado de Sergipe. E nesse sentido, discorreremos sobre esse tipo de vivência da fé de um povo que se descolou do chamado catolicismo oficial. Ou ainda, uma recriação vivida do que pretendeu a doutrina.

Entre as acomodações e tensões vividas entre as partes, a ideia de uma oposição apenas se configurou a partir da distinção e da necessidade de uma parte em se diferenciar da outra. O imperativo de afirmação do catolicismo romanizador frente ao que se convencionou chamar de catolicismo popular distingue ambos em oposição. Afora isto, entendemos que não houve oposição até o século XIX, mas um descolamento. Em tese, catolicismos e vivências da fé cristã num mesmo espaço e tempo. A distinção de um foi a supressão ou desejo de suprimir, anular, silenciar, esvaziar o outro para então se afirmar e se pretender único.

Assim, após cursar onze disciplinas, uma tarefa se impõe a mim como exigência legal das normas acadêmicas brasileiras, mas que se apresenta como um corolário de mais uma de muitas etapas de minha formação, quiçá, a mais importante. Mais do que a obtenção de um título, uma licença do Estado, representada aqui pela universidade, para alçar voos maiores em minha carreira acadêmica, encaro tudo isso

como mais um desafio que se me apresenta: a escrita de uma tese de doutoramento em História.

Os efeitos de uma “universidade de massa” são cruéis a todo estudante de pós-graduação no Brasil. Particularmente, posso afirmar que seus efeitos se fizeram presentes ao longo de minha caminhada, sobretudo, até o momento da escrita da tese. Açodado entre viagens, trabalho e atividades inerentes à condição de professor universitário, tive que, a duras penas, também desenvolver as tarefas inerentes à formação em nível de doutoramento, lendo, refletindo, pensando e produzindo a um ritmo quase fabril, pois ao final valemos mais pelo que dispomos no Lattes do que pela necessária vontade de ser.

Nesse sentido, a escrita de minha tese acabou se transformando num resultado de uma ocasião digna e oportuna de criar, inventar, e por que não dizer, reinventar o conhecimento. O academicismo brasileiro tolhe nossas melhores ideias, tornando-nos, na maioria das vezes em parturientes de artigos, textos, trabalhos, monografias, dissertações e teses. O exagero teórico de nossas universidades e de seus cursos de pós-graduação em nível de doutorado aprisiona o estudante a um patamar de abstração que o afasta da capacidade de refletir com ação, pensar e escrever com deleite.

Por isso mesmo, optei por uma tese capaz de dar conta de um objeto que fosse acessível e, sobretudo, compreensivo. A teorização também esteve em seu resultado, mas longe de ser fim, foi meio para que eu, de alguma forma digna, pudesse contribuir com conhecimento o campo da historiografia nordestina.

No geral, a presente tese quis se tornar uma contribuição não somente aos estudos a respeito do processo de romanização ocorrido no Brasil entre a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do século seguinte, mas também sobre estudos de festas religiosas católicas de cunho popular, as quais marcaram decisivamente o chamado catolicismo tradicional brasileiro por muitos anos.

## FONTES

### FONTES MANUSCRITAS

Alvará de Licença para o curato de Nossa Senhora da Piedade da dita Vila no Arcebispado da Bahia seja creado a Vigaria etc. De 18 de abril de 1703. – Livro 67 – fl. 230. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

Alvará de Reconhecimento da Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Lagarto do Sertão de Sergipe Del-Rey, de 21 de outubro de 1669. Livro 1116 – fls. 281. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

Apresentação da imagem de Nossa Senhora da Piedade ao Curato da Piedade da dita Vila no Arcebispado de Dom Gaspar Barata de Mendonça, de 05 de setembro de 1679. Livro 91 – fol. 173. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 06 de fevereiro de 1909. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 06. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 04 de junho de 1909. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 7. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Ata do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus. Lagarto, 01 de novembro de 1912. Livro de Atas Nº 01 (1905-1920). fl. 13. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Aprovação do Compromisso da Irmandade do Rosário de Propriá (SE). 1894. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador.

CARDOSO, Severiano. Manuscrito. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896.

Carta de Apresentação da Vigaria de Nossa Senhora da Piedade desta Vila no Arcebispado da Bahia ao Padre Constantino Mariulo, de 18 de abril de 1703 – Livro 67 – fl. 230. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A. N. T. T). Portugal.

Carta de Despedida do Padre José Geminiano de Freitas. Lagarto. 22 de janeiro de 1928. In: Livro Nº 01 (Tombo, 1913-1933). Paróquia Nossa Senhora da Piedade. fl. 71, frente e verso.

Carta de Tolosa. Versão digitalizada do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Carta do Cônego Daltro ao Arcebispado da Bahia, Lagarto, 17/1/1886, ASSB, ACM.

Carta de Monsenhor Daltro ao Barão de Jeremoabo. Lagarto-SE, 04 de março de 1896. IHGSE. Fundo João Dantas Martins (Quadro de Correspondências – JR – 47). 040\_Cx. 14.

Carta do Padre Vicente Francisco de Jesus ao Núncio Apostólico do Brasil em 15 de outubro de 1917. ANAB – ASV, no. 1485, fasc. 850.

Carta do Vigário de Lagarto, Padre João da Cruz Canedo, 22 de abril de 1757. Arquivo da Marinha e Ultramar. Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

Carta de Sesmaria de Antonio Gonçalves de São Tomé – D[26/05/1596; R[28/05/96] – f. 29v-30v. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Certidão de Batismo do Padre Vicente Francisco de Jesus, de autoria do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Pasta do Clero Diocesano, nº 120. Arquivo da Diocese de Aracaju. Lagarto, 12 de junho de 1898.

Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos da Freguesia de N.S. da Piedade da Vila do Lagarto, IAN/TT, Chancelarias Antigas/Ordem de Cristo, Livro 280, fls. 324-327. 1771.

Correspondência da Confraria de Nossa Senhora do Amparo. Do Padre Daltro em resposta ao Vigário da Freguesia de Riachão do Dantas. 1879. Sub-grupo: Freguesia / Paróquias. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador.

Gabinete Archiepiscopal Dom Joaquim G. de Azevedo. Correspondências do Arcebispo. João Batista de Carvalho Daltro. 30/03/1878. 03/05/1878. 09/08/1878. Vol. XXV. 1877-1879. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador.

Inquirição de Gênero de João Batista de Carvalho Daltro. Câmara Eclesiástica. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1852. Estante 1. 21-GE 18, cx. 7.

Inquirição de Gênero de José Geminiano de Freitas. Câmara Eclesiástica. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1900. Estante 1. 28-GE 25, caixa 9.

Inventário nº 1 (1831-1914) da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

João Batista de Carvalho Daltro. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. 1872. 128 - Pr 4. CRD. Caixa 36.

José Geminiano de Freitas (Pasta). Arquivo da Diocese de Aracaju. Caixa 133.

Limites entre Bahia e Sergipe. Cônego Geminiano de Freitas. Lagarto, 1917. APES (Documentos Especiais - DE\_42).

Lista das Informações e descrições das Villas do Arcebispado da Bahia, 1757. Arquivo do Conselho Ultramarino. Arquivo da Marinha. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

Livro de Atas da Confraria das Almas (1912-1934). Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

Livro de Atas do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus Nº 01 (1905-1920). Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Livro de Atas do Apostolado da Oração do Santíssimo Coração de Jesus Nº 02 (1937-1945). Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Livro de Cartas do Governo de D. João de Lancastro, de 1686-1704, fls. 196/verso. Arquivo Público Estadual da Bahia.

Livro de Cartas do Governo de D. João de Lancastro, de 1686-1704. Livro 6, fls. 65. Arquivo Público Estadual da Bahia.

Livro de Contas Nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1878-1949).

Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Livro 1 (1854-1876). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289.

Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Livro 2 (1877-1894). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289.

Lista de Cônegos Efetivos. Cabido Diocesano de Aracaju. 1912. fl. 1. Acervo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Aracaju.

Lista de Classificação dos Escravos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Anexo. p. 43. 31 de março de 1877. Arquivo Geral – Ag1-04. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Diocese de Aracaju.

Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, 29 de março de 1957.

Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1933-1955). Nº 2. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto-SE.

Livro de Tombo nº 01 da Paróquia de Nossa Senhora Santana. Ato de Consagração. 01 de janeiro de 1900. fl. 2, verso. Simão Dias-SE.

Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio (1941-1960). Diocese de Lins. São Paulo.

Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 75. 03 de maio de 1875. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 75. 13 de setembro de 1875. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Ofício de Sebastião da Avila Garcez. Câmara Municipal de Lagarto. Cm1. 1876. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 72. 02 de março de 1884. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Ofício da Câmara Municipal de Lagarto ao Presidente da Província. Cm1 – 77. 22 de setembro de 1889. Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES). Aracaju.

Ofícios Recebidos e Expedidos da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe. APES. Festividades. Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1875.

Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del Rey, João Ferreira de Araujo. Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, 20 de agosto de 1876. APES, Fundo AG4- Clero – doc. 94.

Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del El Rey. Lagarto, 02 de agosto de 1881. APES, Fundo AG4-27 – Clero, doc. 123.

Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Manuel de Araújo Gois. Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, 26 de julho de 1886. APES, Fundo AG4-29- Clero – doc. 223.

Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del El Rey. Lagarto, 26 de maio de 1887. APES, Fundo AG4 – Clero, doc. 068.

Ofício do Vigário João Batista de Carvalho Daltro ao Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Manuel de Araújo Gois. Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, 21 de maio de 1887. APES, Fundo AG4-30- Clero – doc. 68.

Patrimônio de João Batista de Carvalho Daltro. Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Faculdade Católica de Salvador. 1855. Estante 1. 79-PA33, caixa 22.

Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (1914-1933). Nº 1, 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se.

## FONTES IMPRESSAS

Ação de Paternidade contra Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. 16.01.1942. Cx. 04/1836. Arquivo do Judiciário de Sergipe. Aracaju.

Almanaque Laemmert. 1931. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. II. P. 1062.

Anuário do Brasil Católico (1953-1960). páginas 141-142; 421-424; 653-656. Acervo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Apuntamientos que el Doctor Bertolame Ferreira Lagarto. In: Anais da Biblioteca Nacional. Volume 71. Rio de Janeiro, 1951.

A Razão. Estância-SE. 13 de fevereiro de 1910. Capa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Boletim Diocesano. Ano 1, nº 6, junho de 1912. Aracaju.

Boletim Diocesano. Ano 2, nºs 1 e 2, 05 de dezembro de 1912.

CAMPOS, Edilberto de Souza. *O Mastro de São Benedito*. In: **Crônicas da Passagem do Século**. Volume 1 (1964-1966). Aracaju. pp. 61-67.

\_\_\_\_\_. *João Batista de Carvalho Daltro e João de Matos freire de Carvalho*. In: **Crônicas da Passagem do Século**. Volume 3 (1968). Aracaju. pp. 50-54.

CARDOSO, Amâncio. *Lagarto Barroca: a Procissão de São Benedito, Sergipe séc. XIX*. In: **Jornal Cinform**, Edição 1068. Aracaju, 29/09 a 05 de outubro de 2003. p.9.

CARDOSO, Severiano. **Rimas Sertanejas**. Aracaju: Typographia da Folha de Sergipe, 1896.

\_\_\_\_\_. *Lagarto – Sergipe: História e costumes*. **Almanaque Sergipano**. Aracaju, 1899, pp. 250.

*Carta de Pedro Garcia Moreno*. In: FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. pp. 239-244.

CARTA PASTORAL. Episcopado Brasileiro aos fiéis da igreja do Brasil. São Paulo: Typografia a vapor de Jorge Seckeler & Cia, 1890.

Carta Patente do Governador Conde da Ponte, 27 de fevereiro de 1806. In: Anais da Biblioteca Nacional. Volume 37. Rio de Janeiro, 1912.

Carta de Renúncia ao Sacerdócio do Padre Jugurta Franco. Aracaju-SE, 30 de agosto de 1939. Arquivo da Diocese de Aracaju. Pasta Avulsa Nº 120.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Villa do Lagarto - 1874). In: FRANCO, Cândido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880)*. Vol. I. Aracaju: Typographia da F. das Chagas Lima, s/d.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU/CU, Códice 1950). Cópia Impressa e Transcrita do Acervo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas Anexas. In: Anais da Biblioteca Nacional. Volume 60. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1938.

Descrição do Município de Lagarto, na Província de Sergipe. 06 de abril de 1881. In: Anais da Biblioteca Nacional. Volume 111. Rio de Janeiro, 1991. pp. 267-268.

Descrição do Terço da Ordenança de que lhe he Capitão-Mor Antônio Martins Fontes (Nossa Senhora da Piedade do Lagarto). In: Observação Relativa ao Corpo de Auxiliares e Ordenanças da Capitania da Bahia, 02 de novembro de 1787. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 34. Rio de Janeiro, 1912.

Diário de Notícias. Salvador-BA, 04 de setembro de 1974.

Diocese de Aracaju. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 9, 1920. p. 137-138.

Discurso de Ignácio Barbosa (Palácio do Governo Provincial, 20 de abril de 1854) à Assembleia Provincial de Sergipe. Apud.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 07-44.

Discurso Pronunciado pelo Dr. José Calazans Brandão da Silva (23.10.1946) em nome da Congregação da Escola Normal “Rui Barbosa”, de Aracaju, por ocasião das Festas Jubilares de Dom José Thomaz Gomes da Silva, 1<sup>o</sup> Bispo de Aracaju. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 19, 1945-1949. pp. 17-20.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Lagarto. Volume XIX. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

Esboço Histórico do Seminário do Sagrado Coração de Jesus. In: **Revista Scientia et Virtus**. Aracaju: Seminário Sagrado Coração de Jesus / Tipografia Comercial, 1933. pp. 1-9.

Expediente do Governo Diocesano. In: Boletim Diocesano: A Diocese de Aracaju, Ano 1, número 5, maio de 1912. p. 82.

Ficha Cadastral do Cônego Vicente Francisco de Jesus. Diocese de Lins. São Paulo.

Folha Trabalhista. Estância. 26 de junho de 1960. Capa.

FREYRE, Gilberto. O Gigante Sílvia Romero. Correio Popular. Campinas, 22 de abril de 1951.

Gazeta de Sergipe. Aracaju. 11 e 12 de janeiro de 1976. p. 8. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

Gazeta de Sergipe. Aracaju. 05 de fevereiro de 1976. p. 3. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

Gazeta de Sergipe. Aracaju. 23 de outubro de 1976. Capa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil [1761]**. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.

Jornal “A Notícia”, 29 de janeiro de 1897, p. 2. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

Jornal “A Tarde”. Salvador-BA, 04 de junho de 1974.

Jornal de Sergipe do dia 27 de abril de 1880. Capa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju.

Jornal “A Cruzada”. Aracaju, 08 de fevereiro de 1920.

Missões e Retiros em Sergipe (1712-1980). Arquivo do Convento dos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade. Salvador-BA.

MONTEIRO, Ezequiel. Garcia Moreno: um Ático. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, 28 de outubro de 1976.

MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). pp. 87-96.

Mosteiros do Carmo em Sergipe D’El Rei. In: *Relação dos Mosteiros, Hospícios e Residências da Província de Nossa Senhora do Carmo da Bahia e de Pernambuco*. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 32. Rio de Janeiro, 1910. pp. 78-79.

NUNES, Maria Thetis. *Garcia Moreno, o humanista*. In: **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, 30 de outubro de 1976. p. 3.

Pe. José G. de Freitas. Pasta Avulsa nº 133. Arquivo da Diocese de Aracaju.

Pe. Possidônio Pinheiro da Rocha. Pasta do Clero Diocesano, nº 120. Arquivo da Diocese de Aracaju.

Provisão do Vigário da Affonso da França Corte Real na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 18. Rio de Janeiro, 1896. p. 128.

Representação do Vigário da Affonso da França Corte Real. Villa de N. Sra. Da Piedade, 21.10.1751. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 31. Rio de Janeiro, 1909. p. 14.

RICARDO, Monsenhor A. *As Associações Pias. XII*. In: **A Cruzada**. Aracaju, 28 de março de 1920. Capa.

ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888.

\_\_\_\_\_. **Cantos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

SANTIAGO, Serafim. **Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]**. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920.

SOARES, José Curvelo. *O Sagrado Coração de Jesus, a Diocese de Aracaju e seu Bispo*. In: **Revista Scientia et Virtus**. Aracaju: Seminário Sagrado Coração de Jesus / Tipografia Comercial, 1933. pp. 31-40.

SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça**. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju: 1941.

SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (Org.). **Catálogo Os classificados da Escravidão**. Aracaju: Governo de Sergipe / Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2008.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. *Apontamentos Históricos e Topographicos sobre a Província de Sergipe – Offerecidos a S. M. I. o Senhor Dom Pedro II Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brasil (1860)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 83-122.

## FONTES DIGITAIS

Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de Março de 1824). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm). Acessado em 07 de janeiro de 2013.

Falla com que abrio a 2.a sessão da 5.a legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, o excellentissimo presidente da provincia, doutor Anselmo Francisco Peretti, em o dia 21 de abril de 1843. Sergipe, Typ. Provincial, 1843. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1040>. Acessado em 18.09.2011.

Falla com que of excell.mo sr. presidente da provincia abrio a terceira sessão ordinaria da primeira legislativa da Assembléa Legislatura desta provincia. Sergipe, Typ. de Silveira, 1837. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1034/000004.html>. Acessado em 18 de julho de 2013.

Fala do Presidente da Província de Sergipe à Assembleia Legislativa. 1849. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1196/000025.html>. Acessado em 20 de julho de 2013.

Falla que dirigio a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinaria no 1.o de março de 1850 o exm. snr. presidente da provincia, dr. Amancio João Pereira de Andrade. Sergipe, Typ. Provincial, 1850. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1046>. Acessado em 21 de julho de 2013.

<http://www.geneall.net>.

Mensagem do Coronel Manoel P. de Oliveira Valladão à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1895. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&PagFis=10&Pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 5-6.

Mensagem do Dr. José Calazans à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1893. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 24-25.

Mensagem do Dr. Martinho Garcez à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1897. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 9/44.

Mensagem do Gal. Manuel P. de Oliveira Valladão à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1915. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20191&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013.

Mensagem do Coronel Joaquim Pereira Lobo à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1920. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013.

Mensagem do Coronel Joaquim Pereira Lobo à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1922. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013.

Mensagem do Dr. José Rodrigues da Costa Doria à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1910. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20191&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 33.

Mensagem do Dr. Manoel Corrêa Dantas à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1927. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&PagFis=1989&Pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013.

Mensagem do Sr. Josino Menezes à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1903. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20190&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. p. 6.

Processo de Simão Ferreira da Silva. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2480. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2302403>. Acessado em 15 janeiro de 2012.

Mensagem do Monsenhor Olímpio Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1900. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20189&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 5/73.

Mensagem do Sr. Graccho Carodoso à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1925. Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013.

Recenseamento do Brazil em 1872. Província de Sergipe. Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. pp. 64-67. In: <http://ia601506.us.archive.org/4/items/recenseamento1872bras/ImperioDoBrazil1872.pdf>. Acessado em 22 de agosto de 2013.

Relatório com que foi aberta a 1. sessão da undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 2 de julho de 1856 pelo excellentissimo presidente, doutor Salvador Correia de Sá e Benevides. Bahia, Typ. Carlos Poggetti, 1856. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051>. Acessado em 21 de julho de 2013.

Relatorio com que foi aberta a 1.a sessão da duodécima legislatura da Assembléa Legislativa de Sergipe pelo excellentissimo presidente, doutor João Dabney d'Avellar Brotero. Bahia, Typ. de A. Olavo de França Guerra, 1858. Appenso "G". p. 16. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/000130.html>. Acessado em 21 de julho de 2013.

Relatório da Província de Sergipe, 1856. p.59. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1203>. Acessado em 21 de julho de 2013.

Relatório da Província de Sergipe, 1859. p.12. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1206/000014.html>. Acessado em 21 de julho de 2013.

Relatorio com que foi entregue a administraçam da provincia de Sergipe no dia 15 de agosto de 1860 ao illm. e exm. snr. doutor Thomaz Alves Junior pelo doutor Manoel da Cunha Galvão. Sergipe, Typ. Provincial, 1860. pp. 4-5. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1056/000006.html>. Acessado em 21 de julho de 2013.

Relatório da Instrução e da Escola Normal. Padre Possidônio da Rocha. In: Mensagem do Sr. Guilherme de Sousa Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe. Aracaju-SE, 07 de setembro de 1907. Relatório e Mensagens dos Presidentes de Sergipe. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720534&pasta=ano%20190&pesq=>. Acessado em 02 de agosto de 2013. pp. 23-47.

Registro Histórico do Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus. Livro 1 (1912-1949). Digitalizado pelo Instituto Tobias Barreto. Aracaju.

Registro Histórico do Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus. Livro 2 (1949-1979/1998). Digitalizado pelo Instituto Tobias Barreto. Aracaju.

## ENTREVISTAS

CARVALHO, Monsenhor José de Souza. Entrevista. 29 de janeiro de 2013. Por Claudefranklin Monteiro Santos. Mídia digital. Aracaju-SE.

COSTA, Isaura da Fonseca Meneses. Entrevista. 11 de dezembro de 2009. Por Claudefranklin Monteiro Santos. Mídia digital. Lagarto-SE.

## REFERÊNCIAS

### ANAIS

ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (Século 19)*. In: **Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999. p. 149. p. 149-157.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro; THIMÓTHEO, Juam Carlos; GONÇALVES, Tatiana Mol [2007]: *Devoção à Virgem em Mariana Colonial: religiosidade, cultura e poder*. In: **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidade** - ANPUH, 2007, Maringá.

CUNHA, Tatiane Oliveira. *Santa Missão Capuchinha e a Romanização em Sergipe: uma demonstração de fé e sociabilidades (1901-1923)*. In: **Anais do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**. 25 a 27 de maio de 2009. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

FILHO, Abel Batista Santana (Estudante do 2º ano do Curso Integrado de Edificações/IFS-Campus Lagarto) e ANDRADE, Prof. Msc. Homero Gomes de (IFS-Campus Lagarto). **Educação Artística, Social e Patrimonial: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Lagarto/Sergipe**. In: **Anais do VIII CONEPI** (Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação). Salvador-BA. 2013.

MIRALES, D. Jozé de. *História Militar do Brasil (1549-1762)*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 22. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1900. p. 76.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 13. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1885-1886. Pp. 32-299.

SANTOS, Jocineide Cunha. *Apontamentos sobre as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos da Capitania de Sergipe del Rei (1750-1835)*. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)igualdades**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA – PAF I e II, Campus de Ondina.

\_\_\_\_\_. *As Mulheres nas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos de Sergipe (1751-1835)*. In: **Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Olhares Diversos sobre a Diferença**. João Pessoa-PB, outubro de 2011.

## REVISTAS

ALMEIDA, João Hélio de. *Um Padre à Margem da História: a Trajetória de Padre Felismino da Costa Fontes*. In: **Revista FÓRUM IDENTIDADES**, Ano I, V. 2, 2007. pp. 64-67.

ALMEIDA, Maria da Glória. *A Igreja em Sergipe e os “Desfavorecidos”: Possibilidades de Pesquisa*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 32, 1993-1999. pp. 61-83.

ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 21, 1951-1954. pp. 112-205.

ALVES, Francisco José. *Espaço e Distintividade: Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância, Igreja da Elite*. In: **Geonordeste**. Aracaju. nº 2, 1985. pp. 63-85.

\_\_\_\_\_. *Calendário Religioso da Irmandade de Nossa Senhora do rosário de Estância: 1772-1827*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992. pp. 71-81.

AZZI, Riolando. *Elementos para a História do Catolicismo Popular*. **Revista Eclesiástica**, v. 26, fasc. 141, mar. 1976, p. 96-109.

BARRETO, Luiz Antônio. *Homenagem Prestada pelo IHGSE ao Dr. João Batista Perez Garcia Moreno, em 1976, seu sepultamento*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. pp. 105-108.

BERGER, Miguel André. *Igreja x Educação: o Papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na Formação da Elite Feminina*. **Cadernos de História da Educação**. Nº 03, janeiro/dezembro de 2004. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. pp. 147-154.

COMBLIN, José. *Situação histórica do catolicismo no Brasil*. **REB**, vol. XXVI, fasc. 3, p. 575-601.

DANTAS, Beatriz Góis. *Considerações sobre o Tempo e o Contexto de Autos e Danças Folclóricas em Laranjeiras*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. pp. 62-69.

\_\_\_\_\_. *Nota Prévia sobre Rituais Folclóricos numa Festa de Igreja – A Festa de São Benedito na Cidade de Laranjeiras*. In: **Revista Sergipana de Folclore**. Ano I. Número 1. Aracaju-SE. Agosto de 1976. pp. 7-15.

\_\_\_\_\_. *Missão Indígena do Geru*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. pp. 65-87.

\_\_\_\_\_. *A Tupimania na Historiografia Sergipana*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 29, 1983-1987. pp. 65-87.

EUGÊNIO, Alisson. *Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no Século XVIII Mineiro*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, n. 43, pp. 33-46, 2002.

FONTES, Arivaldo. *Riachão do Dantas: Os Primeiros Tempos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 27, 1966-1978. pp. 75-81.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *A Cultura clerical e a folia popular*. **Revista Brasileira de História**. 1997, vol.17, n.34, pp. 183-202.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

KRUG, Emundo. *Histórico das Nossas Superstições (Conferência feita em Campinas – 18.11.1940)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 16, 1942. pp. 29-48.

LEITE, Joaquim do Prado Sampaio. *Ethno-psychologia e geographia social sergipana – Ao Instituto Archeologico de Pernambuco*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 147-166.

LIMA, Ávila. *Psycologia de um Superhomem. Conferência proferida em 30 de maio de 1915, no IHGSE*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916. pp. 206-235.

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913. Pp. 09-48.

\_\_\_\_\_. *Monographia Histórica do Município de Itabayana*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 4, 1914. pp. 128-149.

\_\_\_\_\_. *Revolução de Santo Amaro – Sergipe - 1836*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 5, 1914. pp. 251-296.

\_\_\_\_\_. *Memória sobre o Poder Legislativo (1824-1889). Apontamentos Históricos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 8, 1919. pp. 01-174.

\_\_\_\_\_. *Uma Página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992. Pp. 177-194.

LUSTOSA, Oscar F. *Reformistas na Igreja do Brasil – Império* São Paulo, **Boletim** nº 17, 1977.

MACHADO, Pedro. *Um Século de Evangelismo em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 9, 1920. p. 207-214.

MACKENZIE, John. *A mãe de Jesus no Novo Testamento*. **Concilium**, Petrópolis, n. 188/8, 17-29, 1983.

MERCADANTE, Paulo. *Formação Humanista em Sergipe*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 30, 1988-1989. pp. 9-16.

MOTT, Luiz. *Quadro I: População de Sergipe – Livres e Escravos. População e Economia: Aspectos do Problema da Mão-de-Obra Escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. pp. 19-32.

NETO, Paulo de Carvalho Neto. *Danças Populares de Aracaju*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 19, 1945-1949, p. 98-108.

NETO, Urbano Oliveira Lima. *Era um Sábio... Era um Santo*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 28. Aracaju-Se, setembro de 1981. pp. 181-188.

NUNES, Verônica. *Fontes judiciais para o estudo da Religiosidade*. In: **História, Memória e Justiça – revista eletrônica do Arquivo Judiciário**. Ano 1, N. 1, Mar/Jun 2008.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. *Antônio Conselheiro em Sergipe: uma revisão de literatura*. In: **Cadernos UFS: História**. Vol. 2. São Cristóvão: PDPH/ADUFS, 1996. p. 83-89.

PRATA, Gervásio. *Monsenhor Daltro*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 13. Aracaju-SE, agosto de 1948. pp. 21-29.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Lágrimas, dor e desolação: sujeitos e representações na solene procissão de São Cristóvão*. In: **Revista Memória História e Justiça**. Vol.1, nº 2, Aracaju, 2009.

\_\_\_\_\_. *As ovelhas da pastora: as múltiplas facetas de uma peregrinação de Sergipe*. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. nº 7, Aracaju, 2010.

SILVA, Severino Vicente da. *Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil – Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.)*, São Paulo, 1987. In: **CLIO – Revista do PPGH da UFPE**. Nº 17. Recife, UFPE, 1998. p. 149-158.

SILVA, Clodomir. *Parecer nº 02 – A Cotinguiba*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 10, 1925. pp. 40-81.

SOBRINHO, Sebrão. *Cordialidade de Afonseca*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 22, 1955-1958. pp. 105-109.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Algumas considerações sobre o Registro de Terras da Freguesia de Simão Dias*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 33. Aracaju-Se, setembro de 1997. pp. 128-143.

\_\_\_\_\_. *Santo Antônio nos Inventários do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Estância*. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Nº 33. Aracaju-Se, setembro de 1997. pp. 329-351.

TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. *Aracaju (Suas Origens. Seu Povoamento Futuro)*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913. Pp. 46-51.

## LIVROS

ALBERICO, Giuseppe (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALVES, João Oliva e OLIVEIRA, Abdênago Menezes de. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V. 19. Rio de Janeiro: IBGSE, 1959.

ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. **Relação dos Santos e Beatos da Igreja**. Lorena: Editora Cléofas, 2009.

AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social** (Coleção Nordestina). Salvador: EDUFBA, 2002.

AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BARRETO, Luiz Antônio. **Apologia de Deus e outros escritos**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1993.

\_\_\_\_\_. **Graccho Cardoso. Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tobias Barreto, 2003.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFRN, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)**. Maceió: EDUFAL, 2012.

BEZERRA, Feltre. **Etnias Sergipanas**. 2 ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2002.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BOSCHI Caio César. **Os leigos e o poder: Irmandades Negras e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro. Campanha do Folclore Brasileiro. 1978.

CALASANS, José. **Quase Biografia de jagunços (séquito de Antônio Conselheiro)**. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1986. p. 91-92.

CALMON, Jorge. **As Estradas Corriam para o Sul. Migração Nordestina para São Paulo**. Salvador: EGBA, 1998.

CÂMARA, D. Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1945

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHESTERTON, G.K. **Santo Tomás de Aquino: biografia**. Tradução de Carlos Ancêde Nogueé. São Paulo: Ltr, 2003.

DANTAS, Abelardo Romero. **Origem da Imoralidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

DANTAS, Beatriz Góis. **A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. **A Taieira de Sergipe: uma Dança Folclórica**. 2 ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe – Os Cem Anos do IHGSE (1912-2012)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005.

\_\_\_\_\_. **O Debate sobre Deus, Razão, Fé e Revolução. Vol. 1**. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 23ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FONSECA, Adalberto Fonseca. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

FREIRE, Felisbelo. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, Secretaria de Estado da Cultura, 1995.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Estado de Sergipe, Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti e C., Rio de Janeiro, 1925.

GINZBURG, Carlo. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.

HAUCK, João Fagundes et alii. **História da Igreja no Brasil**. Segunda Época. Petrópolis: Vozes, 1985.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Helenita e TALENTO, Biaggio. **Basílicas e Capelinhas. História, arte e arquitetura de 42 Igrejas de Salvador**. Salvador: Bureau, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Trad. Marcos de Castro. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo I**. Lisboa: Livraria Portuguesa, Civilização Brasileira, 1938.
- LOMBARDI, José Paulo. **O coração de Barretos**. Barretos: Gráfica Barretos, 2002.
- MAIA, Tereza Regina de Camargo. **Paraty, religião e folclore**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 1976.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 2. Período Imperial e Transição Republicana**. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Igreja na História).
- MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **A Escola Americana: Origens da Educação Protestante em Sergipe (1886-1913)**. Aracaju: EDUFS, 2004.
- NETO, Isnard Câmara. **A Festa de São Benedito e os Redentoristas (1894-1922)**. Aparecida: Editora Santuário, 2009.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2008.
- OLIVA, Terezinha Alves de. **Manifestações da Lúdica Folclórica em Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe / Secretaria de Educação e Cultura / Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- OLIVEIRA, Enoque. **Conselheiro do Sertão (Entre Prédicos e Conselhos – Líder Camponês)**. Salvador, sem editora, 1997.
- OLIVEIRA, José Machado de Oliveira. **Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever Vidas, Narrar a História. A Biografia como Problema Historiográfico no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1992.
- PACHÊCO, Felipe Condurú. **Dom Francisco de Paula e Silva, XXIII Bispo do Maranhão: esboço biográfico**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1995.
- PRATA, Gervásio. **O Lagarto Que Eu Vi**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1943.
- RABELLO, Sylvio. **O Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Campinas, SP, 2005.
- REGNI, Pietro Vitorino. **Os Capuchinhos na Bahia. Uma Contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 1 – Os Capuchinhos Franceses (1642-1703)**. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROMAG, Frei Dagoberto. **Compêndio de História da Igreja. Vol. 2**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1950.
- RUSSELL- Wood, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Tradução: Maria Beatriz Medina- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Valeriano Félix dos. **Palmares de Sergipe na Biografia de Raimundo Monteiro**. Coleção Garimpos da História. vol. VI. S. Ed. s/d. pp. 25-31.
- SIQUEIRA, Baptista. **Os Cariris do Nordeste**. Editora Cátedra, 1978.
- SILVA, Cândido da Costa e Silva. **Os Segadores e a Messe. O Clero Oitocentista na Bahia**. Salvador: UFBA, 2000.
- SILVA, Cândido da Costa e Silva e AZZI, Riolando. **Dois estudos sobre Romualdo de Seixas, Arcebispo da Bahia**. UFBA, 1981.
- SILVA, Dom Francisco de Paula e. **A Vida de São Benedito**. 5 ed. Salvador-Ba: Editora Mensageira da Fé, 1955.
- SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis**. Goiânia: UFG, 2001.
- SILVA, Severino Vicente da. **Festa de Caboclo**. 2 ed. Recife: Associação Reviva, 2012.

SOARES, Pe. José Fernando Ávila. **A Vivência do Divino na Tradição de um Povo**. Petrópolis, Vozes: 1986.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOUSA, Monsenhor José Carvalho de. **Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 Anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa de Coroação de Rei de Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SOUZA, Padre Aloísio Teixeira de. **Vida de São Benedito**. 15 ed. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ZANINI, Roberto Ítalo. **Bakhita. Mulher, Negra, Escrava, Santa**. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

## PREFÁCIOS E CAPÍTULOS DE LIVRO

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Atividades Produtivas*. In: **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. pp. 61-126.

ALVES, Francisco José. *Prefácio*. In: MORAES, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

ARAÚJO, Acrísio Torres. *Laudelino Freire*. In: **Literatura Sergipana**. 2 ed. Brasília, 1976. Pp. 73-75.

BARRETO, Luiz Antônio. *Silvio Romero*. In: **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial/Banco do Estado de Sergipe, 2007. pp. 25-34.

\_\_\_\_\_. *Padre Daltro, um Varão da Igreja*. In: SANTOS, Claudefranklin Monteiro (Org.). **Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Apontamentos e Fragmentos Biobibliográficos**. Lagarto: Prefeitura Municipal de Lagarto; Paripiranga: Faculdade AGES, 2011. pp. 15-16.

BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a imigração*. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: Antônio F. Pierucci et alii. **O Brasil Republicano**, v. 11. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. pp. 273-341. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

BOURDIEU, Pierre. *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

BORN, A. van den (org.). *Pessoa*. In: **Dicionário Enciclopédico da Bíblia**. Petrópolis: Vozes; Porto: Centro do Livro Brasileiro, 1971.

CHARLE, Cristophe. *A Prosopografia ou Biografia Coletiva: Balanço e Perspectiva*. In: HEINZ, Flávio M, (Org.). **Por uma História das Elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

COUTO, Edilece Souza. *Festejar os Santos em Salvador: Tentativas de Reforma e Civilização dos Costumes (1850-1930)*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. Pp. 273-297.

CRUZ, Maria Helena Santana, FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Contexto da Romanização: a Expansão do Aparato Burocrático-institucional*. In: **Educação Feminina: Memória e Trajetórias de Alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe (1950-1970)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011. pp. 57-70.

DANTAS, Beatriz Góis. *Calendário e festas na antiga São Cristóvão*. In: SANTIAGO, Serafim. **Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]**. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Pérciles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 17-27.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *A Propriedade da Terra e a Questão Agrária*. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. pp. 167-202.

FONTES, Aglaé d'Ávila. *Um Homem e sua História*. In: CARVALHO, Ana Conceição Sobral de, ROCHA, Rosina Fonsêca. **Sílvio Romero e a Sergipanidade**. Aracaju: Imprensa Gráfica Editora Ltda, Secretaria de Estado da Cultura, 2004. p. 10-13.

FONTES, Arivaldo Silveira. *Antônio Conselheiro no Riachão*. In: **Figuras e Fatos de Sergipe**. Porto Alegre: Ed. CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. Pp. 82-84.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Maracatus-nação, uma história entre a tradição e o espetáculo*. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins (Org.). **Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife : Ed. Universitária UFPE, 2008. pp. 183-199.

HÉLIO, Mário. *Prefácio à Primeira Edição*. In: SILVA, Severino Vicente da. **Festa de Caboclo**. 2 ed. Recife: Associação Reviva, 2012. Pp. 14-16.

HOORNAERT, Eduardo. *Sociologia do Catolicismo no Brasil*. In: AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social**. Salvador: EDUFBA, 2002. pp. 13-17.

KIDDY, Elizabeth W. *Quem é o Rei do Congo? Um Novo Olhar Sobre os Reis Afro-brasileiros no Brasil*. In: HEYWOOD, Linda M. (org<sup>a</sup>). **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 165-191.

LARA, Sílvia Hunold. *Espetáculos Negros*. In: **Fragmentos Setecentistas. Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In Peter Burke (org). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

MAINWARING, Scott. *A Igreja da Neocristandade, 1916-1955*. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 41-61.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Igreja*. In: **Bahia, Século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. Pp. 293-431.

MICELI, Sérgio. *A Força do Sentido (Introdução)*. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. Pp. VII-LXI.

PRATA, Gervásio. *Juiz do Lagarto*. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. pp. 37-57.

REGINALDO, Lucilene. *Festas dos Confrades Pretos: Devoções, Irmandades e Reinados Negros na Bahia Setecentista*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. pp. 197-225.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ROHRBACHER, Padre. *São Benedito*. In: **Vidas dos Santos**. São Paulo: Editora das Américas, 1959. Vol. VI.

SACCHINO, Francisco (R.P.). *Historiae Societatis Jesu*. In: LEAL, Antonio Henrique. **Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil**. Tomo II. Apud.: Catequese. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura, 1975.

SILVEIRA, Renato. *Sobre o exclusivismo e outros ismos das Irmandades negras na Bahia Colonial*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela

dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006.

SOBRINHO, Sebrão. *Santo Antônio – Lagarto*. In: CARVALHO, Vladimir Souza (Org.). **Fragments de Histórias Municipais e Outras Histórias**. Aracaju: Instituto Luciano Barreto, 2003. pp. 228-230.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Câmara e a Igreja em Salvador*. In: **Poder Político Local e Vida Cotidiana: a Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. pp. 113-121.

SOUZA, Marina de Mello e. *História, Mito e Identidade nas Festas de Reis Congos no Brasil – Século XVIII e XIX*. In: JANCOSO, István; KANTOR, Íris (Orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, 2 v. pp. 249-260.

#### MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

BARRETO, Mariana Emanuelle. **“Rixosas e Turbulentas”:** **Mulheres nas Vilas de Lagarto e Riachão Oitocentista, Sergipe (1850-1890)**. Mestrado em História. Universidade Federal de Feira de Santana, 2012.

CARVALHO, João Paulo Araújo de. **Um Cruz para os Enforcados: Práticas Penitenciais em Nossa Senhora das Dores (SE)**. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, Civilidade e Ilustração: as Memórias de Ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. Dissertação de Mestrado. UFS. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2003.

COUTO, Edilece Souza. **A Puxada do Mastro: Transformações Históricas da Festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA)**. Tese de Doutorado. UNESP

CUNHA, Tatiane Oliveira. **“Práticas e prédicas em nome de Cristo...”:** **Capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2011.

LIMA, Anne Caroline Santos. **Edição do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto/SE (1856-1876)**. Monografia. São Cristóvão: Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas. **Conquistas da fé na gentilidade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2011.

SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.

SANTOS, Lourdyanne Barreto dos. **Prosopografia do Clero Intelectual Sergipano Segundo Armindo Guaraná: a Construção da Identidade Sergipana**. Monografia. São Cristóvão: Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: o Nascimento da Neo-Cristandade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985.

### DIGITAIS

MACHADO, Odilon Cabral. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte I**. 06/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107022&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte II**. 13/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107239&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte III**. 20/12/2010. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=107549&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte IV**. 07/01/2011. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=108225&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte V**. 24/01/2011. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=108927&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Garcia Moreno de Sergipe – Uma Saga a Perquirir. Parte VI**. 31/01/2011. In: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=109195&titulo=odilonmachado>. Acessado em 09 de abril de 2013.

### DISCOGRAFIA

Tom Zé. “São Benedito”. CD Eu vim da Bahia (Vários artistas) - participação - BMG Brasil - (2002).